



ATLAS

dos Municípios de Abrangência do CESVASF

Um resgate Geográfico, Histórico e Biológico

ATLAS

dos Municípios de Abrangência do CESVASF

Um resgate Geográfico, Histórico e Biológico

ORGANIZAÇÃO

Cecília de Fátima C. B. R. de Almeida

Anderson de Mendonça Nogueira Silva



canal6 editora
1ª Edição • 2016
Recife/PE

FICHA TÉCNICA

*Presidente da Autarquia Belemita de Cultura,
Desportos e Educação (ABCDE)*
Ana Gleide de Souza Leal Sá

*Diretor do Centro de Ensino Superior do
Vale do São Francisco (CESVASF)*
Valmi Pires Campos

Organização
Cecília de Fátima C. B. R. de Almeida
Anderson de Mendonça Nogueira Silva

Revisão textual
Verônica Seidel

Revisão técnica
André Nascimento

Fotos
Emanuel Bruno Lima Sá

Cartografia
Anderson de Mendonça Nogueira Silva

Órgão Financiador
Programa de Consolidação das Licenciaturas
(Prodocência) da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (Capes)

Equipe Responsável
Cecília de Fátima C. B. R. de Almeida – Bióloga
(Coordenadora)
Anderson de Mendonça Nogueira Silva – Geógrafo
(Coordenador)
Cibele Paiva dos Santos Ferreira – Bióloga
Pablo Michel Cândido Alves de Magalhães – Historiador

A8813 Atlas dos municípios de abrangência do CESVASF: um resgate geográfico, histórico e biológico /
Cecília de Fátima C. B. R. de Almeida e Anderson de Mendonça Nogueira Silva (org.). — Bauru, SP:
Canal 6; Recife, PE: NUPEEA, 2016.
192 p. ; 29 cm.

ISBN 978-85-7917-392-9

1. Atlas geográfico – Região Nordeste – Brasil. 2. Municípios – Pernambuco e Bahia. I. Almeida,
Cecília de Fátima C. B. R. de. II. Silva, Anderson de Mendonça Nogueira. III. Título.

CDD: 912

Primeira edição publicada em
2016 por NUPEEA
www.nupeeaa.com

Editor chefe
Ulysses Paulino de Albuquerque

Diagramação e capa
Canal 6 Editora

Copyright© NUPEEA 2016

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação,
fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa do editor.

NUPEEA
Recife – Pernambuco – Brasil

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

APRESENTAÇÃO

O Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CESVASF – desde 1976 é responsável pela formação de professores em nível superior na vasta região do Submédio São Francisco, Sertão do Nordeste Brasileiro. A área de abrangência desta IES abrange um raio de aproximadamente 210 Km de influência, sendo 20 municípios diretamente atendidos, cujos docentes são, em sua quase totalidade, formados pelo CESVASF. Todos esses municípios apresentam oficialmente grande população rural, composta por camponeses, comunidades ribeirinhas, ilhéus, grupos indígenas e quilombolas. Assim, o CESVASF apresenta grande demanda de alunos oriundos de áreas rurais, sendo a principal fonte de renda dos mesmos a atividade agropecuária, principalmente a agricultura familiar.

O Atlas dos municípios de abrangência do CESVASF garantirá o acesso ao saber de dados Geográficos, Históricos e Biológicos de 14 municípios do Submédio do São Francisco. Com isso, este Atlas promoverá uma oportunidade para que o CESVASF colabore com a comunidade regional, tendo o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA.

O CESVASF tem como missão institucional, formar professores críticos, com espírito investigativo, aptos ao constante aperfeiçoamento intelectual e ético, comprometidos com um ideal de sociedade justa e solidária para atuar na educação básica. A distribuição deste Atlas permitirá que professores desses 14 municípios, tenham acesso a informações, em escala municipal ou distrital, que são normalmente difíceis de obter.

Não há materiais disponíveis aos professores da rede básica de ensino para trabalharem a realidade local. Salvo alguns trabalhos realizados na região Sul e Sudeste do Brasil, a região Nordeste é carente nesse aspecto. O desenvolvimento do Atlas, com informações municipais, permitirá ao docente trabalhar com mais qualidade em suas aulas. Todas as áreas/disciplinas poderão fazer uso desse instrumento, pois na medida em que a realidade local é conhecida e explorada, cidadãos críticos e reflexivos serão formados.

Profa. Dra. Cecília de Fátima Castelo Branco Rangel de Almeida



Campus do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco - CESVASF

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	7	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	58
LISTA DE FOTOS	8	BIBLIOGRAFIA	58
MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE	17	MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO	66
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	18	FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	67
HINO	18	HINO	67
HISTÓRICO	19	HISTÓRICO	68
BIBLIOGRAFIA	20	BIBLIOGRAFIA	71
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA	28	MUNICÍPIO DE ITACURUBA	79
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	29	FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	80
HINO	30	TRANSFERÊNCIA DISTRITAL	80
HISTÓRICO	30	HINO	80
BIBLIOGRAFIA	33	HISTÓRICO	81
MUNICÍPIO DE OROCÓ	41	BIBLIOGRAFIA	82
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	42	MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA	90
HINO	42	FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	91
HISTÓRICO	42	HINO	91
BIBLIOGRAFIA	44	HISTÓRICO	92
MUNICÍPIO DE CABROBÓ	52	BIBLIOGRAFIA	93
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	53	ALDEIAS INDÍGENAS	93
HINO	53	<i>Atikum</i>	93
HISTÓRICO	54	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	94
BIBLIOGRAFIA	56	<i>Pankará</i>	94
ALDEIAS INDÍGENAS	56	BIBLIOGRAFIA	95
<i>Truká</i>	56	MUNICÍPIO DE FLORESTA	103
		FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	104

HINO	105
HISTÓRICO	105
BIBLIOGRAFIA	107
ALDEIAS INDÍGENAS	107
<i>Pipipã</i>	107
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	108
BIBLIOGRAFIA	108
MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA	116
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	117
HINO	118
HISTÓRICO	118
BIBLIOGRAFIA	119
MUNICÍPIO DE CURAÇÁ	127
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	128
HINO	128
HISTÓRICO	129
BIBLIOGRAFIA	130
ALDEIAS INDÍGENAS	131
<i>Tumbalalá</i>	131
MUNICÍPIO DE ABARÉ	139
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	140
HINO	140
HISTÓRICO	141
BIBLIOGRAFIA	141

MUNICÍPIO DE CHORROCHÓ	149
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	150
HINO	150
HISTÓRICO	151
BIBLIOGRAFIA	151
MUNICÍPIO DE MACURURÉ	159
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	160
HISTÓRICO	160
HINO (NÃO OFICIAL)	161
BIBLIOGRAFIA	162
MUNICÍPIO DE RODELAS	170
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	171
HINO	171
HISTÓRICO	171
BIBLIOGRAFIA	173
ALDEIAS INDÍGENAS	173
<i>Tuxá</i>	173
BIBLIOGRAFIA	174
LISTA DE VERTEBRADOS	182

LISTAS

MAPAS

Mapa 1 – Mapa Múndi	10
Mapa 2 – Brasil - divisão regional	11
Mapa 3 – Brasil - divisão política	12
Mapa 4 – Região Nordeste com suas divisões estaduais	13
Mapa 5 – Municípios de abrangência do CESVASF	14
Mapa 6 – Unidades de Conservação nos municípios de abrangência do CESVASF	15
Mapa 7 – Terras Indígenas nos municípios de abrangência do CESVASF	16
Mapa 8 – Município de Lagoa Grande, estado de Pernambuco ...	17
Mapa 9 – Divisão política de Lagoa Grande	21
Mapa 10 – Cobertura vegetal e uso do solo de – Lagoa Grande ...	21
Mapa 11 – Geologia de Lagoa Grande	22
Mapa 12 – Hidrografia de Lagoa Grande	22
Mapa 13 – Potencial do Solo de Lagoa Grande	23
Mapa 14 – Relevo de Lagoa Grande	23
Mapa 15 – Relevo (curva de nível) de Lagoa Grande	24
Mapa 16 – Imagem de Satélite de Lagoa Grande	24
Mapa 17 – Município Santa Maria da Boa Vista, estado de Pernambuco	28
Mapa 18 – Divisão política de Santa Maria da Boa Vista	34
Mapa 19 – Cobertura vegetal e uso do solo de Santa Maria da Boa Vista	34
Mapa 20 – Geologia de Santa Maria da Boa Vista	35
Mapa 21 – Hidrografia de Santa Maria da Boa Vista	35
Mapa 22 – Potencial de solo de Santa Maria da Boa Vista	36
Mapa 23 – Relevo de Santa Maria da Boa Vista	36
Mapa 24 – Relevo (curva de nível) de Santa Maria da Boa Vista ...	37
Mapa 25 – Imagem de satélite de Santa Maria da Boa Vista	37
Mapa 26 – Município de Orocó, estado de Pernambuco	41
Mapa 27 – Divisão política de Orocó	45
Mapa 28 – Cobertura vegetal e uso do solo de Orocó	45
Mapa 29 – Geologia de Orocó	46
Mapa 30 – Hidrografia de Orocó	46

Mapa 31 – Potencial de solo de Orocó	47
Mapa 32 – Relevo de Orocó	47
Mapa 33 – Relevo (curva de nível) de Orocó	48
Mapa 34 – Imagem de satélite de Orocó	48
Mapa 35 – Município de Cabrobó, estado de Pernambuco	52
Mapa 36 – Divisão política de Cabrobó	59
Mapa 37 – Cobertura vegetal e uso do solo de Cabrobó	59
Mapa 38 – Geologia de Cabrobó	60
Mapa 39 – Hidrografia de Cabrobó	60
Mapa 40 – Potencial de solo de Cabrobó	61
Mapa 41 – Relevo de Cabrobó	61
Mapa 42 – Relevo (curva de nível) de Cabrobó	62
Mapa 43 – Imagem de satélite de Cabrobó	62
Mapa 44 – Município de Belém de São Francisco, estado de Pernambuco	66
Mapa 45 – Divisão política de Belém do São Francisco	72
Mapa 46 – Cobertura vegetal e uso do solo de Belém do São Francisco	72
Mapa 47 – Geologia de Belém do São Francisco	73
Mapa 48 – Hidrografia de Belém do São Francisco	73
Mapa 49 – Potencial de solo de Belém do São Francisco	74
Mapa 50 – Relevo de Belém do São Francisco	74
Mapa 51 – Relevo (curva de nível) de Belém do São Francisco ...	75
Mapa 52 – Imagem de satélite de Belém do São Francisco	75
Mapa 53 – Município de Itacuruba, estado de Pernambuco	79
Mapa 54 – Divisão política de Itacuruba	83
Mapa 55 – Cobertura vegetal e uso do solo de Itacuruba	83
Mapa 56 – Geologia de Itacuruba	84
Mapa 57 – Hidrografia de Itacuruba	84
Mapa 58 – Potencial de solo de Itacuruba	85
Mapa 59 – Relevo de Itacuruba	85
Mapa 60 – Relevo (curva de nível) de Itacuruba	86
Mapa 61 – Imagem de satélite de Itacuruba	86
Mapa 62 – Município de Carnaubeira da Penha, estado de Pernambuco	90
Mapa 63 – Divisão política de Carnaubeira da Penha	96

Mapa 64 – Cobertura vegetal e uso do solo Carnaubeira da Penha ..	96
Mapa 65 – Geologia de Carnaubeira da Penha	97
Mapa 66 – Hidrografia de Carnaubeira da Penha	97
Mapa 67 – Potencial de solo de Carnaubeira da Penha	98
Mapa 68 – Relevo de Carnaubeira da Penha	98
Mapa 69 – Relevo (curva de nível) de Carnaubeira da Penha	99
Mapa 70 – Imagem de satélite de Carnaubeira da Penha	99
Mapa 71 – Município de Floresta, estado de Pernambuco	103
Mapa 72 – Divisão política de Floresta	109
Mapa 73 – Cobertura vegetal e uso do solo de Floresta	109
Mapa 74 – Geologia de Floresta	110
Mapa 75 – Hidrografia de Floresta	110
Mapa 76 – Potencial de solo de Floresta	111
Mapa 77 – Relevo de Floresta	111
Mapa 78 – Relevo (curva de nível) de Floresta	112
Mapa 79 – Imagem de satélite de Floresta	112
Mapa 80 – Município de Petrolândia, estado de Pernambuco ...	116
Mapa 81 – Divisão política de Petrolândia	120
Mapa 82 – Cobertura vegetal e uso do solo de Petrolândia	120
Mapa 83 – Geologia de Petrolândia	121
Mapa 84 – Hidrografia de Petrolândia	121
Mapa 85 – Potencial de solo de Petrolândia	122
Mapa 86 – Relevo de Petrolândia	122
Mapa 87 – Relevo (curva de nível) de Petrolândia	123
Mapa 88 – Imagem de satélite de Petrolândia	123
Mapa 89 – Município de Curaçá, estado da Bahia	127
Mapa 90 – Divisão política de Curaçá	132
Mapa 91 – Cobertura vegetal e uso do solo de Curaçá	132
Mapa 92 – Geologia de Curaçá	133
Mapa 93 – Hidrografia de Curaçá	133
Mapa 94 – Solo de Curaçá	134
Mapa 95 – Potencial do solo de Curaçá	134
Mapa 96 – Imagem de satélite de Curaçá	135
Mapa 97 – Município de Abaré, estado da Bahia	139
Mapa 98 – Divisão política de Abaré	142
Mapa 99 – Cobertura vegetal e uso do solo de Abaré	142

Mapa 100 – Geologia de Abaré	143
Mapa 101 – Hidrografia de Abaré	143
Mapa 102 – Solo de Abaré	144
Mapa 103 – Potencial do solo de Abaré	144
Mapa 104 – Imagem de satélite de Abaré	145
Mapa 105 – Município de Chorrochó, estado da Bahia	149
Mapa 106 – Divisão política de Chorrochó	152
Mapa 107 – Cobertura vegetal e uso do solo de Chorrochó	152
Mapa 108 – Geologia de Chorrochó	153
Mapa 109 – Hidrografia de Chorrochó	153
Mapa 110 – Solo de Chorrochó	154
Mapa 111 – Potencial do solo de Chorrochó	154
Mapa 112 – Imagem de satélite de Chorrochó	155
Mapa 113 – Município de Macururé, estado da Bahia	159
Mapa 114 – Divisão política de Macururé	163
Mapa 115 – Cobertura vegetal e uso do solo de Macururé	163
Mapa 116 – Geologia de Macururé	164
Mapa 117 – Hidrografia de Macururé	164
Mapa 118 – Solo de Macururé	165
Mapa 119 – Potencial do solo de Macururé	165
Mapa 120 – Imagem de satélite de Macururé	166
Mapa 121 – Município de Rodelas, estado da Bahia	170
Mapa 122 – Divisão política de Rodelas	175
Mapa 123 – Cobertura vegetal e uso do solo de Rodelas	175
Mapa 124 – Geologia de Rodelas	176
Mapa 125 – Hidrografia de Rodelas	176
Mapa 126 – Solo de Rodelas	177
Mapa 127 – Potencial do solo de Rodelas	177
Mapa 128 – Imagem de satélite de Rodelas	178

FOTOS

Foto 1 – Bandeira de Lagoa Grande	17
Foto 2 – Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora	25

Foto 3 – Monumento localizado na entrada da cidade – Frei em Oração	25
Foto 4 – Barris de armazenamento para conservação dos vinhos	25
Foto 5 – Adega da Vinícola Rio Sol	25
Foto 6 – Processo de Colheita da Uva	26
Foto 7 – Fazenda de vinicultura	26
Foto 8 – Alto do Facheiro	26
Foto 9 – Teodora Pereira Borges, Lucimara Pereira Borges (líder da comunidade Lambedor) e Raimunda Pereira Borges	27
Foto 10 – Comunidade Lambedor	27
Foto 11 – Capelinha da Comunidade Lambedor	27
Foto 12 – Bandeira de Santa Maria da Boa Vista	28
Foto 13 – Igreja da Padroeira Nossa Senhora da Conceição	38
Foto 14 – Banda de Pífanos Raça Negra	38
Foto 15 – Dona Maria Jacinta, representante do Reisado	38
Foto 16 – Centro Cultural de Santa Maria da Boa Vista	39
Foto 17 – Casarios	39
Foto 18 – Museu Coripós	39
Foto 19 – Final de tarde na Praça do Vaqueiro	40
Foto 20 – Integrante da Banda de Pífanos Raça Negra	40
Foto 21 – Feira em Santa Maria	40
Foto 22 – Vista do Monte Carmelo	40
Foto 23 – Bandeira de Orocó	41
Foto 24 – Igreja São Sebastião	49
Foto 25 – Igreja Bom Jesus, primeira igreja da cidade	49
Foto 26 – Portal de entrada da cidade	49
Foto 27 – Lourdes Truká, cacique da aldeia Truká	50
Foto 28 – Vista da cidade no alto da serra	50
Foto 29 – Cais da cidade	50
Foto 30 – Agricultor organizando seu pacote	51
Foto 31 – Praça Av. Perfeito Ulisses de Novaes Bione	51
Foto 32 – Comunidade Indígena Truká	51
Foto 33 – CEASA – Mercado do Produtor Rural	51
Foto 34 – Bandeira de Cabrobó	52
Foto 35 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1844	63

Foto 36 – Portal de entrada da cidade	63
Foto 37 – Barraca de frutas na feira	63
Foto 38 – Aldeia indígena Truká	64
Foto 39 – Antônio Chico Truká, ancião da Aldeia	64
Foto 40 – CEASA – Mercado do Produtor Rural	64
Foto 41 – Ponte da Ilha da Assunção: às margens do Rio São Francisco, onde se localiza a aldeia indígena Truká	64
Foto 42 – Colheita da cebola	65
Foto 43 – Rio São Francisco	65
Foto 44 – Ponte da Ilha da Assunção	65
Foto 45 – Bandeira de Belém do São Francisco	66
Foto 46 – Igreja Menino Deus e os Bonecos Gigantes Zé Pereira e Vitalina em período carnavalesco	76
Foto 47 – Museu da cidade	76
Foto 48 – Fachada do Mercado Público Municipal	76
Foto 49 – Os Primeiros Bonecos Gigantes do Brasil: Zé Pereira (1919) e Vitalina (1929)	77
Foto 50 – Capela do Desterro do Senhor do Bonfim em época de festejos ao santo, sendo animado pela banda local de pífanos Los Grandes	77
Foto 51 – Cemitério Antigo	77
Foto 52 – Casa do Santo Cruzeiro em época de festejo ao Santo Senhor do Bonfim	78
Foto 53 – Representação infantil dos Penitentes em procissão	78
Foto 54 – Diversão infantil no Rio São Francisco	78
Foto 55 – Cais da cidade – Rio São Francisco	78
Foto 56 – Bandeira de Itacuruba	79
Foto 57 – Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora do Ô	87
Foto 58 – Interior da Igreja Matriz Nossa Senhora do Ô	87
Foto 59 – Praça de Eventos	87
Foto 60 – Praça de eventos no centro da cidade	87
Foto 61 – Carranca: símbolo decorativo na praça	88
Foto 62 – Dona Bília, representante da dança Coco	88
Foto 63 – Pandeiro de dona Bília	89
Foto 64 – Cactaceae	89
Foto 65 – Objetos antigos, patrimônio local	89

Foto 66 – Secretaria de Cultura	89
Foto 67 – Bandeira de Carnaubeira da Penha	90
Foto 68 – Igreja Nossa Senhora da Penha	100
Foto 69 – Capela no centro da cidade	100
Foto 70 – Praça central da cidade	100
Foto 71 – Casa de Pedro Limeira, Pajé do povo Pankará	101
Foto 72 – Chiqueiro na Serra do Arapuá	101
Foto 73 – Pedro Limeira, Pajé da Aldeia Pankará, com seus adornos tradicionais	101
Foto 74 – Pajé da aldeia Pankará	102
Foto 75 – Artesanato feito por índios	102
Foto 76 – Murici	102
Foto 77 – Cotidiano na Serra do Arapuá	102
Foto 78 – Bandeira de Floresta	103
Foto 79 – Coroa de Frade	113
Foto 80 – Igreja do Rosário	113
Foto 81 – Catedral do Senhor Bom Jesus dos Aflitos	113
Foto 82 – Conjunto de casarios antigos	114
Foto 83 – Igreja da Ermida	114
Foto 84 – Empresa Compare	114
Foto 85 – Parque das Caraibeiras	114
Foto 86 – Centro da cidade	115
Foto 87 – Barracas típicas da feira	115
Foto 88 – Artesanato de barro	115
Foto 89 – Bandeira de Petrolândia	116
Foto 90 – Ruínas da Antiga Igreja, atualmente submersa nas águas do Rio São Francisco	124
Foto 91 – Igreja São Francisco de Assis	124
Foto 92 – Vista Panorâmica da cidade	124
Foto 93 – Vista Panorâmica da Orla Fluvial	125
Foto 94 – Senhora encarregada de fazer a alimentação dos peixes	125
Foto 95 – Piscicultura	125
Foto 96 – Chinelo feito com couro de peixe	126
Foto 97 – Mercado público municipal	126
Foto 98 – Coqueirais	126

Foto 99 – Conhecida como a Cidade do Coco em Pernambuco, Petrolândia exibe diversos coqueirais	126
Foto 100 – Bandeira de Curaçá	127
Foto 101 – Igreja Matriz Bom Jesus da Boa Morte	136
Foto 102 – Prefeitura Municipal	136
Foto 103 – Museu de Curaçá	136
Foto 104 – Teatro Municipal	137
Foto 105 – Mercado da Fruta	137
Foto 106 – Aina, Cacique da Aldeia Atikum	137
Foto 107 – Rosa Aikum, artesã que utiliza o barro para fazer suas obras	138
Foto 108 – Moça debulhando o feijão na feira	138
Foto 109 – Orla Fluvial	138
Foto 110 – Cais da cidade, Rio São Francisco	138
Foto 111 – Bandeira de Abaré	139
Foto 112 – Casa Paroquial	146
Foto 113 – Conjunto de casarios antigos	146
Foto 114 – Igreja Matriz de Abaré	146
Foto 115 – Menino cavalgando pelas ruas da cidade	146
Foto 116 – Centro da cidade	147
Foto 117 – Praça da Igreja	147
Foto 118 – Cruzeiro no cais da cidade	147
Foto 119 – Trabalhador empilhando sacos de carvão	148
Foto 120 – Jovens se divertindo no final de tarde, no Rio São Francisco	148
Foto 121 – Cais da cidade	148
Foto 122 – Bandeira de Chorrochó	149
Foto 123 – Igreja Matriz Senhor do Bonfim, construída por Antônio Conselheiro	156
Foto 124 – Conjunto de casarios antigos	156
Foto 125 – Cruzeiro da praça	156
Foto 126 – Praça da Igreja	157
Foto 127 – Antigo Cemitério, construído por Antônio Conselheiro ..	157
Foto 128 – Morador da cidade fazendo visita ao antigo cemitério ..	157
Foto 129 – Artesanato em madeira, feito por Ailton Bahia da Silva ..	158
Foto 130 – Costume de alguns moradores da cidade	158

Foto 131 – Cruzeiro de Antônio Conselheiro	158
Foto 132 – Capela Nossa Senhora da Conceição	158
Foto 133 – Bandeira de Macururé	159
Foto 134 – Igreja do Senhor do Bonfim	167
Foto 135 – Praça da Igreja	167
Foto 136 – Centro da cidade	167
Foto 137 – Praça dos quiosques, na Avenida Antônio Carlos Magalhães	167
Foto 138 – Cruzeiro na Colina Sagrada	168
Foto 139 – Vista Panorâmica da cidade, do alto da Colina Sagrada	168
Foto 140 – Interior da Igreja do Senhor do Bonfim	168
Foto 141 – Sandália de Couro feita pelo artesão local, Evaldo Gomes	169
Foto 142 – Muro com intervenção artística apresentando personalidades sertanejas	169
Foto 143 – Muro com intervenção artística apresentando personalidades sertanejas	169
Foto 144 – Bandeira de Rodelas	170
Foto 145 – Igreja de São João Batista	179
Foto 146 – Praça Aldy Almeida Justiniano Soares	179
Foto 147 – Praça Dr José Alventino Lima	179
Foto 148 – Carrinho da Verdura	180
Foto 149 – Portal dos Festejos Juninos	180
Foto 150 – Trabalhadores na construção do arraial junino	180
Foto 151 – Artesanato feito por Ozana Tuxá	180
Foto 152 – Artesanato feito por Ozana Tuxá	181
Foto 153 – Ozana Tuxá	181
Foto 154 – Rodelas, cidade do Coco na Bahia	181

BRASIL - DIVISÃO REGIONAL



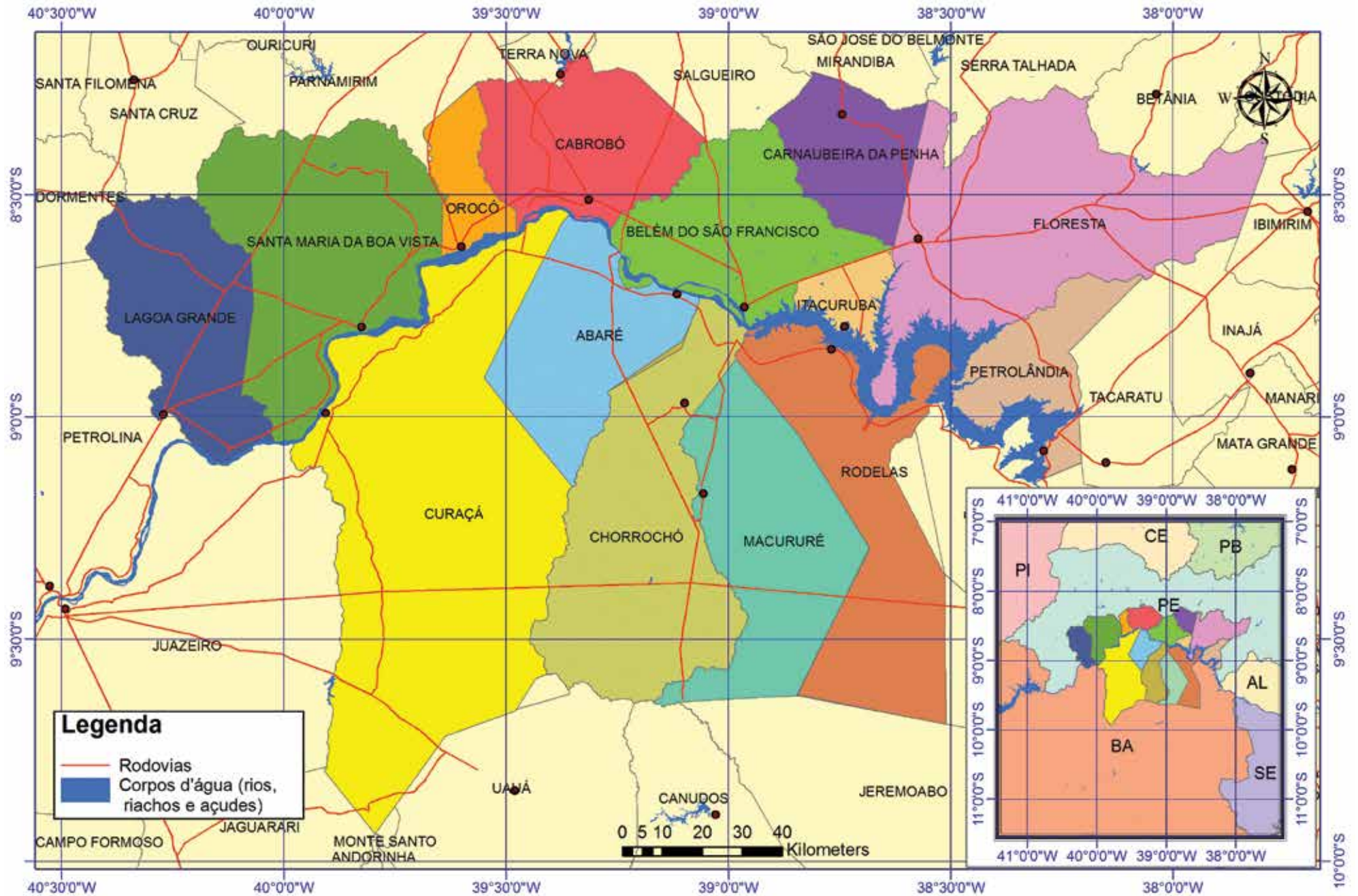
BRASIL - DIVISÃO POLÍTICA



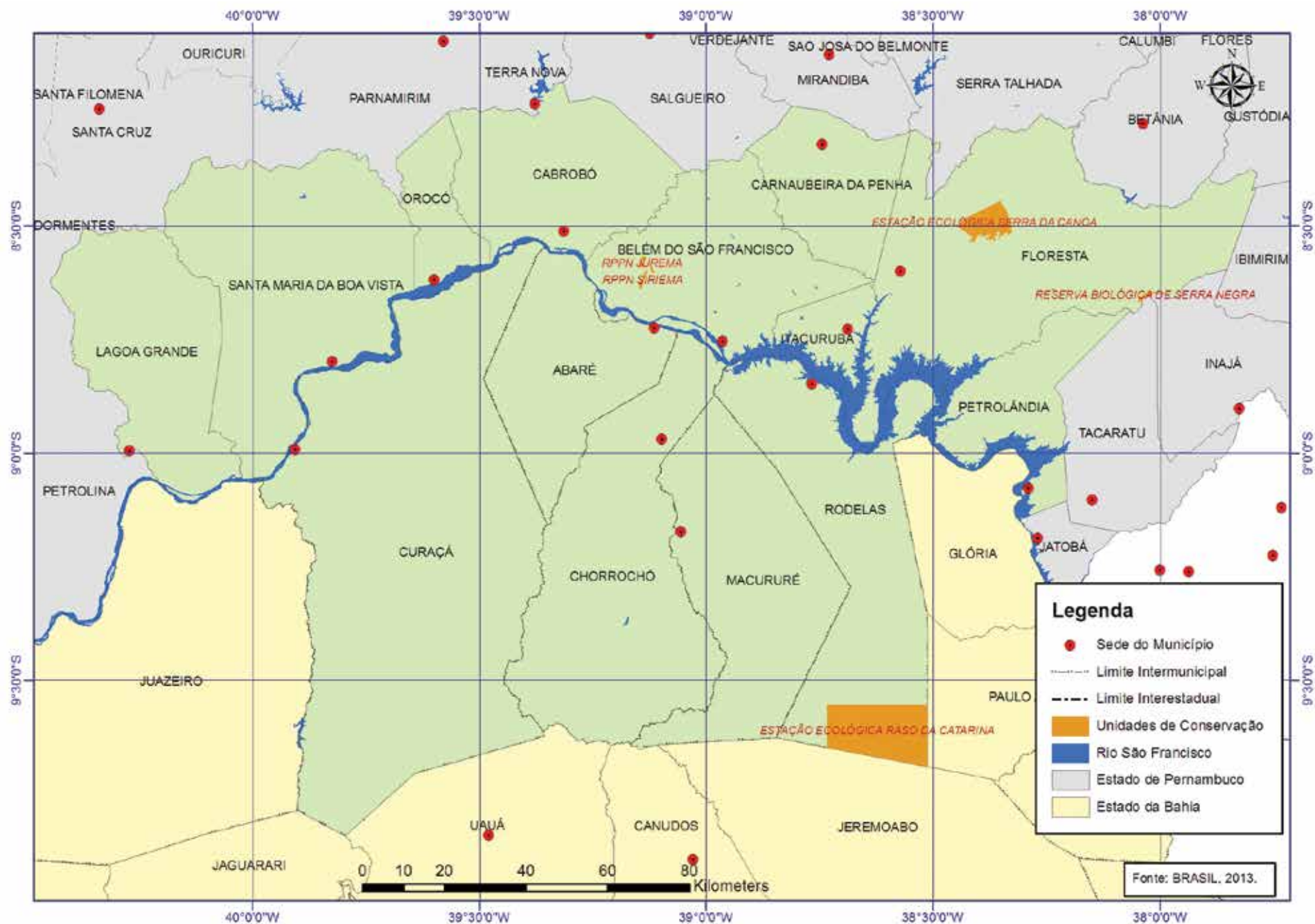
REGIÃO NORDESTE COM SUAS DIVISÕES ESTADUAIS



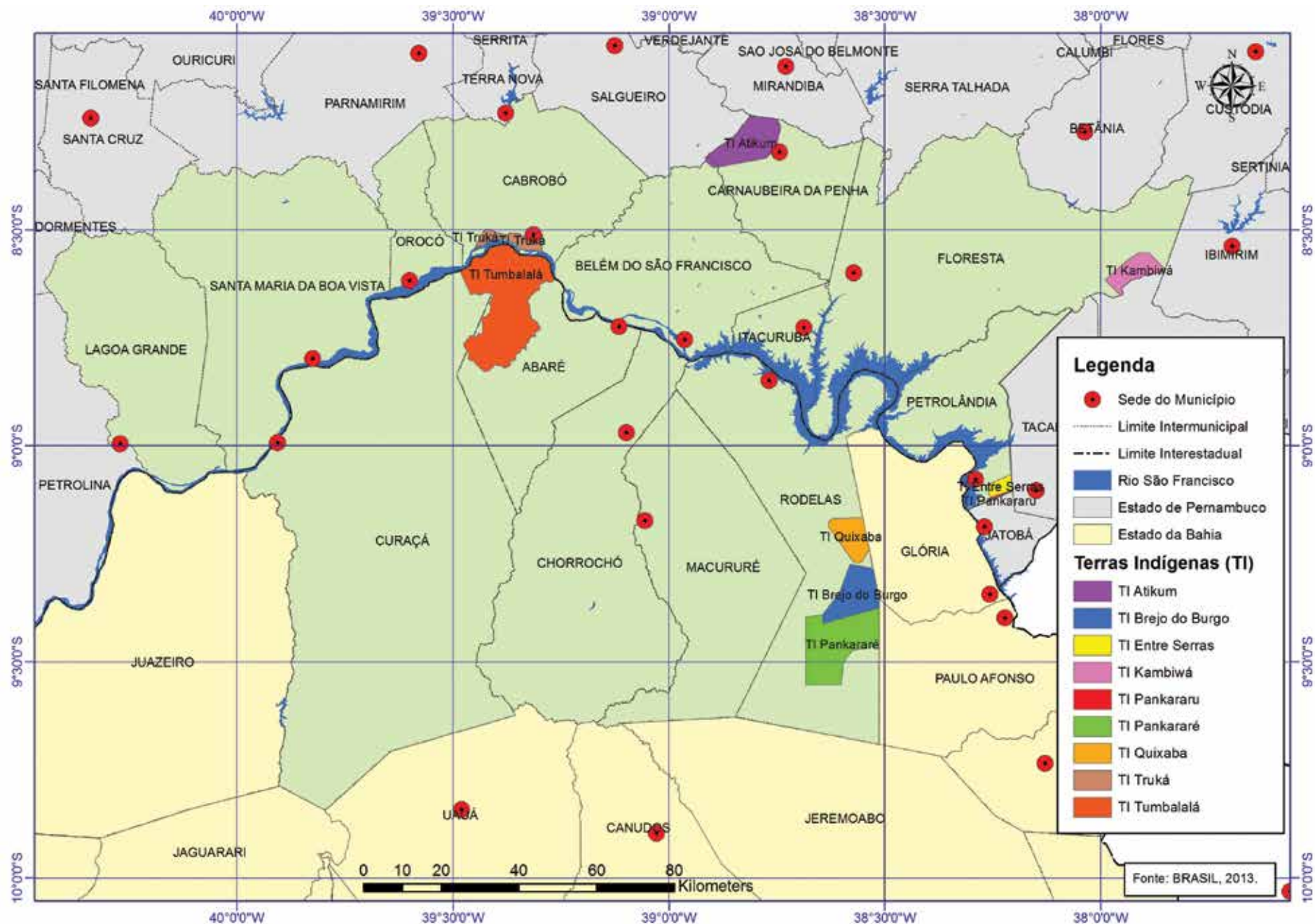
MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO CESVASF



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO CESVASF



TERRAS INDÍGENAS NOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO CESVASF



MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE

MAPA 8 MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, ESTADO DE PERNAMBUCO

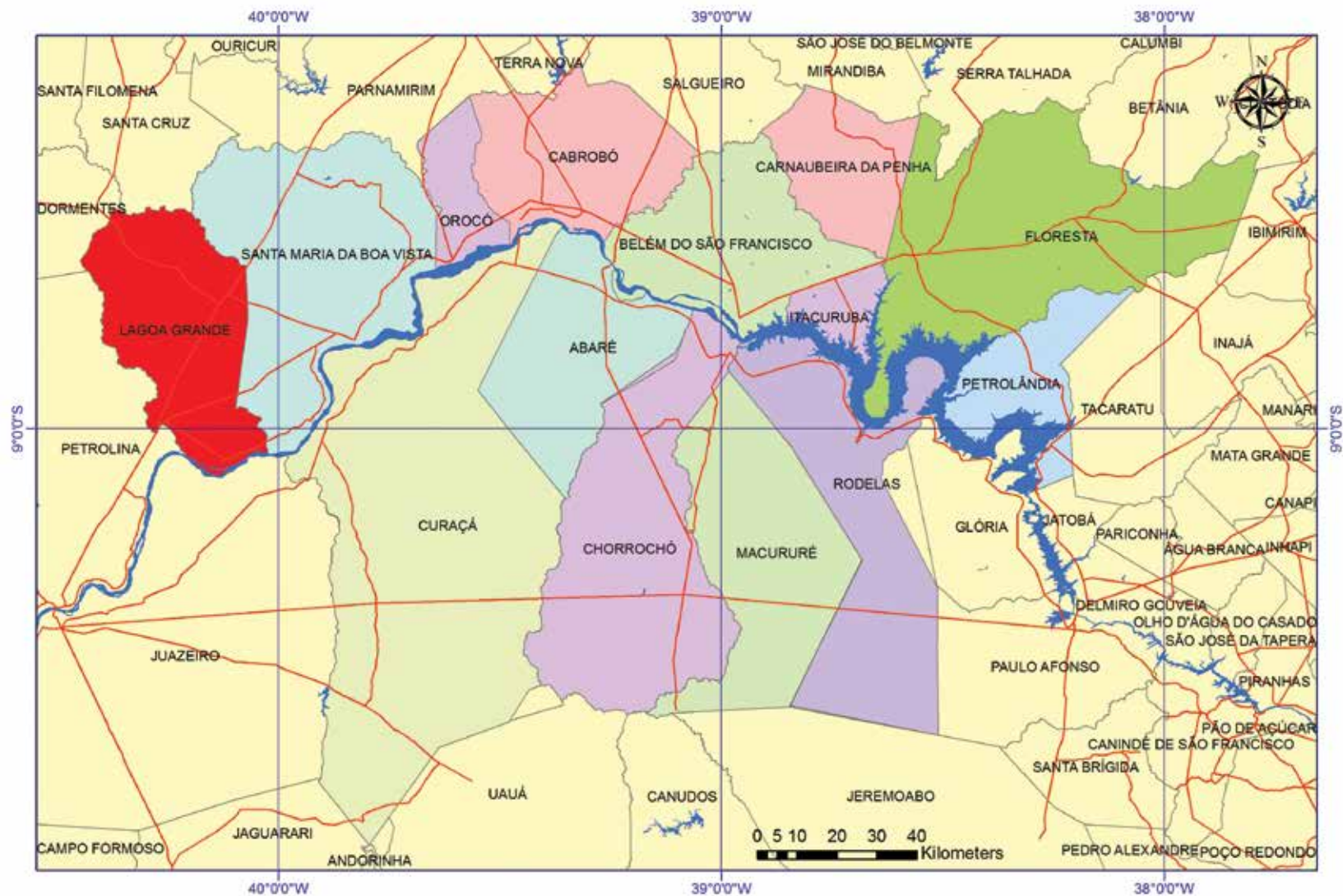


Foto 1 – Bandeira de Lagoa Grande

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015 (hab.): 24.757

Área da unidade territorial (km²): 1.848,928

Densidade demográfica (hab/km²): 12,31

Gentílico: lagoa-grandense

Desmembrado do município de Santa Maria da Boa Vista

Data de criação: 16 de maio de 1995 – Lei Estadual n.º 11.215

Data de instalação: 1º de janeiro de 1997

Data cívica (aniversário da cidade): 16 de junho

Bioma: Caatinga

■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito com denominação de Lagoa Grande, criado pela Lei Municipal n.º 410, de 30 de agosto de 1963 e subordinado ao município de Santa Maria da Boa Vista. Conforme divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1968, o distrito de Lagoa Grande situa-se no município de Santa Maria da Boa Vista, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Posteriormente, é desmembrado do município de Santa Maria da Boa Vista e elevado à categoria de município, com a denominação de Lagoa Grande, pela Lei Estadual n.º 11.215, de 16 de junho de 1995.

Sua sede situa-se no antigo distrito de Lagoa Grande, onde foi instalada em 1º de janeiro de 1997. Em divisão territorial realizada em 2001, o município passa a ser constituído de dois distritos: Lagoa Grande e Jutai, permanecendo da mesma forma após a divisão territorial datada de 2007.

■ HINO

Compositor: Francisco Ataydes e Jorge Luiz Barbosa

*Do ideal de progresso surgiu
A força de um povo vencedor
Que lutando com garra conseguiu
Lagoa Grande és colosso e tem valor*

*Nos campos áridos e nas terras irrigadas
Lagoa Grande sempre cultivou
Frutos de esplendida grandeza
Valorizando sua gente com amor*

*Lutar, lutar e lutar
Como impávido povo varonil
Pois só assim cantaremos sua glória
Lagoa Grande cidade do Brasil*

*Lutar, lutar e lutar
Como impávido povo varonil
Pois só assim cantaremos sua glória
Lagoa Grande cidade do Brasil*

*Nas graças da mãe natureza
O rio nos contemplou
E no correr dessas águas
Riqueza nos proporcionou*

*Nas graças da mãe natureza
O rio nos contemplou
E no correr dessas águas
Riqueza nos proporcionou*

*Lutar, lutar e lutar
Como impávido povo varonil
Pois só assim cantaremos sua glória
Lagoa grande cidade do Brasil*

*Lutar, lutar e lutar
Como impávido povo varonil
Pois só assim cataremos sua glória
Lagoa Grande cidade do Brasil*

■ HISTÓRICO

Lagoa Grande possui uma história bastante recente em comparação aos seus vizinhos limítrofes, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, tendo sido parte integrante do território desta segunda cidade. Contudo, a povoação na localidade tem um passado bastante recuado.

Seguindo o contexto colonial da região, Lagoa Grande (muito antes de assim ser denominada) recebeu uma missão religiosa no século XVIII de frades franciscanos, com invocação a Nossa Senhora dos Remédios, na Ilha do Pontal, onde habitavam os indígenas da tribo Tamanquin (BATISTA, 2005). Antes disso, no século XVII, é possível que o bandeirante Henrique Valadares tenha chegado também a essa ilha, estabelecendo os primeiros contatos com os indígenas locais. Porém, esta informação precisa ser problematizada, principalmente porque se sabe que o território em questão fazia parte dos domínios dos Garcia D'Ávila já nessa época. No entanto, sob a liderança do terceiro Francisco Dias D'Ávila, a dominação local havia sido transferida para procuradores locais (GONÇALVES, 1997), em geral famílias que assumiam o controle de fato do território, embora fossem subalternas à Casa da Torre. Nesse contexto, a Fazenda Volta da família Brandão, que se apropriou do curral ali estabelecido, exercia o poder nas proximidades do atual território municipal de Lagoa Grande.

Por volta do ano de 1900, uma comunidade chamada de Jatobá de Santa Bárbara já figurava nas documentações oficiais da Vila de Santa Maria, outro nome para Santa Maria da Boa Vista, mas é provável que seu núcleo populacional já existisse nas décadas anteriores. Sua composição social e cultural, considerando-se o histórico da Região do Submédio do São Francisco, tinha como estrato as populações indígenas e negras, indivíduos denominados caboclos pelo processo de miscigenação (mas também pelo processo de desconstrução identitária e cultural pelo qual passaram os caracteres indígenas e negros durante a ação colonizadora e ideológica dos europeus no Vale do São Francisco). Pela Lei n.º 10, de 08 de janeiro de 1900, Jatobá de Santa Bárbara é oficialmente criada e anexada à Boa Vista.

Por meio de Lei Municipal n.º 140, de 30 de agosto de 1963, foi criado um distrito subordinado à Santa Maria da Boa Vista, com a denominação de Lagoa Grande. Antes dessa data, contudo, já era possível observar a presença de população cabocla (originada da miscigenação entre indígenas, negros e brancos) nos arredores da lagoa grande existente na localidade, que abastecia os grupos que habitavam o entorno. A problemática acerca das fontes sobre o processo de formação desse município nos encaminha para a utilização das memórias locais enquanto perspectivas para a pesquisa histórica. Nesse sentido, em um artigo publicado no *Portal Pernambuco Nação Cultural*, Barbosa (2016) sugere três possibilidades para o surgimento do nome *Lagoa Grande*: a primeira seria em função das chuvas que aumentaram o volume de água e, de fato, criaram uma grande lagoa por meio da junção de pequenos lagos que abasteciam as populações locais; a segunda seria oriunda de um ato de crueldade de um senhor com seu escravo (hipótese romanesca e perpetuada por meio da memória local enquanto mito fundador); e a terceira estaria relacionada ao fato de já existir essa grande lagoa, a maior da região, donde as comunidades locais retiravam seu sustento diário. A esse respeito, ressaltamos que tais versões, oriundas de histórias contadas por parte da população idosa da cidade, foram concatenadas e utilizadas por Barbosa em seu breve relato.

Tal qual Boa Vista, Lagoa Grande teria energia elétrica somente por volta da década de 1960, dependendo antes disso da energia a óleo diesel e a lenha. Sua conexão com Petrolina e Juazeiro veio a solidificar-se com a construção da estrada Recife-Petrolina em 1970. Apesar de ser uma cidade ribeirinha, Lagoa Grande atuou como um município secundário no eixo das grandes navegações comerciais e de passageiros do São Francisco, processo esse que dependeu em grande parte do fluxo estabelecido por Juazeiro (Bahia) e Pirapora (Minas Gerais) (MAGALHÃES, 2014; CHILCOTE, 1991). O desenvolvimento da fruticultura irrigada a partir de 1970 beneficiou o município de forma decisiva, uma vez que o cultivo da uva, em especial, foi sistematizado.

Sua emancipação política ocorreu apenas em 1995, pela Lei Estadual n.º 11.215, de 16 de junho, durante o governo de Miguel Arraes. Em sua composição, o novo município teria dois distritos lagoa Grande e Jutai (novo nome do povoado de Jatobá de Santa Bárbara).

■ BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **Versão Preliminar do relatório Circunstanciado da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá**. Brasília: Funai, 2005.

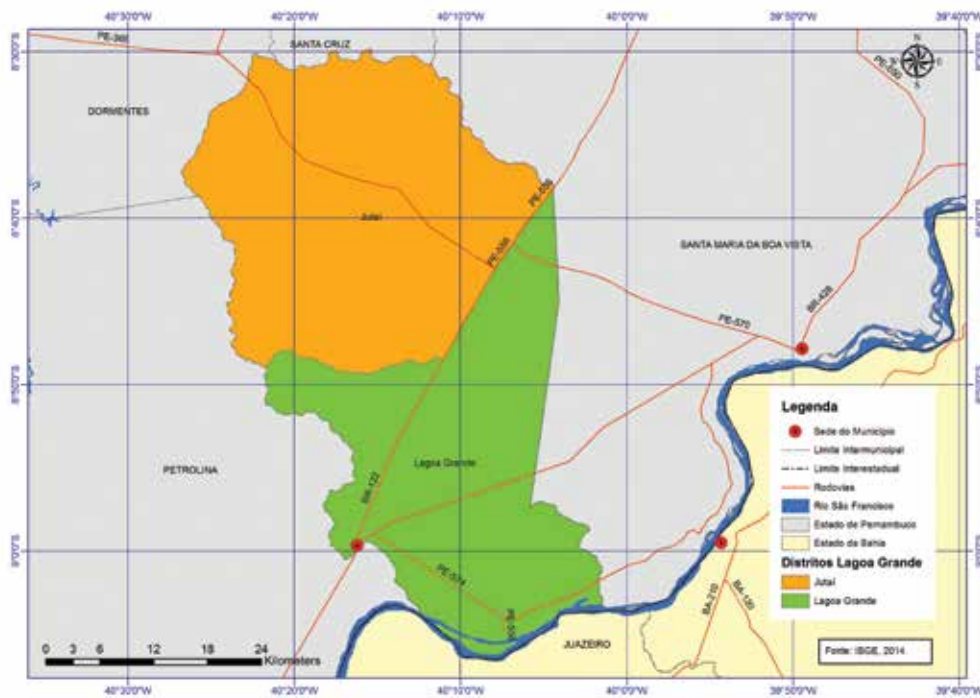
CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: EDUSP, 1991.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA**: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

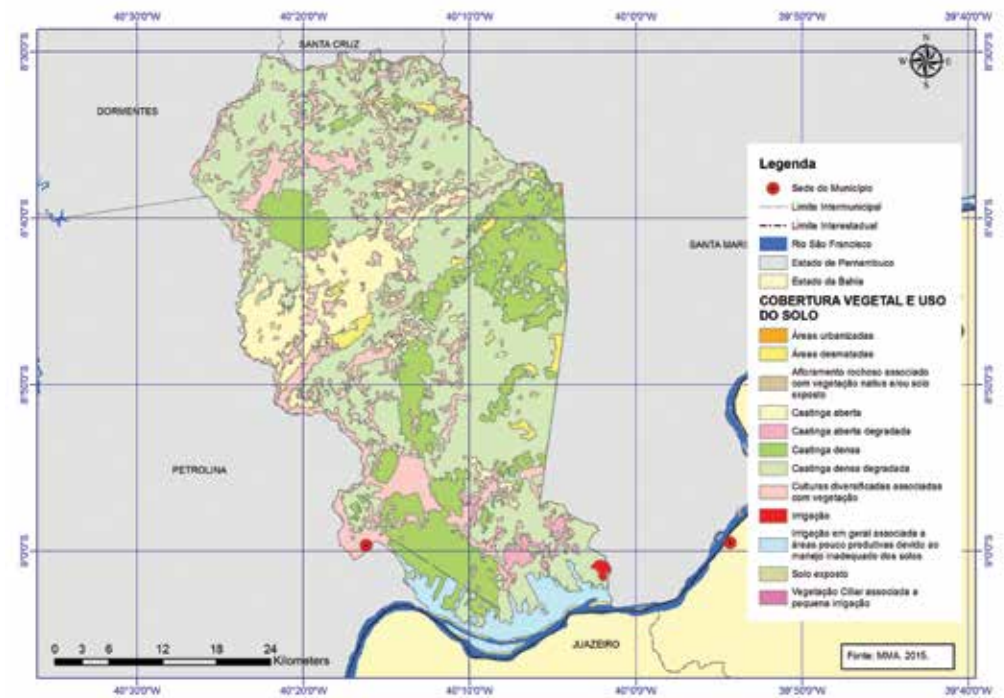
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MAGALHÃES, Pablo Michel Cândido Alves de. **Olhares da cidade**: sentidos e representações nas memórias das navegações em Juazeiro/BA, décadas de 1940-1970. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

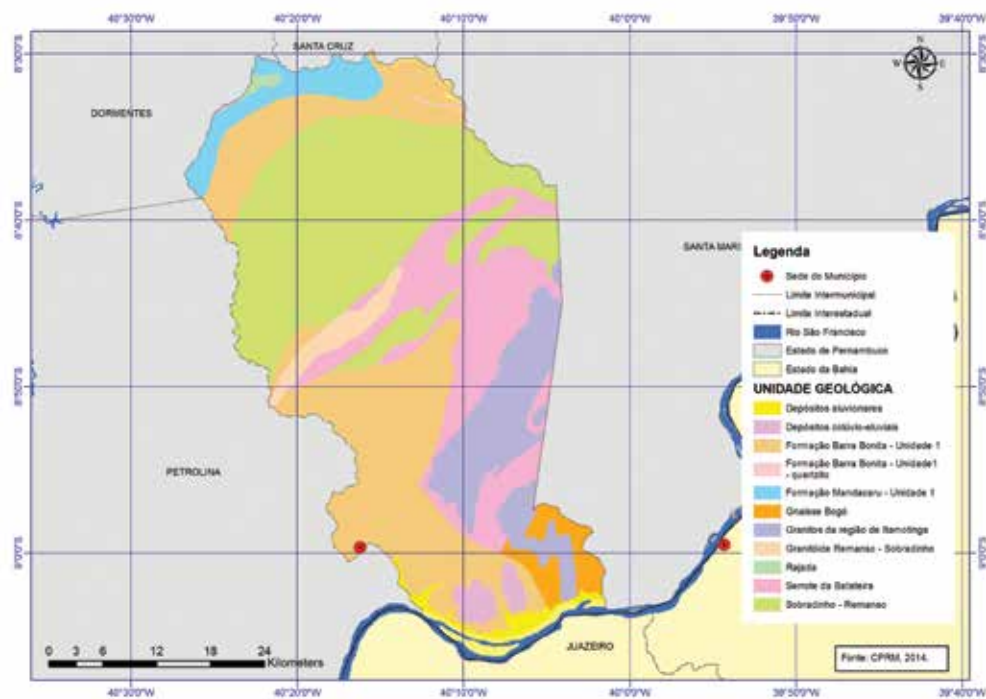
MAPA 9
DIVISÃO POLÍTICA DE LAGOA GRANDE



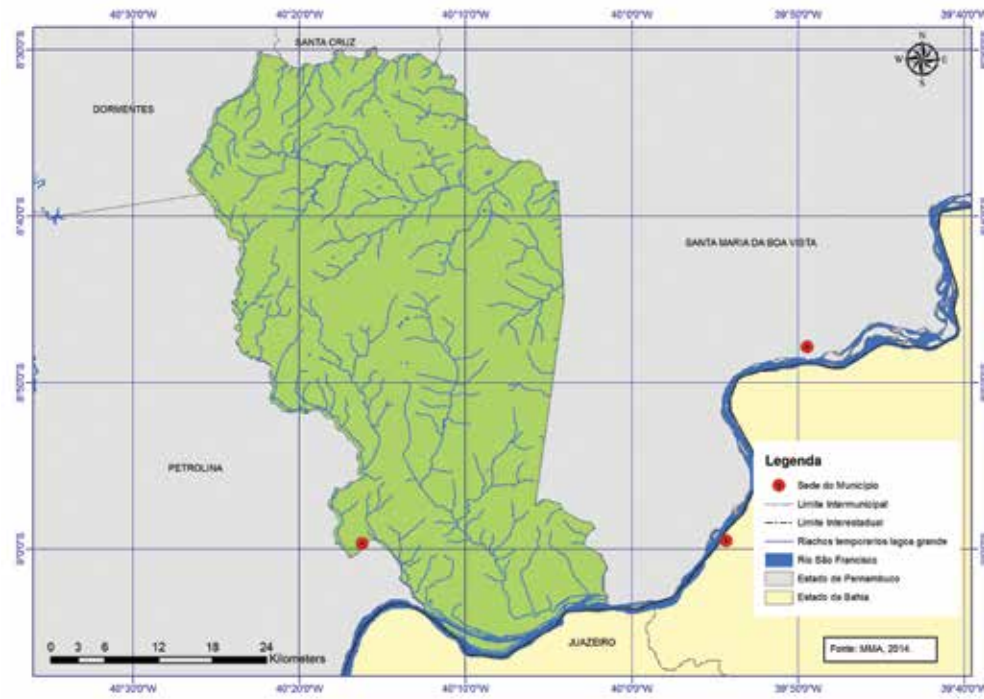
MAPA 10
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE LAGOA GRANDE



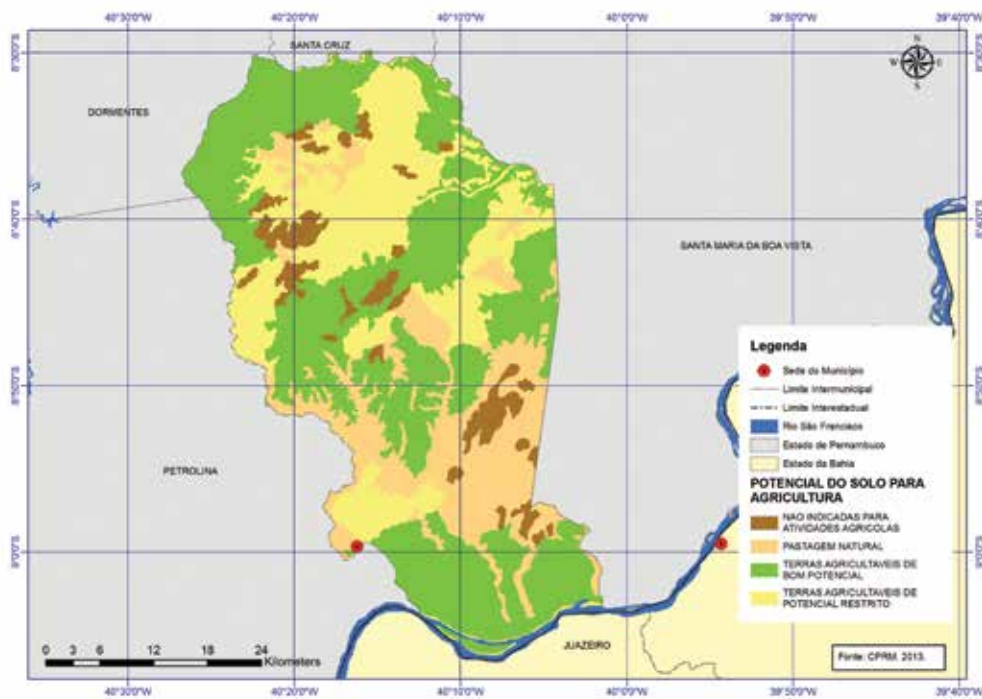
MAPA 11
GEOLOGIA DE LAGOA GRANDE



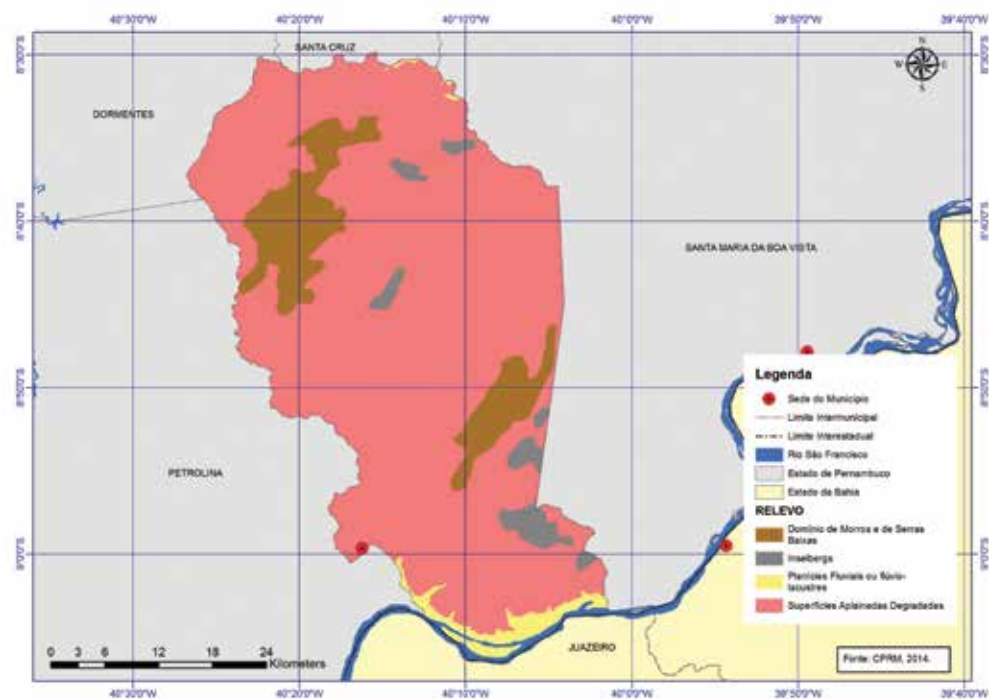
MAPA 12
HIDROGRAFIA DE LAGOA GRANDE



MAPA 13
POTENCIAL DO SOLO DE LAGOA GRANDE

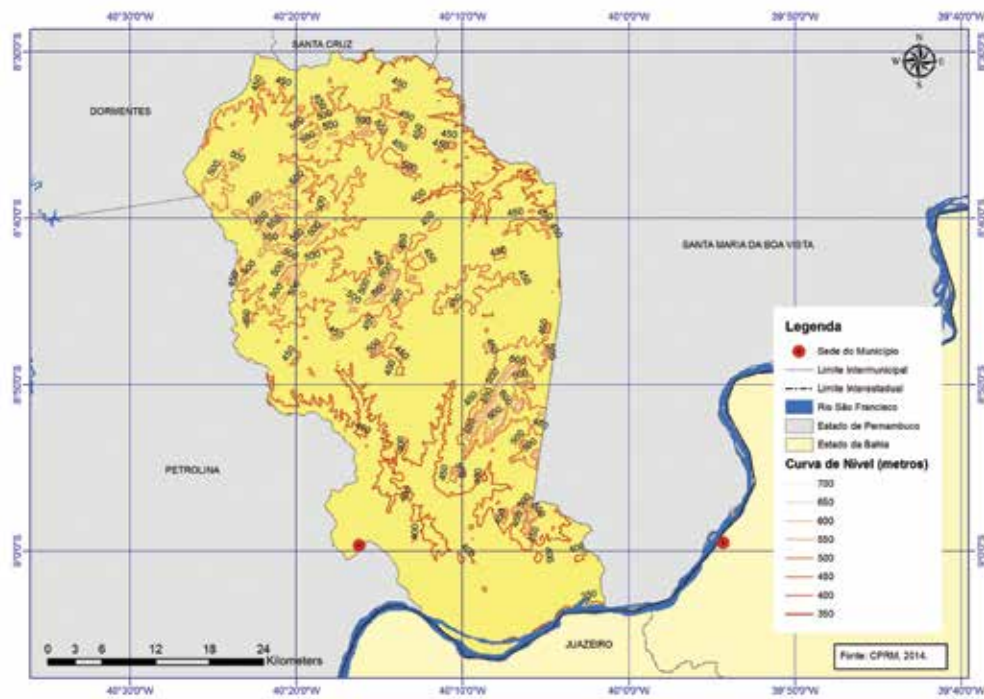


MAPA 14
RELEVO DE LAGOA GRANDE



MAPA 15

RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE LAGOA GRANDE



MAPA 16

IMAGEM DE SATÉLITE DE LAGOA GRANDE

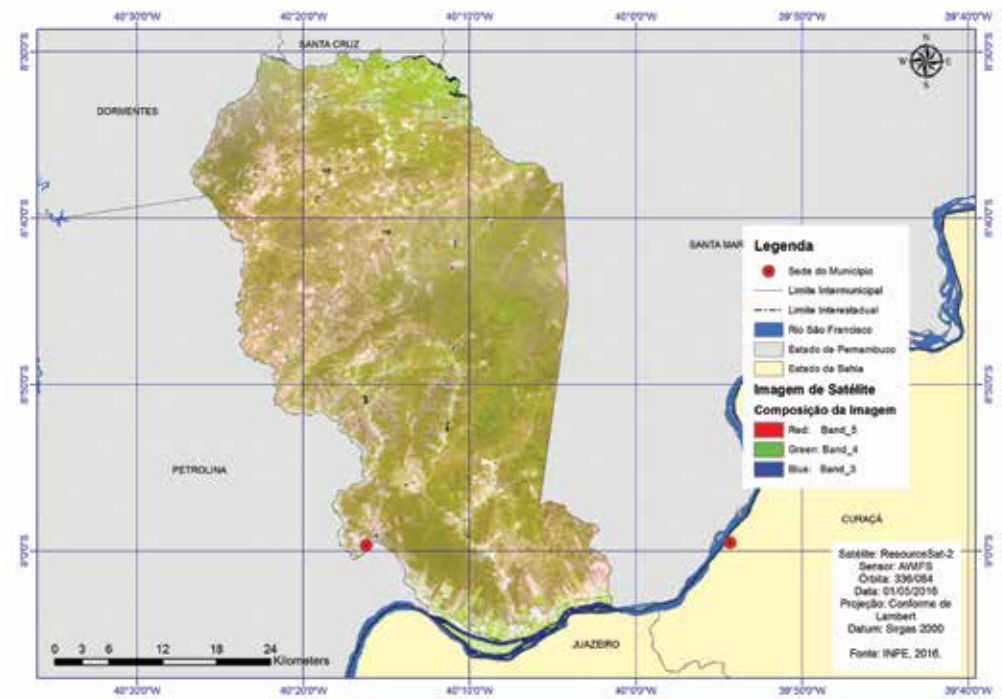




Foto 2 – Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora

Foto 3 – Monumento localizado na entrada da cidade – Frei em Oração

Foto 4 – Barris de armazenamento para conservação dos vinhos

Foto 5 – Adega da Vinícola Rio Sol



Foto 6 – Processo de Colheita da Uva



Foto 7 – Fazenda de vinicultura



Foto 8 – Alto do Facheiro

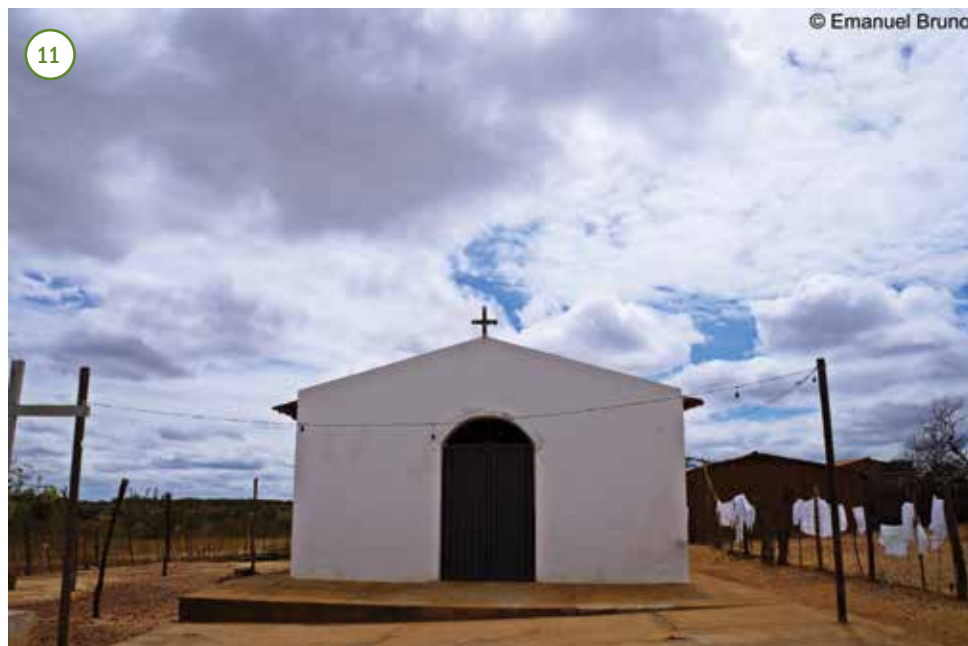


Foto 9 – Teodora Pereira Borges, Lucimara Pereira Borges (líder da comunidade Lambedor) e Raimunda Pereira Borges

Foto 10 – Comunidade Lambedor

Foto 11 – Capelinha da Comunidade Lambedor



Foto 12 – Bandeira de Santa Maria da Boa Vista

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015 (hab.): 41.293

Área da unidade territorial (km²): 3.001,179

Densidade demográfica (hab/km²): 13,14

Gentílico: boa-vistense

Data de criação: 30 de dezembro de 1953 – Lei Estadual n.º 1.819

Data de instalação: 1º de janeiro de 1939

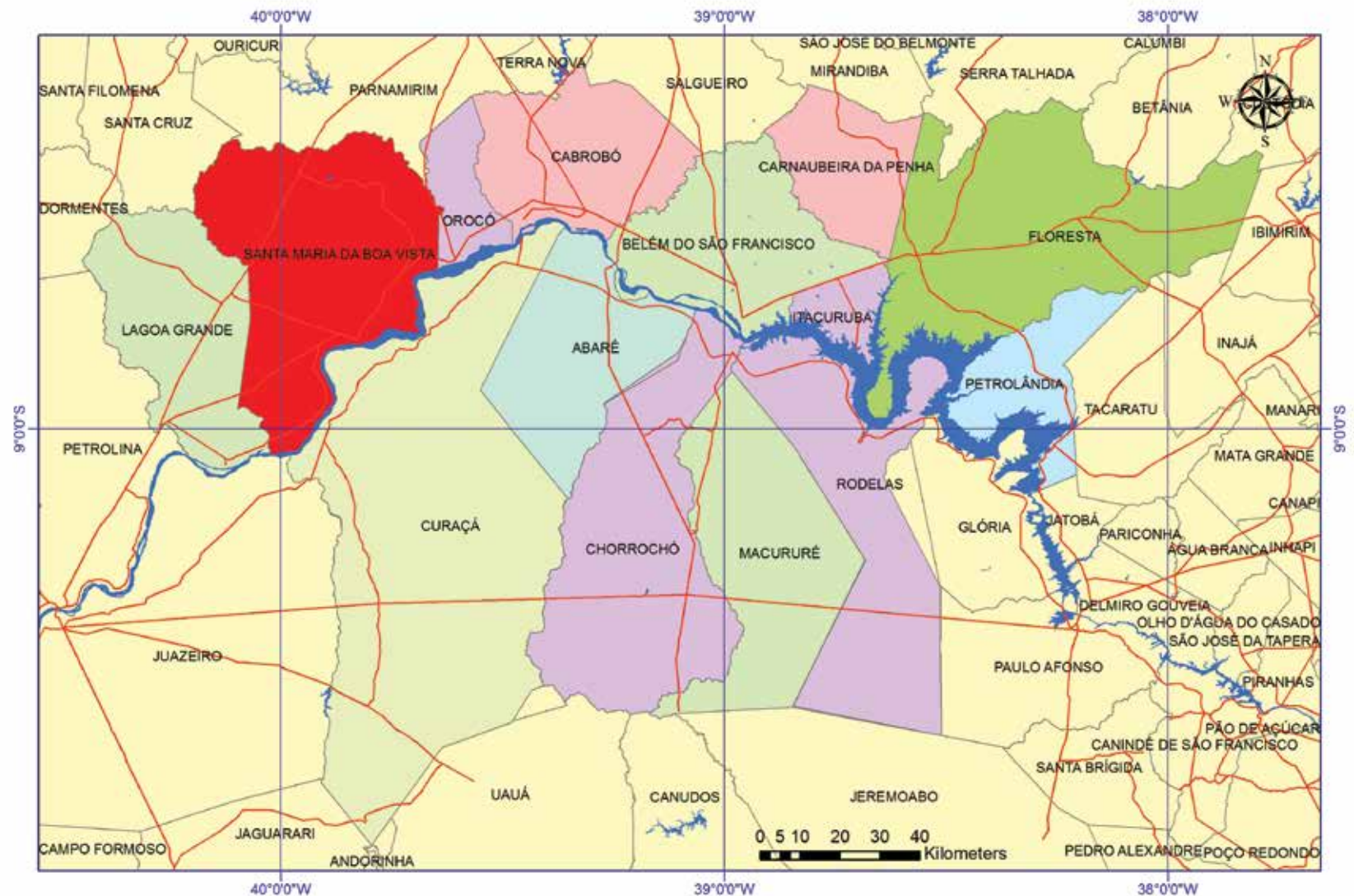
Data cívica (aniversário da cidade): 07 de junho

Bioma: Caatinga

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

MAPA 17

MUNICÍPIO SANTA MARIA DA BOA VISTA, ESTADO DE PERNAMBUCO



■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Freguesia criada, com a denominação de Boa Vista, pela Resolução de 30 de janeiro de 1762, elevada à categoria de vila, também com a denominação de Boa Vista, pela Lei Provincial n.º 58, de 19 de abril de 1838, e instalada em 1º de outubro de 1838. Pelas Leis Provinciais n.º 530, de 07 de junho 1862, e n.º 921, de 18 de maio de 1870, a Vila de Boa Vista foi extinta.

É então elevada novamente à categoria de vila, pelas Leis Provinciais n.º 601, de 13 de maio de 1864, e n.º 1.057, de 07 de junho de 1872, sendo reinstalada em 30 de maio de 1873. Pela Lei Municipal n.º 4, de 16 de janeiro de 1893, é criado o distrito de Caraíbas, que é anexado ao município de Boa Vista.

Pela Lei Municipal n.º 10, de 08 de janeiro de 1900, é criado o distrito de Jatobá de Santa Bárbara, que é anexado ao município de Boa Vista, sendo, após, elevado à condição de cidade e de sede do município, com a denominação de Boa Vista, pela Lei Estadual n.º 9.991, de 01 de julho de 1909. Em divisão administrativa ocorrida em 1911, o município passa a ser constituído de três distritos: Boa Vista, Jatobá de Santa Bárbara e Caraíbas.

Pela Lei Municipal n.º 66, de 24 de abril de 1917, é criado o distrito de Malha da Real, o qual é anexado ao município de Boa Vista. Desse modo, em divisão administrativa realizada no ano de 1933, o município passa a ser constituído de quatro distritos: Boa Vista, Jatobá de Santa Bárbara, Malha Real e Caraíbas.

Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município é constituído, então, de quatro distritos: Boa Vista, Jatobá de Santa Bárbara, Pontal (antigo Malha da Real) e Caraíbas. Pelo Decreto Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, o distrito de Jatobá de Santa Bárbara ganhou a denominação de Jutaí. Esse mesmo decreto estadual também extinguiu os distritos de Caraíbas, sendo seu território anexado ao distrito-sede do município de Boa Vista, e de Malha da Real (antigo município de Pontal), anexado ao distrito de Jutaí (ex-Jatobá de Santa Bárbara), que é pertencente ao município de Boa Vista.

Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 13 de dezembro de 1943, o município de Boa Vista passou a denominar-se Caripós, de modo que, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município é constituído de dois distritos: Caripós e Jutaí. Pela Lei Estadual n.º 1.819, de 30 de dezembro de 1953, o município de Caripós recebe outro nome, Santa Maria da Boa Vista, motivo pelo qual, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955, o município passa a ser constituído dos distritos Santa Maria da Boa Vista e Jutaí, assim permanecendo em divisão territorial ocorrida em 1º de julho de 1960.

Pela Lei Municipal n.º 410, de 30 de agosto de 1963, são criados os distritos de Caraíbas, Lagoa Grande e Urimamã, sendo anexados ao município de Santa Maria da Boa Vista. Dessa forma, em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído de cinco distritos: Santa Maria da Boa Vista, Caraíbas, Jutaí, Lagoa Grande e Urimamã, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1995.

Após, a Lei Estadual n.º 11.215, de 16 de junho de 1995, desmembra do município de Santa Maria da Boa Vista os distritos de Lagoa Grande e Jutaí, para constituir o novo município de Lagoa Grande. Em divisão territorial realizada em 2001, o município é constituído, então, de três distritos: Santa Maria da Boa Vista, Caraíbas e Urimamã, permanecendo da mesma forma em divisão territorial datada de 2007.

Assim sendo, durante esse período, ocorreram as seguintes alterações toponímicas municipais: Boa Vista para Coripós, denominação alterada pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943; e Coripós para Santa Maria da Boa Vista, nome alterado pela Lei Estadual n.º 1.819, de 30 de dezembro de 1953.

■ HINO

Compositor: Dr. Pedro Ivo Sampaio

*Nesta margem feliz do grande rio Boa Vista surgiu e vai assim...
Do sertão ao calor do sol bravio
Do trabalho visando ao nobre fim.*

*É nossa terra
É nossa gente
Aqui se encerra o amor ardente
De nossos pais
Das mães queridas
Padrões reais das nossas vidas.*

*Seus brasões são os nomes muito honrados
Das antigas famílias que gerou
Sua glória é saber que no passado
Seu futuro de paz tem um penhor.*

*É nossa terra
É nossa gente
Aqui se encerra o amor ardente
De nossos pais
Das mães queridas
Padrões reais das nossas vidas.
No seu nome se exalta a virgem santa*

*Divinal padroeira do lugar
Lá na serra o cruzeiro se levanta
Ao Brasil, nossa fé a proclamar.*

*É nossa terra
É nossa gente
Aqui se encerra o amor ardente
De nossos pais
Das mães queridas
Padrões reais das nossas vidas.*

*Sua história no bem será contada
Pela fibra tenaz dos filhos seus
No sucesso da luta pela vida
Do civismo colhendo seus troféus.*

*É nossa terra
É nossa gente
Aqui se encerra o amor ardente
De nossos pais
Das mães queridas
Padrões reais das nossas vidas.*

■ HISTÓRICO

O processo de nascimento das povoações do Vale do São Francisco ocorreu por meio de três fatores principais: primordialmente, as tribos Cariris, Amoi-piras, Caetés, Gês, Ocrens, Tamaquius, Paiaiás, Macarás e Sacragrinhos e alguns outros grupos e/ou nações habitavam as terras à beira do rio, chamadas por eles de Opara (rio-mar); em um segundo momento, são os europeus que, em seu projeto de conquista e colonização das terras recém-descobertas,

invadem o interior do semiárido, seguindo o curso do rio e utilizando-o como elemento de subsistência ao longo das batalhas contra os indígenas pela posse territorial; e em um terceiro momento, há a presença negra a partir do século XVII, seja em decorrência da força de trabalho escrava ou de grupos negros fugidos e alforriados que encontravam no “sertão”¹ um espaço de refúgio e liberdade (GONÇALVES, 1997).

Essa construção cultural, econômica e social, que permeou o desenrolar da colonização às margens do Rio Opara, configura-se como a base das povoações do Vale do São Francisco, em especial da Bahia e de Pernambuco, foco das nossas reflexões no presente trabalho. A forma de relação e interação entre esses povos encontrou seu núcleo no *curral*, atividade pecuária que alimentava a produção agrícola das metrópoles litorâneas (Recife e Salvador), uma vez que, por determinação de Tomé de Souza, em 1550, “os rebanhos foram afastados não apenas das adjacências da capital, como também de toda faixa litorânea, área destinada ao plantio da cana-de-açúcar” (GONÇALVES, 1997, p.16). Os currais eram, também, entrepostos comerciais semiurbanos e pequenas unidades de consumo do que era produzido por beiradeiros e moradores da Caatinga (JANSEN, 2016), servindo como rota para a histórica estrada de tropeiros entre Piauí e Bahia, da qual Juazeiro, na parte baiana, era o principal centro comercial, sendo a atividade de navegação fluvial um meio de escoamento de víveres e produtos (CHILCOTE, 1991).

Santa Maria da Boa Vista participou desse processo histórico de formação do semiárido pernambucano às margens do São Francisco, sendo um importante núcleo populacional. Do ponto de vista administrativo, o território em que estava inserido o espaço originário de Santa Maria da Boa Vista fazia parte dos domínios da Casa da Torre, comandada pela família Garcia D’Ávila. Francisco Dias D’Ávila, neto do patriarca da Casa da Torre, foi quem devassou a região, impondo sua dominação sobre a população autóctone e capitaneado de forma decisiva por seu tio, o Padre Antônio Pereira (GONÇALVES, 1997). Sob a liderança de seu filho, o segundo Garcia d’Ávila, o processo de conquista e expropriação das terras beiradeiras do São Francisco foi completado, dando início ao sistema de currais enquanto estratégia de criação bovina e povoamento das terras recém-adquiridas, por volta de 1640. A família seguinte a possuir as concessões de domínio sobre o território foi a Brandão, cuja propriedade se chamava *Fazenda Volta*, provavelmente uma alusão à curva feita pelo rio justamente naquela localidade.

Juntamente com esse processo de instalação dos currais por parte da Casa da Torre e de seus agentes no interior da capitania e com a solidificação do domínio por parte da Fazenda Volta, desenvolveu-se a prática das missões religiosas, fator cultural fundamental no processo de construção da sociedade local.

No processo colonial do sertão nordestino, iniciado no século XVI, as margens baiana e pernambucana do Rio São Francisco serviram de importantes canais de entrada para uma política de ocupação e expansão territorial etnocêntrica e expropriadora, representada em suas duas principais formas, as fazendas de gado e missões religiosas (CAMPOS, 2008, p. 2).

Por volta de 1672, quando, por ato da Mesa da Consciência e Ordenas de 30 de janeiro deste mesmo ano, foi criada a paróquia local, tendo como padroeira Santa Maria, com invocação a Imaculada Conceição, pertencendo inicialmente à Diocese de Olinda, existiam várias aldeias indígenas na região. Santa Maria da Boa Vista recebeu, já no século XVIII, as missões religiosas de frades franciscanos na Ilha de Coripoz, habitada originalmente por indígenas

1 Esse conceito é entendido aqui, de acordo com o professor Sidcley C. Pereira (Universidade de Pernambuco – UPE), como um local definido mediante a realidade simbólica formada por uma imagem à qual se associam questões culturais historicamente construídas. Em contraposição ao que é civilizado, o sertão define aquilo que é distante para o colonizador, sendo, também, um aporte identitário e um espaço de pertencimento.

oriundos da nação *Coripó*, com invocação a Nossa Senhora do Pillar, e na Ilha de Inhamuns, cuja população era formada por indivíduos da nação indígena *Kariri*, sob invocação de Nossa Senhora da Piedade (BATISTA, 2005). Posteriormente, já no século XX, outra missão, realizada desta vez por frades capuchinhos, foi empreendida na localidade, sendo lembrada anualmente pelos habitantes locais por meio de uma procissão pelas ruas da cidade e tendo como marco memorial o cruzeiro do Monte Carmelo (JANSEN, 2016).

As diversas aldeias presentes na região foram alvo dessas missões religiosas que, sob a argumentação de que deveriam catequizar e civilizar os indígenas, contribuíram para o processo de homogeneização étnica e descaracterização cultural desses povos. Outro processo cultural silenciado se refere aos negros que, escravizados e trazidos pelos colonos locais para o trabalho pastoril ou fugidos do litoral, também compunham o estrato social de Santa Maria da Boa Vista. Diante da dominação ideológica e física da colonização, as alianças formadas por “índios e negros (ex)escravos permitiram a sobrevivência e resistência desses grupos frente a opressão do inimigo branco” (CAMPOS, 2008, p.4), originando a construção de grupos etnicamente característicos dessa região. Esse processo, que deu origem ao que a literatura dos séculos XVIII e XIX chama de *caboclos*, permitiu a formação de um grupo étnico miscigenado e com uma identidade própria, mas que clama para si suas raízes indígenas e negras. Atualmente, as comunidades quilombolas de Cupira, Serrote e Inhanhum buscam reafirmar os traços destes povos ancestrais, com ênfase à cultura negra, em um processo de reconstrução identitária.

Segundo os dados disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015), na seção *Cidades*, a Freguesia foi criada com a denominação de Boa Vista pela Resolução de 30 de janeiro de 1762, tendo sido elevada à categoria de vila, também com a denominação de Boa Vista, pela Lei Provincial n.º 58, de 19 de abril de 1838. Ocorreu, contudo, um processo de revogação desta categoria, da qual Boa Vista foi destituída brevemente em 1870, retornando à condição de vila em 07 de junho de 1872 pela Lei Provincial n.º 1.057. Esta data, costumeiramente, é tomada como marco da emancipação política do município, sendo atribuída a ação fundadora ao coronel Francisco Jácome de Carvalho, que figura entre os relatos locais como o responsável pela criação de Santa Maria da Boa Vista. Essa perspectiva é notoriamente uma visão das classes dominantes sobre o processo de construção local, uma vez que, em sua essência, a povoação, fruto dos processos coloniais e da ação dos indivíduos envolvidos (negros escravizados e libertos, indígenas e brancos colonizadores), já existia. Oficialmente, ela é elevada à condição de cidade apenas pela Lei Estadual n.º 991, de 1º de julho de 1909.

Historicamente, Boa Vista compreendia, também, o território dos atuais municípios de Petrolina e Lagoa Grande, que se desmembraram, respectivamente, em 1862 e 1995. Ao longo do século XX, a já cidade de Santa Maria da Boa Vista se desenvolveu tendo como base principal a agricultura e a pecuária, também possuindo um comércio local aquecido por feiras livres. O cultivo local girava em torno do algodão, da mamona e da cana-de-açúcar, bem como das culturas de subsistência do feijão, do milho e da mandioca (JANSEN, 2016). Sua proximidade do centro de trocas comerciais de Juazeiro (Bahia) fazia com que, por meio das navegações, a cidade pernambucana também participasse dos constantes intercâmbios econômicos que a cidade baiana, considerada capital do São Francisco ao longo de boa parte de todo o século XX, proporcionava por meio de sua frota fluvial e de sua conexão com Pirapora (Minas Gerais) e com os estados do eixo sul/sudeste do país (CHILCOTE, 1991).

Do ponto de vista da infraestrutura, Santa Maria da Boa Vista contava, desde a década de 1930, com fornecimento de energia a lenha, a qual foi posteriormente substituída pelo óleo diesel (fonte comum de energia em boa parte das cidades ribeirinhas nesse período). Apenas em 1966 a energia elétrica chega à cidade, advinda da produção da Hidrelétrica de Paulo Afonso sob a organização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

Na década de 1970, a fruticultura irrigada como um todo passou a ser praticada em grande escala no Vale do Submédio São Francisco, impulsionada pelos investimentos estrangeiros, em especial da família estadunidense Rockefeller (CHILCOTE, 1991). Santa Maria da Boa Vista, apesar de não figurar como principal foco desse processo, também participou no desenvolvimento dessa modalidade agrícola.

■ BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **Versão Preliminar do relatório Circunstanciado da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá**. Brasília: Funai, 2005.

CAMPOS, Carla Siqueira. Rio São Francisco: o rio da injustiça ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: EDUSP, 1991.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA: Formação histórica e social do submédio São Francisco**. Juazeiro: Franciscana, 1997.

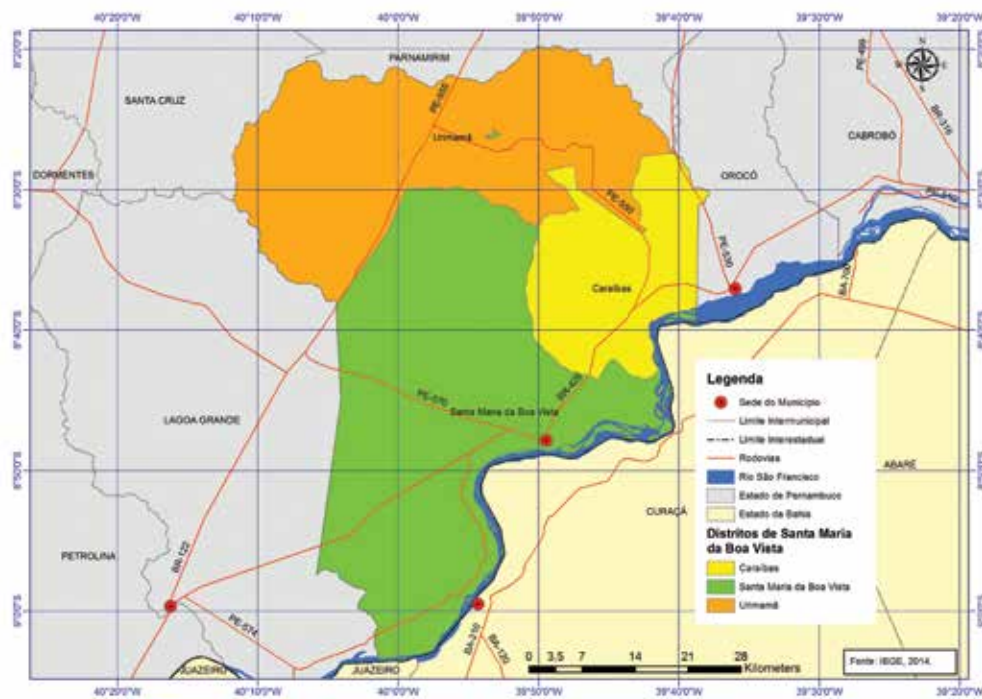
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Santa Maria da Boa Vista**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=261260&search=santa-maria-da-boa-vista>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

JANSEN, Wilame. **O Sub-médio São Francisco e Santa Maria da Boa Vista**. Âncora, Recife. Disponível em: <http://www.ancora.org.br/textos/010_jansen.html>. Acesso em: 22 maio 2016.

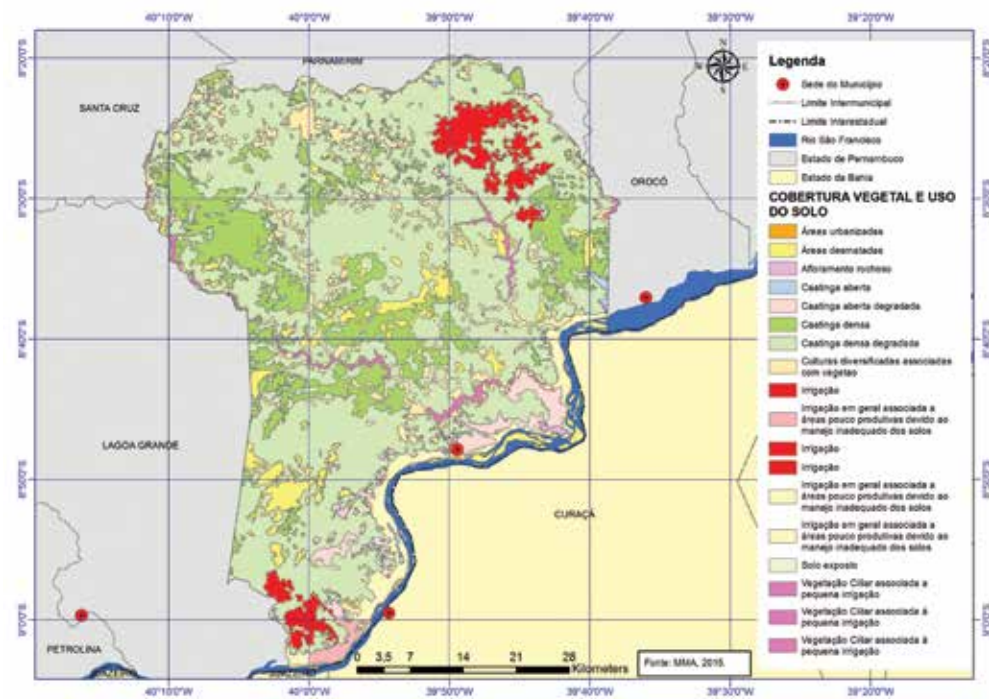
MAPA 18

DIVISÃO POLÍTICA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA



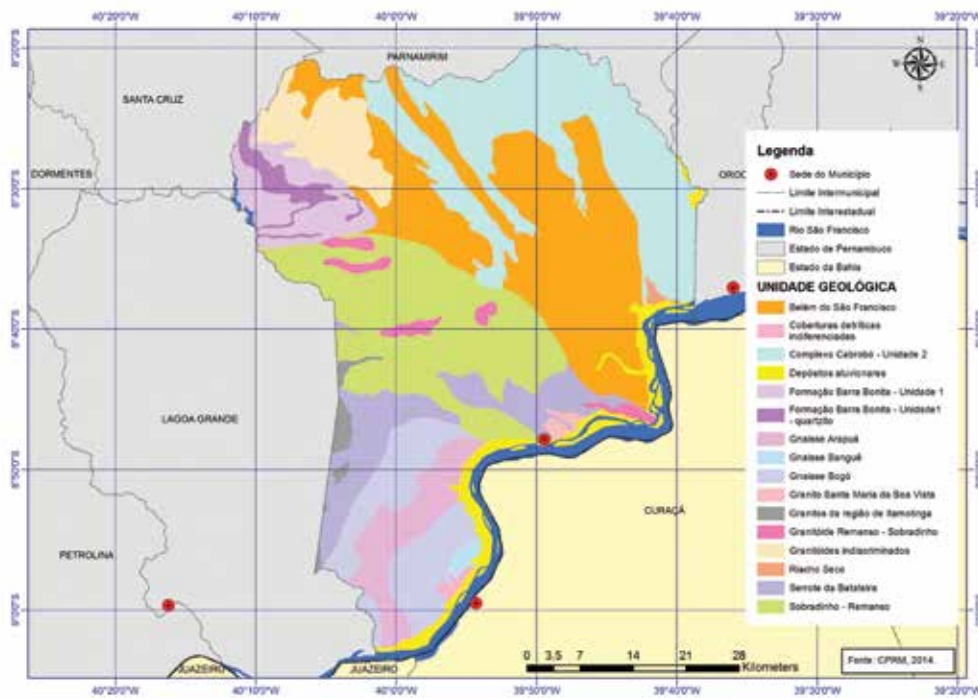
MAPA 19

COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA



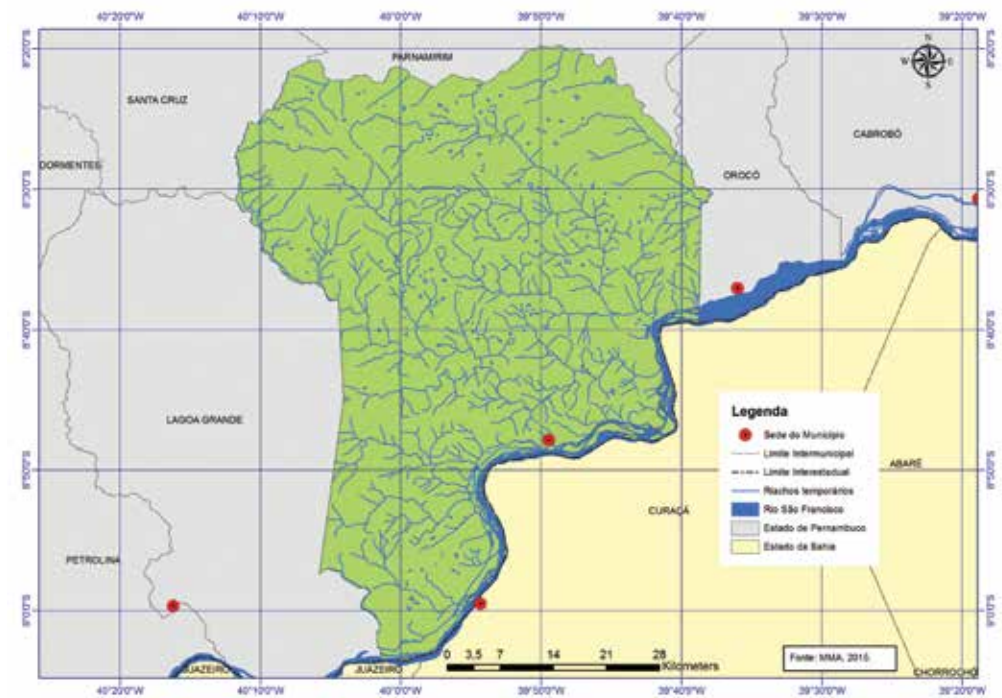
MAPA 20

GEOLOGIA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA



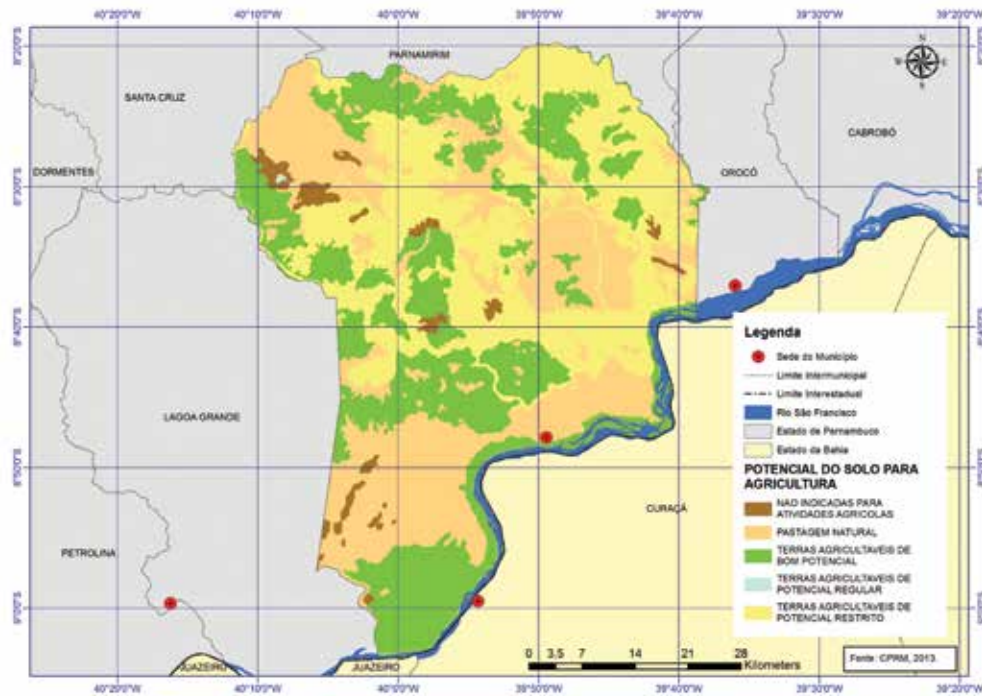
MAPA 21

HIDROGRAFIA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA



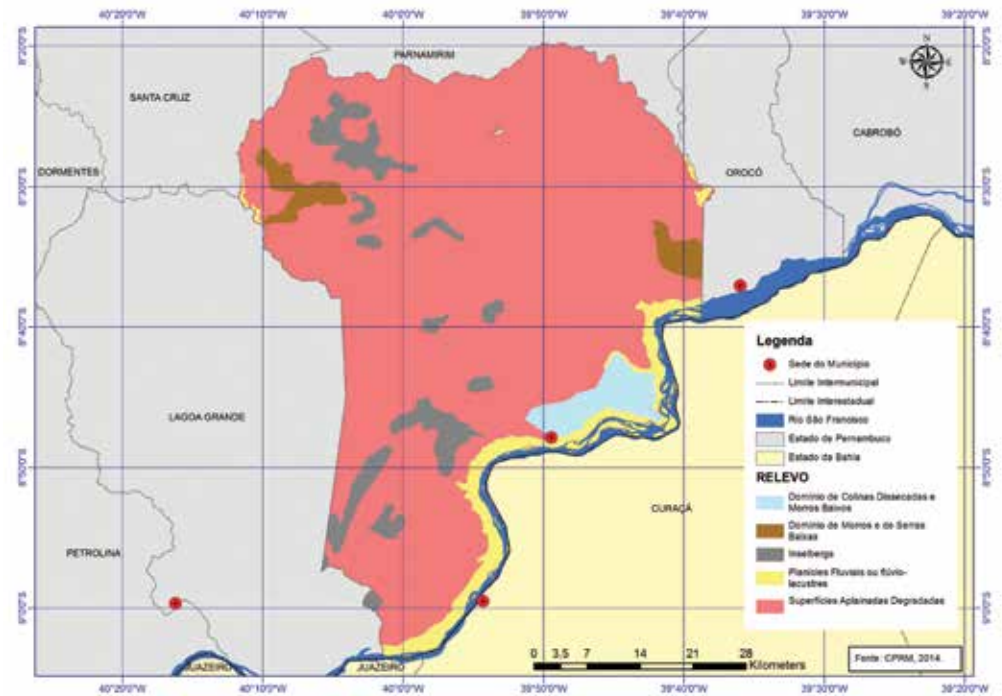
MAPA 22

POTENCIAL DE SOLO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

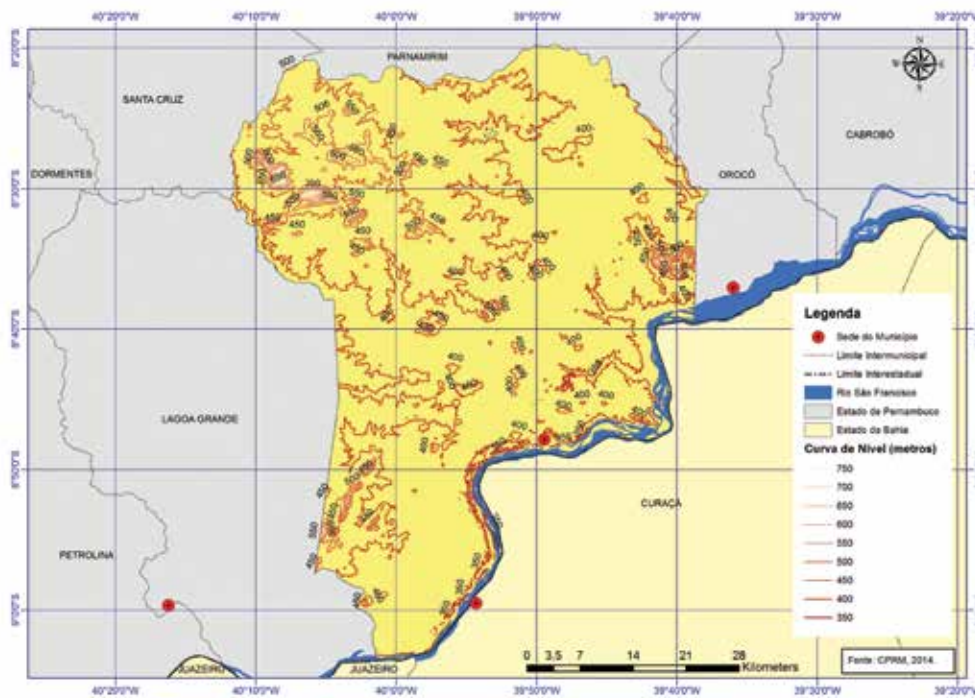


MAPA 23

RELEVO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA



MAPA 24
**RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE
 SANTA MARIA DA BOA VISTA**



MAPA 25
**IMAGEM DE SATÉLITE DE
 SANTA MARIA DA BOA VISTA**

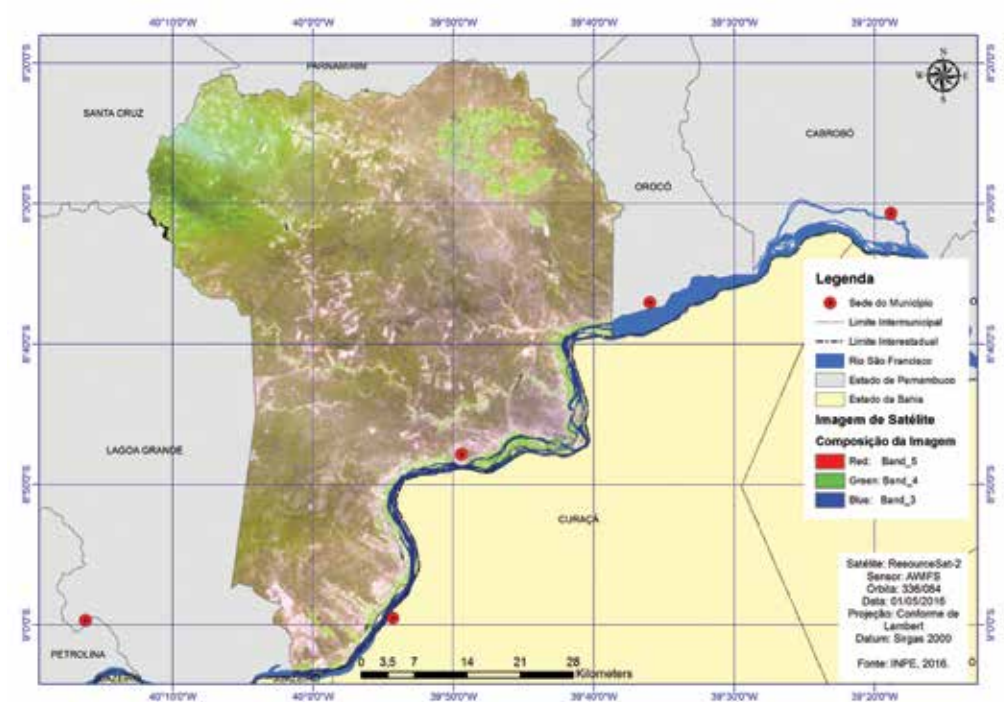




Foto 13 – Igreja da Padroeira Nossa Senhora da Conceição



Foto 14 – Banda de Pífanos Raça Negra

Foto 15 – Dona Maria Jacinta, representante do Reisado





Foto 16 – Centro Cultural de Santa Maria da Boa Vista

Foto 17 – Casarios

Foto 18 – Museu Coripós



Foto 19 – Final de tarde na Praça do Vaqueiro

Foto 20 – Integrante da Banda de Pífanos Raça Negra

Foto 21 – Feira em Santa Maria

Foto 22 – Vista do Monte Carmelo

MUNICÍPIO DE OROCÓ

MAPA 26

MUNICÍPIO DE OROCÓ, ESTADO DE PERNAMBUCO

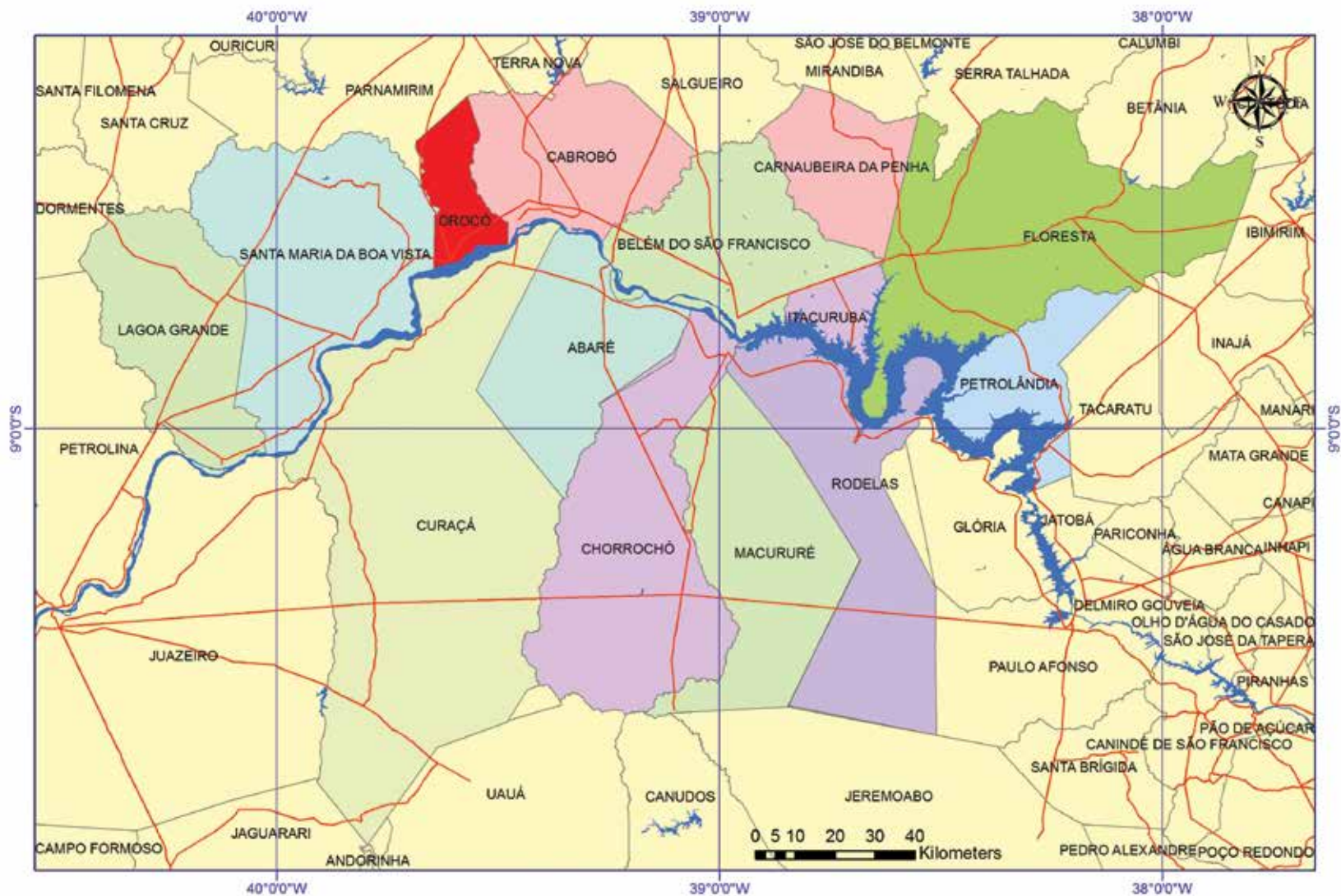


Foto 23 – Bandeira de Orocó

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015 (hab.): 14.445

Área da unidade territorial (km²): 554,759

Densidade demográfica (hab/km²): 23,76

Gentílico: orocoense

Desmembrado do município de Cabrobó

Data de criação: 20 de dezembro de 1963 – Lei Estadual n.º 4.976

Data de instalação: 28 de fevereiro de 1964

Data cívica (aniversário da cidade): 20 de dezembro

Bioma: Caatinga

■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, faz parte do município de Cabrobó o distrito de Orocó. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o distrito de Orocó permanece no município de Cobrobó, situação que não se modifica com a divisão territorial ocorrida em 1º de julho de 1960. Com a denominação de Orocó, é elevado à categoria de município pela Lei n.º 4976, de 20 de dezembro de 1963, desmembrando-se de Cobroró. Com sede no antigo distrito de Orocó, é instalado em 28 de fevereiro de 1964. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído do distrito-sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

■ HINO

Compositor: Cláudia R. Alencar

Ô mãe terra de ilustres paisagens tu és formosa a mais bela das proximidades.

A todos encanta por ser pequena e singela uma Lina flor que ao amanhecer logo desperta.

O teu povo é uma mistura de raça e de cor, de ti sentem orgulho terra abençoada pelo Criador.

És um tesouro Orocó, que teus folhos guardam no coração ao te ver prosperar sentem orgulho e muita emoção.

A fé está presente na tua chegada abençoando os que chegam, e os que seguem nesta longa estrada.

A serra é o monte que Jesus abençoou um lindo cartão postal para essa gente ele deixou.

O Rio São Francisco em ti se deleita abençoando todos desta terra prosperando vida e riqueza.

És um tesouro Orocó, que teus filhos guardam no coração ao te ver prosperar sentem orgulho e muita emoção.

A festa do padroeiro é o marco da tua história acolhem os visitantes e teus filhos para te dá honra e glória.

Tuas ruas largas e belas com lindas praças o teu passado impera, encanta a todos e quem passa por elas.

O Sol sobre ti a todos ilumina luz que dá força a essa gente que jamais se desanima.

■ HISTÓRICO

O nome do município, de origem tupi, tem o significado de “planta leguminosa e outras”. No *Dicionário de Tupi*, de Orlando Boldoni, o termo Orocó é conceituado como “nossa plantação, nossa roça”, sendo oriundo do tupi *oro* e *ocó*. A região que compreende o que hoje é o município de Orocó era local de vivência de indígenas cariri.

A participação dos colonizadores no local começa a partir do século XVII, por meio de duas frentes. Uma delas foi a atuação missionária de religiosos capuchinhos franceses, que chegaram à região com o intuito de catequizar os povos autóctones. O frei Martinho de Nantes fundou a missão na Ilha do Aracapé, onde exerceu suas funções catecúmenas desde 1671. Em sua obra *Relação de uma missão no Rio São Francisco*, Martinho relata suas atividades como missionário na ilha, descrevendo as relações estabelecidas com os indígenas e com os colonizadores locais ao longo dos 14 anos que viveu no Velho Chico. Sua atuação entrou em choque com a outra frente de participação dos colonizadores, que foi a invasão promovida pela família D'Ávila da Casa da Torre, que conseguiu concessões de sesmarias para explorar as terras à beira do Rio São Francisco. Pessoalmente ou por meio de procuradores e arrendatários, Garcia D'Ávila e Francisco Dias D'Ávila estenderam sua dominação por várias porções de terra no vale, utilizando-o como um grande criatório de gado bovino e equino para abastecer os engenhos do litoral (GONÇALVES, 1997). Para D'Ávila e os demais colonos sob sua tutela, os indígenas locais deveriam ser utilizados como mão de obra cativa, em complementação à população negra escravizada trazida para o trabalho nos currais. Nesse aspecto, o colonizador entrou em conflito com as missões religiosas. Ainda que, de fato, estas estivessem desenvolvendo um serviço de dominação ideológica, uma espécie de “amansamento” dos povos locais para acomodação à presença branca, as duas iniciativas entraram em constante atrito. Especialmente Francisco Dias D'Ávila costumava utilizar seu poderio para intimidar os frades locais; Martinho de Nantes e seu companheiro, Anastácio d'Auvierne, utilizaram suas penas para denunciar a ação do chefe da Casa da Torre em vários momentos (SOUZA JR, 2004).

Assim, a sociedade no local onde viria a surgir a cidade de Orocó se formou tendo como base essa conjuntura cultural e histórica. Indígenas e negros cativos, utilizados como mão de obra escrava, buscavam desenvolver estratégias de resistências (como os quilombos, por exemplo) em face da colonização física e ideológica empreendida pelos brancos europeus (CAMPOS, 2008).

O sucessor de Martinho, Frei Bernardo de Nantes, deu continuidade à missão. Escreveu, durante o trabalho de catequese com os cariris nas Ilhas de Aracapé, Irapuá (Santa Maria) e Pambu (Ilha da Assunção), o *Catecismo Indico da Língua Kariris*, datado de 1709, em duas línguas, português e cariri dzubucuí, língua falada pelos índios cariris dzubucuí que viviam na região compreendida entre Cabrobó e Orocó. Para empreender tal obra, Bernardo possivelmente partiu dos escritos do seu antecessor na catequese cariri, Frei Martinho. Ainda no século XVIII, a atuação religiosa ocorria por meio da missão nas Ilhas do Aracapé e do Cavalo, mantida pelos capuchinhos que catequizavam os cariris com invocação a São Francisco e São Félix² (BARBOSA, 2005).

Após os arrendamentos ou as vendas das possessões da Casa da Torre ao longo do Velho Chico em fins do século XVIII (GONÇALVES, 1997), vários pequenos colonos fundaram propriedades rurais na região orocoense. A primeira fazenda de criação registrada oficialmente foi instalada por Mariano Reis por volta de 1912. Quirino do Nascimento, anteriormente residente na Bahia, veio morar em um local que dava acesso à travessia do Rio São Francisco, situado nos limites de Pernambuco com a Bahia. O progresso da povoação motivou a criação de uma feira, que se realizou a partir 1915. A grande cheia do Rio São Francisco, ocorrida em 1919, destruiu totalmente o povoado. Com a reconstrução das casas em locais mais distantes da margem do rio e em virtude do surto de progresso registrado, Quirino do Nascimento doou o terreno para o patrimônio da Igreja de São Sebastião.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, divisões territoriais de 1936 e 1937 apresentam o distrito de Orocó como parte integrante do município de Cabrobó, assim permanecendo até a divisão territorial ocorrida na década de 1960, quando o distrito foi elevado à categoria de município, com a denominação de Orocó, por meio da Lei n.º 4.976, de 20 de dezembro de 1963, em que foi desmembrado de Cabrobó e constituído do distrito-sede, instalando-se em 28 de fevereiro de 1964. Em divisão territorial de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído do distrito-sede, permanecendo assim até a atualidade.

2 A Igreja de São Félix construída nesse período persiste até hoje.

Os povos indígenas locais, identificados como Truká, hoje passam por um processo de resgate identitário e cultural de suas matrizes indígenas e afro, reafirmando seus espaços sociais e reforçando sua unidade enquanto grupo étnico.

■ BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Carla Siqueira. Rio São Francisco: o rio da injustiça ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

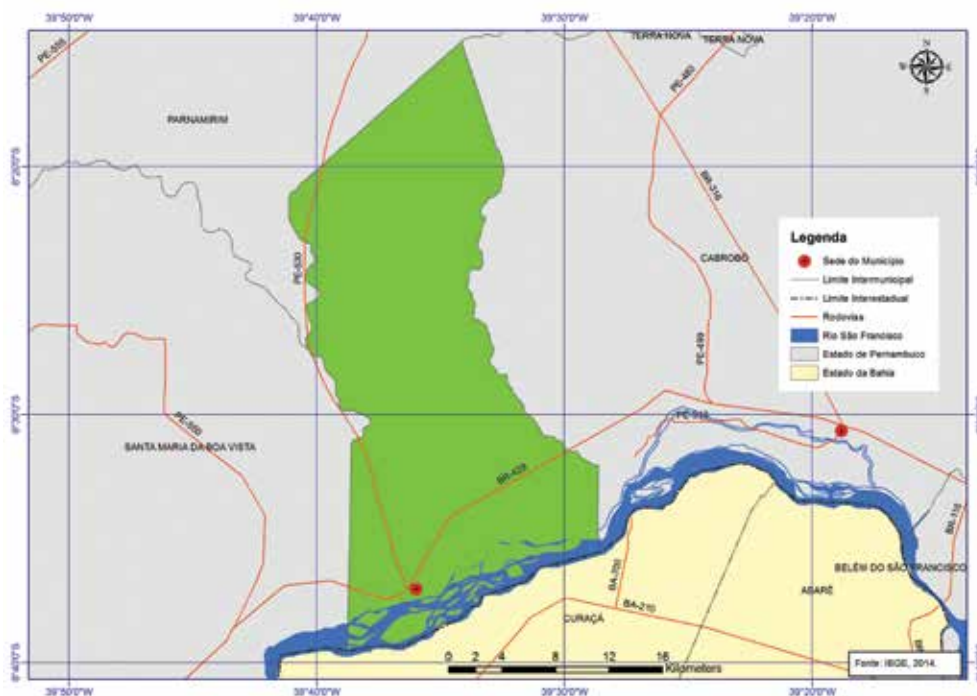
GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA:** Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

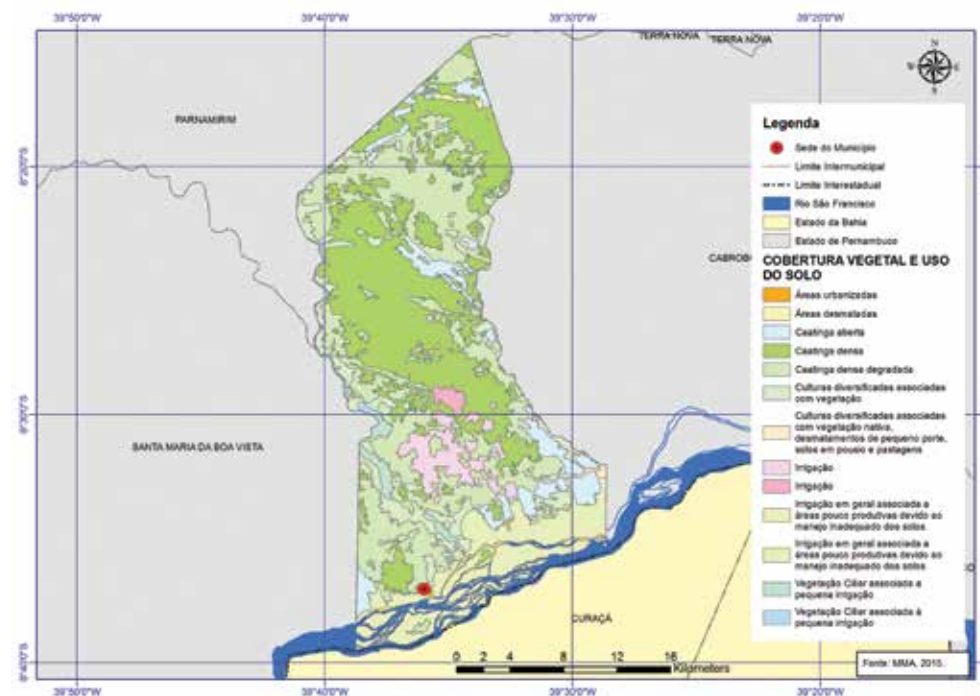
_____. **Cabrobó.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260300&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SOUZA JR., Claudionor Rodrigues de. Convívio social e organização administrativa das missões franciscanas no sertão nordestino nos séculos XVII – XVIII. ENCONTRO NORDESTINO E ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5., Recife, 2004. **Anais...** Recife: UFPE, 2004.

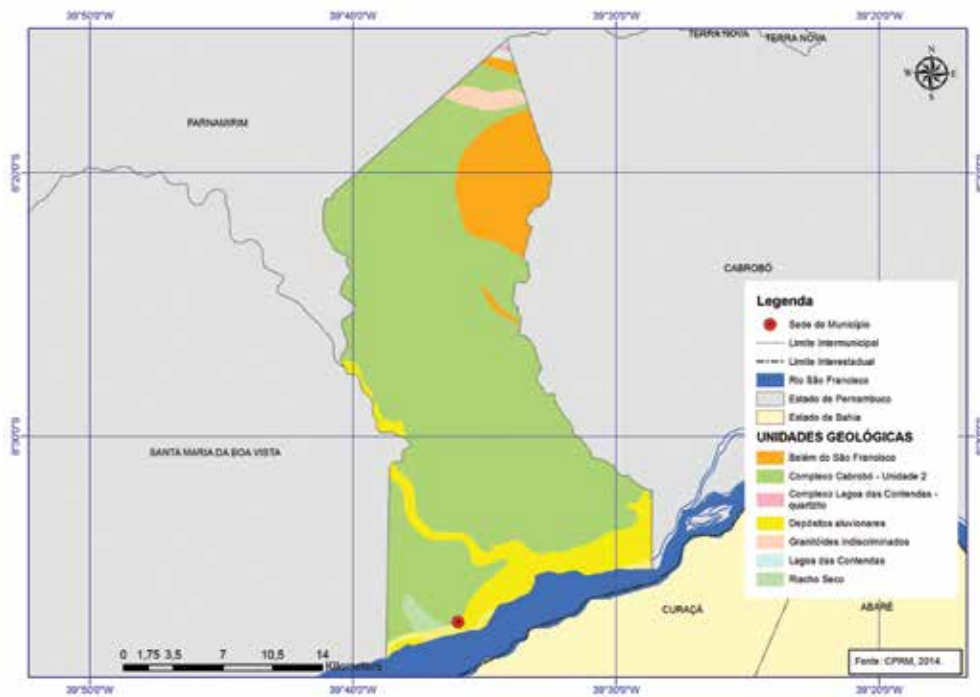
MAPA 27
DIVISÃO POLÍTICA DE OROCÓ



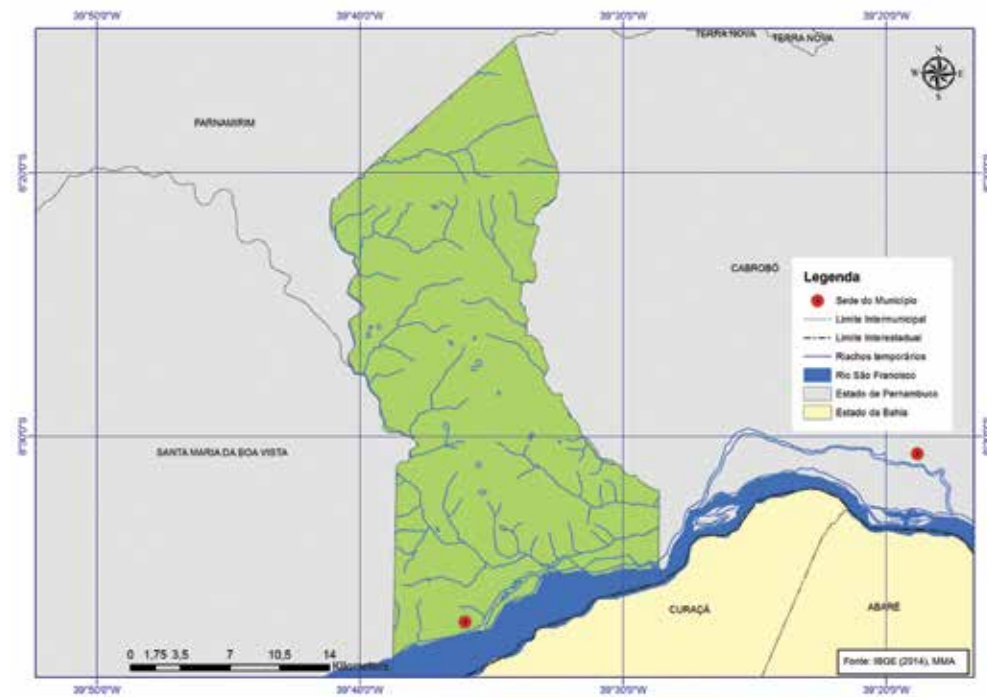
MAPA 28
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE OROCÓ



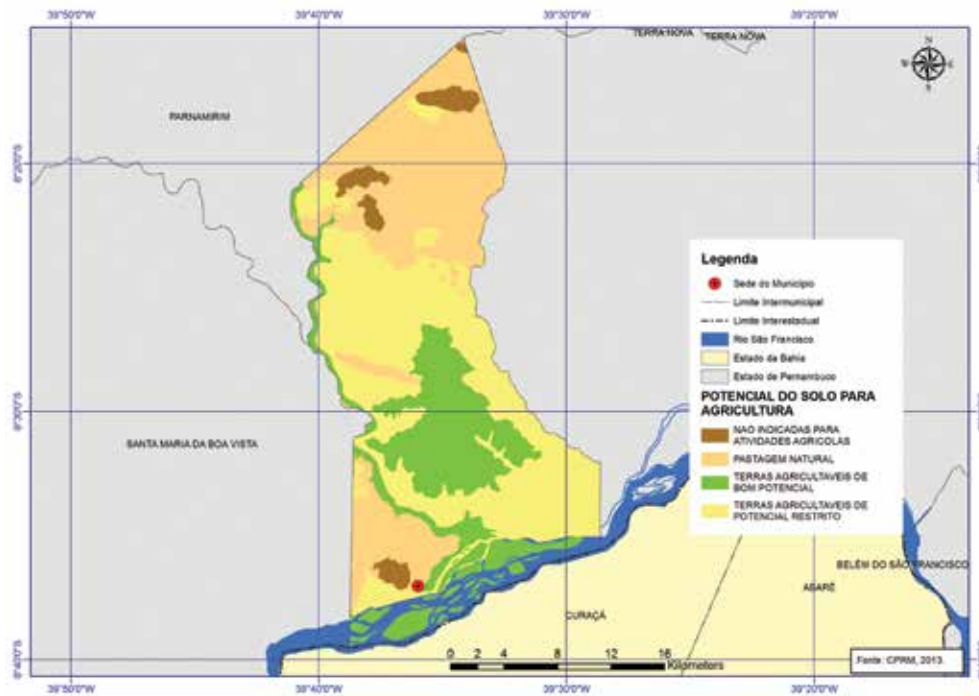
MAPA 29
GEOLOGIA DE OROCÓ



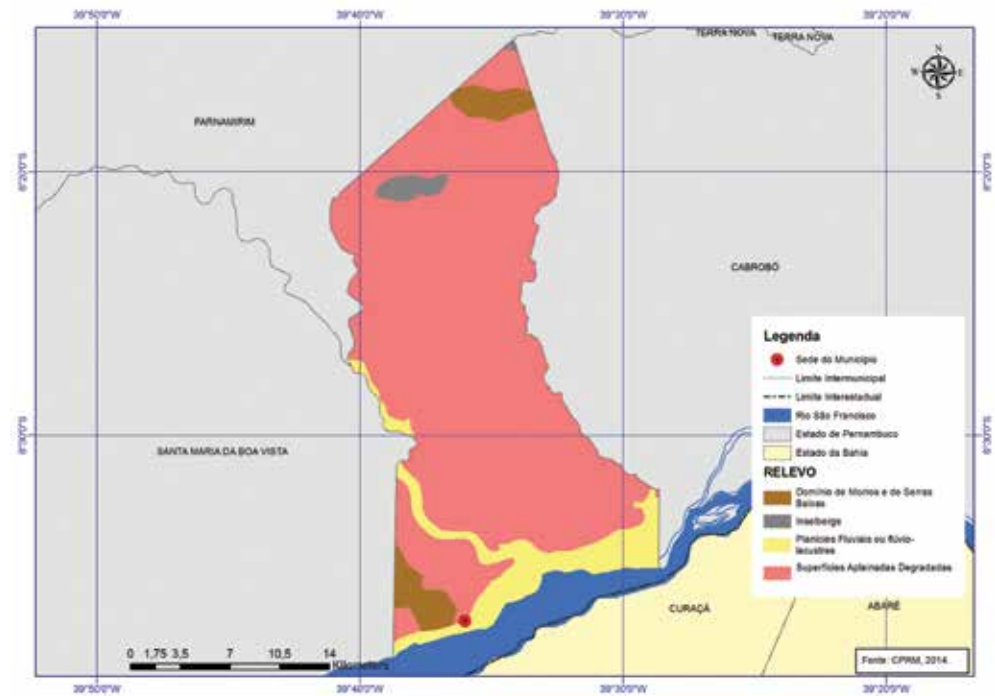
MAPA 30
HIDROGRAFIA DE OROCÓ



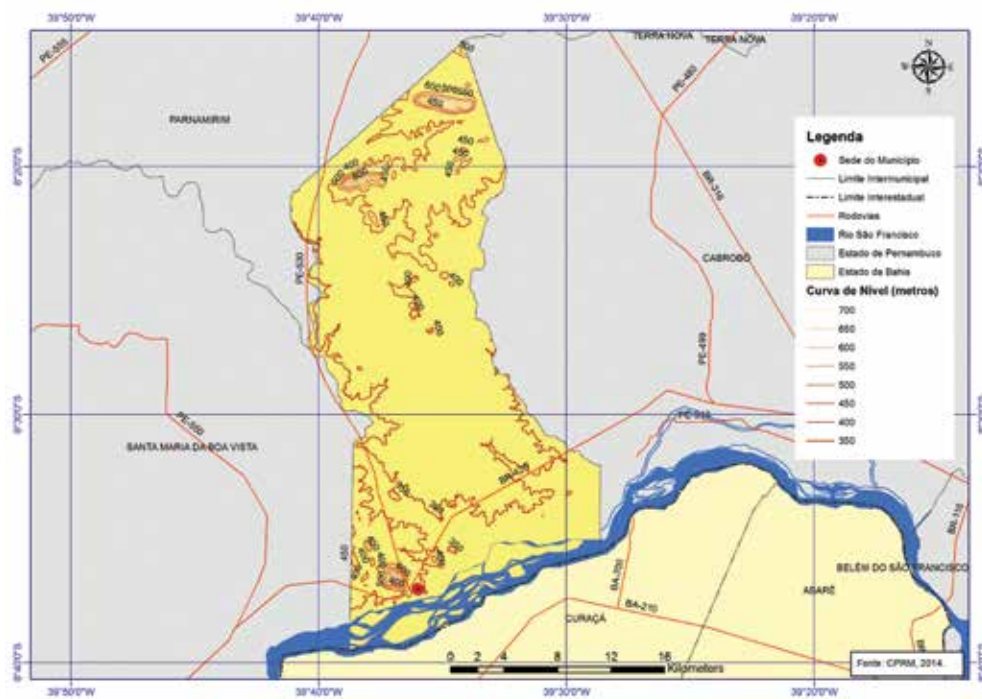
MAPA 31
POTENCIAL DE SOLO DE OROCÓ



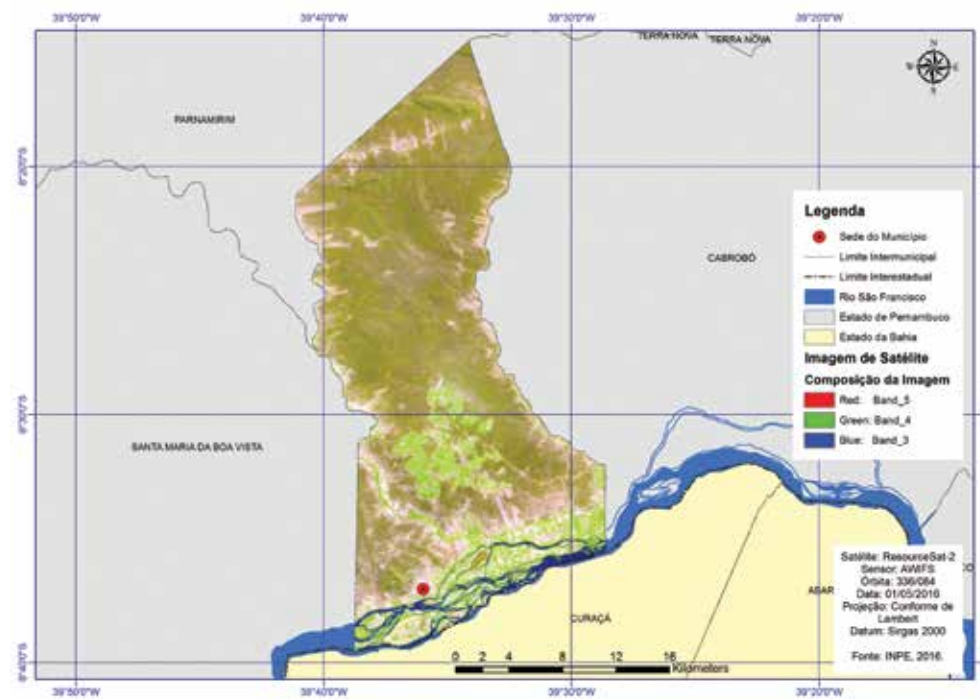
MAPA 32
RELEVO DE OROCÓ



MAPA 33
RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE OROCÓ



MAPA 34
IMAGEM DE SATÉLITE DE OROCÓ





24



25



26

Foto 24 – Igreja São Sebastião

Foto 25 – Igreja Bom Jesus, primeira igreja da cidade

Foto 26 – Portal de entrada da cidade

29



27

© Emanuel Bruno



28

© Emanuel Bruno



29

© Emanuel Bruno

Foto 27 – Lourdes Truká, cacique da aldeia Truká

Foto 28 – Vista da cidade no alto da serra

Foto 29 – Cais da cidade



Foto 30 – Agricultor organizando seu pacote

Foto 31 – Praça Av. Perfeito Ulisses de Novaes Bione

Foto 32 – Comunidade Indígena Truká

Foto 33 – CEASA – Mercado do Produtor Rural



Foto 34 – Bandeira de Cabrobó

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015 (hab): 33.247

Área da unidade territorial (km²): 1.657.705

Densidade demográfica (hab/km²): 18,62

Gentílico: cabroboense

Desmembrado do município de Boa Vista (atual Santa Maria da Boa Vista)

Data de criação da vila: 13 de maio de 1854 – Lei Provincial n.º 345

Data de instalação da vila: 08 de novembro de 1854

Data de criação do município: 11 de setembro de 1928 (desmembrado de Belém, atual Belém do São Francisco)

Data de instalação: 1º de janeiro de 1929

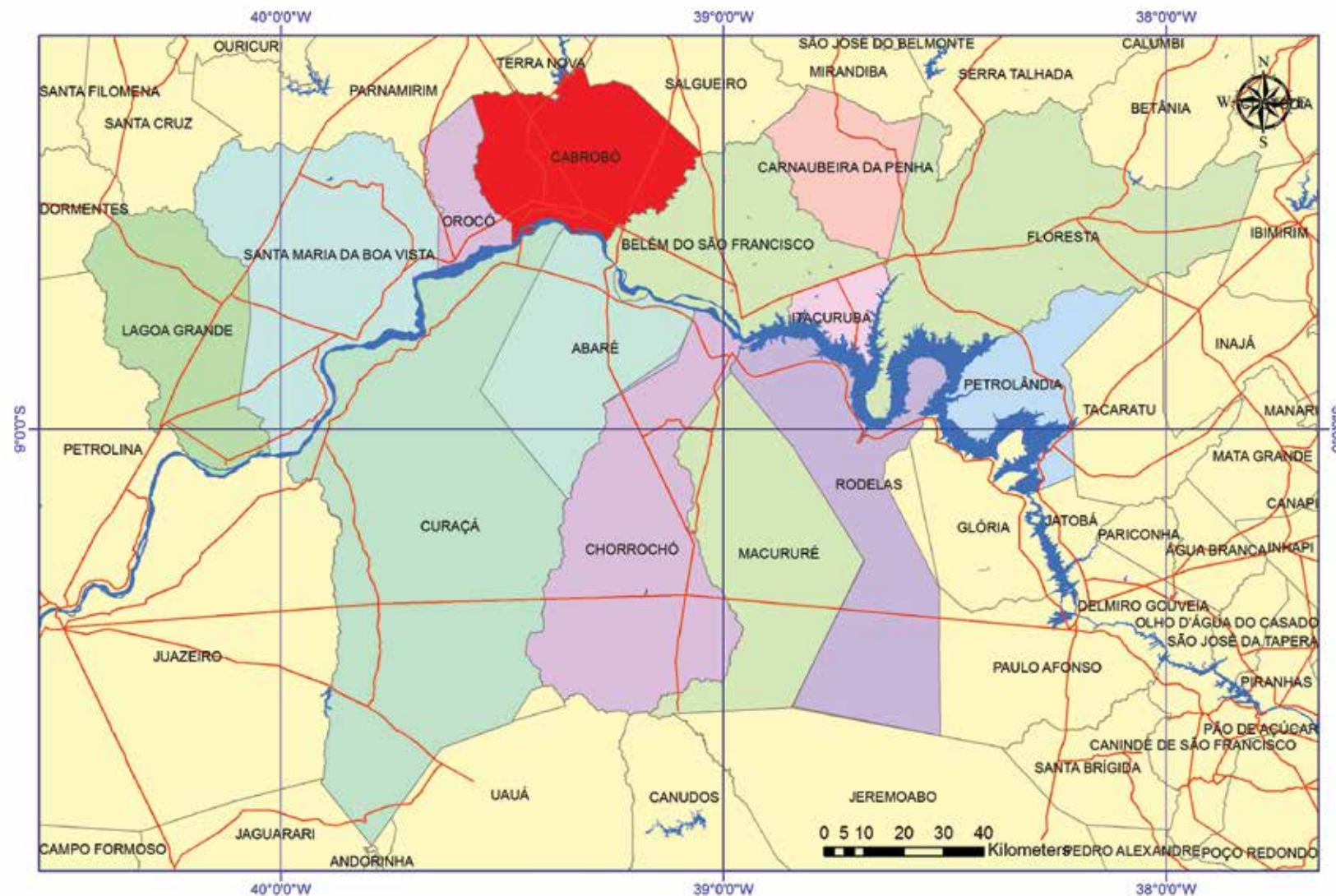
Data cívica (aniversário da cidade): 11 de setembro

Bioma: Caatinga

MUNICÍPIO DE CABROBÓ

MAPA 35

MUNICÍPIO DE CABROBÓ, ESTADO DE PERNAMBUCO



■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado com a denominação de Cabrobó, pelo Alvará de 14 de novembro de 1786, e elevado à categoria de vila, com a denominação de Cabrobó, pela Lei Provincial n.º 345, de 13 de maio de 1854. Posteriormente, é desmembrado de Boa Vista, com sede na povoação de Cabrobó, sendo constituído do distrito-sede e instalado em 08 de novembro de 1854.

Pela Lei Provincial n.º 1.835, de 12 de março de 1885, e pela Lei Municipal n.º 2, de 1º de dezembro de 1892, é criado o distrito de Belém. Já a Lei Estadual n.º 597, de 07 de maio de 1903, transfere a sede do município de Cabrobó para a vila de Belém de Cabrobó e eleva a vila à condição de cidade. Assim, em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de dois distritos: Cabrobó e Belém de Cabrobó.

Pela Lei Estadual n.º 1.641, de 10 de maio de 1924, o município de Cabroró passou a denominar-se Belém de Cabroró. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Cabroró, pela Lei Estadual n.º 1.931, de 11 de setembro de 1928, é desmembrado de Belém. Com sede no antigo distrito de Cabrobó, é constituído do distrito-sede e instalado em 1º de janeiro de 1929. Em divisão administrativa ocorrida em 1933, o município é, dessa forma, constituído de distrito-sede.

Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município aparece como sendo constituído de dois distritos: Cabroró e Orocó, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960. Pela Lei Estadual n.º 4.976, de 20 de dezembro de 1963, o distrito de Orocó é desmembrado do município de Cabroró e elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1º de janeiro de 1979, o município é constituído do distrito-sede, permanecendo da mesma forma em divisão territorial ocorrida em 2005.

Nesse processo de formação, houve alteração toponímica municipal de Cabroró para Belém de Cabrobó, por meio da Lei Estadual n.º 1.641, de 10 de maio de 1924, bem como transferência, pela Lei Estadual n.º 597, de 07 de maio de 1903, da sede da povoação de Cabroró para a vila de Belém de Cabroró.

■ HINO

Compositor: Eduardo Feijó de Araújo Paiva

*Em caravelas de terras distantes,
Bravos homens em naus a singrar
Novo mundo, Brasil, Rio São Francisco
Em paragens tropicais ancorar
Sesmarias, sertões tão distantes
Com bandeiras rio acima adentrar
Pelo sonho de em terras alheias
Entre serras e ilhas edificar*

*CABROBÓ, CABROBÓ ouço ainda a nação KARIRI
CABROBÓ, CABROBÓ, com tambores rufando alertar
Para chegada de nobres e vaqueiros
A existência da tribo TRUKÁ
Bravos homens vindo além do mar
Construir essa nova nação
Missionários e índios guerreiros
Se fundindo em um mesmo brasão*

*Sangue Negro trouxe a força bruta
De quilombos para miscigenar
O orgulho do povo da terra
O teu nome eu hei de eternizar
CABROBÓ, CABROBÓ ouço ainda a nação KARIRI
CABROBÓ, CABROBÓ, com tambores seguindo em procissão
Festejando em tom ecumênico
É beleza do grande sertão
Quando as águas do Rio São Francisco
Tuas terras ousaram inundar*

*Veio a fibra e a bravura dos homens
Para de novo dos escombros levantar
Na cebola força da agricultura
Na história tu tens para lembrar
Cassiano, Solônio, Dias Ávila
Gonçalo Coelho e o Coronel Trapiá
CABROBÓ, CABROBÓ ouço ainda a nação KARIRI
CABROBÓ, CABROBÓ, quando vejo a matriz imponente
Ganho a força e choro contente
À memória de Brígida Alencar*

■ HISTÓRICO

Cabrobó significa, de acordo com Rodrigues (2007), “mato ou árvore de urubu” ou “lugar de cobras negras”. Segundo Batista (2005), havia uma missão no território da atual cidade de Cabrobó, na Ilha do Pambu, com invocação a Nossa Senhora da Conceição, sob a liderança dos freis capuchinhos, no século XVIII. Entretanto, muito antes de os colonizadores portugueses chegarem a essas paragens, habitavam ali os “índios Cariris, que povoavam as terras no entorno do rio, conforme relato do Pe. Martinho de Nantes, missionário católico na aldeia de Aracapá, próximo à atual cidade de Cabrobó, do lado pernambucano do rio, em sua obra *Relação de uma missão no rio São Francisco*” (MAGALHÃES, 2014, p. 22).

É em princípios do século XVII que a Casa da Torre reclama à Coroa Portuguesa a posse da extensa faixa de terras beiradeiras do Rio São Francisco. Garcia D'Ávila, o segundo, não encontrava quaisquer empecilhos para conseguir as cartas de sesmarias, de modo que foi abocanhando os espaços territoriais mais vastos possíveis por meio da força e da política da época (GONÇALVES, 1997). O território que hoje compreende a cidade de Cabrobó fazia parte dessa dominação. A família D'Ávila, em seu processo de colonização, procedia à construção de currais de bois e cavalos, onde desenvolvia a prática extensiva da pecuária, tendo em vista o fornecimento desses animais para os mercados do litoral. Com a prosperidade, essa fazenda recebeu o título de Paróquia, da qual já se tem notícia em 1696 (TJPE, 2016).

Em paralelo à atuação da Casa da Torre, as missões religiosas instalavam-se na localidade. Os registros do século XVII indicam a existência de uma aldeia na Ilha do Pambu, onde habitavam indígenas da tribo dos cariris. Há uma confusão em torno do nome dessa aldeia, uma vez que Pambu é também uma localidade no lado baiano do São Francisco. Entretanto, é a Ilha do Pambu, depois batizada de Ilha da Assunção, e não a terra firme baiana ou pernambucana em frente à ilha, que fora inicialmente chamada de cariris e, em data não definida, passou a ser diferentemente denominada nos documentos oficiais de Pernambuco, figurando ora como aldeia de Nossa Senhora da Conceição, ora como aldeia de Rodelas, ora como Rodelas de Cabrobó, tendo entrado no registro histórico como aldeia de Rodelas. Essa ilha, com cerca de cinco léguas de comprimento e seis quilômetros de largura, está defronte de Pambú, no lado baiano, e de Cabrobó, no lado pernambucano (FONSECA, 1996).

A atuação dos capuchinhos franceses assume em Cabrobó um caráter determinante no princípio do processo de dominação europeia sobre as tribos autóctones, uma vez que, “não obstante toda a confusão sobre o aldeamento do Pambú, é certo que o capuchinho francês Anastácio d'Audierne foi o

fundador da aldeia da Imaculada Conceição do Pambú” (ANDRADE, 2004, p.81). Tal aldeia constituiu o núcleo inicial de sociabilidades estabelecido entre brancos europeus e indígenas, perdurando durante muito tempo e conectando-se com a missão de Frei Martinho de Nantes, que entendia a sua missão na Ilha de Aracapé (no território que hoje compreende a cidade de Orocó, Pernambuco) como um centro de irradiação da atividade catequizadora. Após cinco anos trabalhando sozinho, pediu a colaboração do Frei Anastácio, que se estabeleceu na ilha do Pambú, distante quatro léguas da missão de outro frei, José de Châteaugontier, situado na Ilha das Vacas (REGNI, 1988).

A interação entre esses missionários permitia uma troca de informações e auxílios mútuos, principalmente no que tange à catequização dos índios. Compartilhavam, inclusive, um inimigo em comum: o poderoso coronel Francisco D’Ávila, chefe da Casa da Torre. É em função da pressão que este exercia sobre os irmãos capuchinhos que o Frei Anastácio escreveu uma carta ao Conselho Ultramarino, pedindo providências em relação ao coronel, devido aos abusos que este cometia perante as missões religiosas no Rio São Francisco (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, [s.d.]).

Esses embates perdurariam até meados do século XVIII, quando os freis capuchinhos foram expulsos da colônia brasileira, após as relações entre França e Portugal entrarem em um momento difícil. Ao final desse mesmo século, a Casa da Torre passou a adotar uma política de arrendamentos ou mesmo de venda de suas terras ao longo do São Francisco. Em todo esse processo de dominação física e ideológica, as relações entre indígenas, negros cativos (trazidos pelos colonizadores, e mesmo negros fugidos e libertos) e brancos europeus conferiram o tom à sociedade local.

O povoado, que hoje é a sede do município, era mais conhecido no século XIX pela titulação de *Brejão de Santa Cruz*. Fora erguida, na povoação, uma pequena igreja em devoção à Santa Cruz, e, por ser uma localidade de clima agradável e de vegetação abundante, recebeu o nome Brejão (GALVÃO, 2006).

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, o distrito foi criado, com a denominação de Cabrobó, pelo Alvará de 14 de novembro de 1786, ainda no período Colonial do Brasil, sendo elevado à categoria de vila, com o mesmo nome, pela Lei Provincial n.º 345, de 13 de maio de 1854, e desmembrado da jurisdição de Boa Vista.

É pela Lei Provincial n.º 1.835, de 12 de março de 1885, e pela Lei Municipal n.º 2, de 1º de dezembro de 1892, que o distrito de Belém é criado, compondo o território cabroboense. Nesse contexto, uma questão administrativa e política cria uma situação peculiar: pela Lei Estadual n.º 597, de 07 de maio de 1903, a sede do município de Cabrobó é transferida para a vila de Belém de Cabrobó e elevada à condição de cidade. Possivelmente, os interesses do prefeito de Cabrobó/Belém de Cabrobó na época, coronel Jerônimo Pires de Carvalho Trapiá, tenham corroborado para essa alteração administrativa. Alguns anos depois, pela Lei Estadual n.º 1.641, de 10 de maio de 1924, o município de Cabrobó passou a denominar-se Belém de Cabrobó, finalizando o processo de transferência de importância política.

Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Cabrobó, pela Lei Estadual n.º 1.931, de 11 de setembro de 1928, é desmembrado de Belém, voltando a ser sede do reabilitado município de Cabrobó. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município aparece constituído de dois distritos: Cabrobó e Orocó, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960. Contudo, pela Lei Estadual n.º 4.976, de 20 de dezembro de 1963, o distrito de Orocó é elevado à categoria de município, sendo desmembrado de Cabrobó.

As raízes indígenas em Cabrobó estão sendo reafirmadas no processo de reconstrução identitária da tribo Truká, que mantém suas características culturais vivas em suas práticas cotidianas, tendo a Ilha da Assunção como seu *locus* privilegiado. No território Truká, há 2.942 indígenas, que constituem 993 famílias, distribuídas em 32 aldeias³, onde vivem da produção agrícola do arroz e de outros produtos de subsistência, além da pesca e da pecuária caprina.

3 Informações cedidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2014.

■ BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Ugo Maia. Etnogênese Tumbalalá. Identidade e rede de comunicação interétnica no sub-médio São Francisco. In: ALMEIDA, Luís Sávio de; SILVA, Christiano Barros Marinho da. **Índios do Nordeste: temas e problemas 4**. Maceió: Edufal, 2004, p.63-114.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). **Documentos Históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [s.d.]. v. LXXXVIII, p. 204-207.
- BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **Versão Preliminar do relatório Circunstanciado da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá**. Brasília: Funai, 2005.
- FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários**. Salvador: Microtextos edições gráficas, 1996.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Recife: Cepe, 2006.
- GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA: Formação histórica e social do submédio São Francisco**. Juazeiro: Franciscana, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. **Cabrobó**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260300&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- MAGALHÃES, Pablo Michel Cândido Alves de. **Olhares da cidade: sentidos e representações nas memórias das navegações em Juazeiro/BA, décadas de 1940-1970**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.
- REGNI, Pietro Vittorino. **Os capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil**. Salvador: Palotti, 1988.
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Tem Truká na aldeia: narrativa de um trabalho de campo na Ilha de Assunção, Cabrobó-PE. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-152, 2007.

■ ALDEIAS INDÍGENAS

Truká

População: 3.463

Localização: Ilha da Assunção no Médio São Francisco, município de Cabrobó

Extensão: 9.688,4350 ha

Fontes históricas estimam a fundação de uma aldeia indígena na extremidade ocidental da Ilha da Assunção no ano de 1722. Em 1761, a Ilha foi elevada pelas autoridades coloniais à categoria de paróquia, recebendo habitantes não indígenas. Dados de 1789 indicam uma população de 400 pessoas habitando a Ilha. Entretanto, uma grande cheia ocorrida em 1792 inundou todo o local, acarretando a saída de boa parte de seus moradores. Entre os que

ficaram, os índios tiveram de enfrentar uma série de disputas relativas à posse da terra e ao controle do seu rebanho, sendo continuamente ameaçados por figuras de poder que – segundo registra uma carta de 1857 –, após a Independência do Brasil, apossaram-se da Ilha, convertendo-a em sede da Freguesia de Belém do São Francisco e patrimônio da Comarca Municipal.

Quando a sede foi transferida para Cabrobró, a comarca arrendou por quase uma década toda a Ilha e um conjunto de ilhotas próximas. Os índios continuaram, então, à mercê dos arrendadores da terra, precisando trabalhar para estes em regime de semiescravidão ou escravidão e tendo seu gado expropriado pelo Juiz Municipal.

Em 1920, o bispo de Pesqueira passa a reivindicar a Ilha como patrimônio da Igreja, alegando uma doação feita pelos índios a Nossa Senhora. O cartório da comarca de Belém do São Francisco lavrou a escritura de compra e venda de toda a Ilha de Assunção, de modo que os habitantes indígenas passaram a pagar o foro anual e a serem subjugados pelo bispo, “proprietário” da Ilha.

Em meados dos anos 1940, com apoio e mediação dos Tuxá de Rodelas, os Truká passam a reivindicar junto ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão antecessor da Funai, o reconhecimento de seus direitos fundiários sobre a Ilha. O SPI consegue, então, instaurar uma Ação de Nulidade de Venda e Reintegração de Posse. A partir disso, os conflitos entre a comunidade indígena e os posseiros não indígenas se acirraram, ocasionando, inclusive, a morte de uma liderança truká.

O estado de Pernambuco, ignorando a ação impetrada pelo SPI, compra parte da Ilha da Assunção para criar, em 1965, um núcleo de colonização. O recrutamento de colonos não deu, contudo, prioridade aos habitantes da Ilha, atraindo pessoas de fora com lotes individualizados.

Agravando ainda mais a situação da comunidade truká, no final da década de 60, um trecho da Ilha foi apropriado por outro órgão estatal e convertido em viveiro de mudas. Com receio de serem expulsos e diante da exiguidade de terras para plantarem, os Truká retomaram o processo de reivindicação territorial, dessa vez junto à Funai. Em 1976, o órgão indigenista deslocou uma equipe (em conformidade com a Portaria n.º 876/P, de 21 de junho de 1976) para averiguar a existência de “remanescentes indígenas” e avaliar sua situação fundiária.

Nessa época, os Truká passaram a contar com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), instituição da Igreja Católica, para veicular sua situação adversa em órgãos da imprensa local e regional. Depois de muito conflito, o trecho que vinha sendo utilizado como viveiro de mudas foi devolvido à comunidade.

Como a indicação de cessão de 500 ha aos Truká feita pela equipe da Funai não foi acordada pelo estado de Pernambuco, uma nova comissão foi designada para realizar o levantamento antropológico em 1980 (conforme a Portaria n.º 687/E, de 05 de março de 1980). No ano seguinte, a Funai obteve a concessão de dois lotes de 14 ha do governo pernambucano para uso temporário de todo o grupo. Em 1982, os Truká resolvem ocupar mais um trecho de 70 ha, e, em 1984, a Terra Indígena Truká foi identificada com superfície de 1.659 ha, embora cerca de mil hectares continuassem ocupados por posseiros.

Em 1987, um posto indígena da Funai foi instalado na cidade de Arcoverde, próxima à Ilha. Já em 1993 a Terra Indígena Truká foi finalmente declarada pelo ministro da Justiça como de posse permanente indígena (pela Portaria n.º 315, de 17 de agosto de 1993). Em 2002, a terra foi delimitada com 5.769 ha, abrangendo a totalidade da Ilha. Os Truká ainda aguardam, porém, a conclusão do processo demarcatório por meio da homologação do Presidente da República.

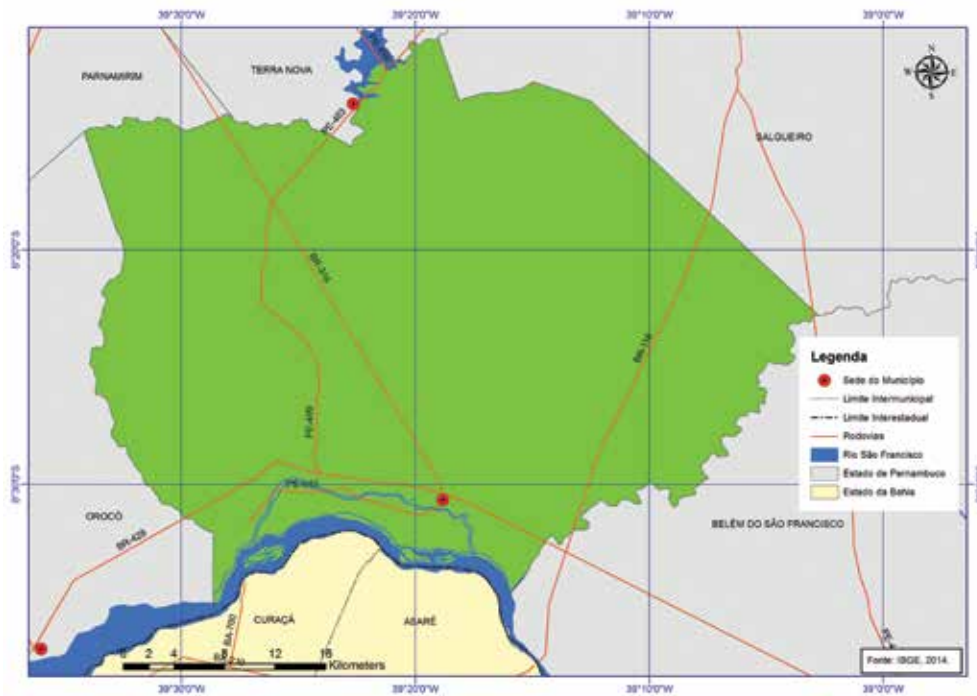
■ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os trabalhos das etapas iniciais do processo de regularização fundiária da Terra Indígena Truká, delimitada desde o ano de 2002 com 5.769 ha, foram interrompidos e até o presente ainda não retomados em virtude da insegurança na área, causada pelas constantes ameaças aos componentes do Grupo de Trabalho. A área Truká está inserida em uma região conhecida como “Polígono da Maconha”, e os índios denunciam a utilização desta planta por produtores de cânabis, situação que tem acarretado inúmeros conflitos e violência contra eles. De acordo com o Mapa da Demarcação (provisório) elaborado pela Funai, a Terra Indígena Truká possui dimensão de 9.688,4350 ha, incluindo a Ilha de Assunção e um complexo de 66 ilhotas em torno desta.

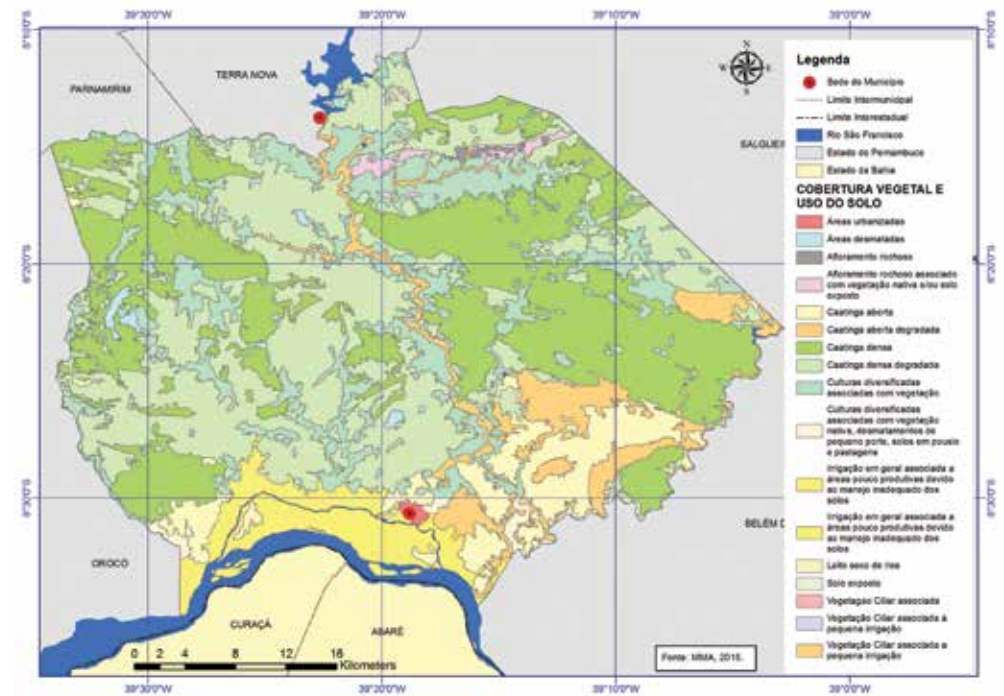
■ BIBLIOGRAFIA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

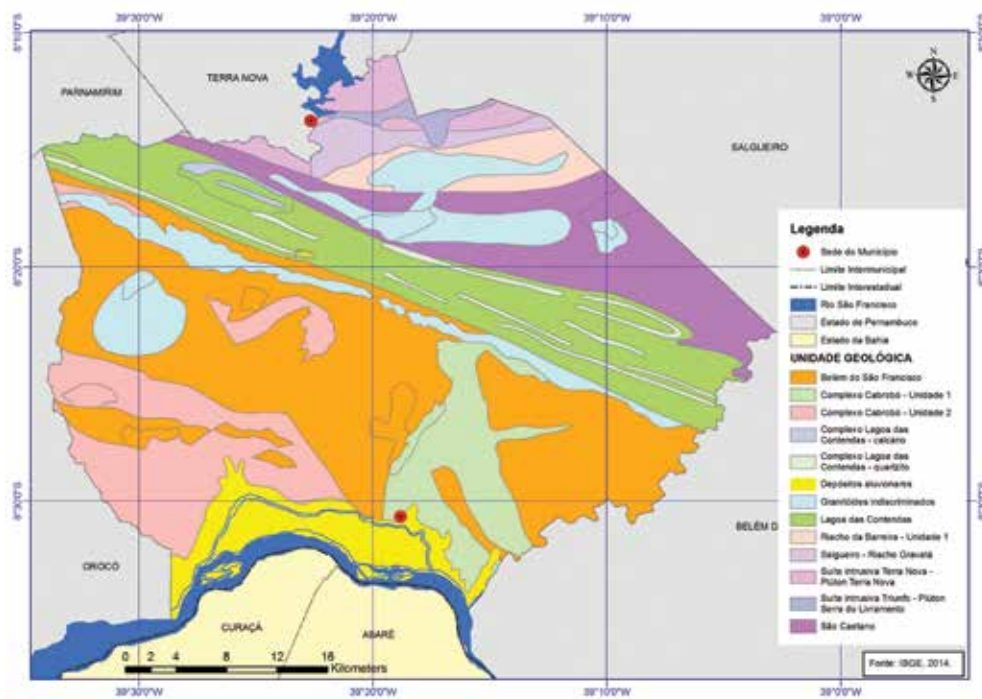
MAPA 36
DIVISÃO POLÍTICA DE CABROBÓ



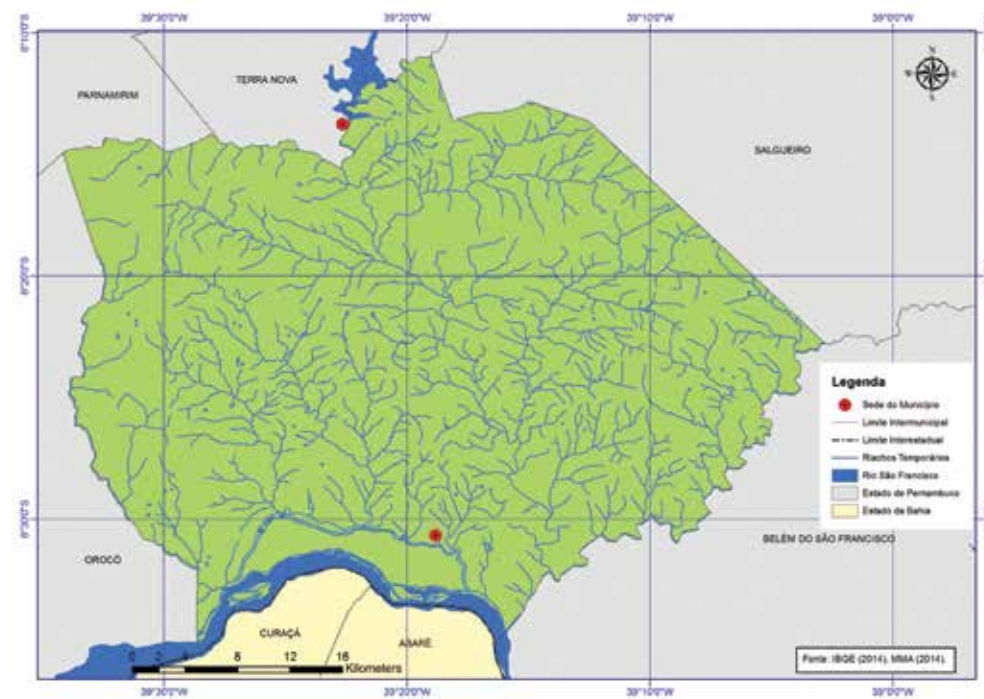
MAPA 37
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE CABROBÓ



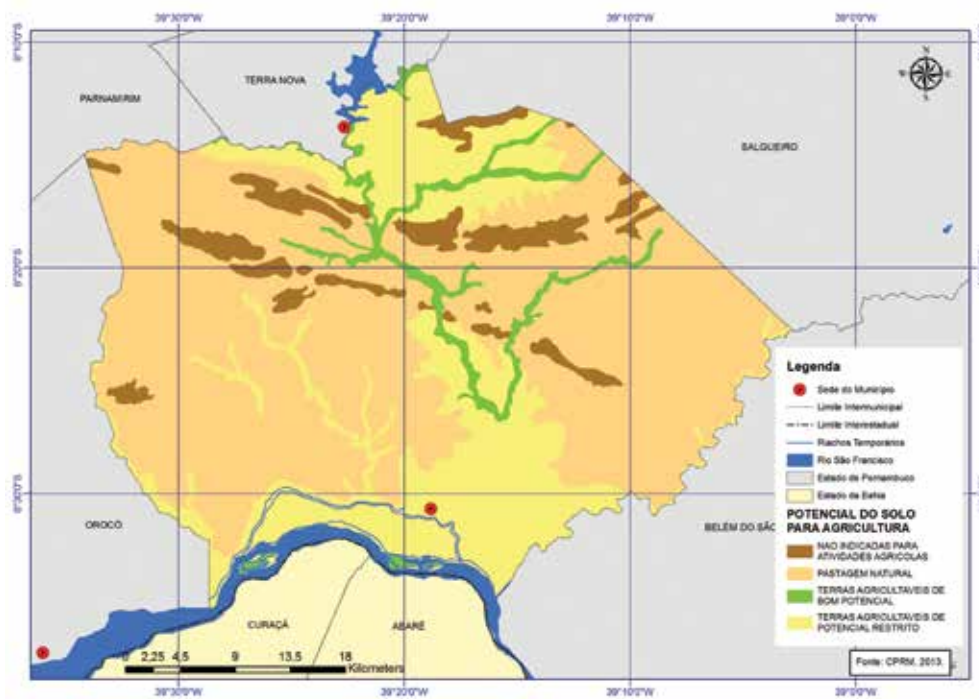
MAPA 38
GEOLOGIA DE CABROBÓ



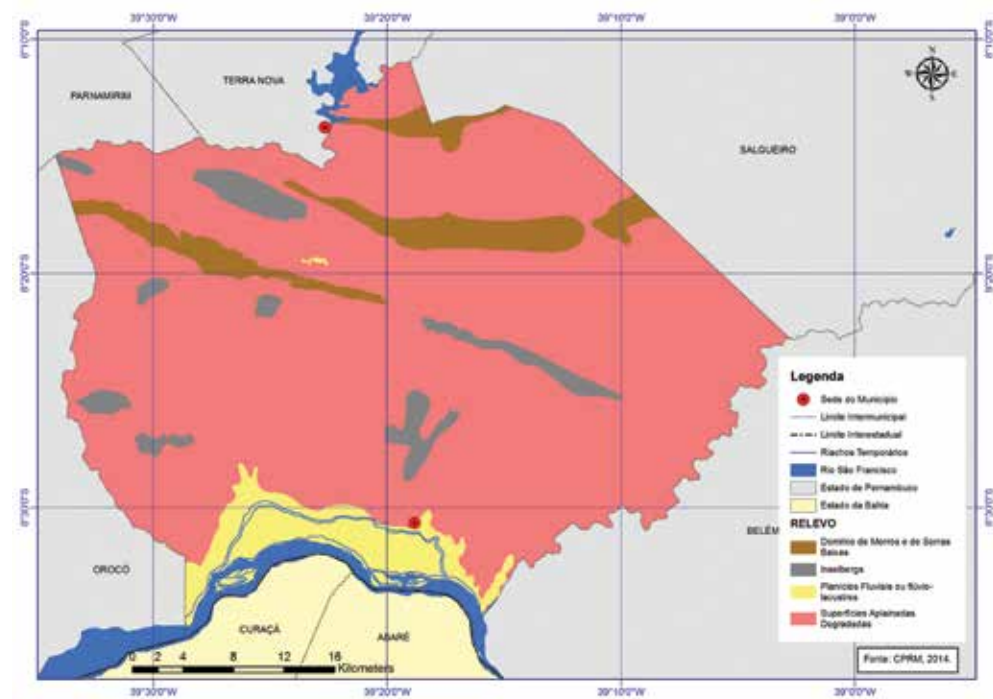
MAPA 39
HIDROGRAFIA DE CABROBÓ



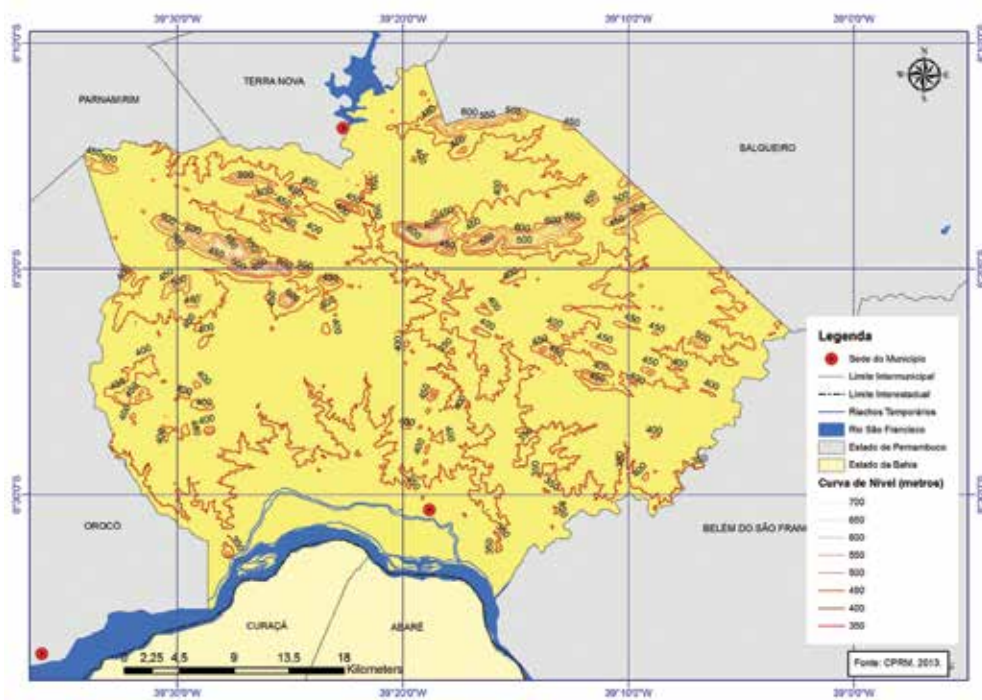
MAPA 40
POTENCIAL DE SOLO DE CABROBÓ



MAPA 41
RELEVO DE CABROBÓ



MAPA 42
RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE CABROBÓ



MAPA 43
IMAGEM DE SATÉLITE DE CABROBÓ

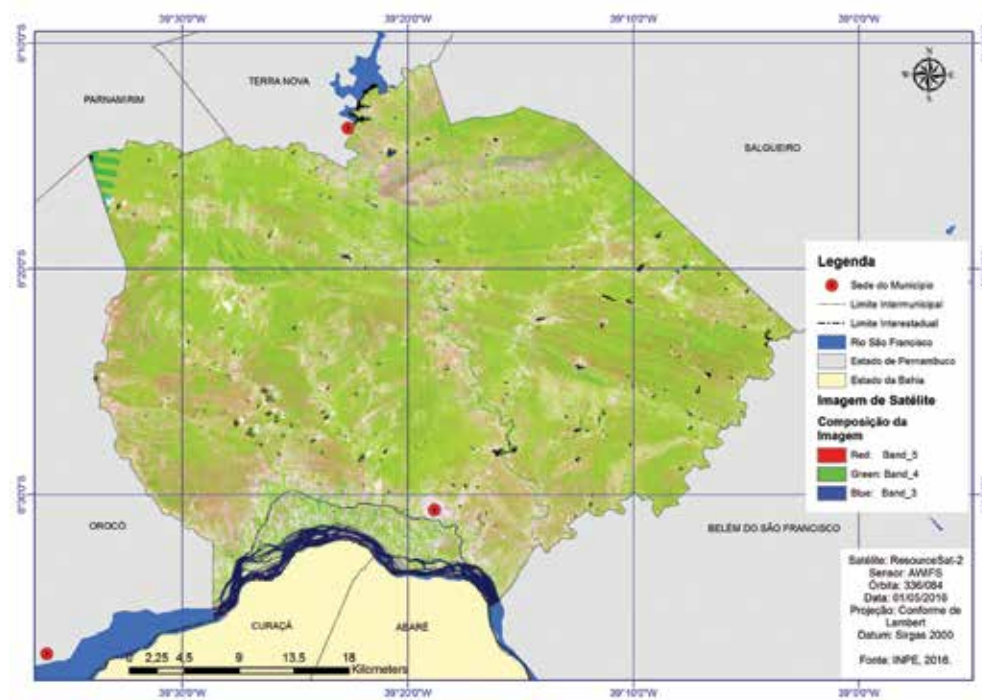




Foto 35 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1844

Foto 36 – Portal de entrada da cidade

Foto 37 – Barraca de frutas na feira



Foto 38 – Aldeia indígena Truká



Foto 39 – Antônio Chico Truká, ancião da Aldeia

Foto 40 – CEASA – Mercado do Produtor Rural



Foto 41 – Ponte da Ilha da Assunção: às margens do Rio São Francisco, onde se localiza a aldeia indígena Truká





Foto 42 – Colheita da cebola

Foto 43 – Rio São Francisco

Foto 44 – Ponte da Ilha da Assunção



Foto 45 – Bandeira de Belém do São Francisco

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015 (hab): 20.675

Área da unidade territorial (km²): 1.830.802

Densidade demográfica (hab/km²): 11,06

Gentílico: belenense

Desmembrado do município de Cabrobó

Data de criação: 11 de setembro de 1928 – Lei Estadual n.º 1.931

Data de instalação: 1º de janeiro de 1929

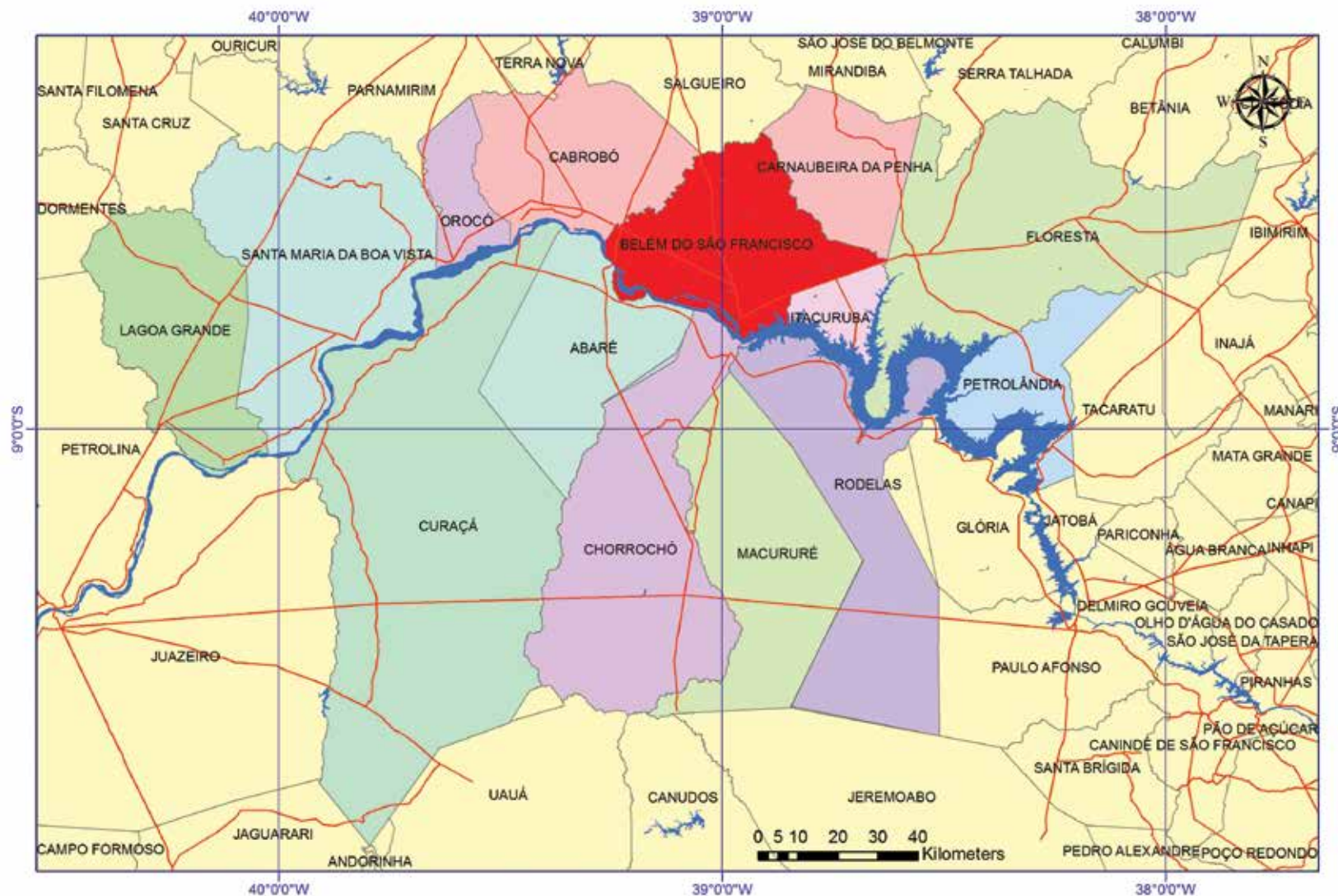
Data cívica (aniversário da cidade): 07 de maio

Bioma: Caatinga

MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO

MAPA 44

MUNICÍPIO DE BELÉM DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE PERNAMBUCO



■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado com a denominação de Belém pela Lei Provincial n.º 1836, de 12 de março de 1885, e pela Lei Municipal n.º 2, de 1º de dezembro de 1892, sendo subordinado ao município de Caboró. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Belém, pela Lei Provincial n.º 345, de 13 de maio de 1854, é desmembrado de Boa Vista. Com sede na vila de Belém, é constituído do distrito-sede e instalado em 08 de novembro de 1854.

Posteriormente, a Lei Estadual n.º 597, de 07 de maio de 1903, transfere a sede da vila de Belém de Cabrobó, elevando-a à condição de cidade. Pela Lei Estadual n.º 1.641, de 10 de maio de 1924, o município de Belém passou a denominar-se Belém de Cabroró, denominação simplificada para Belém por meio da Lei Estadual n.º 1931, de 11 de setembro de 1928. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito-sede. Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, adquiriu o distrito de Itacuruba do município de Floresta, de modo que, no quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de dois distritos: Belém e Itacuruba.

Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município de Belém passou a denominar-se Jatinã, motivo pelo qual, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município é constituído de dois distritos: Jatinã e Itacuruba. Pela Lei Estadual n.º 1.771, de 07 de dezembro de 1953, o município de Jatinã passou a denominar-se Belém do São Francisco. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955, o município é constituído de dois distritos: Belém do São Francisco e Itacuruba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960.

Pela Lei Municipal n.º 129, de 26 de setembro de 1962, são criados e anexados os distritos de Ibó e Riacho Pequeno ao município de Belém do São Francisco. Já a Lei Estadual n.º 4.939, de 20 de dezembro de 1963, desmembra do município de São Francisco o distrito de Itacuruba, sendo este elevado à categoria de município. Dessa forma, em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído de três distritos: Belém do São Francisco, Ibó e Riacho Pequeno, assim permanecendo em divisão territorial ocorrida em 2005.

Nesse processo, são perceptíveis as seguintes alterações toponímicas municipais: Belém para Belém de Cabrobó, pela Lei Estadual n.º 1.641, de 10 de maio de 1924; Belém de Cabrobó para Belém, pela Lei Estadual n.º 1.931, de 11 de setembro de 1928; Belém para Jatinã, pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943; e Jatinã para Belém do São Francisco, pela Lei Estadual n.º 1.771.

■ HINO

Compositor: Ariovaldo Lustosa Roriz de Carvalho

*Tu nascestes, ó Belém, sobre as margens
deste rio São Francisco majestoso;
do progresso tu recebes as aragens,
sob auspício do Menino Glorioso.*

*Tu surgiste humilde, sem encanto;
tu vieste modesta, sem fascínio;
mas te cobre com seu Santo manto
Nossa Senhora do Patrocínio.*

Coro

*Teu passado só honra nos lança;
teu presente é uma satisfação;
teu futuro é repleto de esperança;
graças ao amor devotado ao torrão.*

*Todo teu bem-estar, os teus brilhos
nós devemos a dadivosos corações,
de uma plêiade daimosa de teus filhos
que viveram em diversas gerações.*

*E quem lê a história de Belém,
as passagens que lá estão escritas,
solta um brado ou sussurro que da vem:
parabéns aos heróis belemitas!*

■ HISTÓRICO

Anteriormente ao processo de dominação colonial da região, índios Proká, Pankararu e Tapuias habitavam a localidade. Batista (2005) relata que, no século XVIII, existiam duas missões já solidificadas no território onde hoje se encontra a cidade de Belém do São Francisco: na Ilha do Acará (ou Araxá), com invocação a Nossa Senhora de Belém, e na Ilha da Varge, com invocação a Beato Seraphin. No entanto, a presença desses grupos religiosos é ainda mais antiga, tendo em vista a existência de registros de alguns frades que desempenharam atividades missionárias na região. Um deles, Frei Anastácio de Audierne, capuchinho francês, por volta do século XVII já desenvolvia atividades missionárias nas Ilhas do Rio São Francisco, tendo catequizado índios aramuru de Porto da Folha (Sergipe) e de outras localidades ribeirinhas, uma vez que os capuchinhos realizavam a catequese de várias tribos indígenas nas terras banhadas pelo Velho Chico. Há, ainda, o Frei Martinho de Nantes, também francês, que atuou na missão da Ilha de Aracapá, situada na região do que hoje é a cidade de Orocó (Pernambuco). Seus relatos, escritos durante seu período de atividade no interior de Pernambuco, registrados e publicados posteriormente, tratam do processo de dominação e conversão dos indígenas da região entre Orocó e Belém do São Francisco.

Daremos destaque, contudo, a outro religioso: Frei Francisco de Domfront, um capuchinho francês que iniciou sua missão provavelmente em 1669 (segundo relatos do Frei Martinho de Nantes, em seu escrito *Relação de uma missão no Rio São Francisco*, de 1706). A atuação de Frei Francisco, pelo menos a partir de 1677, segundo Regni (1988), tinha o aldeamento Rodela como seu centro oficial, abrangendo, em seu raio de influência, também as ilhas vizinhas intituladas Jatinã e Araticu e uma infinidade de ilhas menores, além da aldeia de Jatinã, localizada em terra firme do lado de Pernambuco, espaço que hoje é ocupado pela cidade de Belém do São Francisco (SALOMÃO, 2008). Em um relatório acerca de sua viagem empreendida pelo Velho Chico no século XIX, sob ordens de D. Pedro II, o engenheiro Halfeld cita a existência do *Arraial da Missão de S. João Baptista de Rodellas*, situado na légua 297, sob a tutela dos capuchinhos, fruto da atuação da missão inicialmente realizada pelo Frei Domfront no século XVII. Desse modo, podemos observar que o núcleo missionário empreendido pelos capuchinhos englobava uma região considerável das terras e ilhas do São Francisco localizadas entre Bahia e

Pernambuco, incluindo aí a aldeia Jatinã, núcleo embrionário da cidade de Belém do São Francisco. Infelizmente, diferentemente dos seus colegas clérigos Martinho e Anastácio, Francisco de Domfront não deixou registros de seus 14 anos de missão na localidade (SALOMÃO, 2008).

As relações estabelecidas entre os frades e suas respectivas missões com os povos autóctones e os colonos portugueses, em destaque a Casa da Torre dos Garcia D'Ávila e seus subordinados, levaram à construção de uma sociedade conflituosa, tendo em vista os mais variados interesses em torno da região do Vale do São Francisco. “Os convívios sociais entre os colonos e as ordens religiosas se perpetuaram por quase todo o período colonial e está ligado também a uma relação, retratada por uma conjuntura política, desenvolvida pelas oligarquias e o poder público” (SOUZA JR., 2004, p. 2).

No século XVII, quando tais tensões já atingiam seu clímax, Francisco Dias D'Ávila era o chefe da família, herdeiro do principal colonizador dessas terras, o Garcia D'Ávila, “um almoxarife que tinha chegado ao Brasil em 1549 na expedição de Tomé de Souza” (SOUZA JR., 2004, p.2), sendo, possivelmente, seu filho ilegítimo ou ocupando outro grau de parentesco que os aproximasse (ALVEAL; BARBOSA, 2015). Garcia D'Ávila recebeu como sesmarias todas as terras situadas entre o início e o final do Rio São Francisco, nas quais desenvolveu o processo de colonização, construindo a Casa da Torre como seu centro principal de administração e domínio e “exercendo o papel de abastecedor de gado e cavalo para todo o Estado do Norte, principalmente para os Estados da Bahia e Pernambuco” (SOUZA JR., 2004, p.2).

A dominação da Casa da Torre sobre as localidades da região estava sistematizada pela edificação de currais de gado à beira-rio, utilizando-se de mão de obra local para viabilizar a prática pecuária. Assim, especificamente no território onde futuramente estaria localizada a cidade belemita, os D'Ávila mantinham determinadas fazendas, controladas diretamente por eles ou arrendadas a terceiros (famílias portuguesas que empreendiam a colonização sob a tutela da Casa da Torre). O embate entre D'Ávila e os frades consistia justamente na questão da atividade indígena nesses currais. O coronel Francisco era avesso à dominação religiosa que os frades exerciam, atuando de maneira a inibir os laços eventualmente criados pelas ordens religiosas com os indígenas catequizados. Em inúmeras ocasiões, D'Ávila entrou em choque com as povoações missionárias, muitos desses confrontos foram registrados em relatos pelo Frei Martinho.

É preciso deixar claro que é esse contexto cultural que servirá como matéria-prima para a formação da sociedade local, incluindo: a dominação da Casa da Torre, simbolizando a presença do colonizador e sua atuação violenta no domínio dos povos autóctones; a atuação das missões religiosas, incumbidas de inculcar nos indígenas a ideologia europeia cristã em detrimento da cultura local; as várias tribos que já habitavam a localidade e possuíam sua estrutura organizacional e sua cultura próprias; além dos negros cativos, que traziam seus caracteres culturais, religiosos e sociais africanos (CAMPOS, 2008). Todo o período entre os séculos XVI e XVII foi fundamental para a história do Vale do São Francisco e, principalmente, para a região da futura cidade de Belém do São Francisco.

Em fins do século XVIII, a Casa da Torre passou a sistematizar a concessão de terras a terceiros, por meio do regime de arrendamento ou da venda propriamente dita (LOPES, 1997). Dessa forma, em 1756, o território da sesmaria onde se encontrava o futuro espaço territorial belemita foi arrendado a Manoel Lopes Diniz, fidalgo português. Faziam parte dessa porção de terra as fazendas Panela d'Água, Brejo do Gama e Campo Grande. Em seu trabalho de levantamento genealógico, Pires (1994) trata especificamente sobre a primeira fazenda, chamada de Panela d'Água, onde 38 famílias formavam seu núcleo principal: Aguiar, Alencar, Almeida, Alves, Araújo, Barros, Brandão, Brito, Campos, Carvalho, Coelho, Cruz, Ferreira, Fernandes, Fonseca, Gomes, Gonçalves, Lima, Lira, Lustosa, Machado, Magalhães, Matos, Melo, Mendonça, Menezes, Medeiros, Miranda, Neves, Nogueira, Novais, Sá, Sampaio, Soares, Silva, Silveira, Torres e Uchôa. Por meio de laços matrimoniais e apadrinhamentos, tais famílias se mesclaram, construindo um núcleo comum de proximidade.

Dentro dessa grande possessão de terras, situava-se a fazenda Canabrava, criada em 1793 sob a chefia de Manoel de Carvalho Alves, homem de origem portuguesa, que viria para a localidade e tomaria como esposa D. Inácia Maria da Conceição, ninguém menos que a filha de Manoel Lopes Diniz.

O neto desse casal, Antônio de Sá Araújo, por volta da década de 1830, criaria uma nova sede para a Canabrava, mais próxima ao leito navegável do rio, de modo a aproveitar as atividades fluviais para o comércio. Essa fazenda Canabrava se desdobrará na comunidade que servirá de núcleo inicial para a povoação de Belém do São Francisco. Não podemos esquecer que na localidade, em função da missão de Frei Francisco de Domfront, a aldeia Jatinã já havia recebido sua primeira capela, consagrada a Nossa Senhora de Belém (donde provém o nome da cidade).

É necessário ressaltar que tais famílias dominantes já citadas se valiam de trabalho escravo. Seguindo os estudos históricos de Versiani e Vergolino (2003), com ênfase no século XIX, podemos notar uma presença de negros cativos em maior número no interior do Estado de Pernambuco do que propriamente nas lavouras açucareiras do litoral. A população local terá em seu extrato, desse modo, após todo o processo de dominação colonial pelo qual passará, a presença forte de negros cativos (e eventualmente de um grande número de libertos e fugidos, organizados em quilombos), além da população indígena local.

Segundo os dados disponíveis no site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, a comunidade passou a distrito, criado com a denominação de Belém, pela Lei Provincial n.º 1.836, de 12 de março de 1885, e pela Lei Municipal n.º 2, de 1º de janeiro de 1892, e sendo subordinado ao município de Cabrobó. Foi também elevado à categoria de vila, com a denominação de Belém, pela Lei Provincial n.º 345, de 13 de maio de 1854, ao ser desmembrado de Cabrobó. Pela Lei Estadual n.º 597, de 07 de maio de 1903, Belém é elevado à categoria de cidade. Após, teve seu nome alterado duas vezes: pela Lei Estadual n.º 1.641, de 10 de maio de 1924, passou a denominar-se Belém de Cabroró; e, pela Lei Estadual n.º 1.931, de 11 de setembro de 1928, teve sua denominação simplificada para Belém.

O espaço de abrangência do município de Belém também passou por transformações. Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, anexou o distrito de Itacuruba, pertencente ao município de Floresta. No ano de 1962, são criados e anexados os distritos de Ibó e Riacho Pequeno ao município de Belém do São Francisco, pela Lei Municipal n.º 129. Por fim, por meio da Lei Estadual n.º 4.939, de 20 de dezembro de 1963, o distrito de Itacuruba é desmembrado, sendo elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963 (e que perdura até hoje), o município é constituído de três distritos: Belém do São Francisco, Ibó e Riacho Pequeno.

O nome do município modificou-se novamente durante o governo Vargas, que adotou uma política de “abrasileiramento” dos nomes das cidades do país. Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município de Belém passou a denominar-se Jatinã, um retorno às origens indígenas da localidade. Entretanto, com o fim da Era Vargas, pela Lei Estadual n.º 1771, de 07 de dezembro de 1953, o município de Jatinã voltou a denominar-se Belém do São Francisco.

A população belemita construiu uma tradição carnavalesca reconhecida em todo o Estado pernambucano, evidenciada por ser a terra dos bonecos gigantes Zé Pereira e Vitalina, que são reproduzidos nos carnavais da capital Recife e, principalmente, de Olinda. De acordo com a escritora local Tercina Bezerra, tal tradição fora criada por um grupo de foliões, encabeçado por Gumercindo Pires de Carvalho. Possivelmente, as histórias contadas pelo padre belga Norberto Phalempin (primeiro pároco da cidade, que viveu no local no início do século XX) sobre os festejos europeus e os grandes bonecos construídos em memória a determinados personagens bíblicos tenham servido como base para a criação dos bonecos belemitas. A tradição carnavalesca segue a cultura musical da população local, representada em nível institucional pela centenária Filarmônica Dionon Pires.

■ BIBLIOGRAFIA

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. A legitimidade da graça: os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa da Torre na capitania da Paraíba (século XVIII). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 78-100, jan./jun. 2015.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **Versão Preliminar do relatório Circunstanciado da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá**. Brasília: Funai, 2005.

CAMPOS, Carla Siqueira. Rio São Francisco: o rio da injustiça ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Belém do São Francisco**. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=260160&search=pernambuco%7Cbelem-de-sao-francisco%7Cinfograficos:-historico&lang=_ES>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PIRES, Marlindo (1994). Fazenda Panela d'Água: Genealogia / História X Século XVII X XX (Belém do São Francisco [s.n.]).

REGNI, Pietro Vittorino. **Os capuchinhos na Bahia**: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Palotti, 1988.

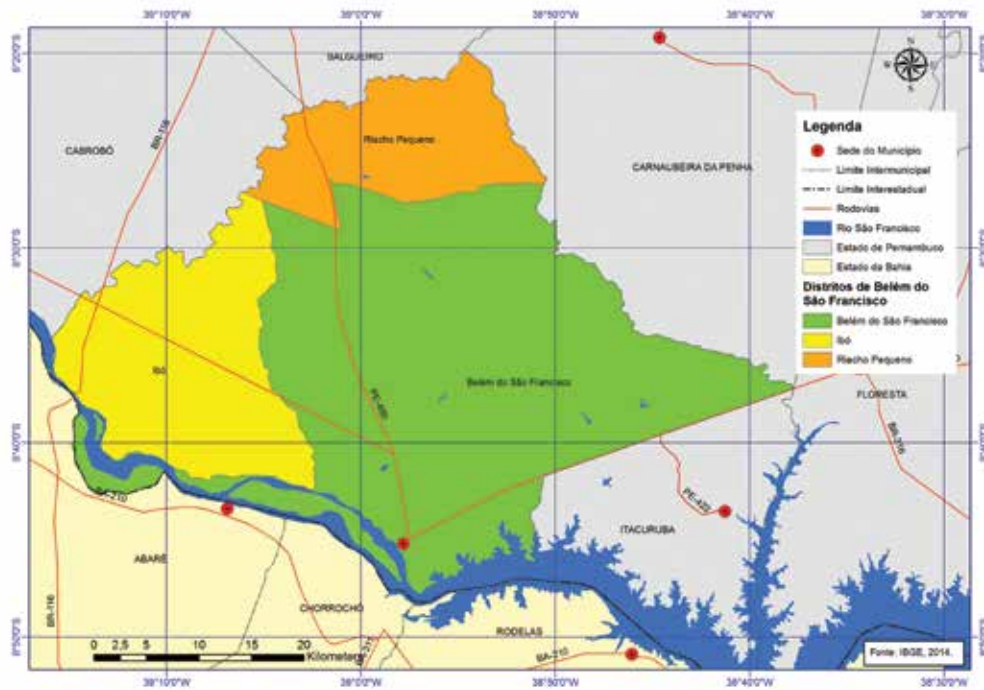
SALOMÃO, Ricardo D. B. De Índios Rodeleiros a Índios Tuxá do século XX: uma etnohistória das relações interétnicas no médio São Francisco. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008., Caxambú. **Anais...** Caxambú: Anpocs, 2008.

SOUZA JR., Claudionor Rodrigues de. Convívio social e organização administrativa das missões franciscanas no sertão nordestino nos séculos XVII X XVIII. ENCONTRO NORDESTINO E ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5., Recife, 2004. **Anais...** Recife: UFPE, 2004.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Em fins do século XVIII, a Casa da Torre passou a sistematizar a concessão de terras a terceiros, por meio do regime de arrendamento ou da venda propriamente dita (LOPES, 1997). **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 33, N. 2, p. 353-393, 2003.

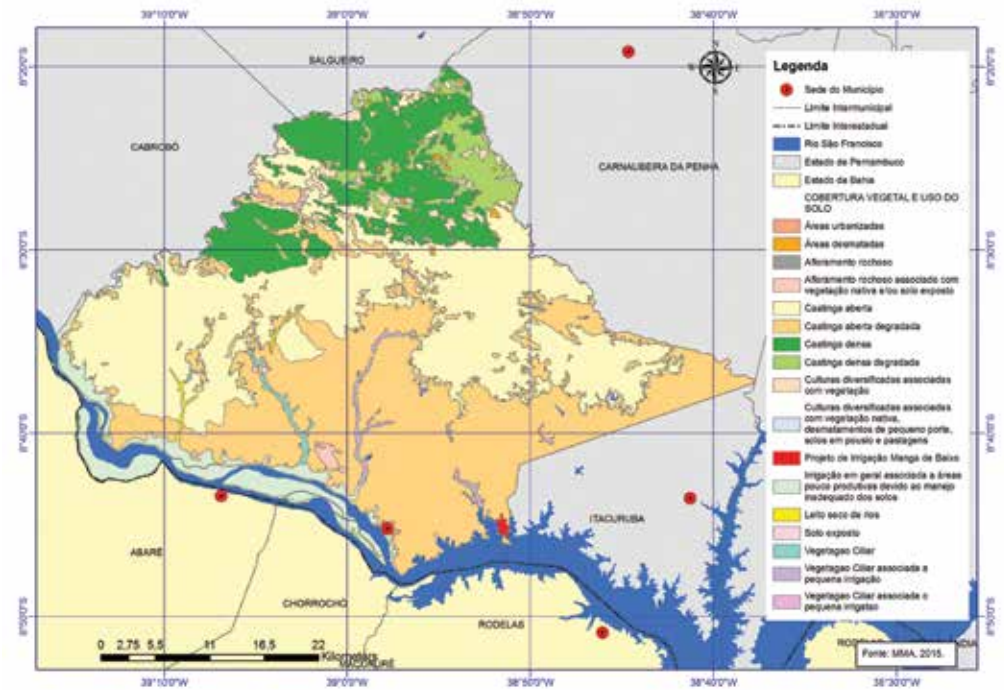
MAPA 45

DIVISÃO POLÍTICA DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO



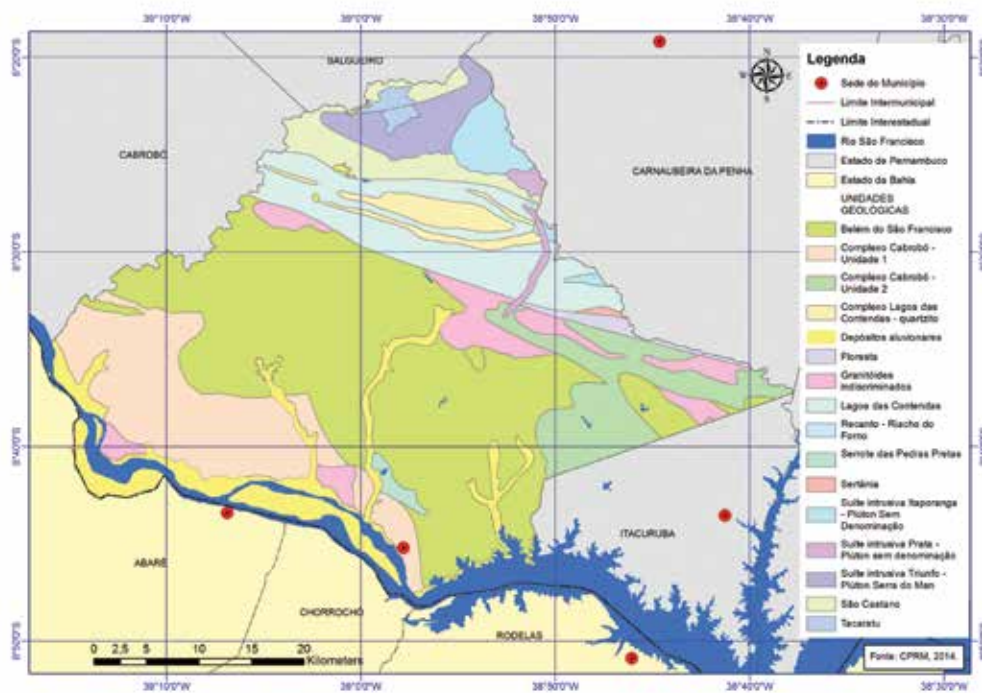
MAPA 46

COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO



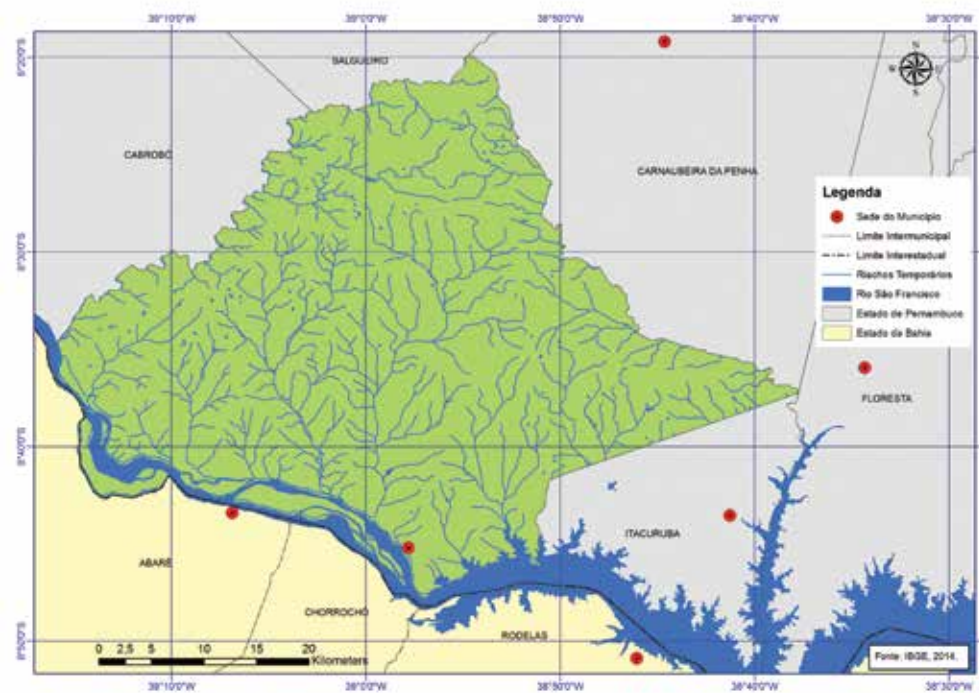
MAPA 47

GEOLOGIA DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO

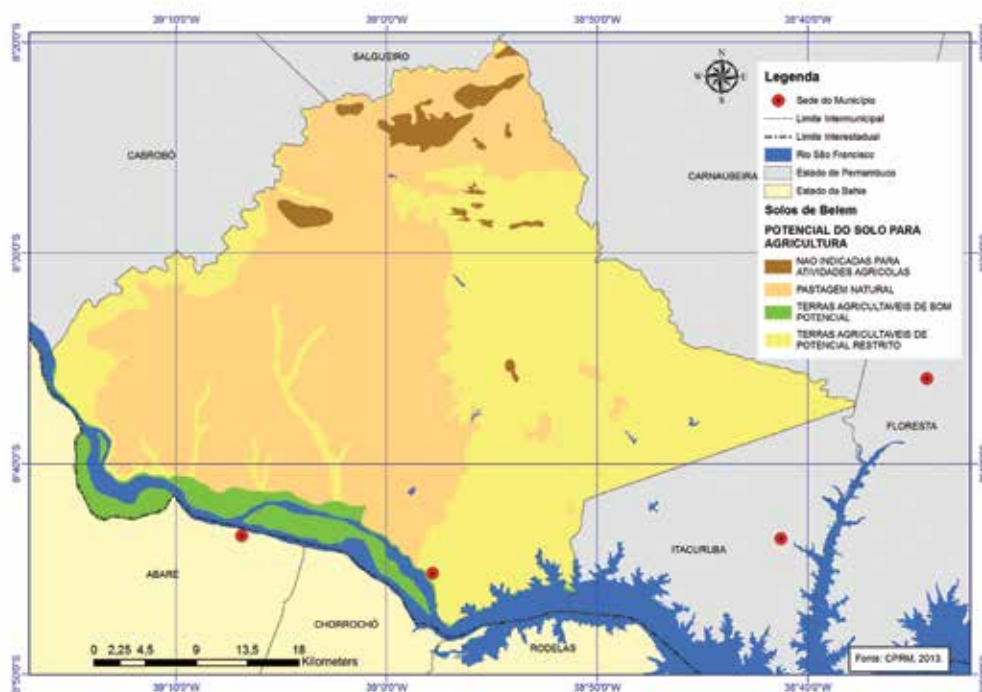


MAPA 48

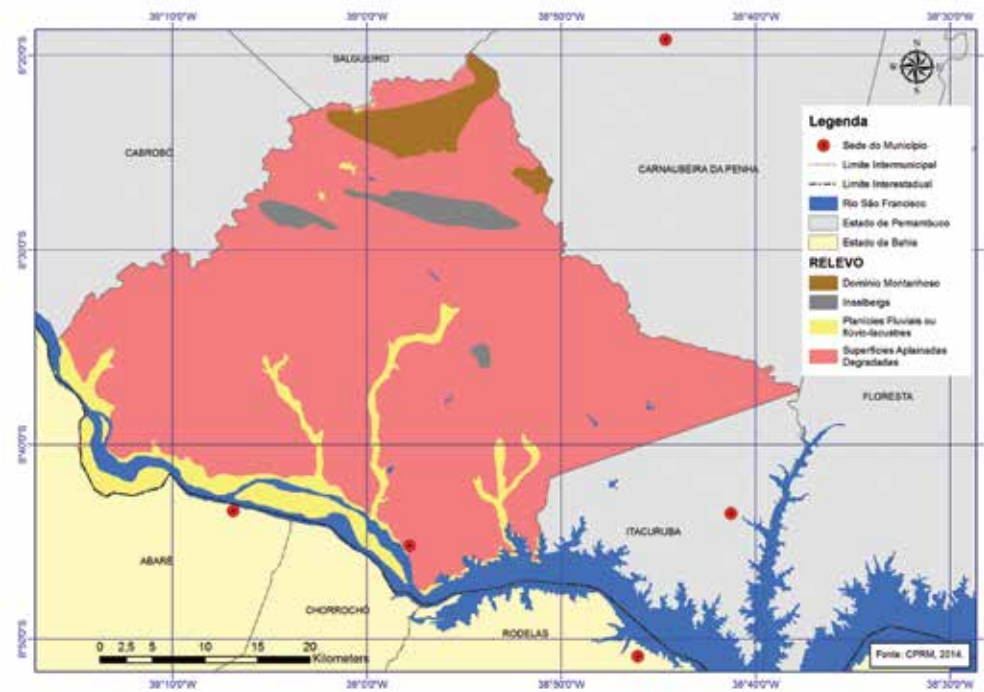
HIDROGRAFIA DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO



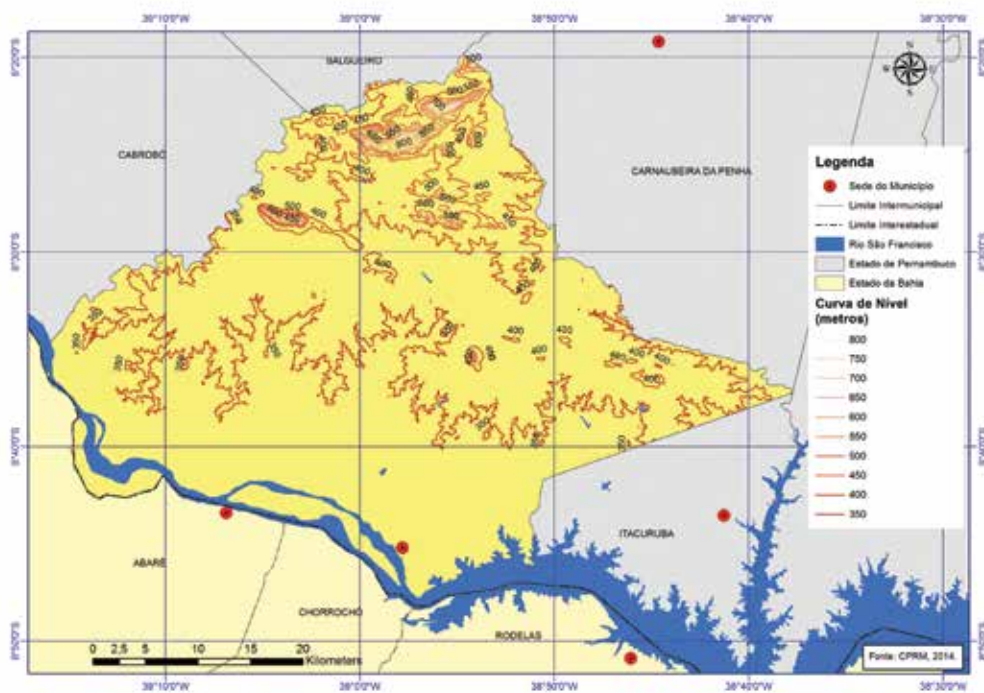
MAPA 49
POTENCIAL DE SOLO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO



MAPA 50
RELEVO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO



MAPA 51
**RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE BELÉM
 DO SÃO FRANCISCO**



MAPA 52
IMAGEM DE SATÉLITE DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO

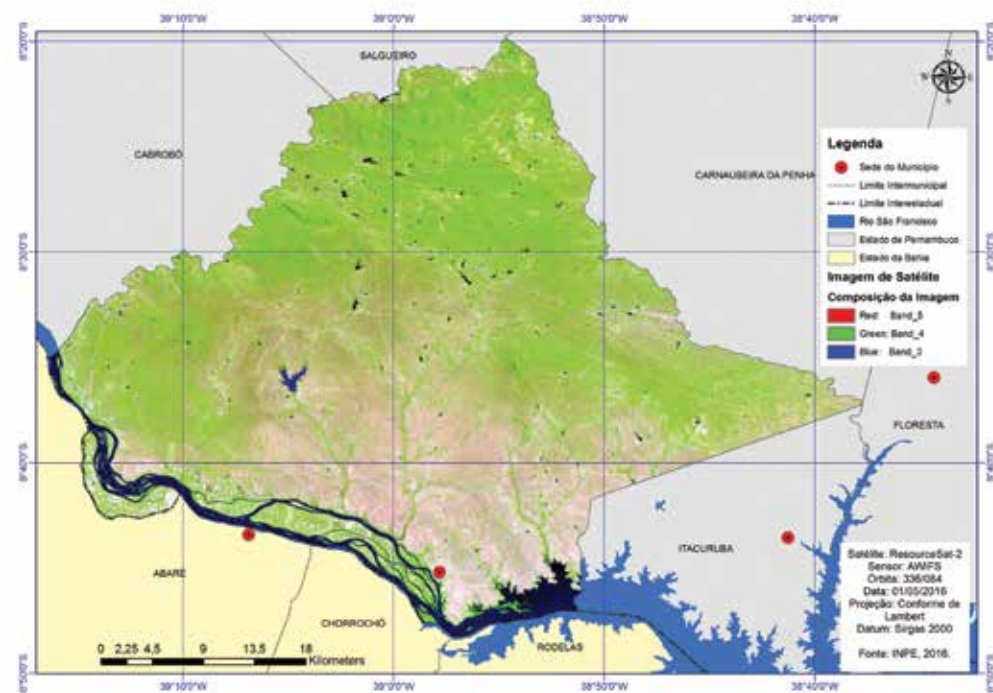




Foto 46 – Igreja Menino Deus e os Bonecos Gigantes Zé Pereira e Vitalina em período carnavalesco



Foto 47 – Museu da cidade

Foto 48 – Fachada do Mercado Público Municipal



Foto 49 – Os Primeiros Bonecos Gigantes do Brasil: Zé Pereira (1919) e Vitalina (1929)

Foto 50 – Capela do Desterro do Senhor do Bonfim em época de festejos ao santo, sendo animado pela banda local de pífanos Los Grandes

Foto 51 – Cemitério Antigo





Foto 52 – Casa do Santo Cruzeiro em época de festejo ao Santo Senhor do Bonfim

Foto 53 – Representação infantil dos Penitentes em procissão

Foto 54 – Diversão infantil no Rio São Francisco

Foto 55 – Cais da cidade – Rio São Francisco



MUNICÍPIO DE ITACURUBA

MAPA 53

MUNICÍPIO DE ITACURUBA, ESTADO DE PERNAMBUCO

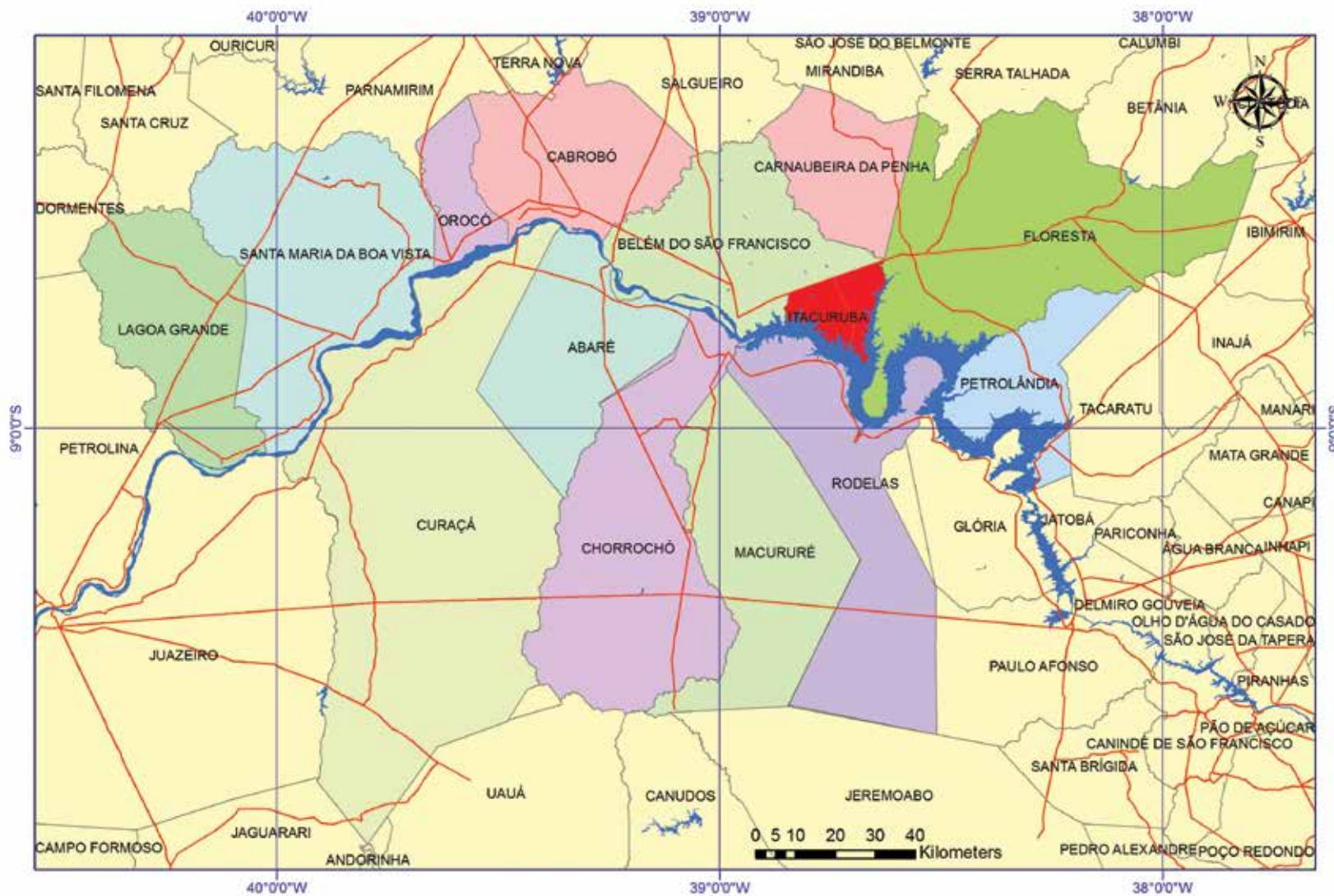


Foto 56 – Bandeira de Itacuruba

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015 (hab): 4.754

Área da unidade territorial (km²): 430,033

Densidade demográfica (hab/km²): 10,16

Gentílico: itacurubense

Desmembrado do município de Belém do São Francisco

Data de criação: 20 de dezembro de 1963

Data de instalação: 24 de abril de 1964

Data cívica (aniversário da cidade): 20 de dezembro

Bioma: Caatinga

■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado, com a denominação de Itacuruba, por meio do Ato Municipal de 24 de novembro de 1930, e subordinado ao município de Floresta. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Itacuruba faz parte do município de Floresta, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937. O Decreto-Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, transfere o distrito de Itacuruba do município de Floresta para o de Belém (ex-Belém de Cobrobó).

No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o distrito de Itacuruba figura no município de Belém. Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município de Belém passou a denominar-se Jatinã.

Em divisão territorial datada de 09 de julho de 1950, o distrito de Itacuruba figura no município de Jatinã (ex-Belém). Pela Lei Estadual n.º 1.771, de 07 de dezembro de 1953, o município de Jatinã passou a denominar-se Belém do São Francisco. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955, o distrito de Itacuruba, figura no município de Belém do São Francisco, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960.

Elevado à categoria de município, com a denominação Itacuruba, pela Lei Estadual n.º 4939, de 20 de dezembro de 1963, é desmembrado do município de Belém do São Francisco. Com sede no antigo distrito de Itacuruba, é constituído do distrito-sede instalado em 24 de abril de 1964. Em divisão territorial ocorrida em 1º de janeiro de 1979, o município é constituído do distrito-sede, permanecendo da mesma forma em divisão territorial datada de 2007.

■ TRANSFERÊNCIA DISTRITAL

A Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, transfere o distrito de Itacuruba do município de Floresta para Belém.

■ HINO

Compositores: Cícero Antônio de Souza e Carmen Lúcia Gomes

*Às margens do Rio São Francisco
Uma joia preciosa nasceu
Sobre as rochas e pedregulhos
Um alicerce aqui floresceu.*

*Manoel Quirino o ilustre fundador
Os capuchinhos suas terras desbravaram
Como era linda a fauna e a flora*

*Cachoeira e ilhas não tem mais
Os engenhos, teares, rodas d'águas
Em outrora dos nossos ancestrais.*

*Em terras férteis de velha cidade
Onde juntos plantamos o amor
Colhemos nossa liberdade
A coragem do homem trabalhador.*

*Com trabalho, suor, honra e glória
Sem perder as esperanças jamais
Escrevendo a nossa história
Conduzindo o sonho pela paz
Beco jamais esquecido
Itacuruba pra sempre serás.*

*Itacuruba sempre avante
E avante com fé, amor a Deus
Com o livro, o arado, a pena
Ver crescendo, progredindo filhos teus
Itacuruba sempre avante
Nossa terra, a grandeza deste chão
Rumarás majestosa ao progresso
Pequena estrela no céu do sertão.*

*Foi no dia vinte de dezembro
Do ano de sessenta e três
De vila passa a ser cidade
Liberdade, independência, altivez.*

*Entre águas profundas que escondem
Alegrias, lembranças, saudades
O desejo de ver Itacuruba
Resplandecendo em uma nova cidade.*

*Confiança e esperança no porvir
Pra teus filhos jamais olvidar-te
Pra te amar, te ver crescer e te servir
E como o Rio São Francisco abraçar-te.*

*Ontem e hoje, para sempre Itacuruba
Como a outrora, renasces a cada dia
Como filhos leais que somos
Exaltamos o teu nome como alegria.*

■ HISTÓRICO

A região já era espaço de moradia das tribos indígenas Tapuias, Proká e Pankararu (BATISTA, 2005) quando a missão jesuítica na Ilha do Sorobabel começou. Essa missão, anos depois, passou para a tutela dos capuchinhos franceses, que, ao longo do século XVII, já administravam outras missões no Velho Chico, na grande área de tribos conhecidas como Rodela. Nesse período, também havia a ação colonizadora e exploratória da Casa da Torre, primeiramente com Garcia D'Ávila e depois com seu herdeiro Francisco Dias D'Ávila. Donos das sesmarias ao longo do Vale do São Francisco, essa família expandiu os currais de gado bovino e equino sertão adentro, sendo a principal fornecedora desses animais para os engenhos de cana-de-açúcar no litoral (GONÇALVES, 1997). A vinda dos currais trouxe outros colonos portugueses para a região que, sob a dominação da Casa da Torre, passaram a construir fazendas, utilizando-se de mão de obra indígena e negra cativa.

A atuação dos capuchinhos na área da Ilha do Sorobabel estava sob a direção do Frei Francisco Domfront, por volta do ano de 1702, com invocação a Nossa Senhora do Ó (BATISTA, 2005). Essa missão será responsável pela catequização das populações indígenas locais, contribuindo para a instalação

do credo cristão, a dominação ideológica e a desconstrução cultural dos povos autóctones (CAMPOS, 2008). Lá foi construída, na extremidade meridional da ilha e orientada para o mesmo lado, nos primórdios do século XVIII, a igreja da missão, consagrada a Nossa Senhora do Ó. Frei Francisco instalou na capela uma imagem francesa de madeira da santa que dava nome à missão, reafirmando seu culto entre os habitantes locais.

Os capuchinhos franceses foram substituídos pelos barbadinhos italianos em 1709, quando as relações entre Portugal e França se deterioraram, em função das investidas francesas no litoral da colônia brasileira (ANDRADE, 2004). A missão de Sorobabel receberia ainda os franciscanos no século XVIII.

Em 1792, o Rio São Francisco teve uma de suas maiores cheias, inundando por completo Sorobabel, destruindo a igreja e levando a imagem da Nossa Senhora do Ó em suas águas, a qual foi encontrada apenas na Fazenda Várzea Redonda, no território onde hoje é a cidade de Petrolândia, por pescadores locais. Ao ser identificada, foi entregue à igreja da Freguesia de Tacaratu, onde permaneceu por quase 100 anos. Só regressou às margens do rio quando construíram sua capela na atual Itacuruba, pertencente à paróquia de Floresta, cuja pedra fundamental foi lançada em 1889, pelo padre Miguel Arcanjo. A tradição local atribui a Manoel Quirino Leite, proprietário de terras da localidade, a fundação do povoado.

De acordo com Fonseca (2015), o nome Itacuruba significa “pedacinhos de pedras, seixos” (ita: pedra + curuba: fragmentos). O mesmo autor levanta a possibilidade de significar também “caco de pedra”, “trempe para apoiar a panela” ou ainda “pedra áspera, cascuda”.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, o distrito foi criado com a denominação de Itacuruba, por meio do Ato Municipal de 24 de novembro de 1930, sendo subordinado ao município de Floresta. Contudo, pelo Decreto-Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, o distrito de Itacuruba é transferido do município de Floresta para o de Belém (do São Francisco), assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, quando foi elevado à categoria de município, com a denominação Itacuruba, pela Lei Estadual n.º 4.939, de 20 de dezembro de 1963, e desmembrado de Belém do São Francisco.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ugo Maia. Etnogênese Tumbalalá. Identidade e rede de comunicação interétnica no sub-médio São Francisco. In: ALMEIDA, Luís Sávio de; SILVA, Christiano Barros Marinho da. **Índios do Nordeste: temas e problemas** 4. Maceió: Edufal, 2004, p. 63-114.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **Versão Preliminar do relatório Circunstanciado da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá**. Brasília: Funai, 2005.

CAMPOS, Carla Siqueira. Rio São Francisco: o rio da injustiça ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

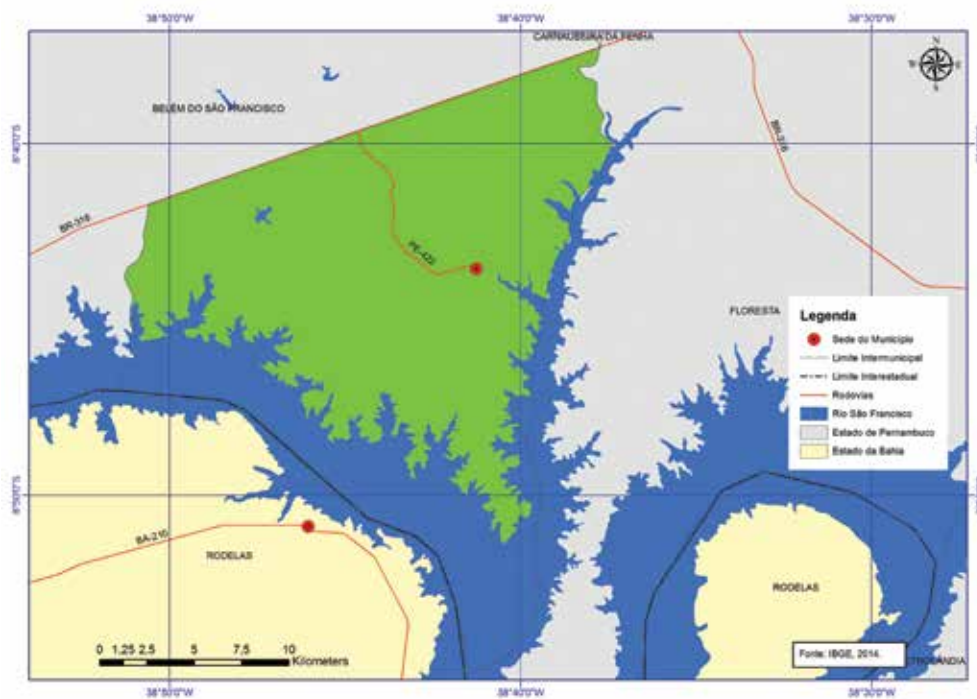
FONSECA, Homero. **Pernambucânia O que há nos nomes das nossas cidades**. Recife: Cepe, 2015.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA: Formação histórica e social do submédio São Francisco**. Juazeiro: Franciscana, 1997.

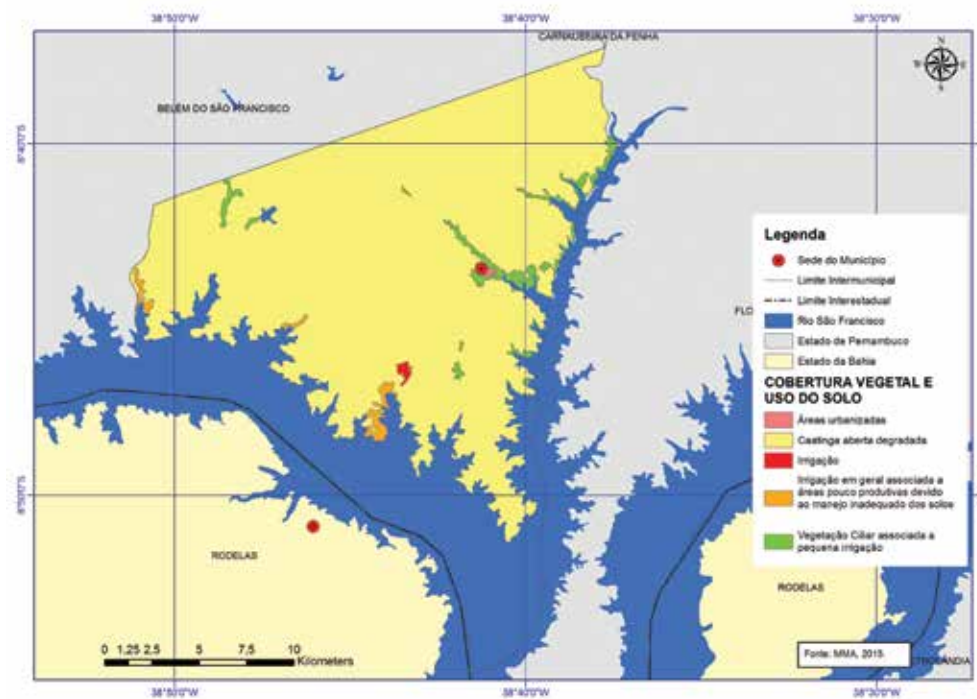
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Itacuruba**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=260740>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

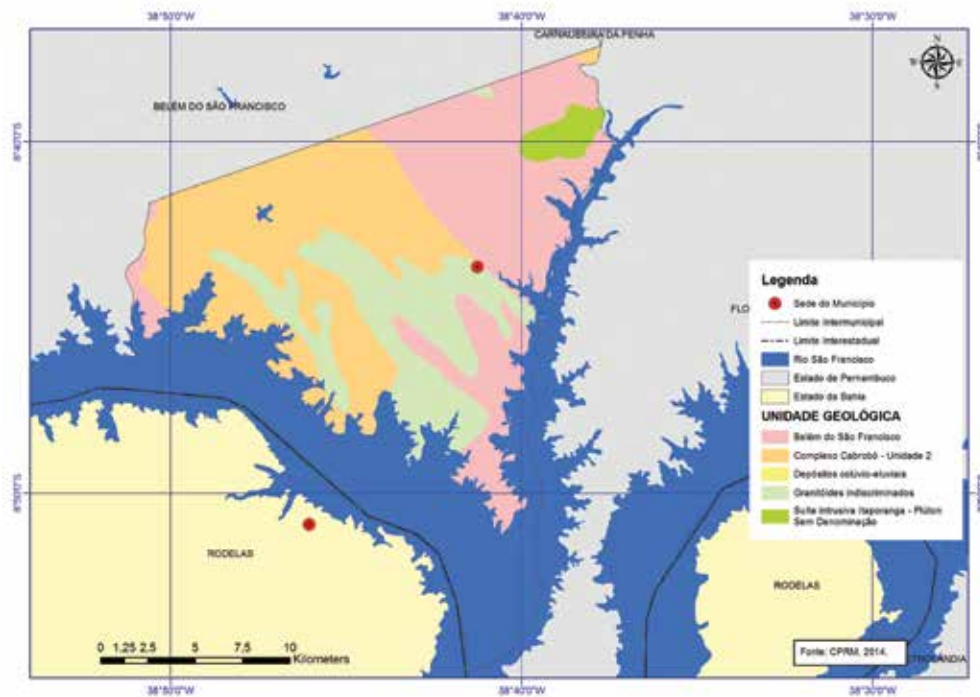
MAPA 54
DIVISÃO POLÍTICA DE ITACURUBA



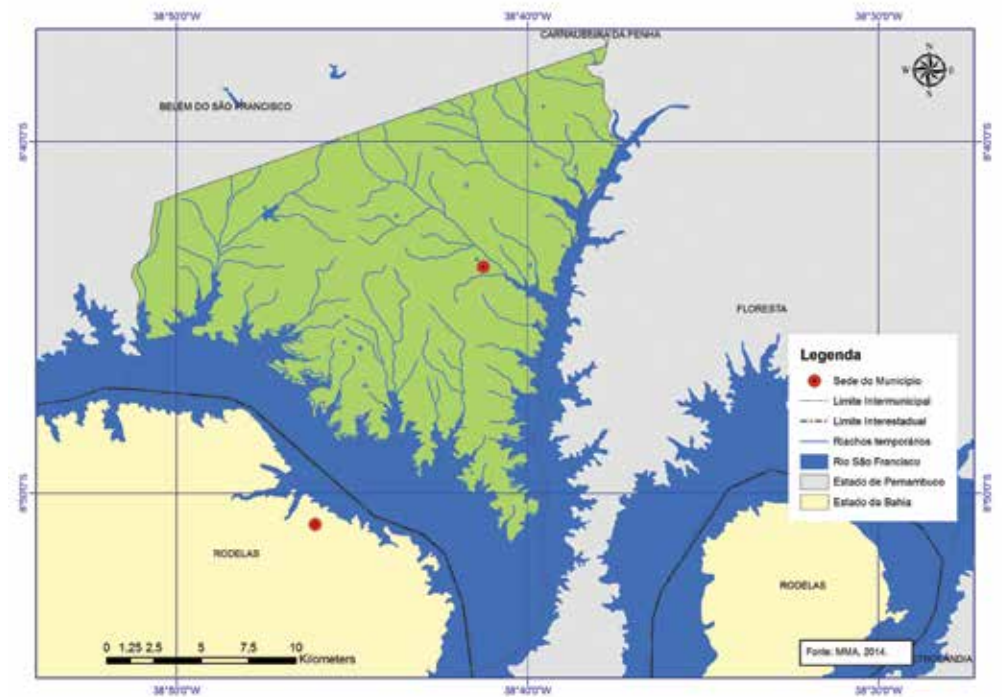
MAPA 55
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE ITACURUBA



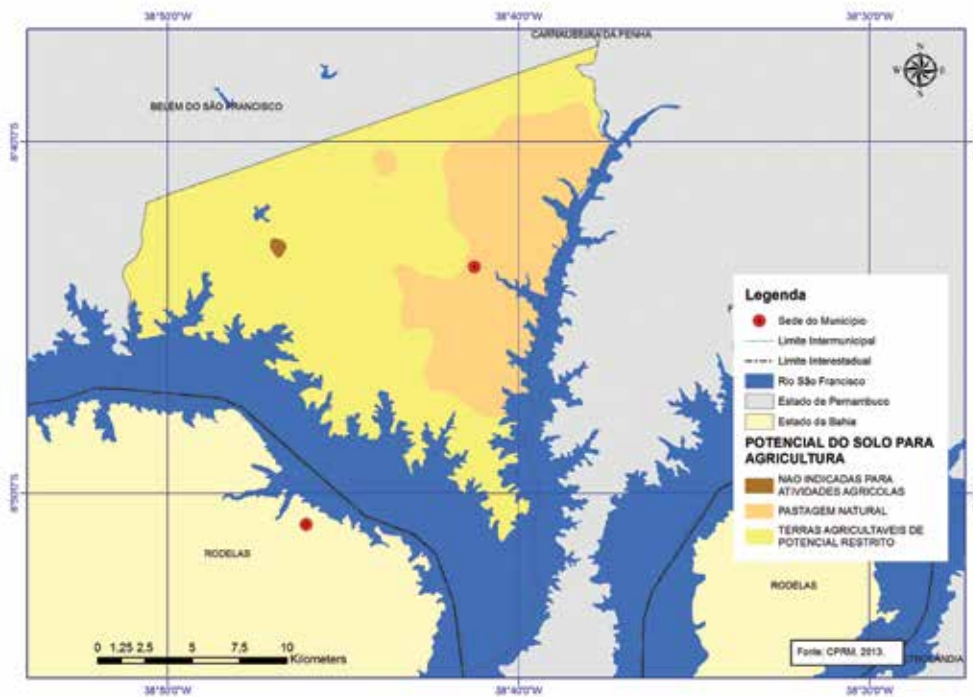
MAPA 56
GEOLOGIA DE ITACURUBA



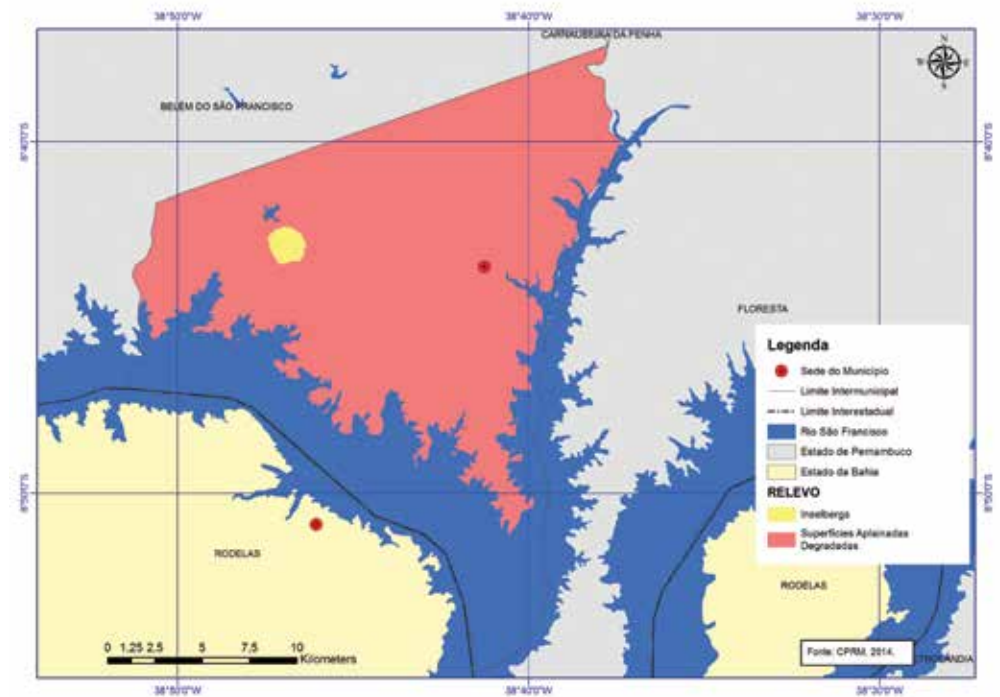
MAPA 57
HIDROGRAFIA DE ITACURUBA



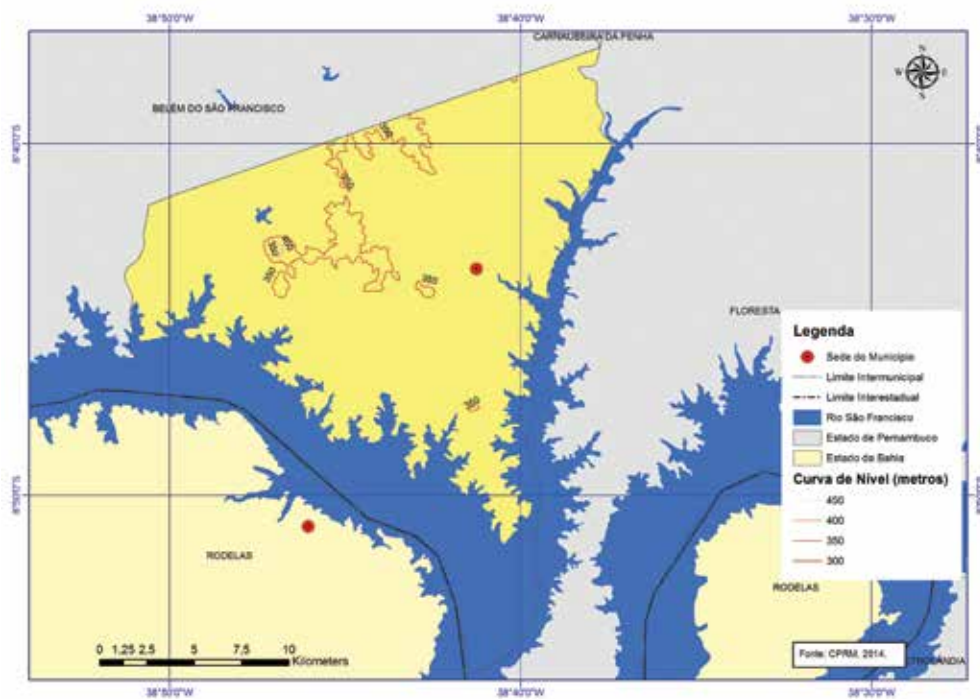
MAPA 58
POTENCIAL DE SOLO DE ITACURUBA



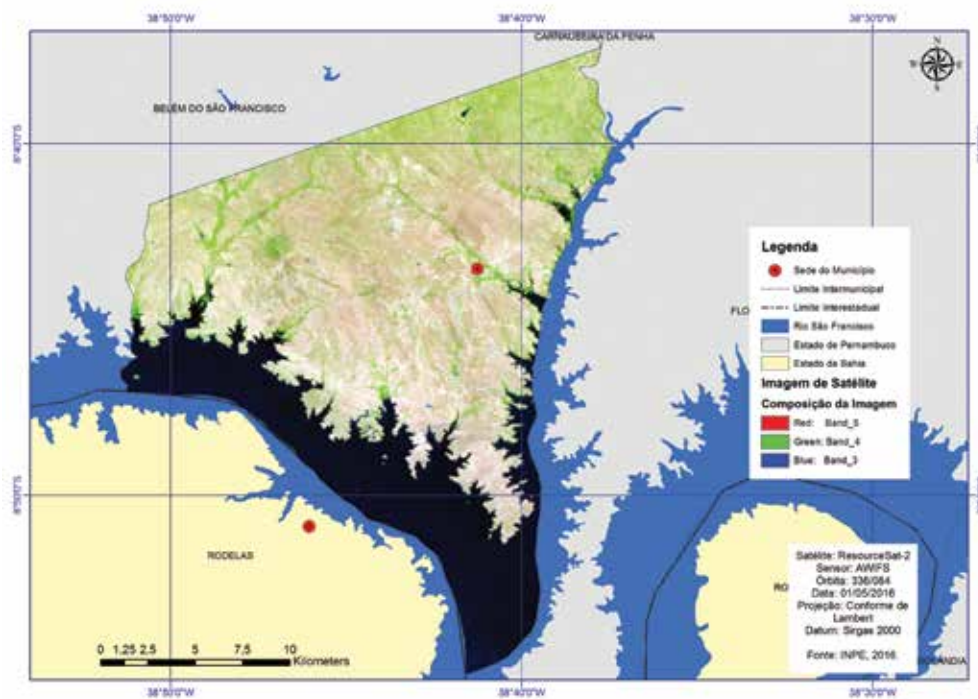
MAPA 59
RELEVO DE ITACURUBA



MAPA 60
RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE ITACURUBA



MAPA 61
IMAGEM DE SATÉLITE DE ITACURUBA





57



58



59



60

Foto 57 – Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora do Ó

Foto 58 – Interior da Igreja Matriz Nossa Senhora do Ó

Foto 59 – Praça de Eventos

Foto 60 – Praça de eventos no centro da cidade

Foto 61 – Carranca:
símbolo decorativo
na praça

Foto 62 – Dona
Bilfa, representante
da dança Coco



61



62



63



64



65



66

Foto 63 – Pandeiro de dona Bília

Foto 64 – Cactaceae

Foto 65 – Objetos antigos, patrimônio local

Foto 66 – Secretaria de Cultura



Foto 67 – Bandeira de Carnaubeira da Penha

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015 (hab): 12.603

Área da unidade territorial (km²): 1.004.667

Densidade demográfica (hab/km²): 11,73

Gentílico: carnaubeirense

Desmembrado do município de Floresta

Data de criação: 1º de outubro de 1991 – Lei Estadual n.º 10.626

Data de instalação: 1º de janeiro de 1993

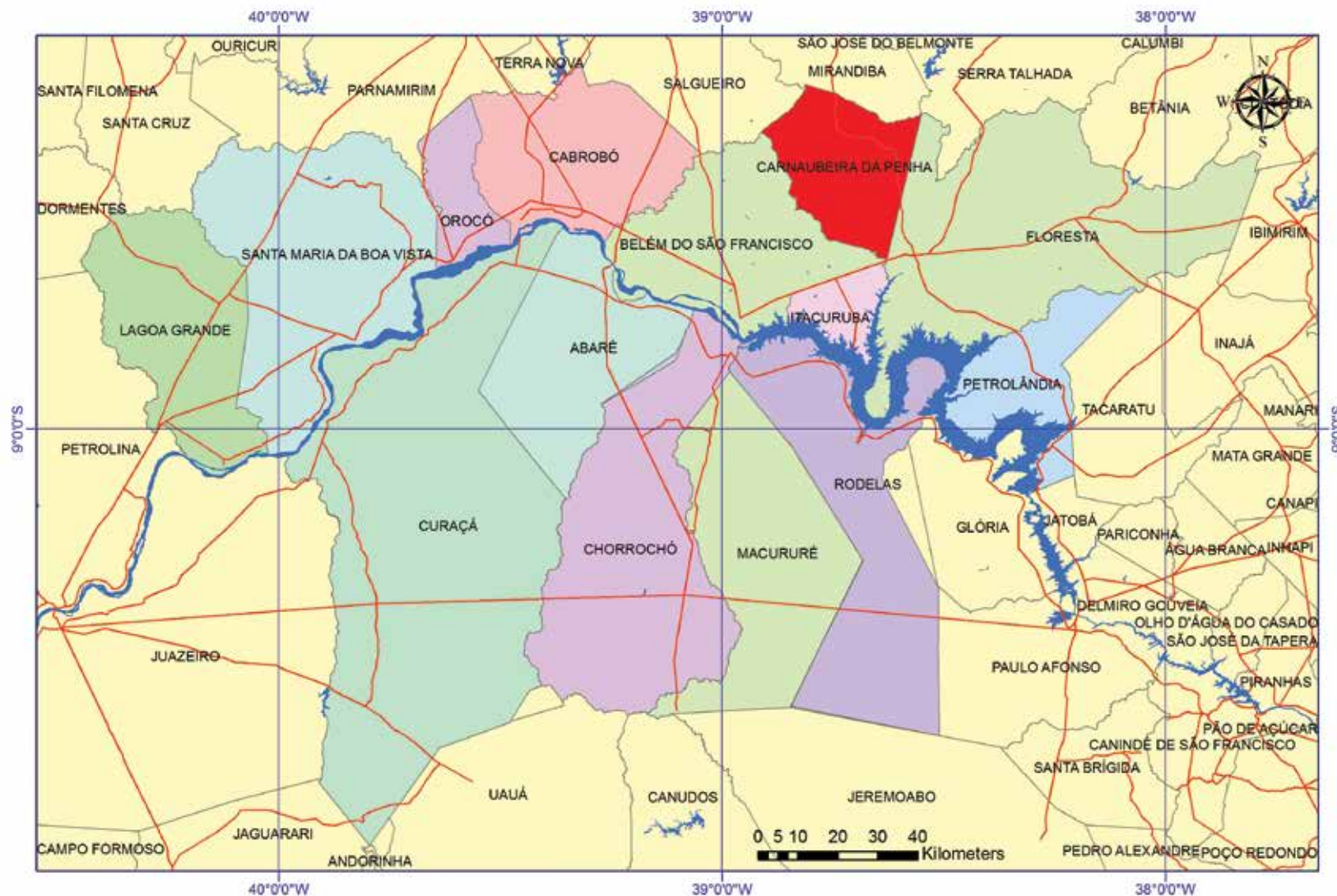
Data cívica (aniversário da cidade): 1º de outubro

Bioma: Caatinga

MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA

MAPA 62

MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA, ESTADO DE PERNAMBUCO



■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado, com a denominação de Carnaubeira, pela Lei Municipal n.º 2, de 19 de janeiro de 1948, a partir das terras do extinto distrito de Barra do Silva, subordinado ao município de Floresta. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o distrito de Carnaubeira figura no município de Floresta, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18 de agosto de 1988.

Elevado à categoria de município, com a denominação de Carnaubeira da Penha, pela Lei Estadual n.º 10.626, de 1º de outubro de 1991, e desmembrado do município de Floresta. Com sede no antigo distrito de Carnaubeira, atual Carnaubeira da Penha, é constituído do distrito-sede instalado em 1º de janeiro de 1993.

Em divisão territorial datada de 1º de junho de 1995, o município é constituído do distrito-sede, permanecendo da mesma forma em divisão territorial datada de 2005. Nesse processo de formação, houve uma alteração toponímica distrital, de Carnaubeira para Carnaubeira da Penha, realizada por intermédio da Lei Estadual n.º 10.626, de 1º de outubro de 1991.

■ HINO

Compositor: Noêmia Lopes da Silva

*Surgiu uma cidade entre serras,
Entre palmeiras chamada Carnaubeira.
Esta planta deu origem a nossa terra,
Carnaubeira! De um povo hospitaleiro.*

Refrão

*Resplandece a paz em nosso meio,
Com o calor deste sol que nos abriga.
Salve ô terra! Que nos acolheu,
Jamais um filho, te esquece, ô mãe querida.*

*A ti saudamos nossa mãe acolhedora,
Carnaubeira, nosso berço abrasador.
A ti louvamos mãe santa, protetora,
Senhora da Penha, de milagres consagrou.*

*Com a bravura te defendo, ô terra amada,
Como Herói resistente e incansável.
Teu povo varonil, que hoje branda,
Este hino de glória, a ti louvável.*

*Terra santa, agora se exaltou,
Graças aos filhos autênticos, fortes.
Por amor, esta homenagem nos legou,
Com honra, estamos triunfantes.*

*Eis aqui, todos nós a ti cantar,
Cidade santa, abençoada por deus.
Seio do nosso primeiro lar,
De coração, agradece aos filhos teus.*

*Solo gigantesco, que nos congratulou,
Mãe sofrida, que no passado sonhou.
Ô terra querida! Hoje a realidade,
É por te chamar: LIBERDADE! LIBERDADE!*

■ HISTÓRICO

A história dessa cidade está atrelada ao processo de formação da sociedade florestana, da qual Carnaubeira da Penha fazia parte até o século XX. Ainda no período colonial, a localidade foi alvo da dominação da Casa da Torre, tendo a família D'Ávila colonizado uma grande parte das terras banhadas pelo Velho Chico, em que implementou currais de gado bovino e equino (GONÇALVES, 1997).

Em meados da década de 1890, pela Lei Municipal n.º 02, o distrito da Penha foi criado, durante a gestão do prefeito de Floresta, o Coronel Casé. De fato, a localidade já possuía um número não muito grande de famílias e suas respectivas residências, formando uma pequena comunidade pertencente ao município florestano. Possivelmente, este conjunto habitacional tinha em sua essência as relações étnicas entre negros, indígenas e brancos europeus, típica dos ajuntamentos populacionais à beira do São Francisco. Frequentemente, é utilizado o termo caboclo para determinar a etnia desses habitantes; entretanto, tal definição deixa na penumbra as raízes identitárias negras e indígenas que originaram a constituição dos caboclos beiradeiros do Vale do São Francisco (CAMPOS, 2008). Além da pecuária que, sem sombra de dúvidas, figurava como a mais importante atividade comercial na localidade, essas comunidades ribeirinhas desenvolveram uma agricultura de subsistência, cultivando feijão, algodão, milho, arroz, mandioca e batata-doce.

Na Serra do Arapuá, existem os núcleos habitacionais dos índios Pankará, que também possuem raízes étnicas negras em sua constituição. Já na Serra do Umã encontra-se a Reserva Nacional dos indígenas da etnia Atikum (MENDONÇA, 2012). Tais grupos representam a população autóctone que já habitava a região quando da chegada do colonizador.

Em relação ao nome da cidade, possivelmente essa titulação está atrelada ao fato de existir um número considerável de carnaúbas na localidade, algo que os colonizadores puderam observar no início de sua chegada à região. Além disso, a santa padroeira da cidade é Nossa Senhora da Penha, fator que motivou a população local a se apropriar do termo Penha para denominar a cidade.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, o distrito foi criado, com a denominação de Carnaubeira, pela Lei Municipal n.º 2, de 19 de janeiro de 1948, a partir de terras do extinto distrito de Barra do Silva, subordinado ao município de Floresta. Essa denominação muda quando é elevado à categoria de município, sendo então designado como Carnaubeira da Penha, pela Lei Estadual n.º 10.626, de 1º de outubro de 1991, e desmembrado do município de Floresta, assim permanecendo até hoje.

■ BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Carla Siqueira. Rio São Francisco: o rio da injustiça ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA:** Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Carnaubeira da Penha.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=260392>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MENDONÇA, Caroline Leal et al. **Nossa serra, nossa terra:** identidade e território tradicional Atikum e Pankará. [S.l]: Fundarpe, 2012.

■ ALDEIAS INDÍGENAS

Atikum

Grupo indígena: Atikum-Umã

População: 7.929

Localização: Na região da Serra das Crioulas e da Serra Umã, nos limites do atual município de Carnaubeira da Penha, Pernambuco.

Extensão: 16.290.1893 ha

No início dos anos 1940, os membros da comunidade camponesa que habitavam a Serra se autoidentificavam como os caboclos da Serra do Umã. Nessa época, andavam insatisfeitos com a cobrança pela prefeitura de Floresta de impostos sobre o uso do solo ali cultivado e com o fato de os fazendeiros vizinhos colocarem o gado para pastar sobre suas roças.

Informados por índios Tuxá (do município de Rodelas, na Bahia) de que havia um órgão do governo que estava reconhecendo territórios indígenas no Nordeste, alguns caboclos procuram, em Recife, o SPI, afirmando serem caboclos descendentes de índios e reivindicando a criação de uma reserva indígena. Como condição para tal reconhecimento, o SPI solicitou a demonstração de um ritual de toré, tradição que, aos olhos do inspetor do citado órgão no Nordeste, atestaria a “consciência étnica” dos caboclos.

Despreparados para uma exibição dessa tradição ritual, os caboclos procuram os Tuxá, que enviam, então, oito índios à Serra para “ensinar-lhes” o toré. Entre 1943 e 1945, deixam tudo pronto para executar o ritual, momento em que se desloca para a Serra um fiscal do SPI, que assiste a um ritual de toré, atestando, conseqüentemente, a presença indígena no local. Dessa forma, em 1949, é fundado o posto indígena, e os caboclos são elevados à categoria de índios oficialmente reconhecidos pelo Estado-Nacional –até os dias atuais o toré vem sendo usado como sinal diacrítico na manutenção da etnicidade Atikum, o que pragmaticamente lhes dá direito de acesso seguro à terra.

Os membros da Comunidade Indígena de Atikum-Umã autodenominam-se índios de Atikum-Umã, em referência a uma ancestralidade: Umã teria sido o “índio mais velho” e pai de Atikum, cuja descendência se criou na aldeia Olho d’Água do Padre (antiga Olho d’Água da Gameleira). Há, entretanto, outra versão que afirma ter o nome Atikum surgido durante um ritual de toré.

No que se refere aos registros documentados, a primeira referência ao nome Atikum data da época do reconhecimento oficial desses índios pelo SPI, ocorrido na segunda metade da década de 40, quando, em comunicação interna do órgão, o chefe da 4ª Inspetoria Regional comenta, referindo-se ao posto indígena da Serra do Umã, que o primeiro nome do posto foi Aticum, devido provavelmente a um grupo com o qual os “Umans” teriam se mesclado que devia se chamar Aticum ou Araticum. Mas, no final do século passado, no *Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco*, de Sebastião Galvão, “Araticum” constava como um lugarejo do município de Floresta; e, em 1968, Cestmir Loukotka, na sua *Classification of South American Indian Languages*, indicava “Aticum” ou “Araticum” como a língua extinta de uma tribo que então falava apenas português, localizada em Pernambuco, perto de Carnaubeira.

Certo é que a grafia correta para o grupo ficou sendo Atikum. Ademais, os índios não estabelecem uma autorreferência como índios Atikum-Umã, mas sempre como índios de Atikum-Umã, indicando uma subordinação à descendência de Umã para Atikum, que formou a aldeia (comunidade indígena).

■ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

É preciso proceder a um novo estudo que contemple núcleos de famílias Atikum que estão fora dos limites da terra homologada em 1996. Essa situação se agravou principalmente após o ano de 2000, quando Conceição das Creoulas (município de Salgueiro, Pernambuco) foi designado como *Terra de Remanescentes de Quilombo*, área contínua à Terra Indígena Atikum, onde estaria localizada a maior parte dos núcleos Atikum mencionados.

Outro grave problema na área consiste mesmo fato de que é utilizada por plantadores de maconha. A Terra Indígena Atikum está localizada no perímetro de região conhecido como “polígono da maconha”, situação que ocasionou graves conflitos e violência contra os índios.

Pankará

População: 2.589

Localização: Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, Pernambuco.

Extensão: em identificação

O povo Pankará, semelhante a outros povos situados na região Nordeste, passou por um processo histórico não linear, caracterizado pelo fluxo constante de grupos indígenas nos sertões do Pajeú e nas adjacências em virtude do esbulho de suas terras por tradicionais invasores presentes no cenário político desde o período colonial, retratando, de certo modo, o contexto de dominação política e econômica presente nessa região até os dias atuais.

Todo o período do século XVII até o início do século XVIII, assim, foi marcado pela expansão da pecuária nos Vales do Pajeú e São Francisco, promovida pela Casa da Torre e comandada pelos Garcia D'Ávila. Nesse período, descendentes de fundadores da Casa da Torre concederam a familiares dotes de terras por todo o riacho do Pajeú, estabelecendo-se no local as primeiras fazendas sob o controle de famílias de coronéis. Em decorrência, referências de todo o século XVIII designam, comumente, os índios dessa região como “revoltados”, “dispersos”, “ladrões de gado” e “bárbaros”. As perseguições e guerras contra os índios estenderam-se até o século XIX. Neste período, também se legaliza o domínio territorial das famílias tradicionais por meio do Registro de Terras (Lei Imperial de 1850), para garantir a propriedade imobiliária – as terras do atual município de Floresta foram registradas, pela primeira vez, em 1858 (FERRAZ, 1999). Com a Lei do Registro de Terras, o Estado brasileiro favoreceu os grandes proprietários, que eram também os chefes políticos locais.

Pressionado pelas Câmaras Municipais, reduto do coronelismo no Sertão pernambucano, o Governo Imperial decreta oficialmente a extinção dos aldeamentos em Pernambuco entre os anos de 1860 e 1880, sob o argumento da “ausência da pureza racial”. Nesse século, os índios da região eram tidos como “misturados”, “caboclos” e “confundidos” com a população local. Em fins do século XIX, os documentos da época já designam os índios como bárbaros, “descendentes” e “criminosos” e até mesmo abnegam totalmente a identidade desses povos (SILVA, 1996, p. 17). Diante desse contexto, as estratégias encontradas pelos indígenas consistiam em continuar se deslocando para locais de difícil acesso e trabalhar como agricultores, pagando a renda para os “proprietários” das terras ou altos impostos à prefeitura municipal, a exemplo das Serras Umã e Arapuá, uma vez que todo o território no Sertão do Pajeú já estava em posse dos grandes latifundiários, os mesmos que exercem hoje o domínio político e econômico na região.

■ BIBLIOGRAFIA

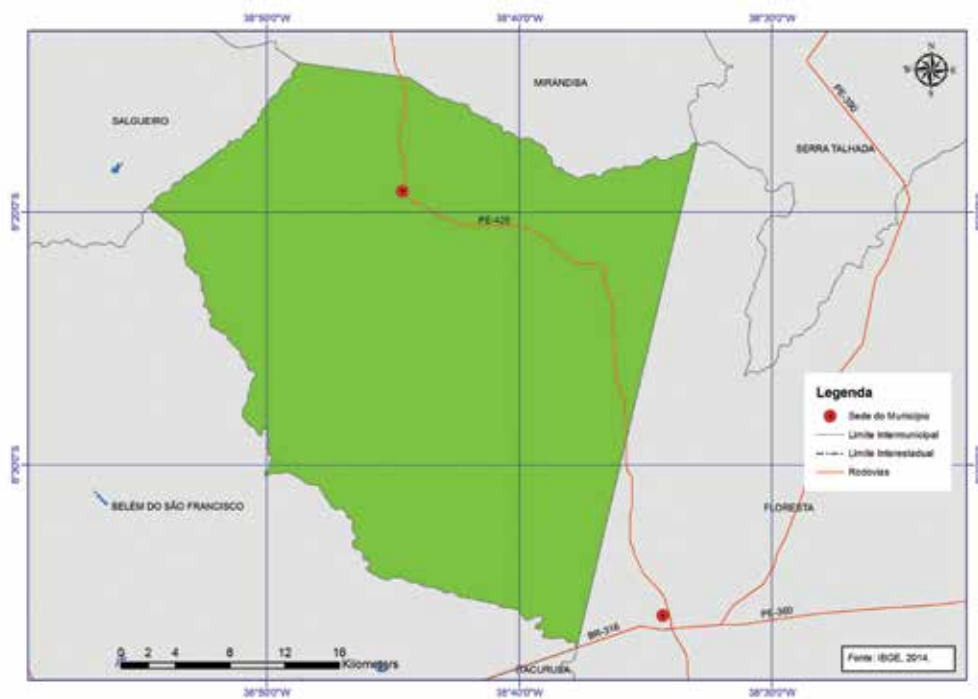
FERRAZ, Carlos Antonio de Souza. História Municipal de Floresta – os vales, o povo, a evolução sociocultural e econômica. Prefeitura Municipal de Floresta: FIDEM, 1999.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SILVA, Edson. “Confundidos com a massa da população”: o esbulho das terras indígenas no Nordeste do século XIX. In, Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, nº. 46, vol. 42, dez./1996, p.17-29.

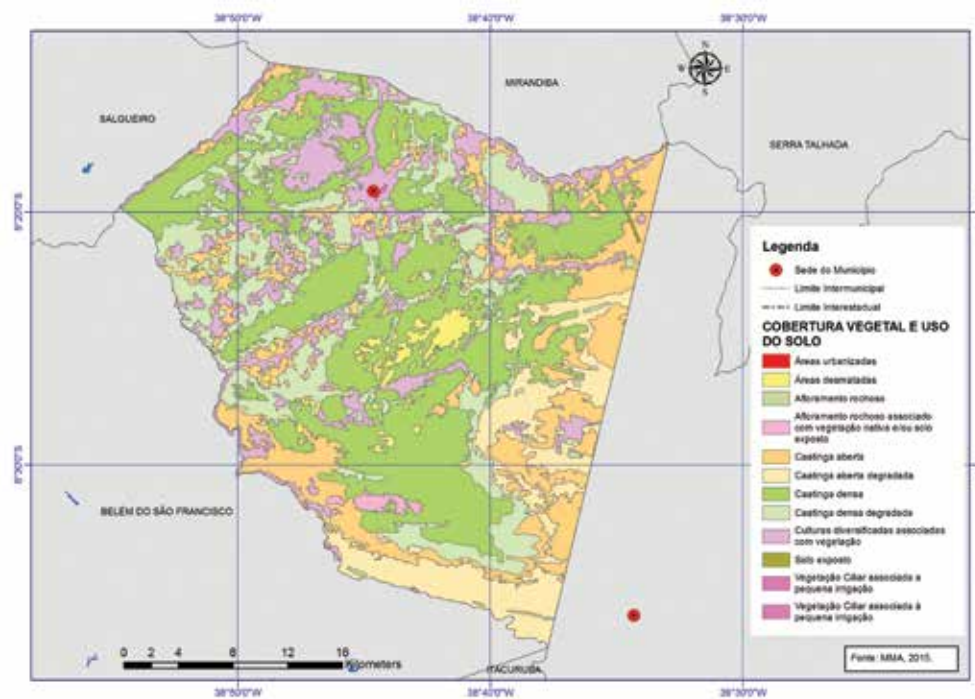
MAPA 63

DIVISÃO POLÍTICA DE CARNAUBEIRA DA PENHA

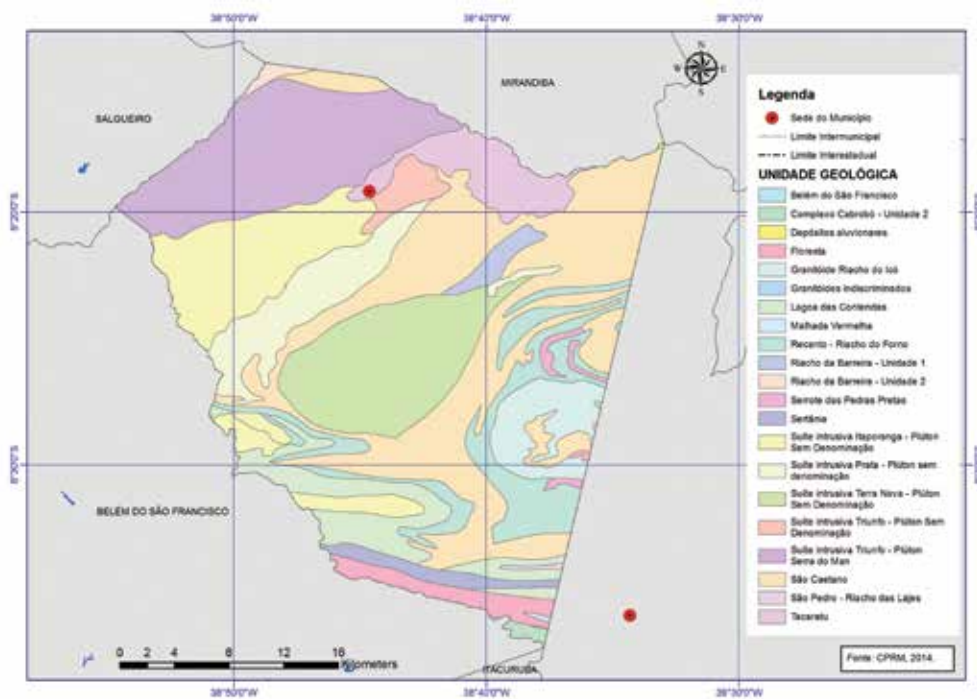


MAPA 64

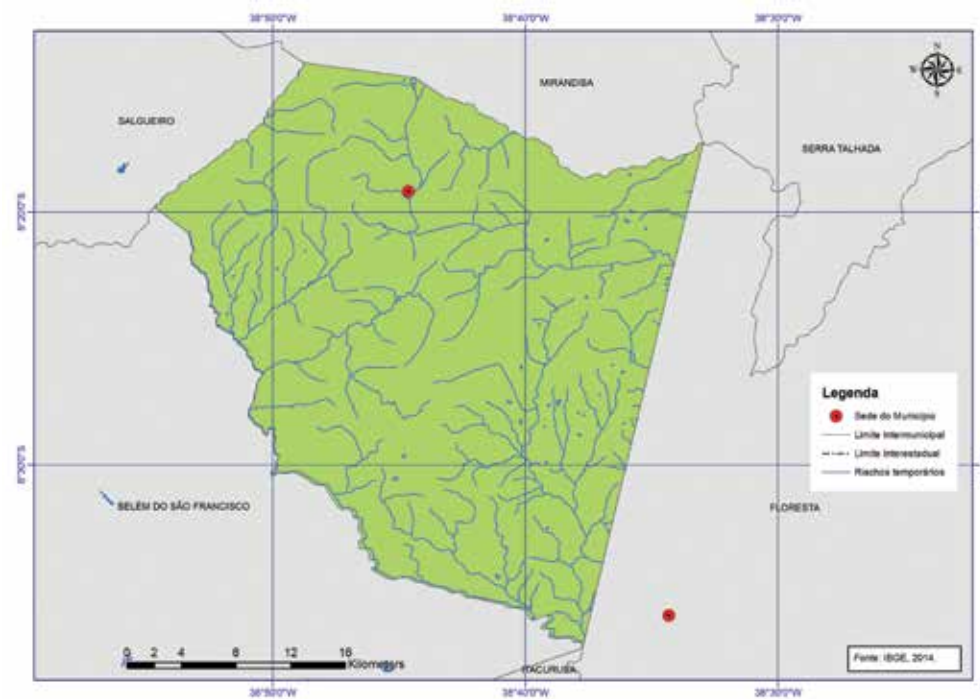
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO – CARNAUBEIRA DA PENHA



MAPA 65
GEOLOGIA DE CARNAUBEIRA DA PENHA

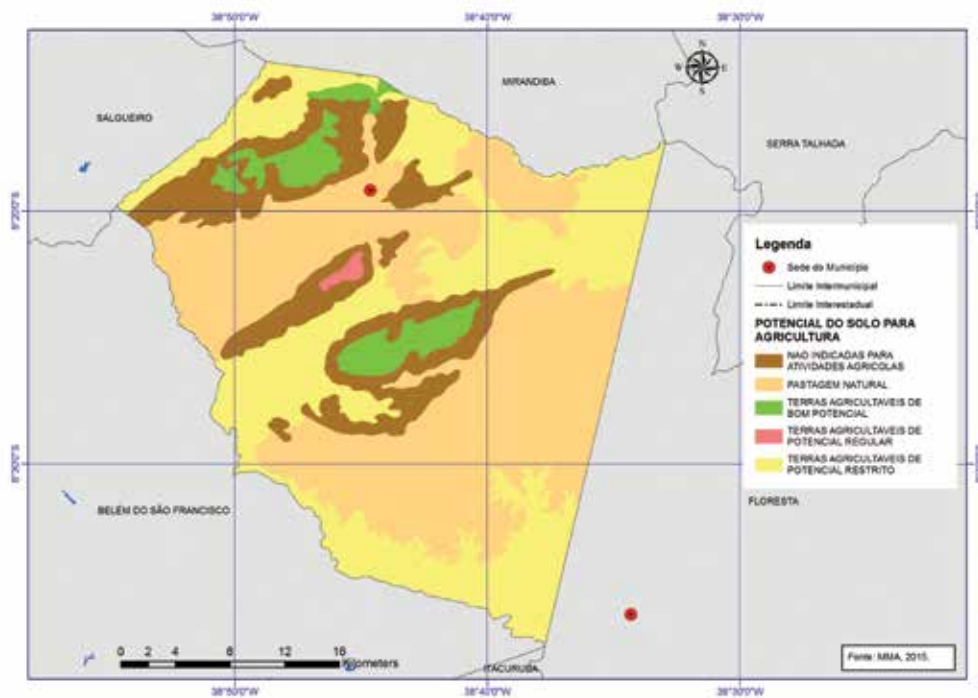


MAPA 66
HIDROGRAFIA DE CARNAUBEIRA DA PENHA



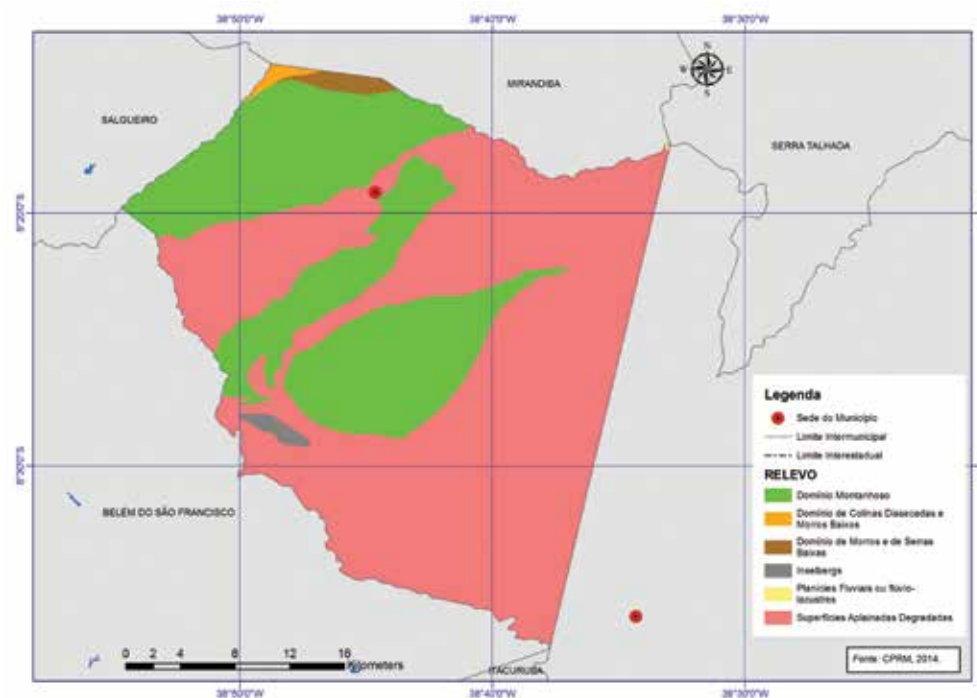
MAPA 67

POTENCIAL DE SOLO DE CARNAUBEIRA DA PENHA

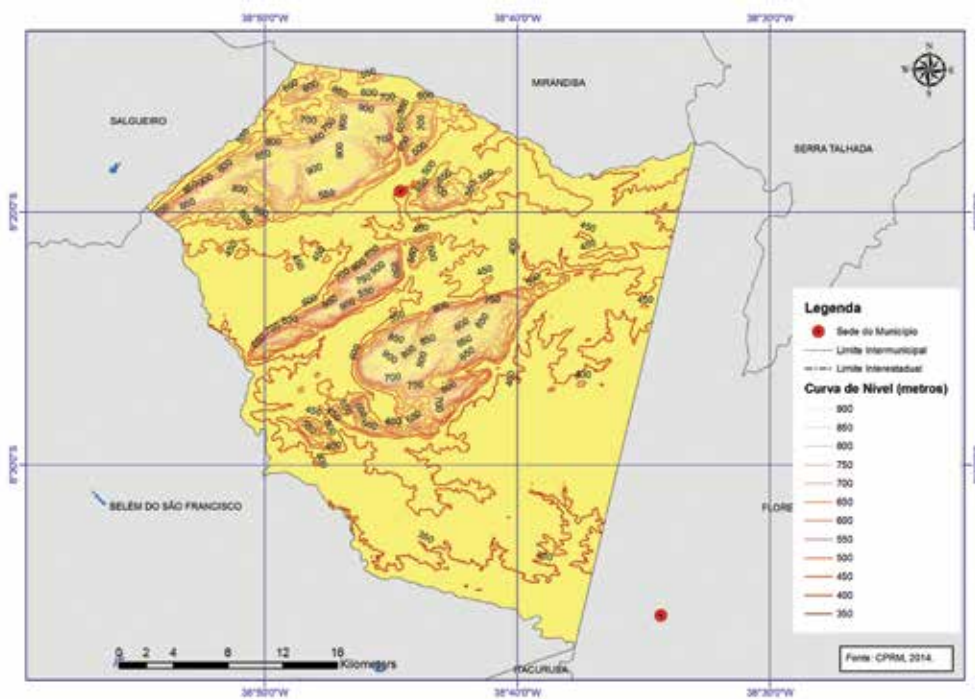


MAPA 68

RELEVO DE CARNAUBEIRA DA PENHA



MAPA 69
**RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE
 CARNAUBEIRA DA PENHA**



MAPA 70
IMAGEM DE SATÉLITE DE CARNAUBEIRA DA PENHA

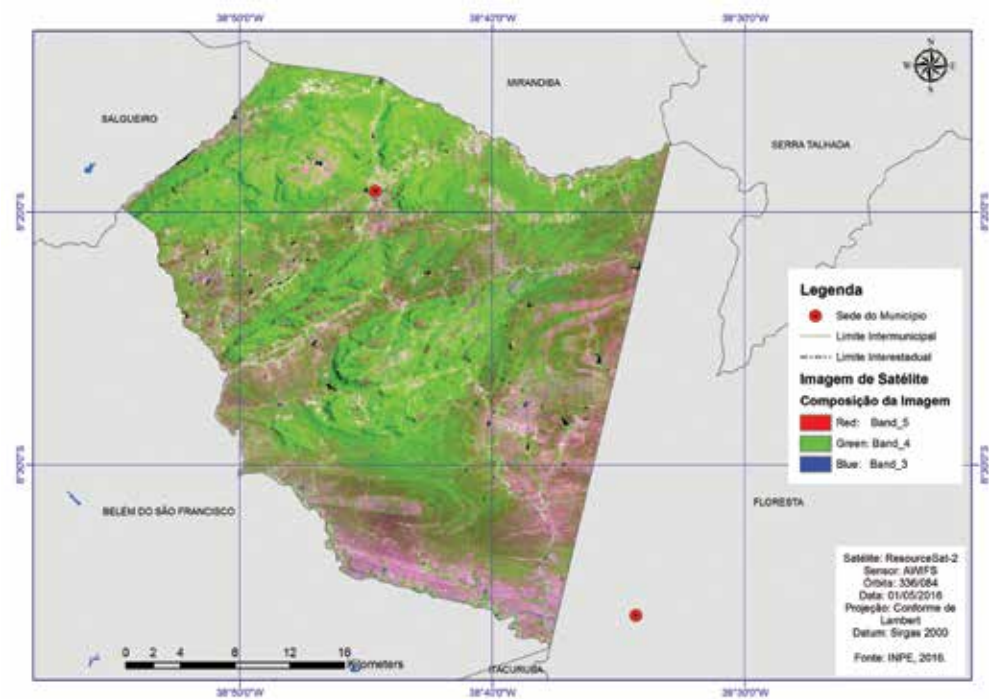




Foto 68 – Igreja Nossa Senhora da Penha

Foto 69 – Capela no centro da cidade

Foto 70 – Praça central da cidade

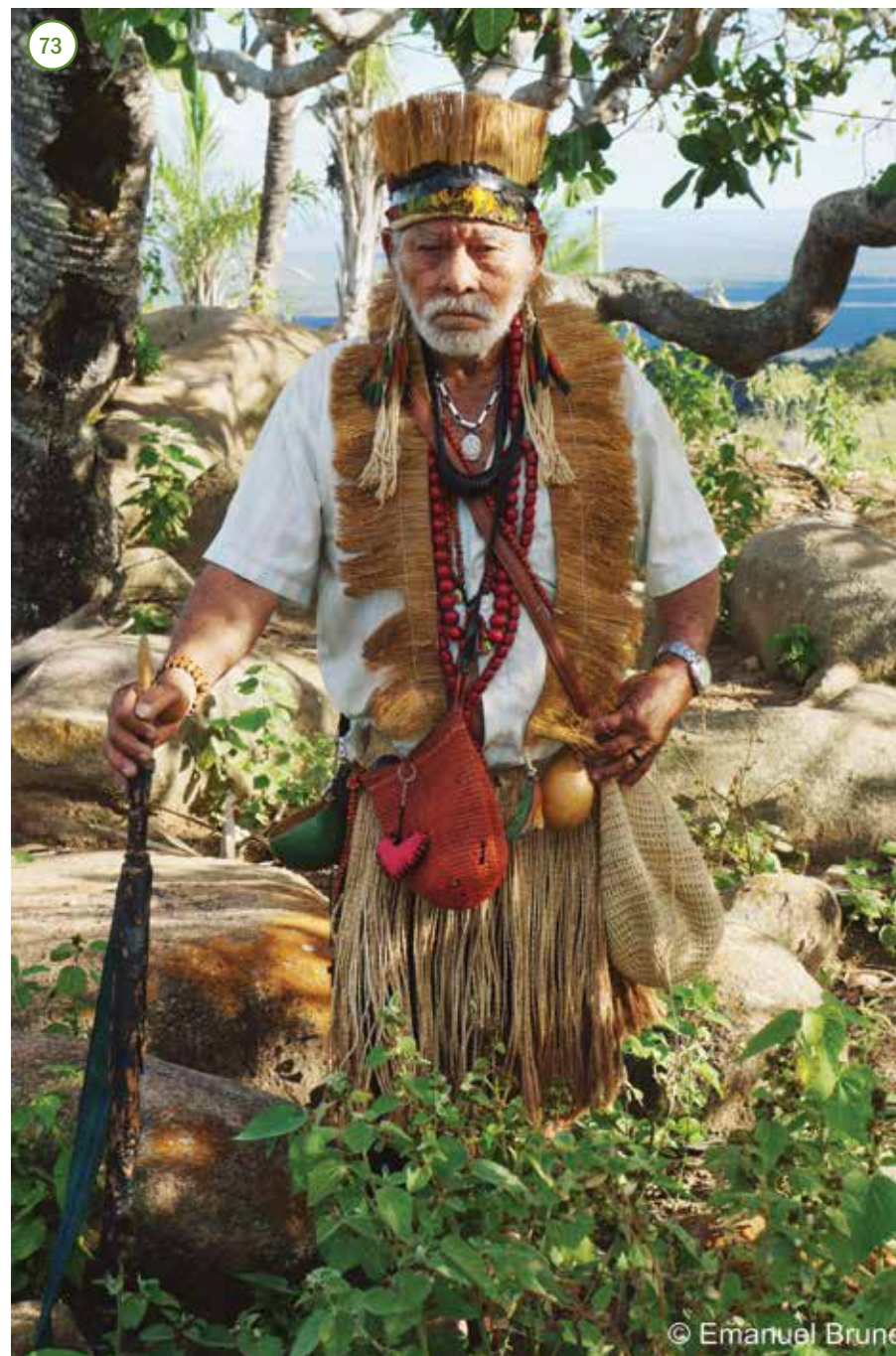


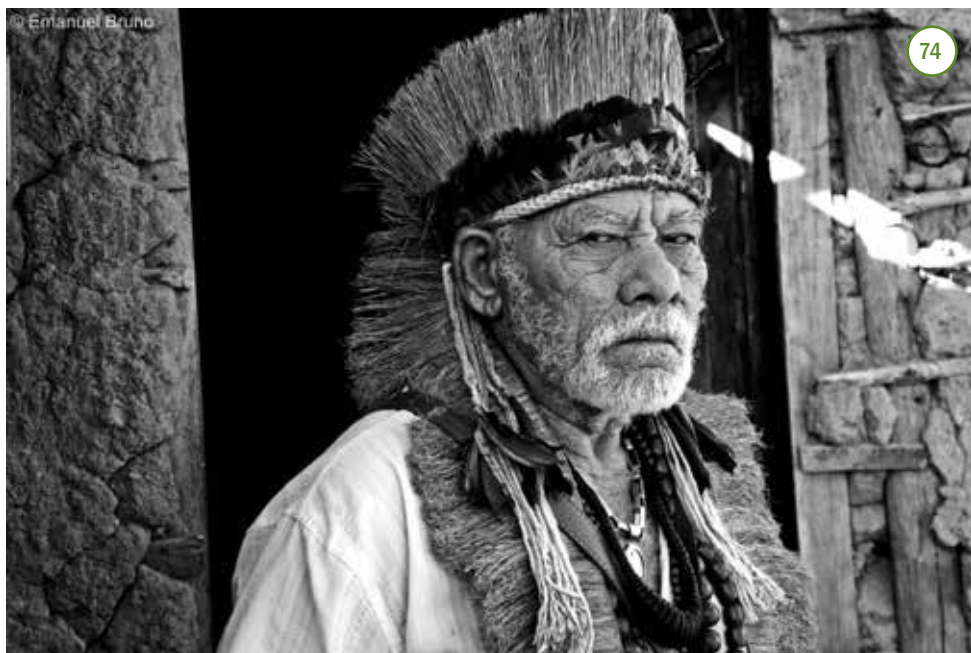


Foto 71 – Casa de Pedro Limeira, Pajé do povo Pankará

Foto 72 – Chiqueiro na Serra do Arapuá

Foto 73 – Pedro Limeira, Pajé da Aldeia Pankará, com seus adornos tradicionais





74



75

Foto 74 – Pajé da
aldeia Pankará

Foto 75 – Artesanato
feito por índios

Foto 76 – Murici

Foto 77 – Cotidiano na
Serra do Arapuá



76



77

MUNICÍPIO DE FLORESTA

MAPA 71 MUNICÍPIO DE FLORESTA, ESTADO DE PERNAMBUCO

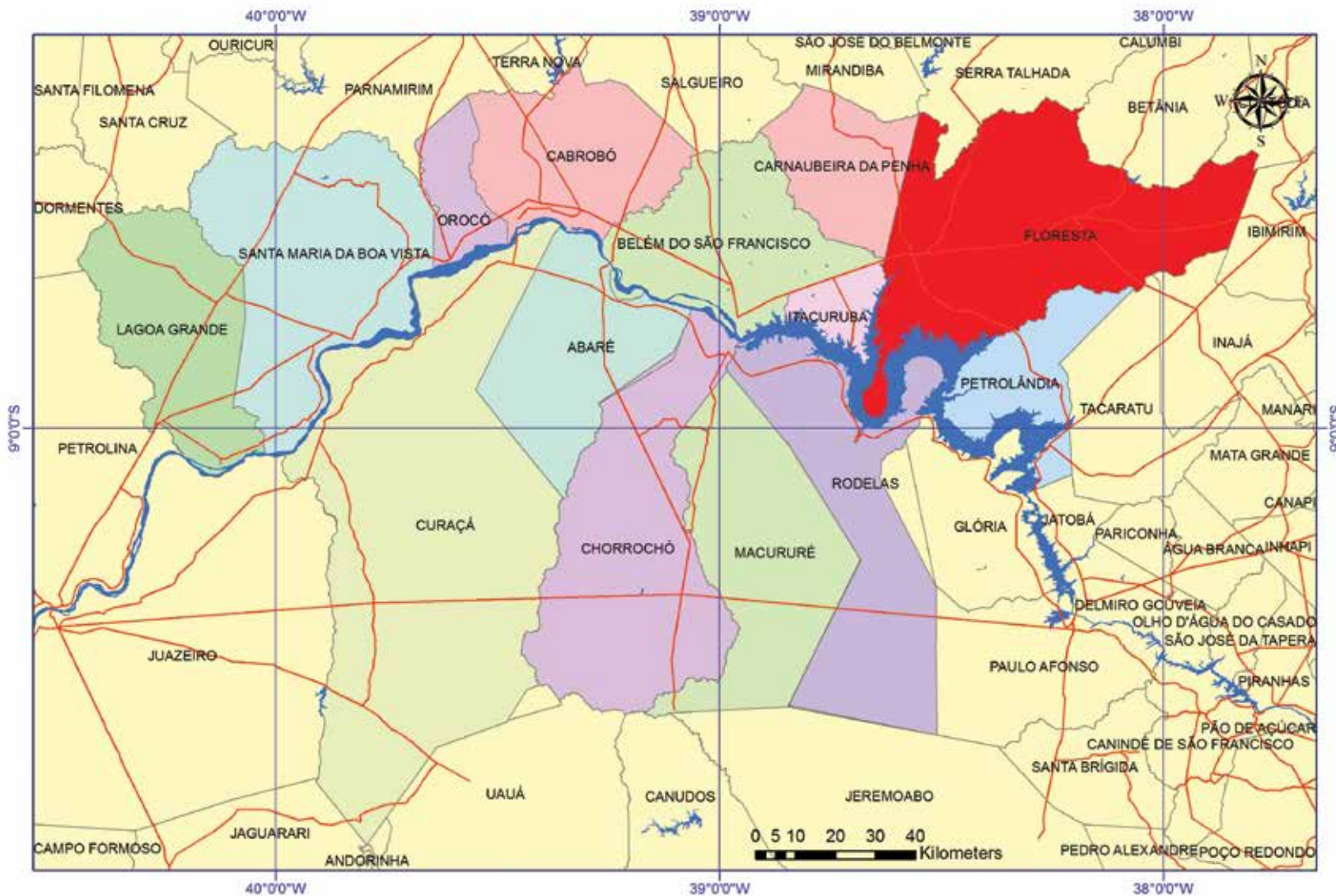


Foto 78 – Bandeira de Floresta

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015: 31.809

Área da unidade territorial (km²): 3.644.168

Densidade demográfica (hab/km²): 8,04

Gentílico: florestano

Desmembrado da vila de Flores

Data de criação da vila: 31 de março de 1846 – Lei Provincial n.º 153

Data de instalação: 30 de julho de 1846

Data cívica (aniversário da cidade): 20 de junho

Bioma: Caatinga

■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado, com a denominação de Floresta, pelo Alvará de 11 de setembro de 1802, e elevado à categoria de vila, com a denominação de Floresta, pela Lei Provincial n.º 153, de 30 de abril de 1864, ao ser desmembrado de Taracatu. É constituído do distrito-sede instalado em 07 de janeiro de 1865.

Pela Lei Municipal n.º 2, de 11 de abril de 1896, são criados e anexados os distritos de Penha, Queimadas e Riacho do Navio ao município de Floresta, o qual é elevado à condição de cidade e sede do município, com a denominação de Floresta, pela Lei Estadual n.º 867, de 20 de junho de 1907. Em divisão administrativa referente ao de 1911, o município é constituído, assim, de quatro distritos: Floresta, Penha, Queimadas e Riacho do Navio.

Pela Lei Municipal n.º 76, de 22 de junho de 1920, é criado e anexado o distrito de Barra do Silva ao município de Floresta. Por meio do Ato Municipal de 24 de novembro de 1930, é criado o distrito de Itacuruba, também anexado ao município de Floresta. Dessa forma, em divisão territorial datada de 1933, o município é constituído de cinco distritos: Floresta, Barra do Silva, Itacuruba, Nazaré (ex-Riacho do Navio) e Rochedo, excluindo-se os distritos de Penha, Queimadas e Rochedos e assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937.

Pelo Decreto-Lei n.º 92, de 31 de março de 1938, o distrito de Nazaré passou a denominar-se Carqueja, e o distrito de Rochedo, Airi. Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, o município de Floresta é desmembrado do distrito de Itacuruba e elevado à categoria de município com a denominação de Belém. Pela Lei Municipal n.º 2, de 19 de janeiro de 1948, é criado o distrito de Carnaubeira, a partir de terras do distrito do extinto distrito de Barra do Silva. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município é, assim, constituído de quatro distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira e Carqueja.

Pela Lei Municipal n.º 39, de 05 de maio de 1953, é criado e anexado o distrito de Segundo ao município de Floresta, de modo que, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, este é constituído de cinco distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira, Carqueja e Segundo. Pela Lei Municipal n.º 40, de 17 de outubro de 1969, o distrito de Segundo foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Floresta, motivo pelo qual este, em divisão territorial ocorrida em 1º de janeiro de 1979, é constituído de quatro distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira e Carqueja.

Pela Lei Municipal n.º 1, de 22 de julho de 1989, o distrito de Carqueja passou a denominar-se Nazaré do Pico. Já a Lei Estadual n.º 10.626, de 1º de outubro de 1991, desmembra do município de Floresta o distrito de Carnaubeira, que é elevado à categoria de município com a denominação de Carnaubeira da Penha. Assim, em divisão territorial datada de 1º de junho de 1995, o município é constituído de três distritos: Floresta, Airi e Nazaré do Pico, permanecendo da mesma forma em divisão territorial datada de 2005.

■ HINO

Compositor: Dr. Anselmo Ferraz

*Pereira Maciel, os sertanejos
Resolve à nossa terra convocar
A semente de Cristo fez plantar
À Virgem do Rosário quis confiar
A sorte dos irmãos a trabalhar*

Refrão

*Minha terra, hoje vim te cantar
Ó Floresta, abençoado lar
Os teus filhos bem longe daqui
Trabalhando se lembram de ti
Voltam todos, a te ver, sorridentes
Entre amigos, relembando o passado
Contam coisas que a vida ensinou
E ao saber, em vitória sagrou.*

*Ferindo os pés colheu da terra ardente
O que pôde, o que Deus lhe deu clemente
A semente de Cristo aqui nasceu
Ao rosário da Virgem floresceu
E o culto, ao saber, também cresceu*

Refrão

*Floresta, ó belo e cálido recanto,
De fortes berço, terra de esperança
Do teu solo assim tão castigado
Só meus sonhos de amor eu vi brotar
E no entanto de ti eu fiz meu lar*

Refrão

■ HISTÓRICO

No século XIX, a região do atual município de Floresta e de diversas ilhas do Velho Chico situadas dentro de seu território possuía um número grande de aldeias, especialmente dos índios Pipiães, Avis, Xocós, Carateus, Vouvês, Tuxás, Aracapás, Caripós, Brancacarus e Tamaqueús (GASPAR, 2016). A localidade recebeu as missões de catequese, empreendidas pelos freis das ordens dos jesuítas, capuchinhos e franciscanos entre os séculos XVII e XVIII, que passaram por vários lugarejos em todo o Vale do São Francisco.

Em virtude do processo colonizador empreendido pela Casa da Torre, chefiada por Garcia D'Ávila e Francisco Dias D'Ávila (e eventualmente por seus sucessores) ao longo das terras beiradeiras do Velho Chico (GONÇALVES, 1997) na segunda metade do século XVIII, estas foram utilizadas para a criação de gado bovino e equino, com o intuito de abastecer as cidades litorâneas. Os D'Ávila exerciam seu poder tanto de forma direta, administrando ativamente os currais que instalavam, quanto de forma indireta, arrendando as terras para colonos portugueses de confiança. No caso do território florestano, José Pereira Maciel, o rendeiro/procurador da Casa da Torre, administrou uma propriedade que viria a se chamar Fazenda Grande. Esse período, de acordo com

definição de Mello (2004), é conhecido como o ciclo do couro, em que a expansão pelo interior da colônia, com vistas à criação pecuária, tinha o claro intuito de dar suporte às atividades agrícolas litorâneas, como os grandes engenhos de cana-de-açúcar.

A dominação do colonizador branco estava materializada na construção dos currais para criação de bois e cavalos, em torno dos quais se construía uma comunidade. Nesse processo, indígenas “amansados” pela catequese nas missões e negros cativos trazidos pelos colonizadores constituíam a mão de obra da localidade (GONÇALVES, 1997). É a partir dessa relação entre etnias que a sociedade local irá se formar, não de forma pacífica, mas cheia de conflitos. Índios e negros buscarão, por meio da resistência, manter sua identidade e sua cultura em face da exploração do colonizador.

De acordo com a tradição local, em 1777, José Pereira Maciel teria ordenado a construção de oratório com invocação a Senhor Bom Jesus dos Aflitos, mantendo inclusive um capelão na localidade custeado por si mesmo. No ano seguinte, em escritura realizada na Fazenda Riacho do Navio, Maciel doou o terreno e o dinheiro necessário para o restauro da capela.

A atividade pecuária introduzida entre os séculos XVII e XVIII corroborou para a formação de um povoamento crescente na região da futura cidade de Floresta, tornando-a rota de comerciantes e viajantes. No século XIX, atrelado a esse fator, o oratório do Senhor Bom Jesus dos Aflitos atrairia uma grande parcela das populações das fazendas locais e do seu entorno, o que propiciou a criação oficial do povoado Senhor Bom Jesus dos Aflitos na Fazenda Grande. Em 1801, a freguesia e o distrito (desligado da freguesia e do distrito de Tacaratu) passaram a chamar-se Floresta, possivelmente em função da floresta que existia na Serra Negra ou em decorrência de uma homenagem a Flores, Pernambuco, cidade à qual Floresta havia pertencido anteriormente.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, o distrito foi criado, com a denominação de Floresta, por meio do Alvará de 11 de setembro de 1802, sendo elevado à categoria de vila, também com a denominação de Floresta, pela Lei Provincial n.º 153, de 30 de abril de 1864.

Seu território foi aumentado por algumas indexações: pela Lei Municipal n.º 2, de 11 de abril de 1896, foram criados os distritos de Penha e Riacho do Navio; e pela Lei Municipal n.º 2, de 17 de fevereiro de 1902, foi criado o distrito de Queimadas. Pela Lei Estadual n.º 867, de 20 de junho de 1907, Floresta foi elevada à condição de cidade e sede do município com a mesma denominação. Assim, em divisão administrativa referente ao de 1911, o município é constituído de quatro distritos: Floresta, Penha, Queimadas e Riacho do Navio.

Pela Lei Municipal n.º 76, de 22 de junho 1920, ocorre uma nova indexação: é criado e anexado o distrito de Barra do Silva ao município de Floresta. Por meio do Ato Municipal de 24 de novembro de 1930, é criado e anexado o distrito de Itacuruba ao município de Floresta. Em divisão territorial datada de 1933, contudo, o município é constituído de cinco distritos: Floresta, Barra do Silva, Itacuruba, Nazaré (ex-Riacho do Navio) e Rochedo, não aparecendo os distritos de Penha e Queimadas.

Uma notável modificação ocorrerá pelo Decreto-Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, que desmembrou do município de Floresta o distrito de Itacuruba. Assim, no quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de quatro distritos: Floresta, Airi (ex-Rochedo), Barra do Silva e Carqueja (ex-Nazaré).

Pela Lei Municipal n.º 2, de 19 de janeiro de 1948, é criado o distrito de Carnaubeira, a partir de terras do extinto distrito de Barra do Silva. Dessa forma, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município é constituído de quatro distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira e Carqueja. Apesar de algumas transformações territoriais ocorridas depois disso, essa organização básica permanecerá até meados de 1989, quando o distrito de Carqueja passou a ser denominado de Nazaré do Pico. Já pela Lei Estadual n.º 10.626, de 1º de outubro de 1991, foi desmembrado do município de Floresta o distrito de Carnaubeira, sendo este elevado à categoria de município com a denominação de Carnaubeira da Penha.

Em Floresta, a cultura popular pode ser observada por meio das manifestações dos grupos Maracatu Afrobatuque, Afoxé Filhos de N’Zambi e Dandara, característicos do Bairro do Vulcão, reduto das identidades negra e indígena na localidade. Além deste reduto, é necessário destacar a Confraria do Rosário, tradição repetida desde o século XVIII e configurada a partir de uma mistura de tradições afro-brasileiras e cristãs europeias. Historicamente, as confrarias de homens negros representam um *locus* de manutenção das identidades negras dos povos afro-brasileiros, uma espécie de resistência ao processo de aculturação promovido pela colonização europeia.

■ BIBLIOGRAFIA

GASPAR, Lúcia. **Índios em Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 06. ago. 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=649&Itemid=188>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA**: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Itacuruba**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=260740>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violências e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

■ ALDEIAS INDÍGENAS

Pipipã

População: 1.640

Localização: Serra Negra, Floresta, Pernambuco.

Extensão: 31.495 ha

Já no século XXI, tanto o território quanto a composição das aldeias dos Pipipã estão em processo de definição, decorrente do fato de separarem-se dos Kambiwá e estabelecerem-se dentro do território demarcado como área indígena daquele povo. Fala-se, entre os Pipipã, da existência de cinco aldeias, sobre as quais dissertamos a seguir.

A Aldeia Travessão do Ouro está situada próxima à Serra do Periquito, no Km 29 da BR-360 em Floresta, Pernambuco. Aqui, um conglomerado de casas de alvenaria e de taipa ou pau-a-pique perfila a estrada principal. Nessa aldeia, há uma escola, um posto de saúde e duas associações – Pau Ferro

Grande dos Índios e a Associação de Mães –, além de dois terreiros ativos. Sua população é de aproximadamente 324 pessoas, agrupadas em um total de 72 famílias.

Já Capoeira do Barro é uma aldeia onde viviam não índios dentro de um projeto de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com duas fileiras de casas frente a frente e um grande pátio ao centro, em que se realiza a dança do toré – essa área foi recentemente ocupada pelos Pipipã. Na aldeia, ficou morando o cacique e um de grupo de índios vindos das aldeias Travessão do Ouro, Faveleira e Serra Negra, dentro do território demarcado como área Kambiwá e em outro autodemarcado como território tradicional dos Pipipã.

Na Aldeia Faveleira, convivem índios, não índios e muitos posseiros. É nessa aldeia que está instalado o Sistema de Abastecimento que distribui água para o as aldeias Travessão e Capoeira do Barro; nela também funciona uma escola, uma creche e recentemente um posto de saúde.

A Aldeia Serra Negra, por sua vez, está em processo de esvaziamento, sendo ocupada temporariamente durante o ritual do Aricuri. Situada nas proximidades da serra de mesmo nome, reúne aproximadamente treze famílias, totalizando 67 pessoas.

Dados sobre a população Pipipã têm sido sempre imprecisos, como ocorre no caso da maioria dos povos indígenas. Não foram computados os dados populacionais de Capoeira do Barro depois dos deslocamentos de famílias Pipipã para aquela aldeia. Há, ainda, outra aldeia chamada Alfredo, acerca da qual não possuímos informações.

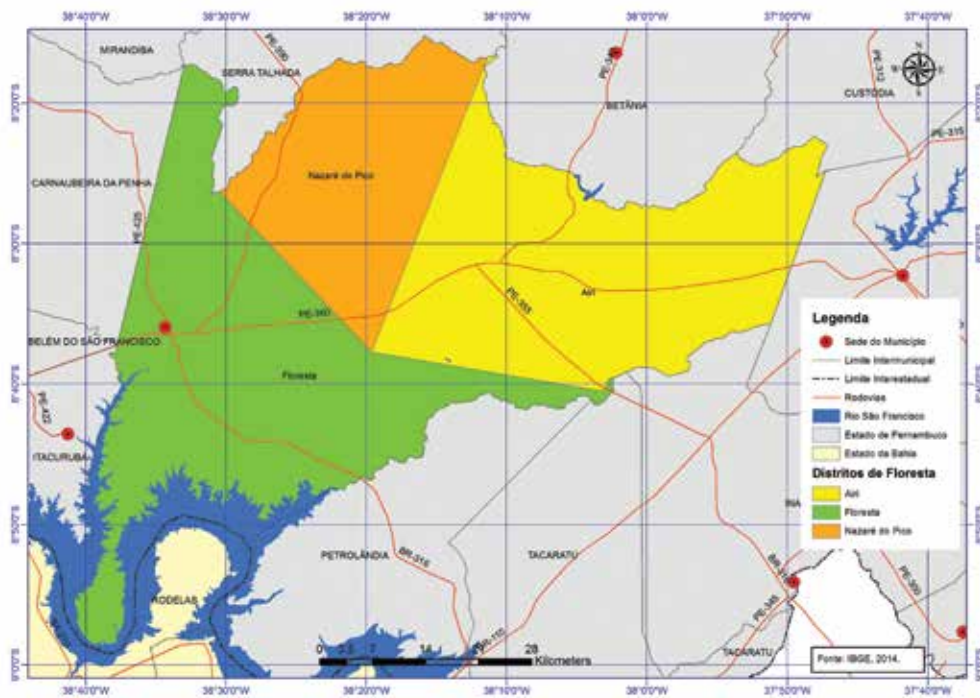
■ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os Pipipã constituem um grupo dissidente Kambiwá, que requer estudos mais aprofundados das terras que contemplam a Serra Negra e suas adjacências, áreas historicamente pleiteadas pelos Kambiwá/Pipipã, e que não foram inseridas na Terra Indígena Kambiwá, homologada em 1998, com 31.495 ha.

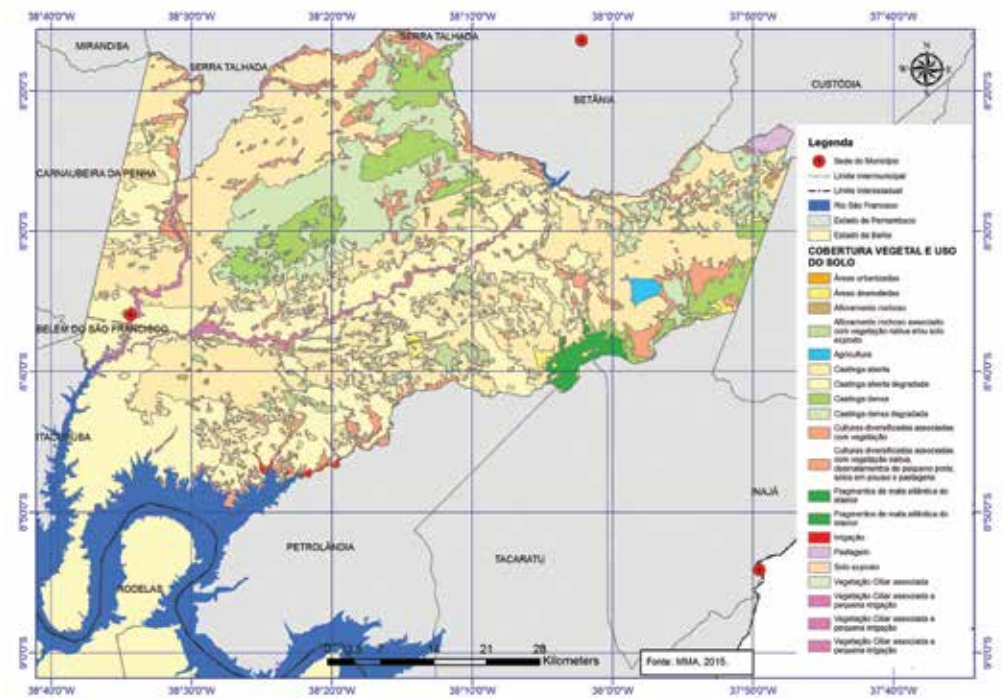
■ BIBLIOGRAFIA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

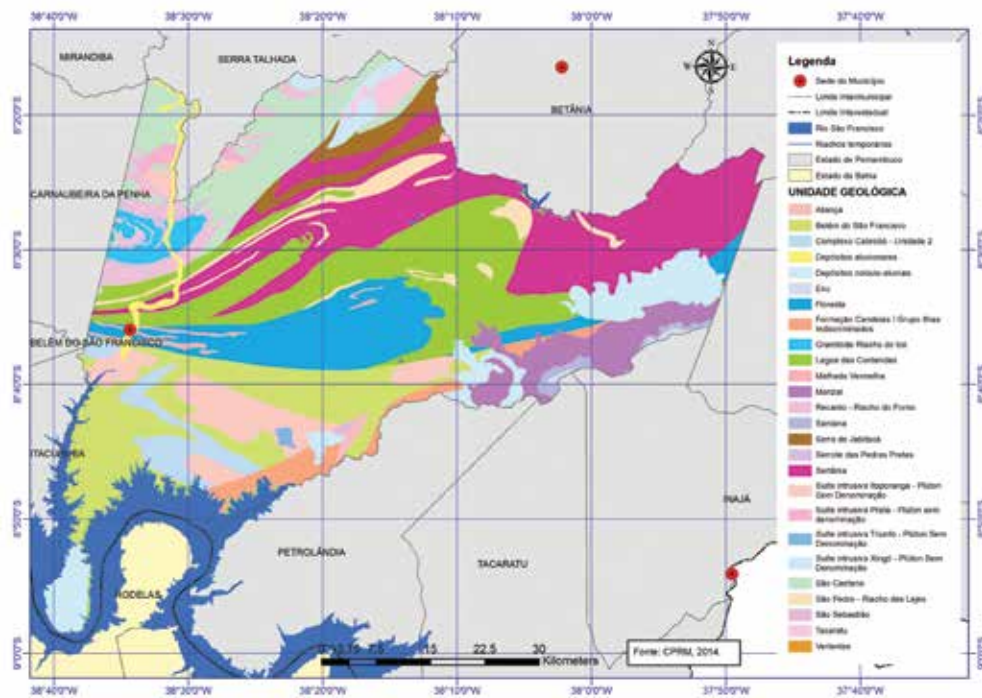
MAPA 72
DIVISÃO POLÍTICA DE FLORESTA



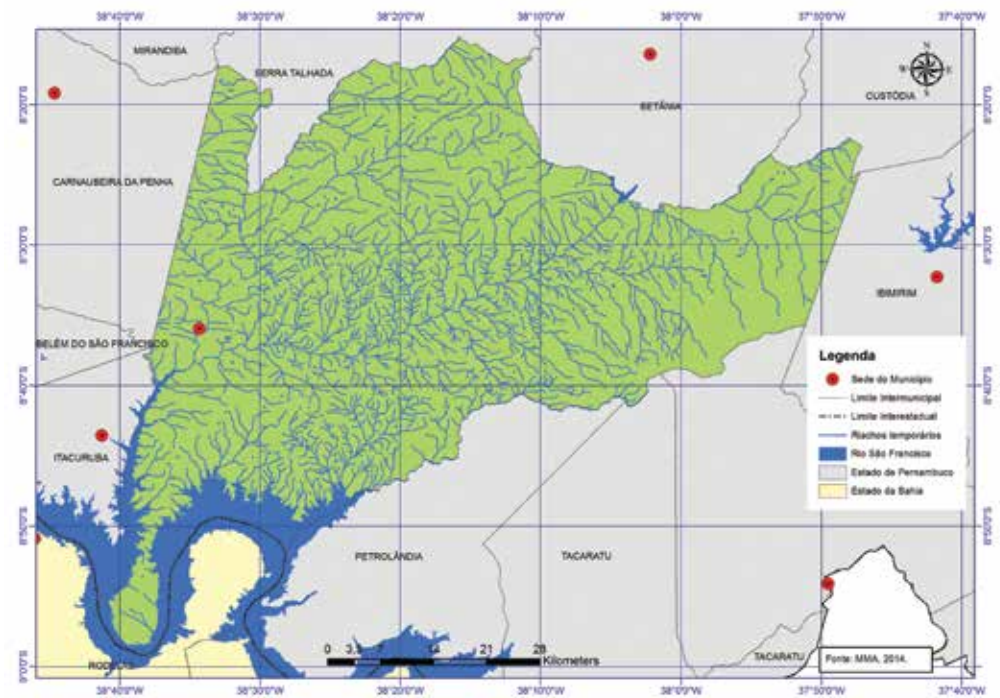
MAPA 73
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE FLORESTA



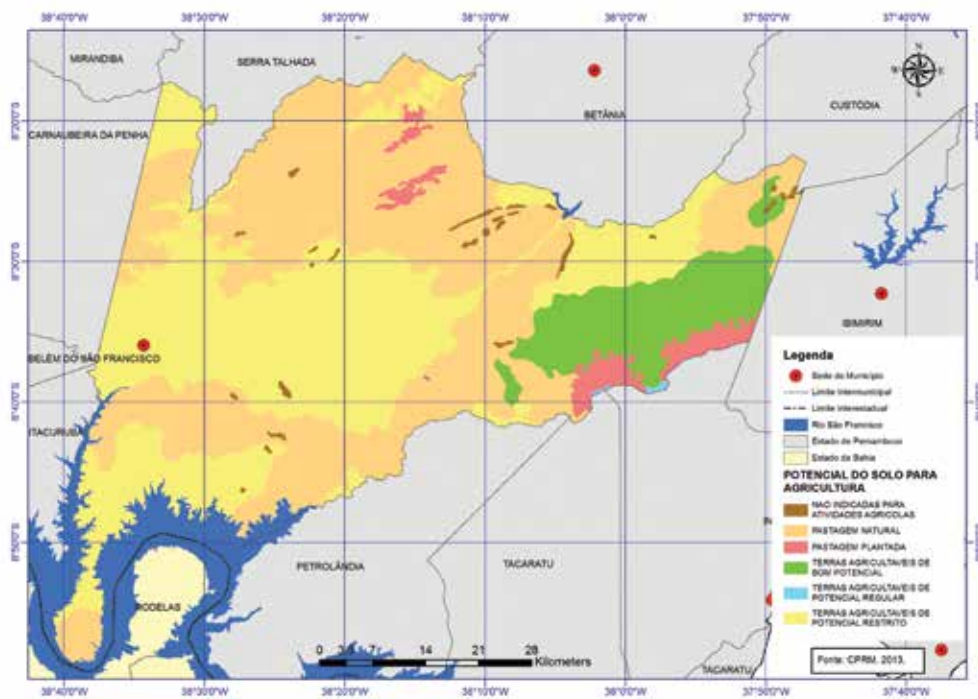
MAPA 74
GEOLOGIA DE FLORESTA



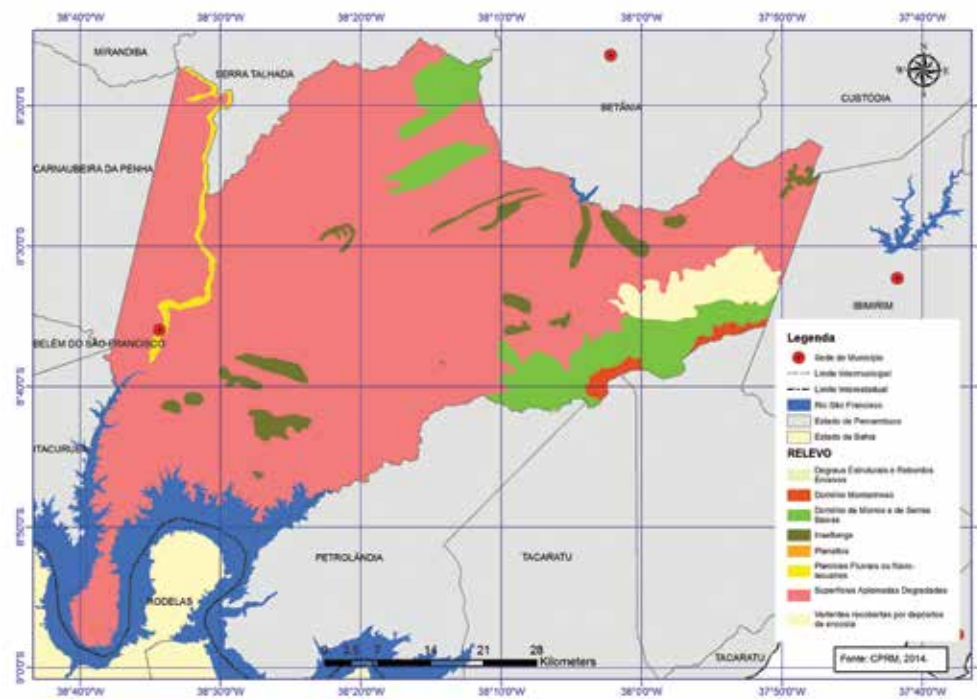
MAPA 75
HIDROGRAFIA DE FLORESTA



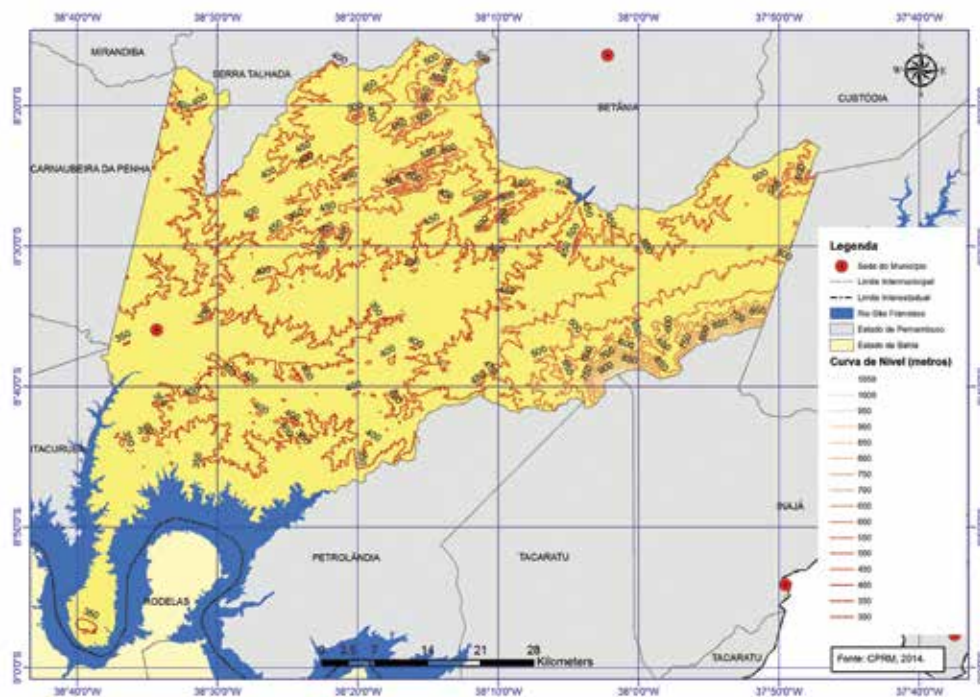
MAPA 76
POTENCIAL DE SOLO DE FLORESTA



MAPA 77
RELEVO DE FLORESTA



MAPA 78
RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE FLORESTA



MAPA 79
IMAGEM DE SATÉLITE DE FLORESTA

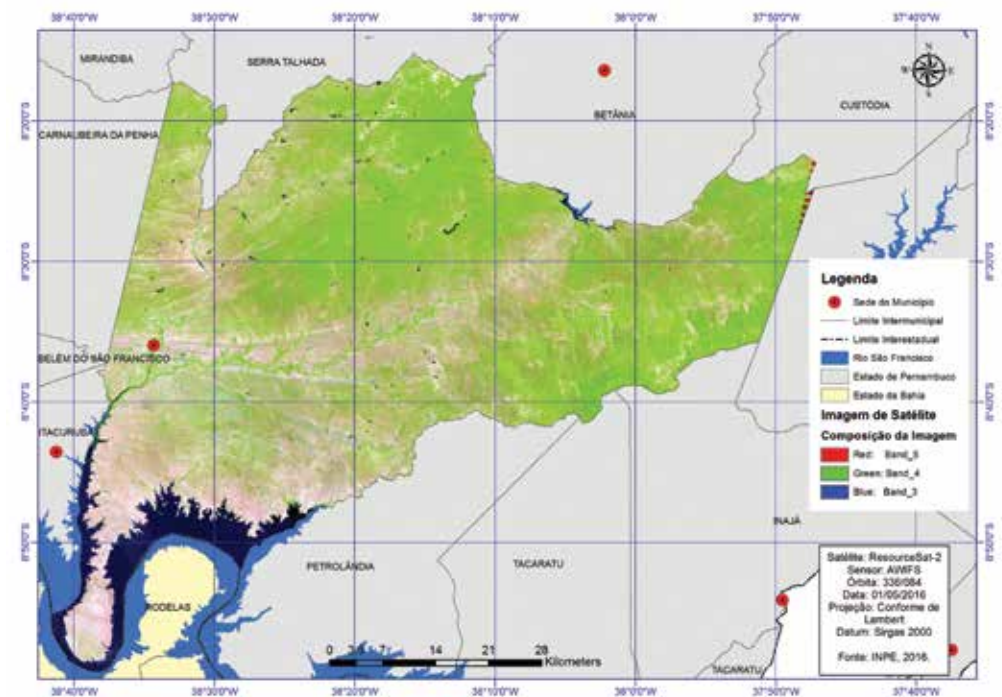




Foto 79 – Coroa de Frade

Foto 80 – Igreja do Rosário

Foto 81 – Catedral do Senhor Bom Jesus dos Aflitos



Foto 82 – Conjunto de casarios antigos

Foto 83 – Igreja da Ermida

Foto 84 – Empresa Compare

Foto 85 – Parque das Caraibeiras



Foto 86 – Centro da cidade

Foto 87 – Barracas típicas da feira

Foto 88 – Artesanato de barro



MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

Foto 89 – Bandeira de Petrolândia

Estado: Pernambuco

Estimativa da população em 2015 (hab): 35.342

Área da unidade territorial (km²): 1.056,595

Densidade demográfica (hab/km²): 30,75

Gentílico: petrolandense

Data de criação: 31 de dezembro de 1943 – Lei Estadual n.º 952

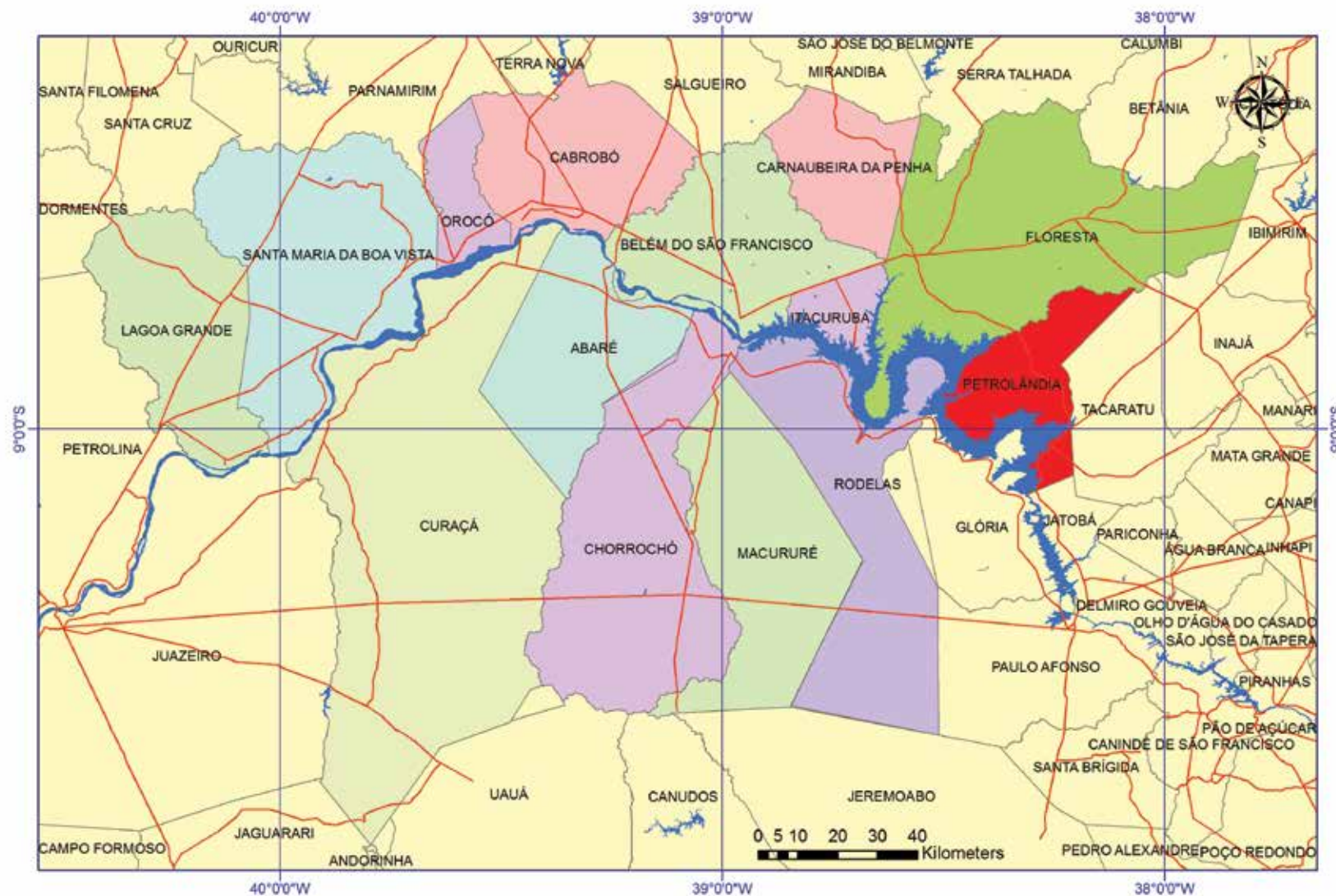
Data de instalação: 1º de janeiro de 1939

Data cívica (aniversário da cidade): 1º de julho

Bioma: Caatinga

MAPA 80

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, ESTADO DE PERNAMBUCO



■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado, com a denominação de Tacaratu, por meio do Alvará de 24 de maio de 1808 e por meio da Lei Municipal de 10 de agosto de 1892 e elevado à categoria de vila, com a denominação de Tacaratu, pela Lei Provincial n.º 248, de 16 de junho de 1849. Sua sede na povoação de Tacaratu, pela Lei Provincial n.º 1.885, de 1º de maio de 1887, é transferida para a povoação de Jatobá.

Pela Lei Municipal de 10 de agosto de 1892, é criado e anexado o distrito de Jatobá ao município de Tacaratu. Pela Lei Municipal de 27 de setembro de 1897, são criados e anexados os distritos de Espírito Santo e Volta do Moxotó ao município de Tacaratu. Este é elevado à categoria de cidade, com a denominação de Tacaratu, pela Lei Estadual n.º 991, de 1º de julho de 1909. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é, assim, constituído de quatro distritos: Tacaratu, Jatobá sede, Espírito Santo e Volta do Moxotó.

Pela Lei Estadual n.º 1.931, o distrito de Espírito Santo é extinto, sendo seu território anexado ao distrito de Moxotó. Dessa forma, em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de três distritos: Tacaratu, Jatobá de Tacaratu (ex-Jatobá) e Moxotó (ex-Volta do Moxotó). Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município aparece constituído de três distritos: Tacaratu, Moxotó e Itaparica, não figurando aí o distrito de Tacaratu de Jatobá.

Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, a sede do município passou a denominar-se Itaparica, e Tacaratu foi elevado à condição de distrito. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município, já denominado Itaparica, é constituído de três distritos: Itaparica, Tacaratu e Volta (ex-Moxotó).

Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município de Itaparica passou a denominar-se Petrolândia. Assim, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município, já denominado Petrolândia, é constituído de três distritos: Petrolândia, Tacaratu e Volta.

A Lei Estadual n.º 1.819, de 30 de dezembro de 1953, por sua vez, desmembra do município de Petrolândia o distrito de Tacaratu, elevando este à categoria de município. Dessa forma, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o município é constituído de dois distritos: Petrolândia e Volta, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988.

Pela Lei Municipal n.º 645, de 05 de maio de 1990, é criado e anexado o distrito de Jatobá ao município de Petrolândia, de modo que, em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de três distritos: Petrolândia, Jatobá e Volta. Pela Lei Estadual n.º 11.256, de 28 de setembro de 1995, os distritos de Jatobá e Volta do Moxotó (ex-Volta) são desmembrados de Petrolândia, para constituir o novo município de Jatobá.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito-sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Durante todo esse período, ocorreram as seguintes alterações toponímicas municipais: de Tacaratu para Itaparica, pelo Decreto-Lei Estadual n.º 235, de 09 de dezembro de 1938; e de Itaparica para Petrolândia, pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943.

■ HINO

Compositor: Jadilson Ferraz

*Vida alegre calma e resistente
Que traduz em nosso coração
Entre o sol a chuva e a enchente
És a mais corajosa do sertão*

*Tu nasceste junto a natureza
Ensinaste o homem a lutar
Com eterna força e braveza
Desejamos teu nome exaltar*

*Petrolândia que ostentas o progresso
Onde encantos florescem teu viver
No nordeste deste imenso país
Teu glorioso nome há de sempre crescer (BIS)*

*Se o teu pavilhão simboliza
Teu berço majestoso e leal
Respeitamos com orgulho a firmeza
Esse grandioso símbolo imortal*

*Das cidades tu és a mais bela
Nesse grande amado Brasil
Sob as bênçãos eternas de Deus
Ao teu lado teremos forças mil*

*Petrolândia que ostentas o progresso
Onde encantos florescem teu viver
No nordeste deste imenso país
Teu glorioso nome há de sempre crescer. (BIS)*

■ HISTÓRICO

Por volta da primeira metade do século XVIII, os primeiros colonizadores e missionários europeus entraram em contato com as tribos indígenas que já habitavam a localidade. Por meio do processo de exploração dos povos autóctones locais, tanto fisicamente quando ideologicamente, os europeus colonizadores exploraram a região, instalando currais para a criação pecuária e promovendo missões religiosas (GONÇALVES, 1997). No território da futura cidade de Petrolândia, a Fazenda Brejinhos da Serra e a Fazenda de Fora formaram um núcleo de inter-relações comerciais, sociais e culturais, às margens do Lago de Itaparica.

A localidade era conhecida por Jatobá (cujo distrito fora criado pela Lei Municipal n.º 10, de agosto de 1882), um espaço frequentado pelos vaqueiros em nome dos proprietários locais para dar de beber ao seu gado. Por essa característica peculiar, o nome aos poucos foi dando lugar ao termo Bebedouro de Jatobá. No século XIX, Sua Majestade Imperial, D. Pedro II, realizou interferência na infraestrutura local, viabilizando a construção de um cais e de uma ferrovia, com o intuito de conectar o alto e o baixo São Francisco. Essa ação em especial proporcionou o aumento do fluxo de pessoas que se dirigiam à região da futura cidade de Petrolândia, refletindo inclusive no comércio local, uma vez que em 1885 o número de casas da região já era grande, em especial ao final do processo de construção da ferrovia.

Esse prestígio conquistado pela localidade proporcionou, em 1887, pela Lei Provincial n.º 1.885, de 1º de maio, que a sede do município localizada em Tacaratu fosse transferida para Jatobá, sendo esta elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual n.º 991, de 1º de julho de 1909. Optou-se, nessa conjuntura, pelo nome de Petrolândia, uma espécie de homenagem a D. Pedro II e sua participação no desenvolvimento local, segundo conta a memória local. A partir da década de 1940, a cidade passou a sistematizar a agricultura local por meio da implantação de colônias agrícolas, o que aumentou a produção e favoreceu o comércio da região.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, a Lei Estadual n.º 1.931, de 28 de setembro de 1928, fez voltar a sede municipal para Tacaratu. Na divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Jatobá tem sua denominação alterada para Jatobá de Tacaratu. Contudo, o Decreto-Lei n.º 235, de 09 de dezembro de 1938, mudou essa denominação para Itaparica, atribuindo-lhe novamente os foros de cidade, de modo que o município passou a contar com três distritos: Itaparica (sede), Tacaratu e Volta. Posteriormente, a denominação de Itaparica foi mudada para Petrolândia pelo Decreto-Lei Estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943. Essa situação anômala em Petrolândia (antes Jatobá e Itaparica) só foi definitivamente normalizada pela Lei Estadual n.º 1.818, de 29 de dezembro de 1953, que desmembrou o distrito de Petrolândia, restaurando, assim, o antigo município.

Durante o período da Ditadura Militar, que adotou uma política desenvolvimentista em detrimento dos aspectos sociais, por meio de vultosos empréstimos no exterior realizados entre os anos 70 e 80, a CHESF empreendeu a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (hoje denominada Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, em homenagem ao famoso Rei do Baião) na região, inundando uma enorme parcela do município e obrigando grande número de moradores locais a abandonar seus lares. Assim, nesse segundo momento, o que viria a ser a nova cidade foi constituído do acampamento de Itaparica e da Vila Jatobá.

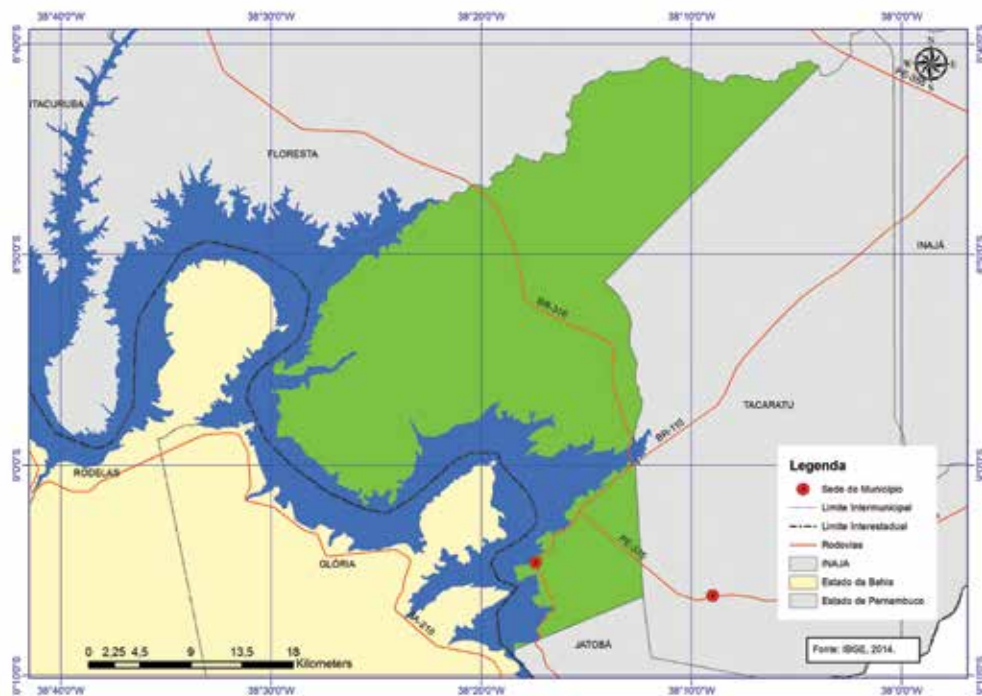
■ BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA:** Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

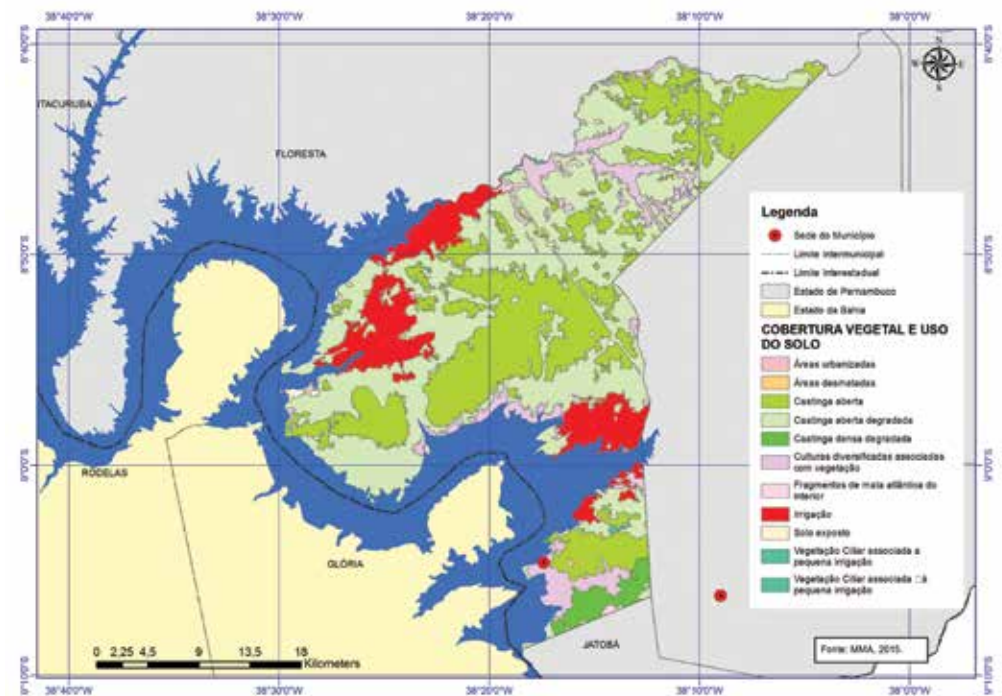
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Petrolândia.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=261100&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

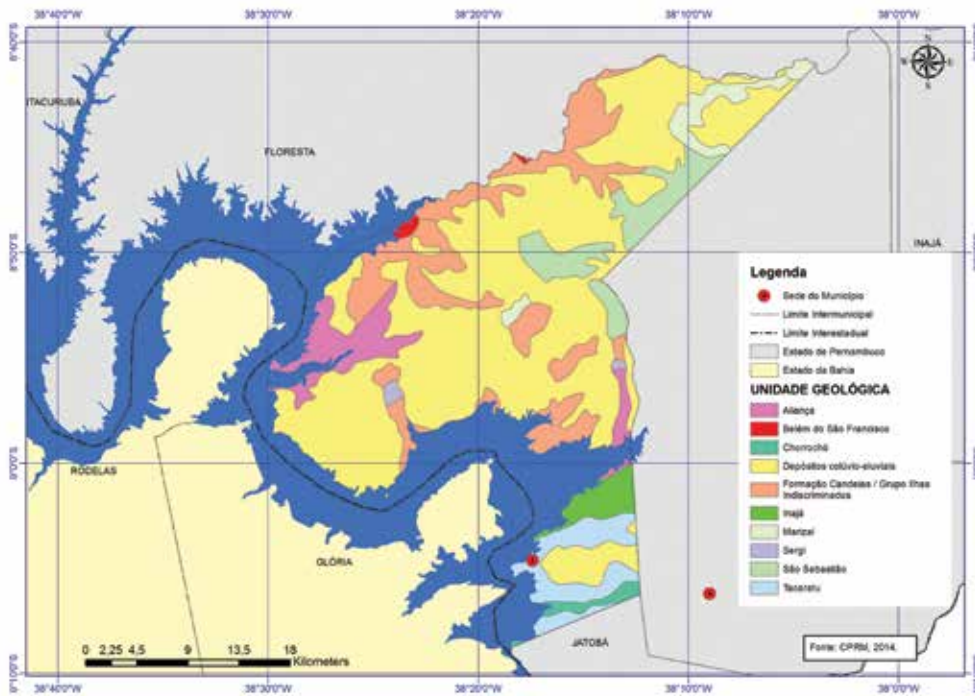
MAPA 81
DIVISÃO POLÍTICA DE PETROLÂNDIA



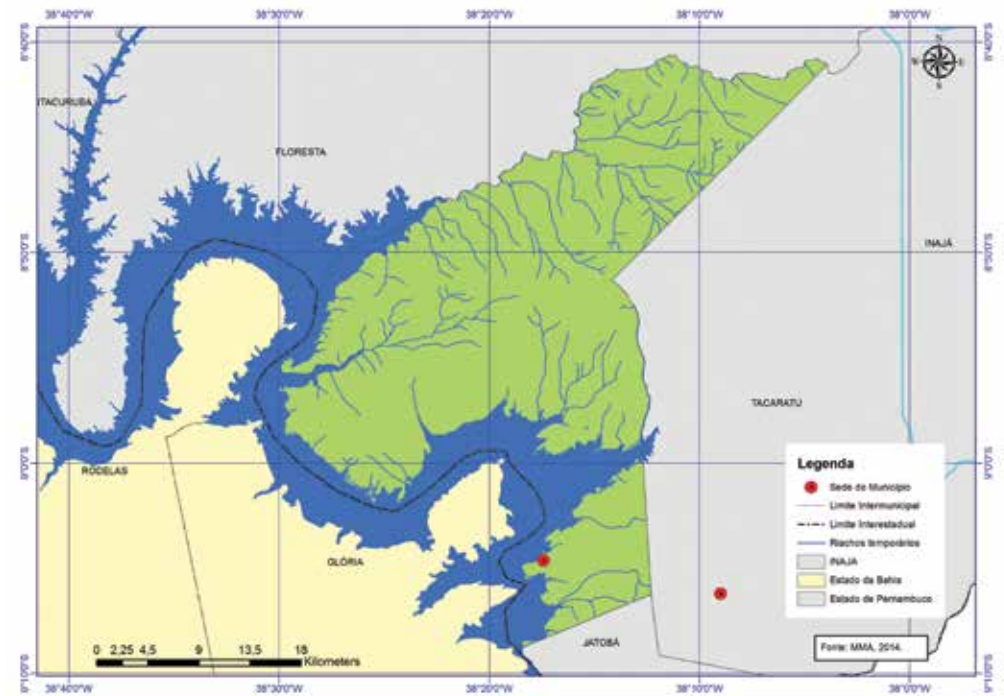
MAPA 82
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE PETROLÂNDIA



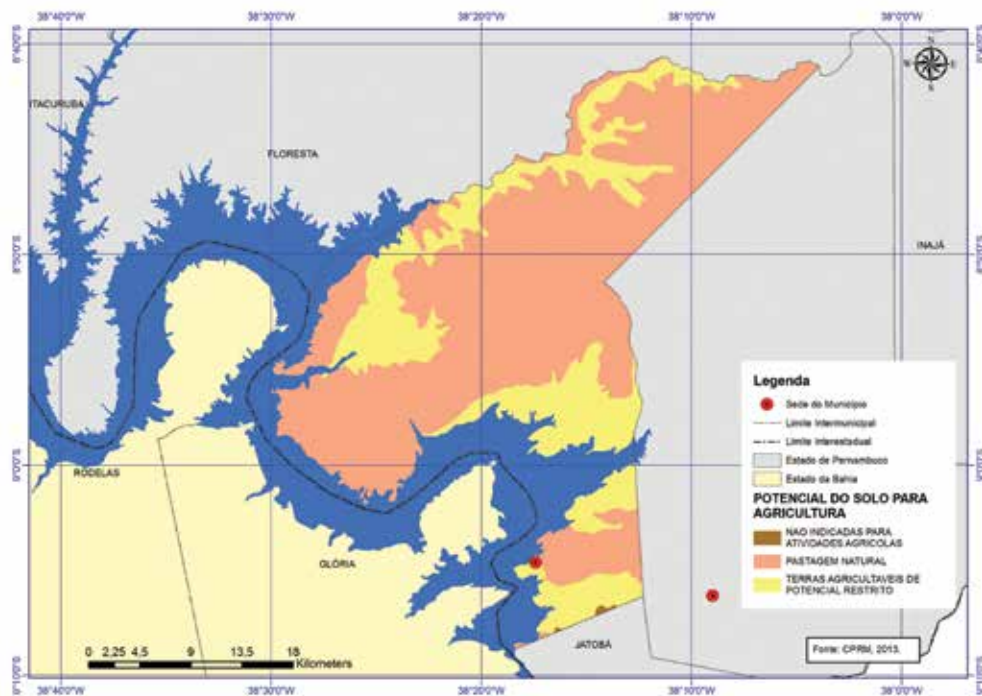
MAPA 83
GEOLOGIA DE PETROLÂNDIA



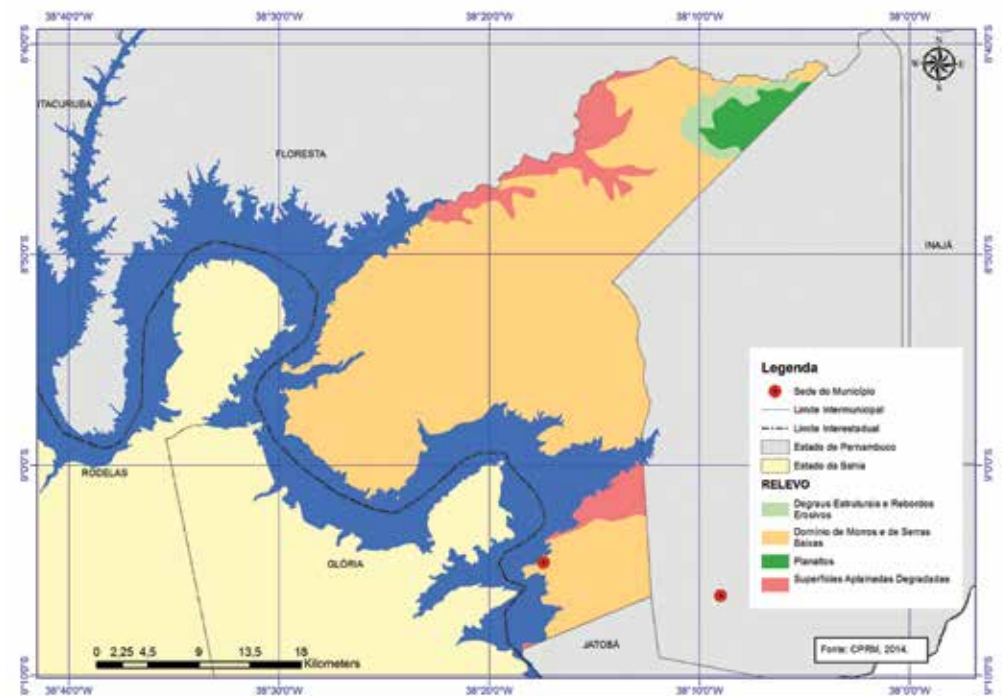
MAPA 84
HIDROGRAFIA DE PETROLÂNDIA



MAPA 85
POTENCIAL DE SOLO DE PETROLÂNDIA

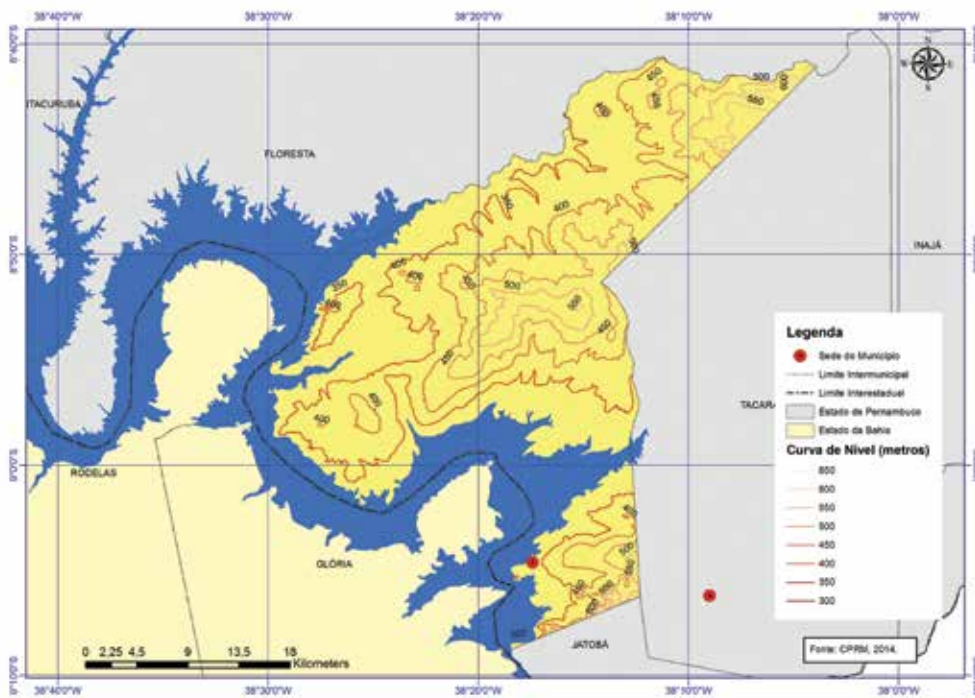


MAPA 86
RELEVO DE PETROLÂNDIA



MAPA 87

RELEVO (CURVA DE NÍVEL) DE PETROLÂNDIA



MAPA 88

IMAGEM DE SATÉLITE DE PETROLÂNDIA

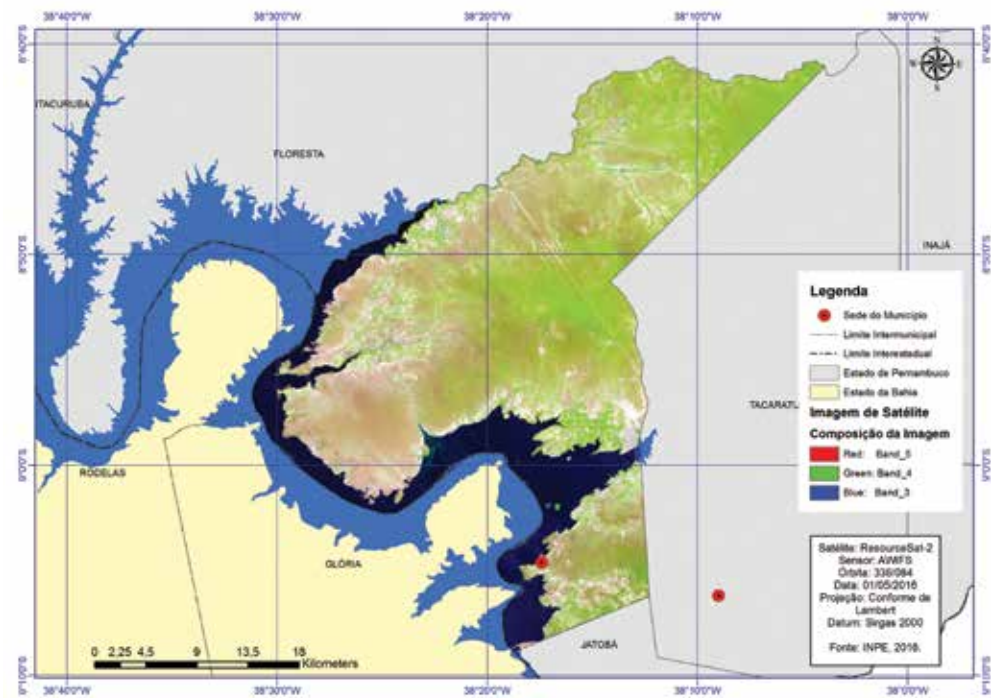




Foto 90 – Ruínas da Antiga Igreja, atualmente submersa nas águas do Rio São Francisco

Foto 91 – Igreja São Francisco de Assis

Foto 92 – Vista Panorâmica da cidade



Foto 93 – Vista Panorâmica da Orla Fluvial



Foto 94 – Senhora encarregada de fazer a alimentação dos peixes

Foto 95 – Piscicultura





96



97



98



99

Foto 96 – Chinelo feito com couro de peixe

Foto 97 – Mercado público municipal

Foto 98 – Coqueirais

Foto 99 – Conhecida como a Cidade do Coco em Pernambuco, Petrolândia exibe diversos coqueirais

MUNICÍPIO DE CURAÇÁ

MAPA 89
MUNICÍPIO DE CURAÇÁ, ESTADO DA BAHIA

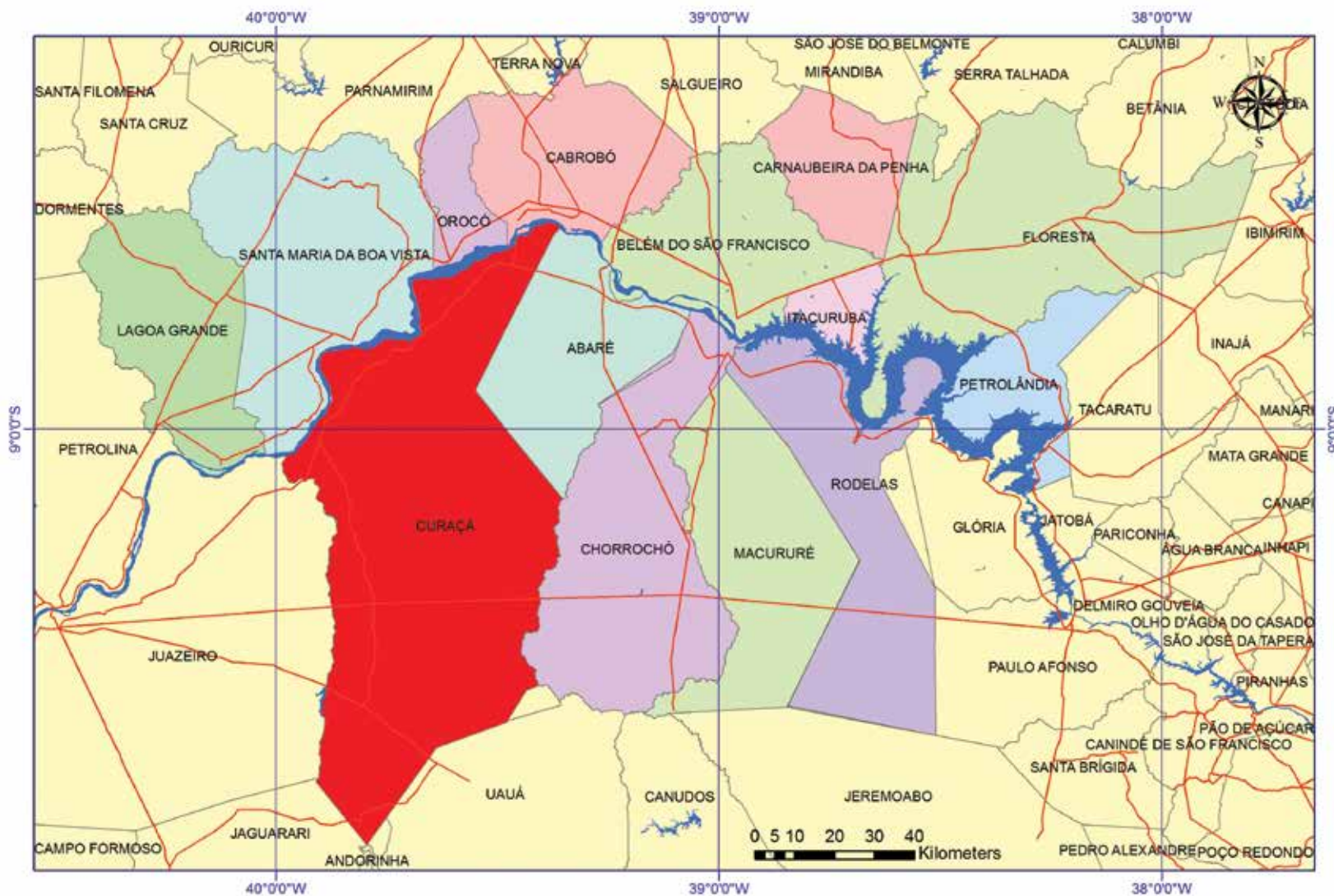


Foto 100 – Bandeira de Curaçá

Estado: Bahia

Estimativa de população em 2015 (hab): 35.208

Área da unidade territorial (km²): 6.079,022

Densidade demográfica (hab/km²): 5,29

Gentílico: curaçaense

Desmembrado de Joazeiro, atual Juazeiro.

Data de criação: 06 de julho de 1832

Data de instalação: 1º de janeiro de 1939

Bioma: Caatinga

■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado, com a denominação de Pambu, em 1714 e elevado à categoria de vila, com a denominação de Pambu, pelo Decreto de 06 de junho de 1832, sendo desmembrado de Joazeiro (atual Juazeiro). Sua sede, na povoação de Pambu, é instalada em 17 de maio de 1834. Pela Lei Provincial n.º 488, de 06 de junho de 1853, a vila de Pambu passou a denominar-se Capim Grosso, sendo reinstalada em 1854.

É elevada à condição de cidade, com a denominação de Curaçá, pelo Ato n.º 59, de 10 de agosto de 1890. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de seis distritos: Curaçá, Ibó, Chorrochó, Patamuté, Várzea da Ema e Barro Vermelho. Já em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de cinco distritos: os mesmos supracitados, com exceção do distrito de Várzea da Ema, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950.

A Lei Estadual n.º 510, de 12 de dezembro de 1952, desmembra do município de Curaçá o distrito de Chorrochó, elevando este à categoria de município. Já a Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, cria e anexa os distritos de Poço de Fora e Riacho Sêco ao município de Curaçá e desmembra deste o distrito de Ibó para anexá-lo ao município de Chorrochó.

Dessa forma, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o município é constituído de cinco distritos: Curaçá, Barro Vermelho, Patamuté, Poço de Fora e Riacho Sêco, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. No processo de formação de Curaçá, são perceptíveis, assim, duas alterações toponímicas municipais: de Pambu para Capim Grosso, pela Lei Provincial n.º 488, de 06 de junho de 1853; e de Capim Grosso para Curaçá, pelo Ato n.º 59, de 10 de agosto de 1890.

■ HINO

Compositor: Carlota de Possídio Coelho

*Curaçá, Terra humilde e pequena
Grande e bela eis porém tua história
Berço ameno e feliz de almas nobres
Que se formam coroas de glória.*

*Eia! Avante!
Um astro luzente
Guiará teu destino seguro
Não desmente ao passado o presente
E mais belo será teu futuro.*

*Tu descansas mimosa e encantada
No alto Céu teu destino abençoa
Beija a Terra o teu Rio gigante
A formar majestosa coroa.*

*Militando a boa peleja
Não desmentes, prossegue ao labor
Nós teus filhos havemos de erguer-te
Pela força suprema do amor.*

■ HISTÓRICO

Primitivamente habitada pelos índios tapuias, segundo Lopes (2000), a região servia como refúgio aos indígenas, que se asilavam nessas terras fugindo das perseguições de portugueses. A versão mais reproduzida na literatura curaçense a esse respeito é que a primeira penetração dos portugueses no território teria ocorrido em 1562, pelo Padre Luiz da Grã, em missão de catequese. A base para tal afirmação está no livro de João Matos, *Descrição Histórica e Geográfica do Município de Curaçá*. Entretanto, como problematiza Esmeraldo Lopes Gonçalves (2000), João Matos não faz tal afirmação em sua obra, mencionando apenas que o padre tentou (sem sucesso) empreender aldeamentos indígenas no sertão, limitando-se, desse modo, à faixa litorânea.

A localidade era espaço de captura de indígenas por parte de portugueses que ambicionavam explorá-los como mão de obra cativa em suas empreitadas pelos sertões. Provavelmente, a bandeira de Belchior Dias Moreia foi a primeira a devassar mata adentro e atingir o *sertão de corassá*⁴; tendo andado “na Serra da Borracha, registrou que nela havia salitre, e caminhou pelo Riacho Curaçá” (GONÇALVES, 2000, p. 15). É possível que, nessa atividade de reconhecimento e exploração, Belchior tenha viabilizado a povoação Pambu, inicialmente como um núcleo de criação de bois. A dominação dessa terra estava sob a tutela da Casa da Torre e sua dinastia D’Ávila, que possuía as sesmarias ao longo do Rio São Francisco. Assim, a criação de gado e a proliferação dos currais na área do atual município de Curaçá cresceram de forma rápida no século XVII. A chegada desses portugueses e a construção das fazendas (permitidas sob o comando da Casa da Torre) proporcionaram a vinda de negros cativos para a localidade, o que remete à constituição da população local, mestiça de negros, indígenas e brancos europeus. Essa relação, contudo, esteve longe de ser pacífica, uma vez que o português colonizador explorava negros e indígenas nos trabalhos com o gado.

É preciso citar, também, a presença das missões religiosas, tão característica nas águas do Velho Chico. Os freis capuchinhos franceses Martin de Nantes e Anastácio d’Auvierne, designados para as missões no rio, foram responsáveis pela criação de uma rede de auxílio mútuo de religiosos nas comunidades tribais da região. A atuação dessas missões pôs em choque os ideais de dominação da Igreja e dos colonos diante do trato com os indígenas. No final das contas, ambas as explorações (uma ideológica, outra física) foram danosas para as culturas autóctones do *sertão do corassá*. A missão de Pambu (na ilha e em terra firme), em especial, foi importante para a formação da sociedade local. É interessante notar, ainda, que a história de Curaçá (que não existia ainda nessa época) começa em Pambu, que aos poucos se torna “um núcleo de ocupação portuguesa [...], tendo este servido como estação missionária franciscana no século XVIII [...] e prosperado em função da atividade pastoril e da igreja” (ANDRADE, 2004, p.79). Assim, o distrito foi criado, com a denominação de Pambu, em 1714.

Aos poucos, um espaço à beira-rio teve sua movimentação gradualmente intensificada, com o tráfego de pessoas que buscavam atravessar o rio. Do local de travessia, nasce um porto. Esse terreno, alto em comparação com os demais, torna-se propício para o ir e vir das embarcações e, em função da vegetação típica do local, passa a ser conhecido pelo nome de Porto do Capim Grosso.

Neste local, em 1809, possivelmente o capitão-mor João Francisco dos Santos tenha doado as terras que eventualmente se tornariam a cidade de Curaçá a seu filho Florêncio Francisco dos Santos, casado com Feliciano Maria de Santa Theresa de Jesus (MATOS, 1926). No entanto, Gonçalves (2000) traz à luz a informação de que essa terra só teria uma escritura de posse oficial quase 40 anos depois, em 1842. Este autor levanta a possibilidade de essa família, proprietária de mão de obra escravizada, ter se apossado da terra (usucapião) muito antes de tê-la, de fato, comprado da Casa da Torre. Nessa mesma época,

4 Este termo é utilizado por Esmeraldo Lopes em seu livro *Caminhos de Curaçá*. Segundo o autor, a expressão é conhecida desde a passagem de Belchior Dias Moreia, podendo significar paus trançados ou cruz. A inexistência dessa definição se deve ao desconhecimento da linguagem indígena utilizada pelas tribos locais da época.

Florêncio vendeu um terreno ao padre José Antônio de Carvalho, que ali se estabeleceu. Por iniciativa desse padre e de Feliciano (já viúva na época), foi construída com trabalho escravo a igreja do Bom Jesus da Boa Morte entre os anos de 1819 e 1835, em torno da qual se formou o povoado. Após a construção do templo, a própria Feliciano fixou residência ao lado da igreja, em uma casa com mirante, de onde ela observava os trabalhos de seus escravos⁵.

Assim, o crescimento populacional em torno do porto e do templo foi se desenvolvendo. Teremos, então, “dois nomes para o mesmo lugar: Porto do Capim Grosso, Sítio Bom Jesus” (GONÇALVES, 2000, p.18). O porto passaria a ser um importante centro de difusão de informações, de tráfego humano e de venda de produtos nas décadas seguintes; a proximidade com o rio possibilitaria o desenvolvimento da agricultura, além de oferecer capim para as criações de gado; e a igreja arrebanharia seus fiéis em seus encontros periódicos. Logo, o centro das relações sociais viria a se estabelecer em Capim Grosso.

Em 1832, Pambu foi elevado à categoria de vila, desmembrando-se de Joazeiro (atual Juazeiro, Bahia), pelo Decreto de 06 de junho, donde o Sítio Bom Jesus fazia parte administrativamente. Entretanto, em 1853, pela Lei Provincial n.º 488, de 06 de junho, em face da decadência de Pambu, transferiu-se a sede da vila para Capim Grosso, e inclusive a freguesia encontrou nova casa na agora igreja matriz do Bom Jesus da Boa Morte. Anos mais tarde, a vila seria elevada à condição de cidade, com a denominação de Curaçá, pelo Ato n.º 59, de 10 de agosto de 1890.

Em fins do século XIX, a cidade era já um ponto comercial movimentado, com uma feira regular, onde os beiradeiros realizavam suas transações. Gonçalves (2000) menciona os festejos a Bom Jesus e a São Benedito, em cuja homenagem a marujada era praticada (manifestação de matriz afro em respeito ao seu santo protetor; os “marujos” das embarcações no São Francisco eram geralmente negros escravizados, que desempenhavam a atividade de vareiros e de empurradores das embarcações; a tradição permanece até hoje e incorpora o folclore local).

Ainda no século XIX, Curaçá esteve na rota de Antônio Conselheiro, líder religioso de tradição messiânica sebastianista, que visitou a localidade e arrebatou grande número de devotos. É atribuída a ele a construção do cemitério de Riacho Sêco e da igreja de Chorrochó (ambos situados em povoações que compunham o território curaçaense) (GONÇALVES, 2000).

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de seis distritos: Curaçá, Ibó, Chorrochó, Patamutê, Várzea da Ema e Barro Vermelho. Já no ano de 1933, o município é constituído de cinco distritos: os mesmos supracitados, com exceção do distrito de Várzea da Ema. Pela Lei Estadual n.º 510, de 12 de dezembro de 1952, é desmembrado do município de Curaçá o distrito de Chorrochó, tendo sido elevado à categoria de município.

De acordo com a Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, foram criados os distritos de Poço de Fora e Riacho Sêco; além disso, o distrito de Ibó foi transferido do município de Curaçá para o de Chorrochó. Assim, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955, o município é constituído de cinco distritos: Curaçá, Barro Vermelho, Poço de Fora, Patamutê e Riacho Sêco.

Na formação cultural do município, a figura do vaqueiro possui uma simbologia própria, constituindo um aporte identitário extremamente valorizado pela população local. A tradicional festa dos vaqueiros é praticada anualmente, reforçando os laços culturais e religiosos da cidade de Curaçá.

■ BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ugo Maia. Etnogênese Tumbalalá. Identidade e rede de comunicação interétnica no sub-médio São Francisco. In: ALMEIDA, Luís Sávio de; SILVA, Christiano Barros Marinho da. **Índios do Nordeste: temas e problemas** 4. Maceió: Edufal, 2004, p. 63-114.

5 Informação extraída da tradição oral da localidade, registrada por Lopes (2000).

LOPES, Esmeraldo. **Caminhos de Curaçá**. Juazeiro: Franciscana, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MATTOS, João. **Descrição Histórica e Geográfica do Município de Curaçá**. [S.e.]: Juazeiro, 1926.

■ ALDEIAS INDÍGENAS

Tumbalalá

População: 1.199

Localização: Antigo povoado de Pambu

Extensão: 44.978 ha

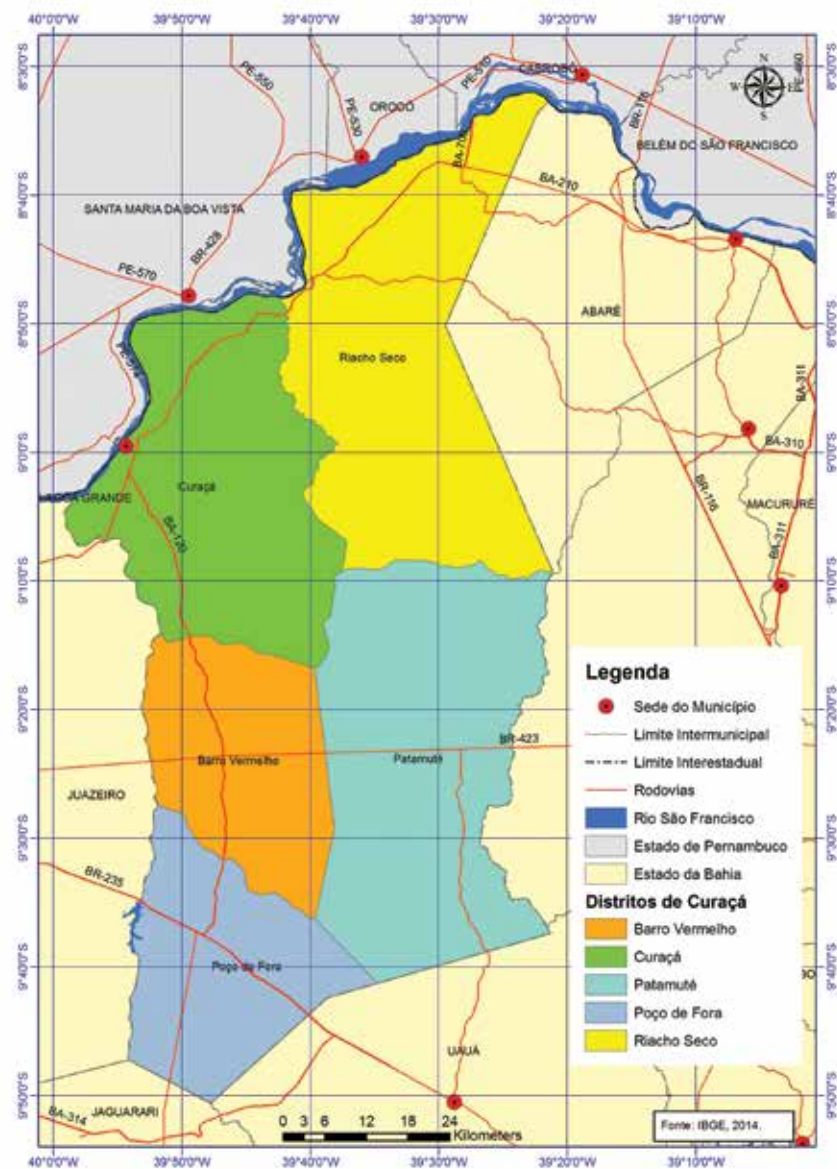
Em dezembro de 2001, a Funai incluiu os Tumbalalá no quadro das comunidades indígenas reconhecidas e assistidas pelo Estado brasileiro. O reconhecimento oficial ocorreu após uma mobilização iniciada em meados de 1998 e direcionada para a adoção de projetos de articulação coletiva que gravitavam em torno de uma história, de um destino e de uma origem comuns para as pessoas que formam hoje uma comunidade com fronteiras sociais em processo e ainda sem território demarcado. Habitando o sertão de Pambú, uma área na margem baiana do Submédio São Francisco ocupada no passado por várias missões indígenas e alvo de criação extensiva de gado bovino durante os séculos XVII, XVIII e XIX, os Tumbalalá estão historicamente ligados a uma extensa rede indígena de comunicação interétnica, sendo, assim, parte e produto de relações regionais de trocas rituais e políticas que sustentam sua etnogênese no plano das identidades indígenas emergentes e os colocam no domínio etnográfico dos índios do Nordeste brasileiro.

Os Tumbalalá ocupam uma antiga área de missões indígenas e colonização portuguesa ao Norte do estado da Bahia, entre os municípios de Curaçá e Abaré, na divisa com Pernambuco e às margens do Rio São Francisco. Sua localização tem como referência o pequeno e antigo povoado de Pambú (Latitude S 08º 33' e Longitude W 039º 21'), a Ilha da Assunção (Terra Indígena Truká) e a cidade de Cabrobó (Pernambuco).

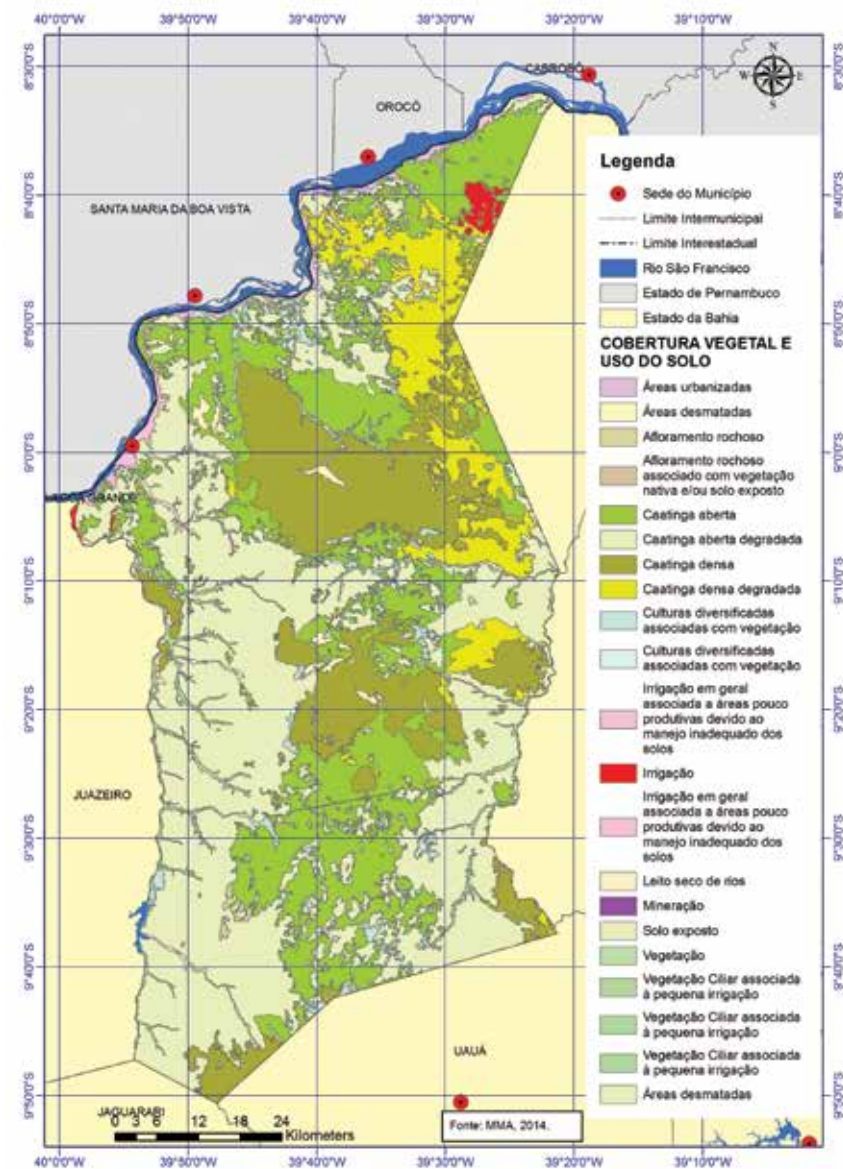
A história da colonização do sertão de Pambú remete ao século XVII e foi incrementada pela criação extensiva de gado bovino e pela formação de missões indígenas nas ilhas do Submédio São Francisco. Esses dois aspectos coloniais, somadas a outros fatores tanto políticos quanto naturais, levaram a fluxos de deslocamentos e convergência de pessoas e famílias que fizeram desta parte do sertão uma referência regional no século XVIII.

Formando um importante núcleo de atração e povoamento interior, o sertão de Pambú foi ocupado até então por ajuntamentos portugueses, vilas e aldeias de índios cariris, fazendas de gado, grupos de índios nômades não reduzidos, mas contatados, e outros índios ainda sem comunicação com os colonizadores. Dessa babilônia étnica que colocou lado a lado, em um complexo e tenso campo intersocial, pessoas e instituições com interesses e estilos culturais mais diversos derivam os Tumbalalá e as demais comunidades indígenas do sertão do Submédio São Francisco.

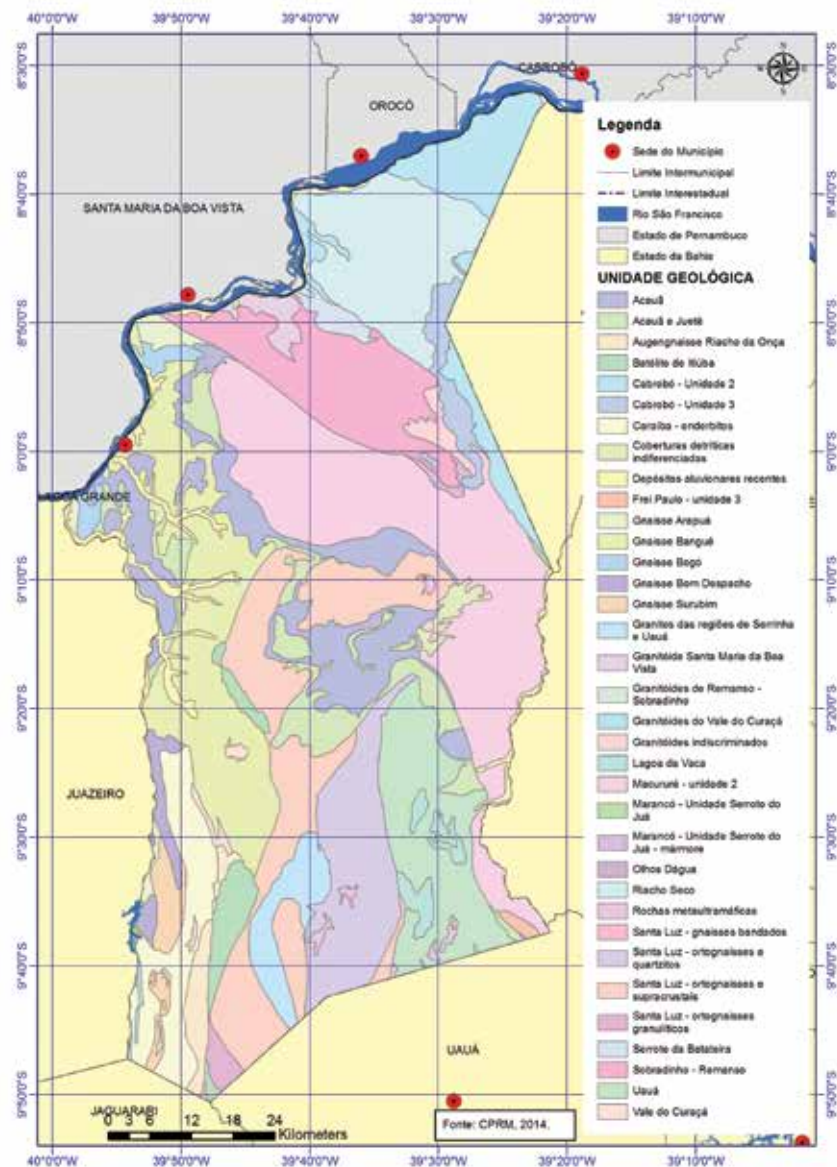
MAPA 90
DIVISÃO POLÍTICA DE CURAÇÁ



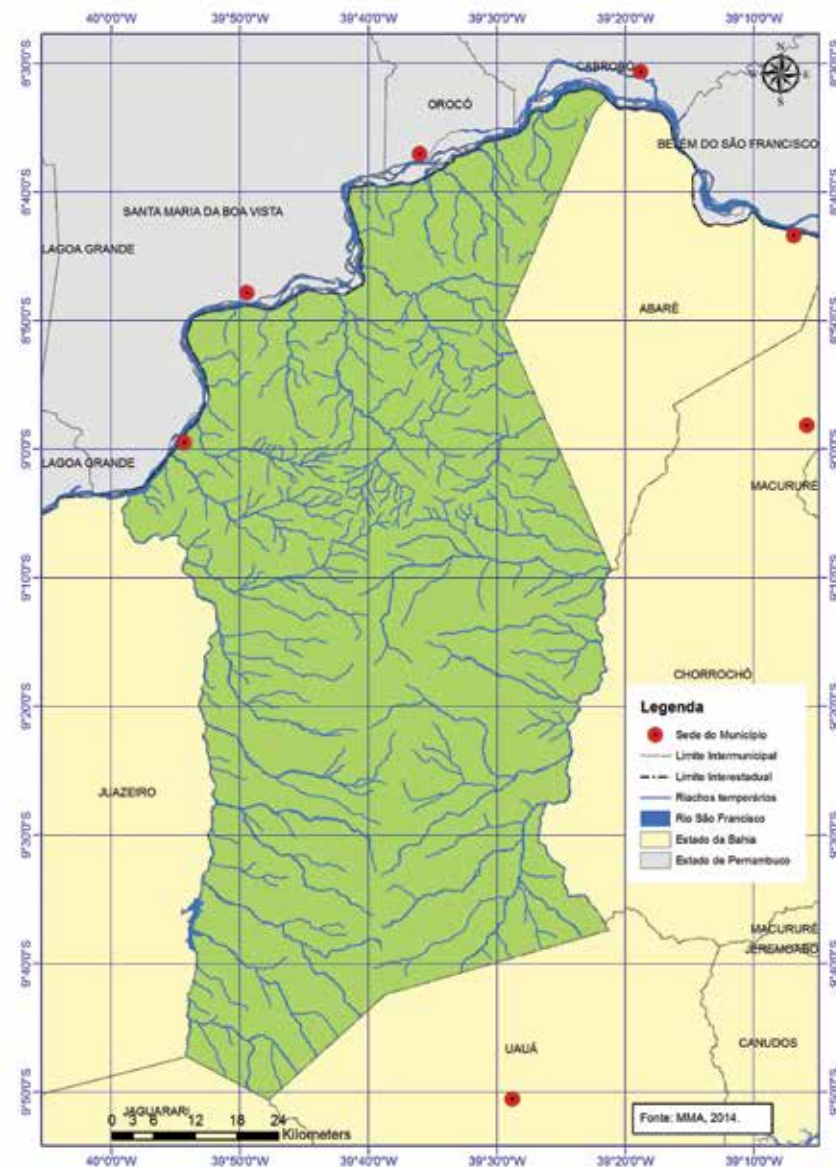
MAPA 91
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE CURAÇÁ



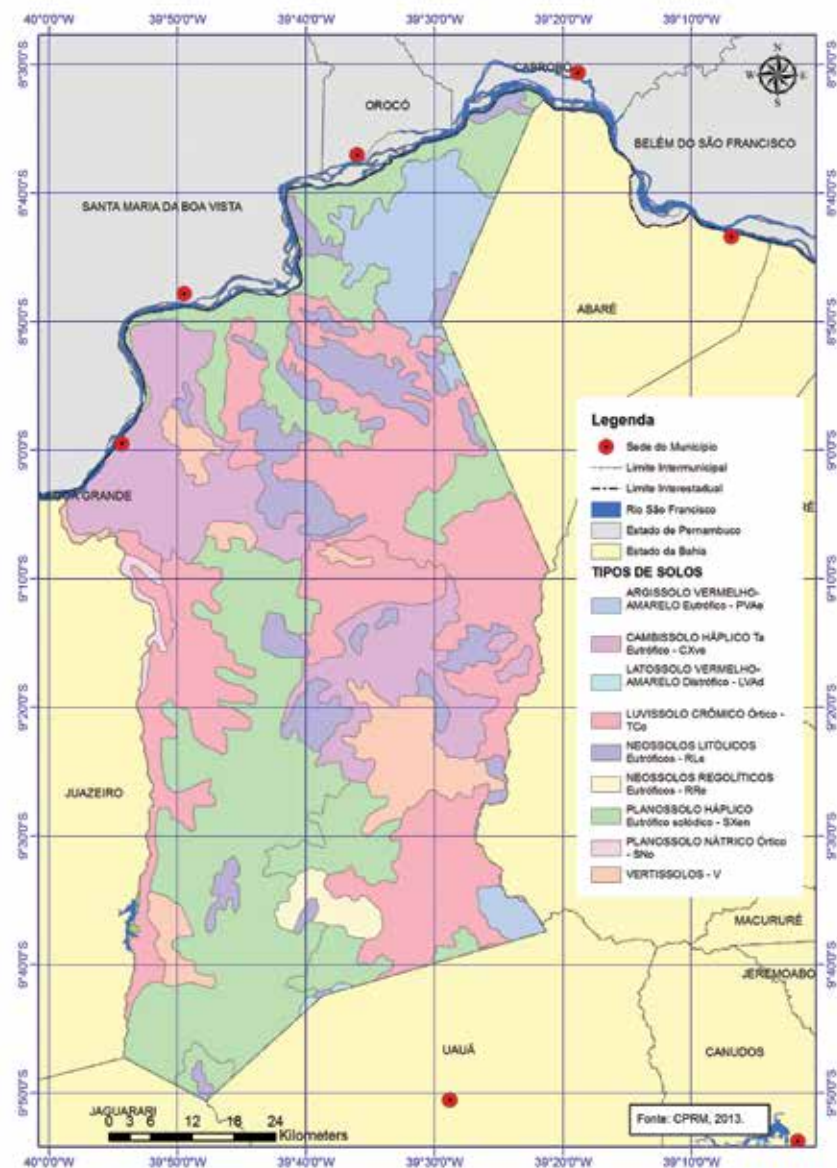
MAPA 92
GEOLOGIA DE CURAÇÁ



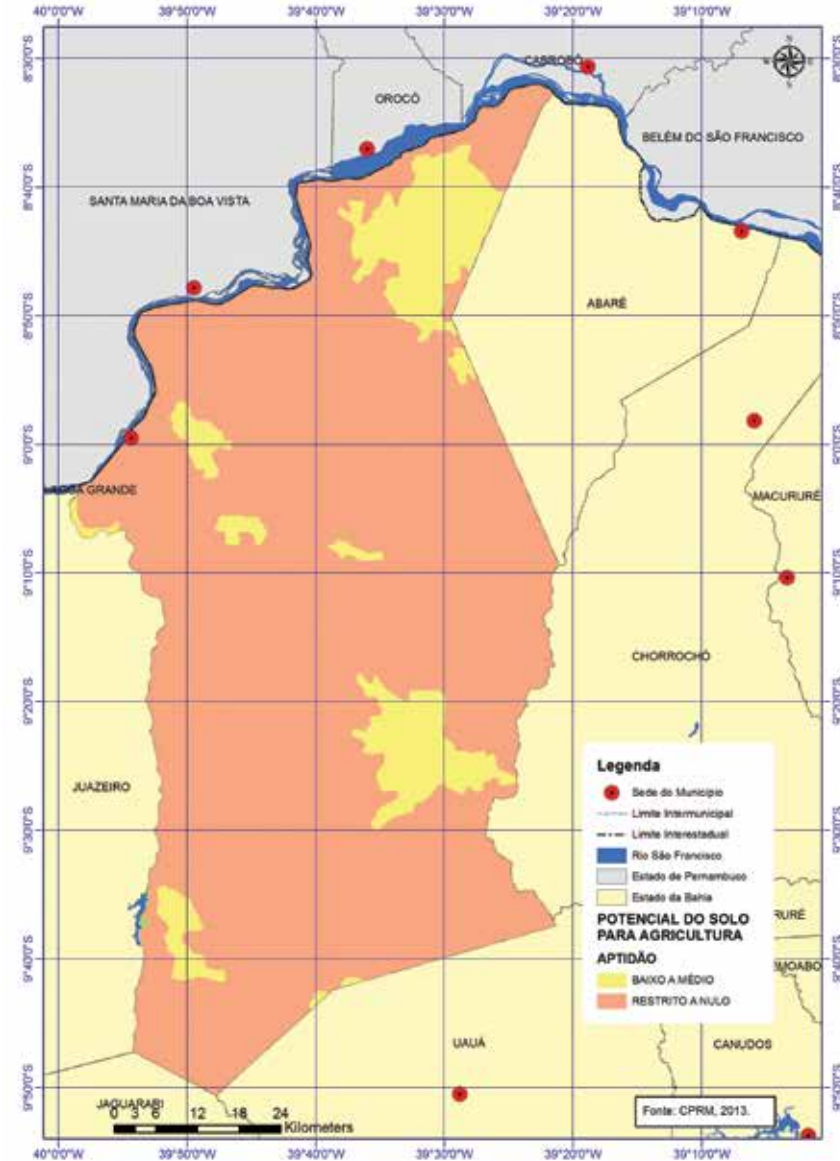
MAPA 93
HIDROGRAFIA DE CURAÇÁ



MAPA 94
SOLO DE CURAÇÁ

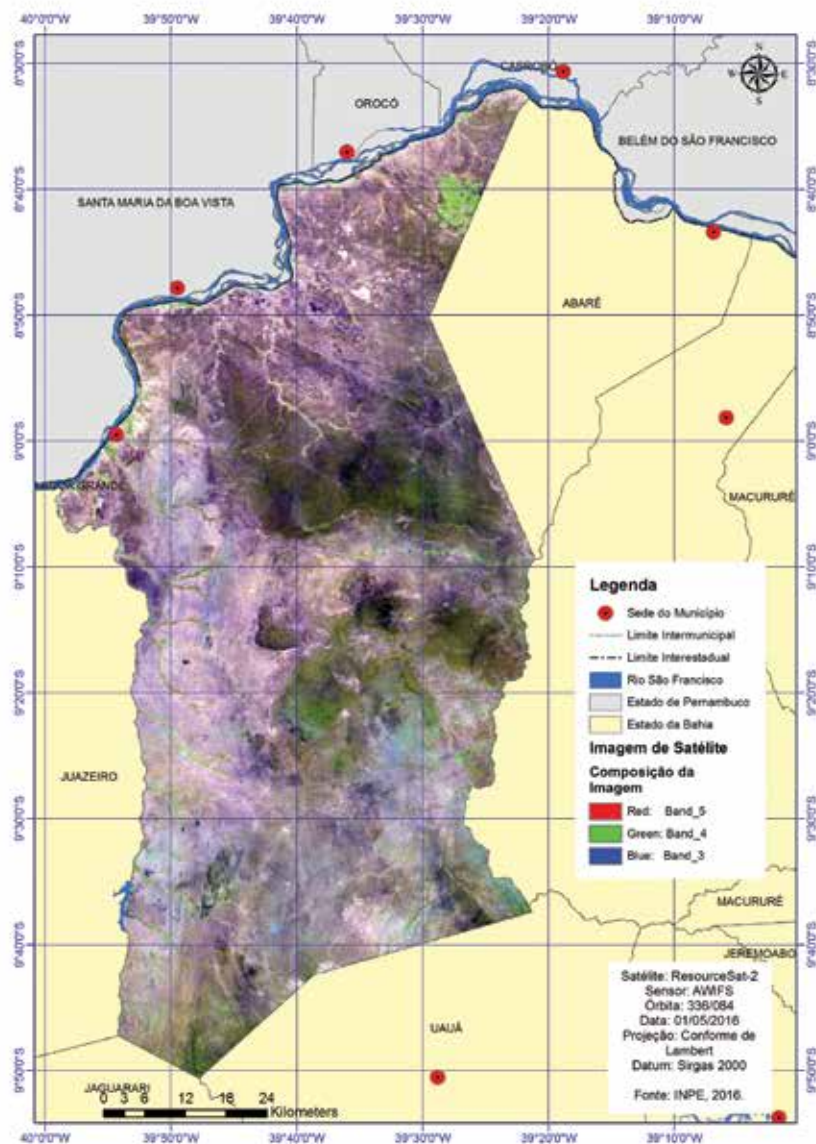


MAPA 95
POTENCIAL DO SOLO DE CURAÇÁ



MAPA 96

IMAGEM DE SATÉLITE DE CURAÇÁ





101



102



103

Foto 101 – Igreja Matriz Bom Jesus da Boa Morte

Foto 102 – Prefeitura Municipal

Foto 103 – Museu de Curaçá



Foto 104 – Teatro Municipal



Foto 105 – Mercado da Fruta

Foto 106 – Aina, Cacique da Aldeia Atikum

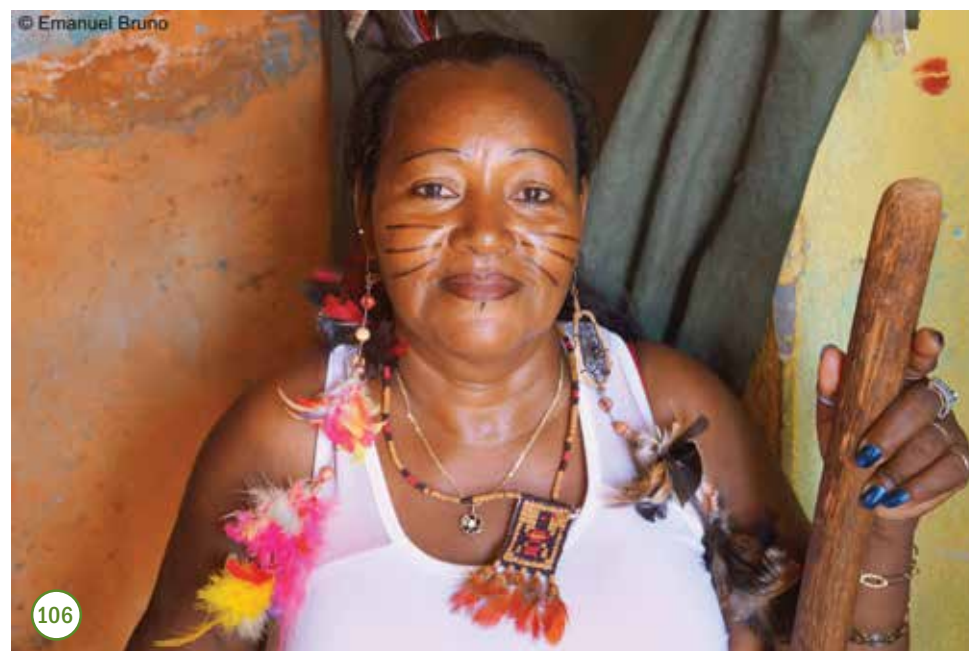


Foto 107 – Rosa Aikum, artesã que utiliza o barro para fazer suas obras

Foto 108 – Moça debulhando o feijão na feira

Foto 109 – Orla Fluvial

Foto 110 – Cais da cidade, Rio São Francisco



MUNICÍPIO DE ABARÉ

MAPA 97
MUNICÍPIO DE ABARÉ, ESTADO DA BAHIA

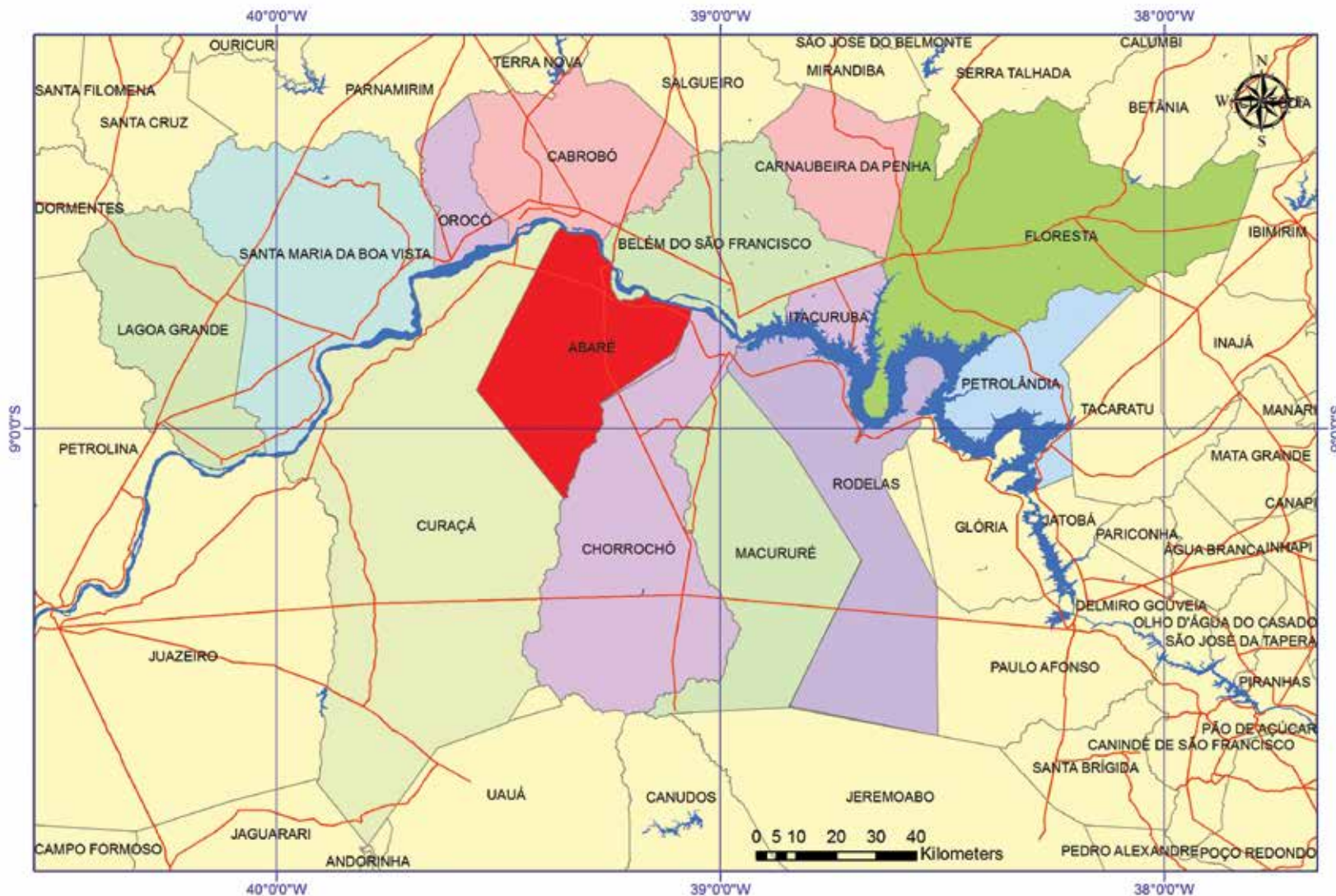


Foto 111 – Bandeira de Abaré

Estado: Bahia

Estimativa da população em 2015 (hab): 19.574

Área da unidade territorial (km²): 1.484,868

Densidade demográfica (hab/km²): 11,49

Gentílico: abareense

Data de criação: 19 de julho de 1962 – Lei Estadual n.º 1.730

Data da instalação: 07 de abril de 1963

Data cívica (aniversário da cidade): 19 de julho

Bioma: Caatinga

■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado, com a denominação de Abaré (ex-povoado), pela Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, e subordinado ao município de Chorrochó. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955, o distrito de Abaré faz parte do município de Chorrochó, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960. Ao ser desmembrado de Chorrochó, é elevado à categoria de município, com a denominação de Abaré, pela Lei Estadual n.º 1730, de 19 de julho de 1962.

Com sede no atual distrito de Abaré, é constituído de dois distritos – Abaré e Ibó –, ambos desmembrados de Chorrochó, sendo instalado em 07 de abril de 1963. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é, assim, constituído de dois distritos: Abaré e Ibó, permanecendo da mesma forma em divisão territorial ocorrida em 2007.

■ HINO

Compositor: Leonor Fontes Bastos

*Abaré linda flor do sertão
São Francisco se espraia gentil
A beijar-te formoso rincão
Deste imenso e querido Brasil.*

*Abaré, Abaré, terra boa
Da garrida e feliz mocidade
Que festiva o seu hino, te entoa,
Ó formosa e querida cidade.*

*O teu povo contente te diz
Quanto é bom em teu seio viver,
Onde a vida transcorre feliz,
Tendo paz, alegria e prazer.*

*Abaré, Abaré, terra linda
Da Bahia um pedaço querido
Se de longe a saudade não finda
Quanto eu gosto de aqui ter nascido.*

*São Francisco a correr murmurando
Mil louvores em tua intenção
Vai por certo, a outras plagas cantado
Que Abaré vive em seu coração.*

■ HISTÓRICO

O topônimo *Abaré* possui origem na linguagem tupi, significando *homem de batina* – uma clara alusão aos ministros religiosos das ordens regulares que empreenderam na região missões de catequizar as populações autóctones no Vale do São Francisco. Essa área era habitada por índios conhecidos na época como Rodela (hoje, são os índios Tuxi, que reivindicam raízes identitárias dessa nação mais antiga).

Em princípios do século XVII, a Casa da Torre reclamaria à Coroa Portuguesa a posse da extensa faixa de terras beiradeiras do Rio São Francisco. Garcia D'Ávila, o segundo, não encontrava quaisquer empecilhos para conseguir as cartas de sesmarias, de modo que foi abocanhando amplos espaços territoriais por meio da força e da política da época (GONÇALVES, 1997). O território que hoje compreende a cidade de Abaré fazia parte dessa dominação.

Já por volta do século XIX, a localidade era uma propriedade rural dominada por Nicolau Tolentino da Conceição, explorador português que veio se instalar na região, desenvolvendo atividade pecuária sob a permissão dos eventuais donos das sesmarias, a Casa da Torre e a família D'Ávila. Garcia D'Ávila detinha o controle de todas as terras entre o início e o final do Velho Chico, nas quais desenvolveu o processo de colonização e exploração dos indígenas locais, construindo a Casa da Torre como seu centro principal de administração e domínio e “exercendo o papel de abastecedor de gado e cavalo para todo o Estado do Norte, principalmente para os Estados da Bahia e Pernambuco” (SOUZA JR., 2004, p.2). Seguindo esta tradição, que incluía a exploração da mão de obra negra escravizada, Nicolau Tolentino atuou como rendeiro dos D'Ávila.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, o distrito denominado Abaré (ex-povoado) foi criado pela Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, sendo subordinado ao município de Chorrochó. Permaneceu assim até a década de 1960, quando foi elevado à categoria de município, com a denominação de Abaré, pela Lei Estadual n.º 1730, de 19 de julho de 1962, e desmembrado de Chorrochó. Passou, então, a ser constituído de dois distritos, Abaré e Ibó, ambos desmembrados de Chorrochó, sendo instalado oficialmente em 07 de abril de 1963 e assim permanecendo até hoje.

■ BIBLIOGRAFIA

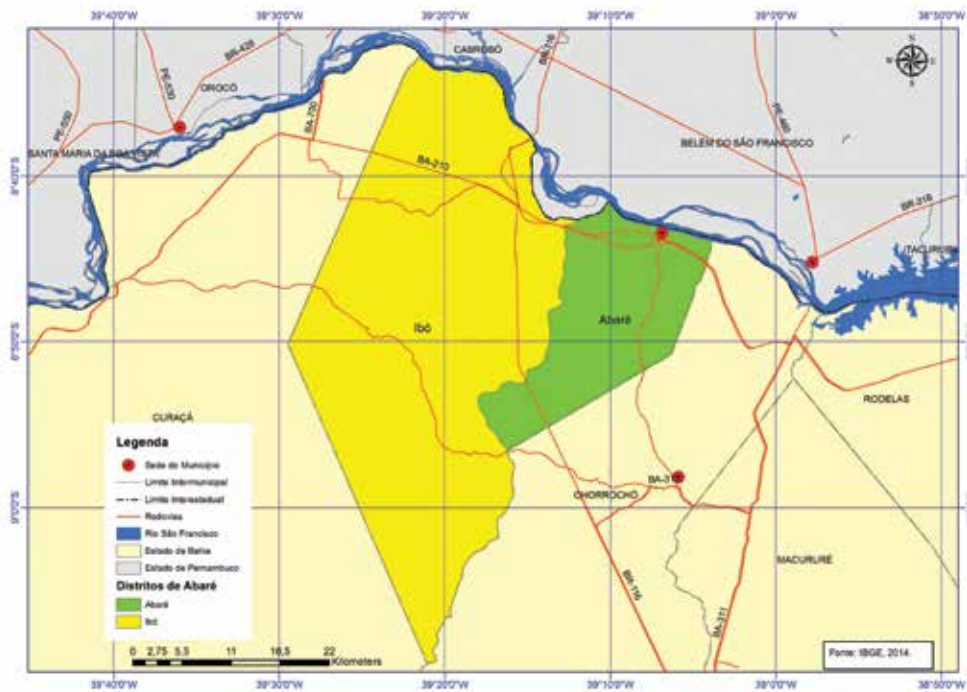
GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA:** Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Abaré**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=290020&search=bahia|abare|infograficos:-historico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

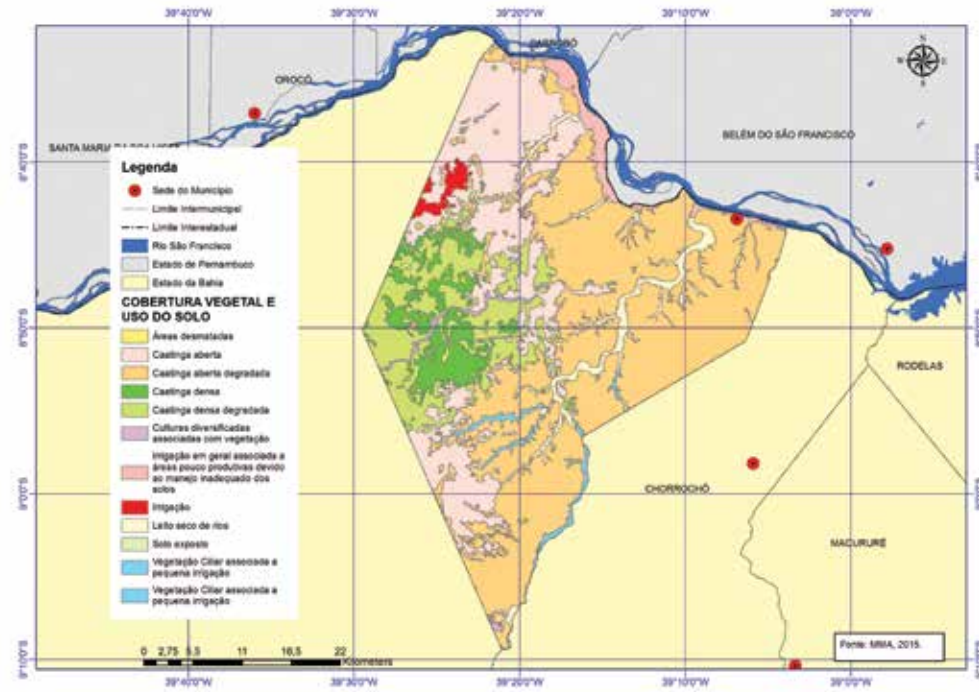
_____. **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SOUZA JR., Claudionor Rodrigues de. Convívio social e organização administrativa das missões franciscanas no sertão nordestino nos séculos XVII – XVIII. ENCONTRO NORDESTINO E ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5., Recife, 2004. **Anais...** Recife: UFPE, 2004.

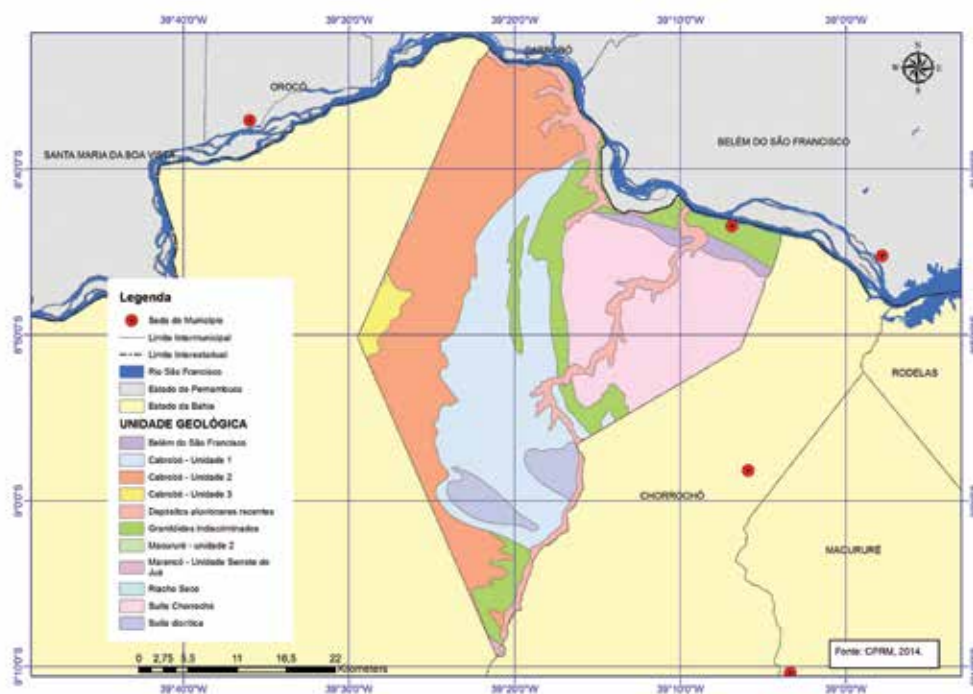
MAPA 98
DIVISÃO POLÍTICA DE ABARÉ



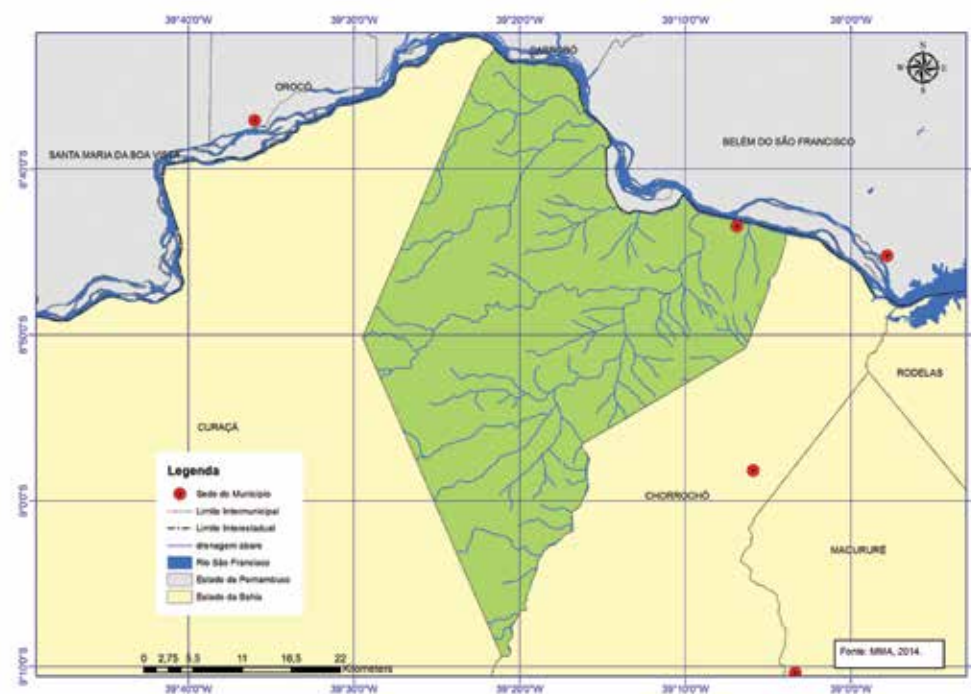
MAPA 99
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE ABARÉ



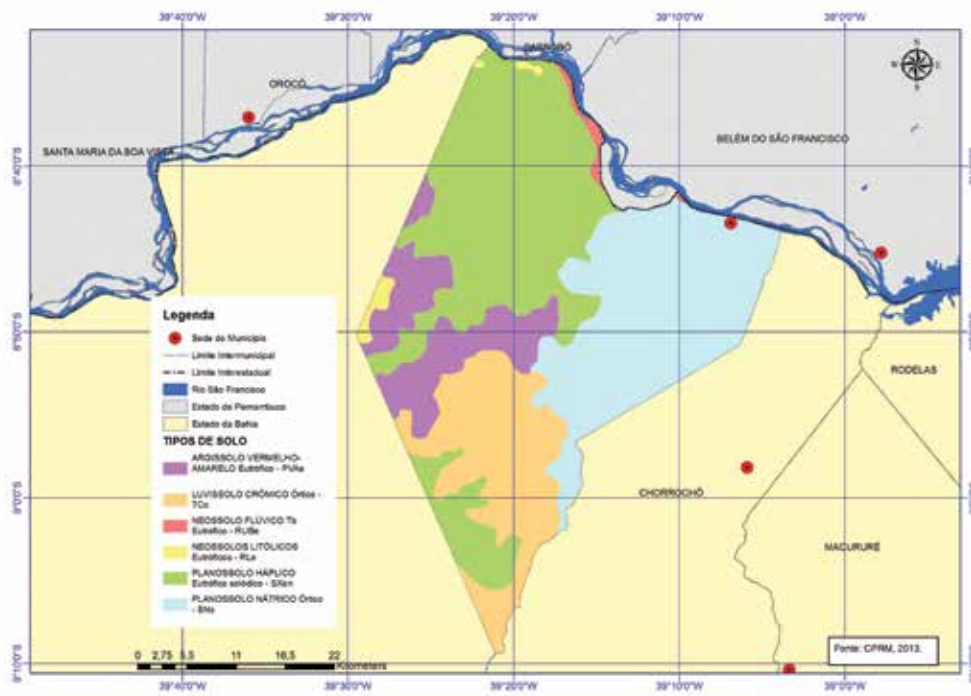
MAPA 100
GEOLOGIA DE ABARÉ



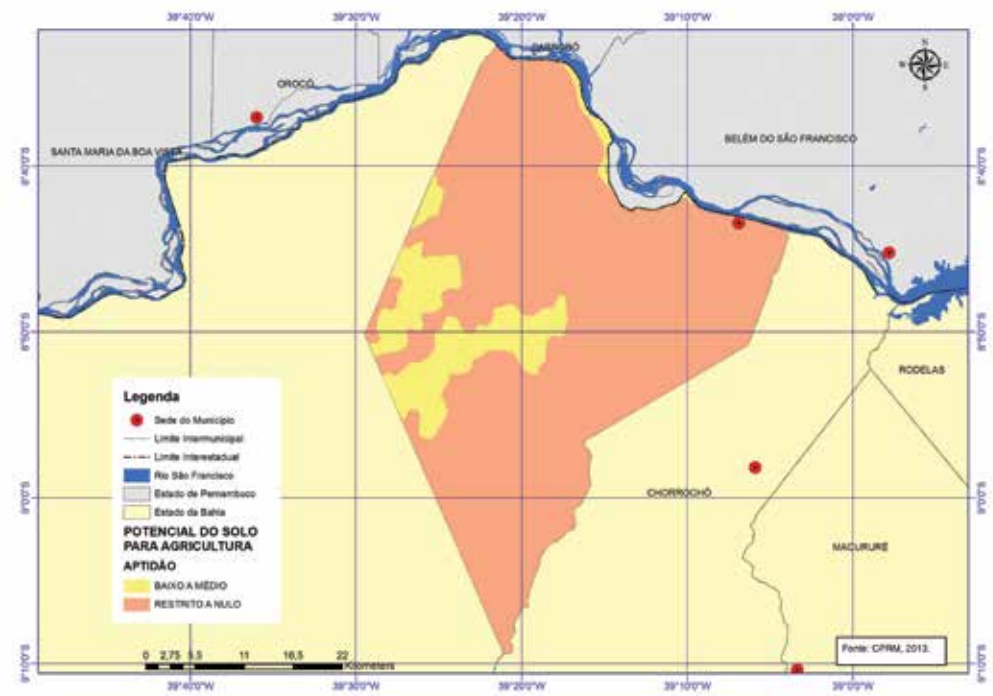
MAPA 101
HIDROGRAFIA DE ABARÉ



MAPA 102
SOLO DE ABARÉ



MAPA 103
POTENCIAL DO SOLO DE ABARÉ



MAPA 104

IMAGEM DE SATÉLITE DE ABARÉ

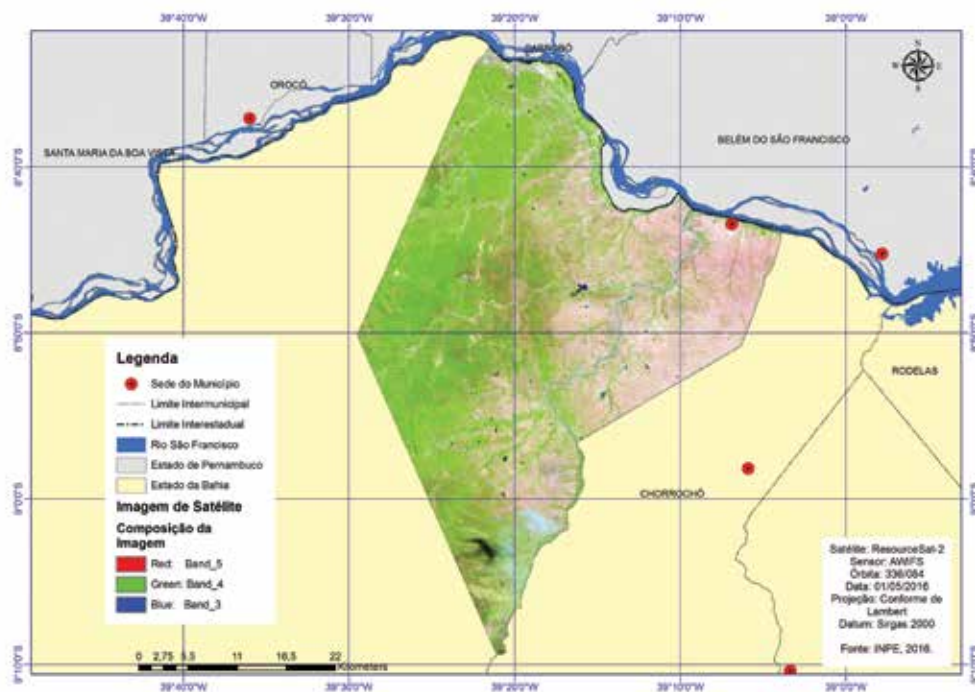




Foto 112 – Casa Paroquial

Foto 113 – Conjunto de casarios antigos

Foto 114 – Igreja Matriz de Abaré

Foto 115 – Menino cavalgando pelas ruas da cidade



Foto 116 – Centro da cidade

Foto 117 – Praça da Igreja

Foto 118 – Cruzeiro no cais da cidade



Foto 119 – Trabalhador empilhando sacos de carvão



Foto 120 – Jovens se divertindo no final de tarde, no Rio São Francisco



Foto 121 – Cais da cidade

MUNICÍPIO DE CHORROCHÓ

MAPA 105
MUNICÍPIO DE CHORROCHÓ, ESTADO DA BAHIA

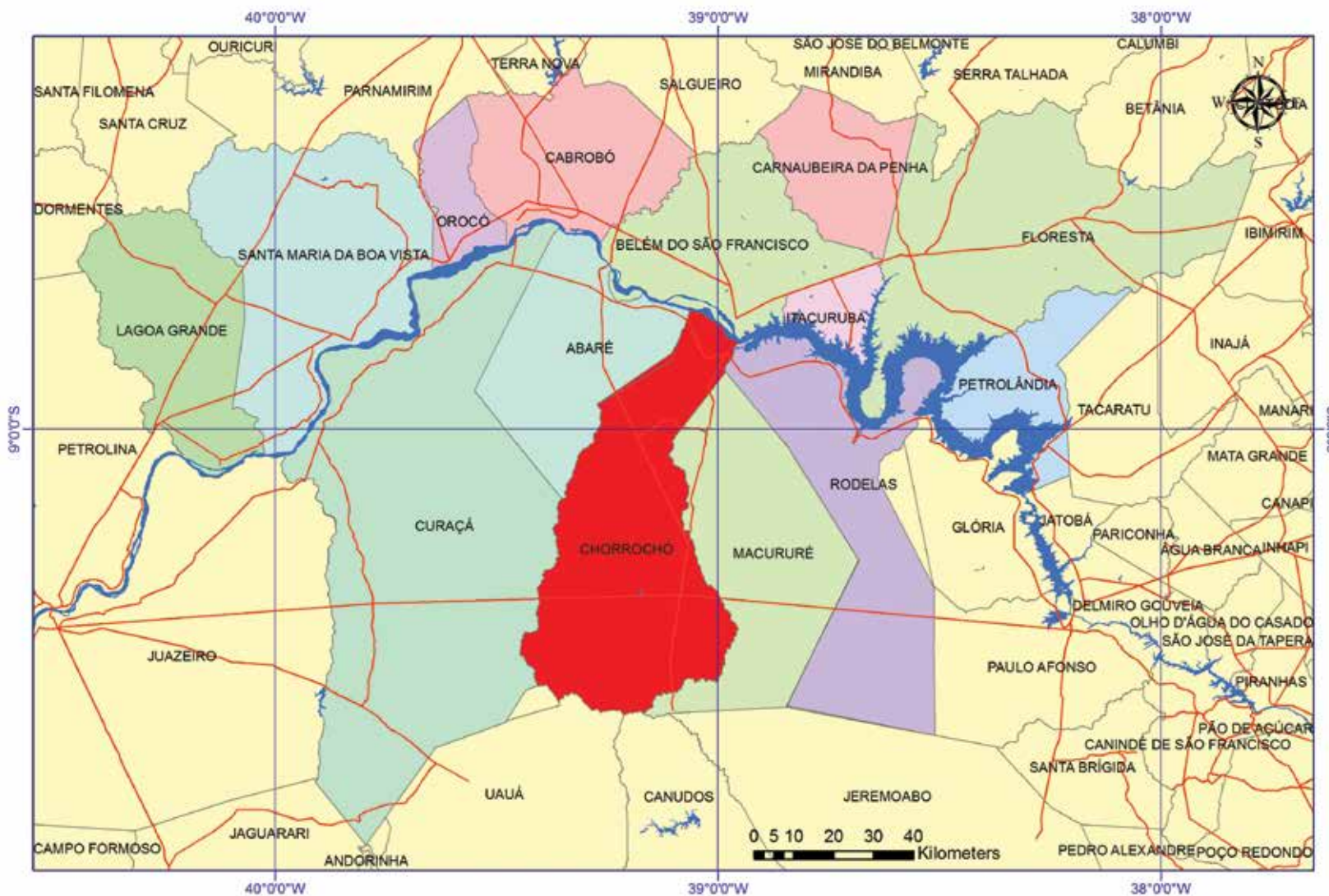


Foto 122 – Bandeira de Chorrochó

Estado: Bahia

Estimativa da população em 2015 (hab): 11.522

Área da unidade territorial (km²): 3.005,318

Densidade demográfica (hab/km²): 3,57

Gentílico: chorrochoense

Desmembrado do município de Curaçá

Data de criação: 12 de dezembro de 1952 – Lei Estadual n.º 510

Data de instalação: 07 de abril de 1955

Data cívica (aniversário da cidade): 12 de setembro

Bioma: Caatinga

■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, figura no município de Curaçá o distrito de Chorrochó (ex-povoado), assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950. Ao ser desmembrado de Curaçá, é elevado à categoria de município, com a denominação de Chorrochó, pela Lei Estadual n.º 510, de 12 de dezembro de 1952. Com sede no antigo – de Chorrochó, é constituído de dois distritos – Chorrochó e Ibó, ambos desmembrados de Curaçá –, sendo instalado em 07 de abril de 1955.

Pela Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é criado e anexado o distrito de Abaré (ex-povoado) ao município de Chorrochó. Assim, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955, o município é constituído de três distritos: Chorrochó, Abaré e Ibó, permanecendo da mesma forma em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960. Já a Lei Estadual n.º 1.730, de 19 de julho de 1962, desmembra do município de Chorrochó os distritos de Abaré e Ibó, para constituírem o novo município de Abaré, de modo que, em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído do distrito-sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

■ HINO

Compositor: Francisco Afonso de Menezes

*Na terra Conselheira outrora
Construiu grande templo com amor
Para que este povo sofrido
Elevasse preces com fervor.*

*Chorrochó és amada e querida
Por teus filhos que cantam a glória
Dos vultos que aqui passaram
E marcaram seu nome na história.*

*Ao redor da majestosa Igreja
Aventureiros vieram habitar
Compondo os teus com certeza
Que tua história estão a cantar.*

*O teu nome os índios formaram
Da água do Riacho impetuosa*

*Que forte vai para o rio
Com os sonhos da terra saudosa.*

*Longe que um teu filho esteja
Não esquece a vida em teu seio
Uma bela fase da história
Que não se desfaz não há meio.*

*Caatingas ralas e o sol escaldante
Estão presentes no teu viver
As secas que te acontecem
Não nos fazem esmorecer.*

*Senhor do Bonfim e da vida
Caminho da história verdadeira
A cidade há de sempre triunfar
Proclamando vitórias altaneiras.*

■ HISTÓRICO

A história dessa cidade, no processo de povoamento no período colonial, confunde-se com a de Curaçá, Bahia, donde Chorrochó fazia parte até o século XX. Os tapuias habitavam a região quando o território passou a receber colonos portugueses, em sua grande maioria rendeiros da Casa da Torre dos D'Ávila. Em Chorrochó, em meados do século XIX, os colonos Francisco Alves de Carvalho, José de Sá e Antônio de Sá Araújo estabeleceram currais de criação de gado, utilizando, para isso, a mão de obra de indígenas e negros cativos da região. Ainda na primeira metade do século XIX, a agricultura de subsistência era praticada pelas famílias locais; entretanto, tendo em vista a fertilidade do solo, um grande contingente de migrantes fixou-se na localidade, dando início ao povoado *Chorrochó*, vinculado ao município de Capim Grosso (Curaçá).

Em 1874, a localidade recebeu a visita do beato Antônio Mendes Maciel. Também conhecido como Antônio Conselheiro, temido por uns e aclamado por outros, simbolizava o sebastianismo messiânico no semiárido nordestino, e suas pregações atraíam um grande número de fiéis por onde passava. Por sua iniciativa, teve começo a construção de uma igreja, dedicada ao Senhor do Bonfim e concluída em 1885.

O topônimo originou-se do vocábulo tupi *choró*, que significa impetuoso. Ao ser repetido (*choró, choró*), passa a significar muito impetuoso. A expressão, por corruptela, passou a *chorrochó*.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, em 1911, Chorrochó figura no município de Curaçá enquanto distrito, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 510, de 12 de dezembro de 1952, e desmembrado de Curaçá, sendo, assim, constituído de dois distritos: Chorrochó e Ibó, ambos desmembrados de Curaçá. Pela Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é criado e anexado o distrito de Abaré (ex-povoado) ao município de Chorrochó, de modo que, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955, o município é constituído de três distritos: Chorrochó, Abaré e Ibó, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960.

Pela Lei Estadual n.º 1730, de 19 de julho de 1962, Chorrochó tem seu território desmembrado dos distritos de Abaré e Ibó, para constituírem o novo município de Abaré. Dessa forma, em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído do distrito-sede, assim permanecendo até a atualidade.

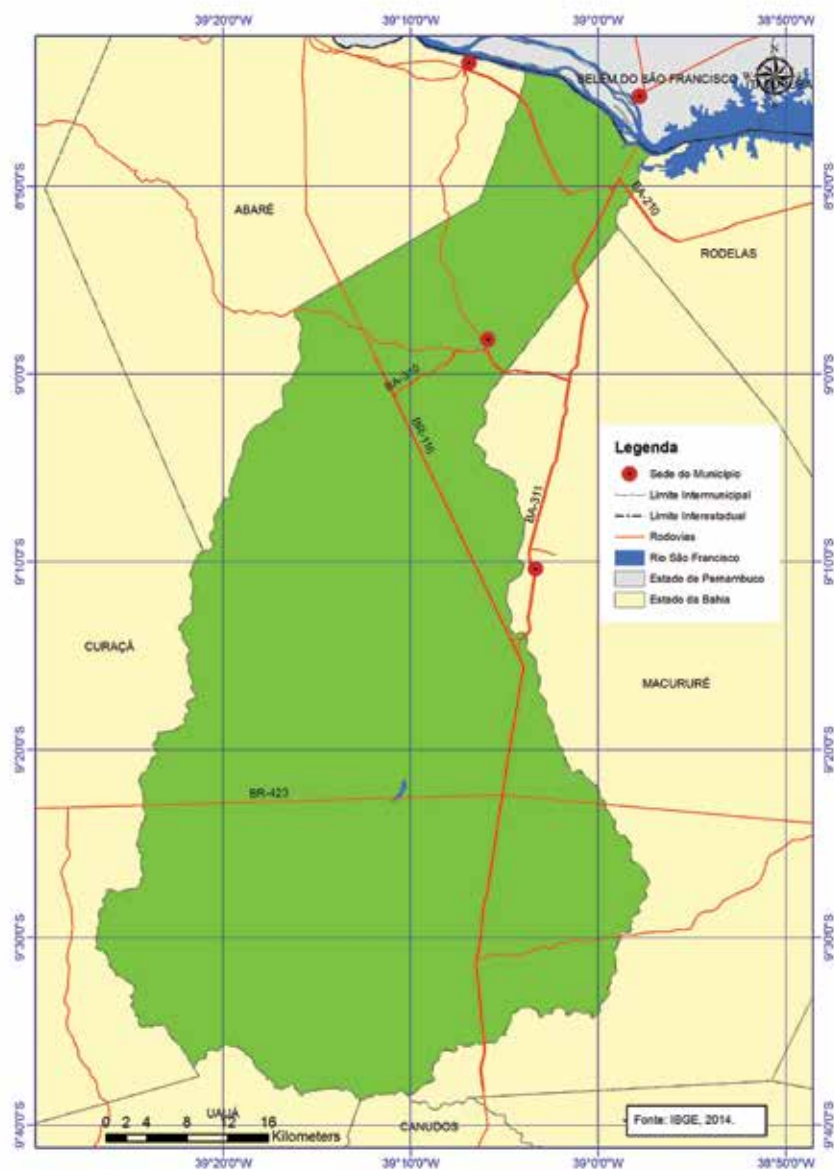
■ BIBLIOGRAFIA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Rodelas**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292710&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

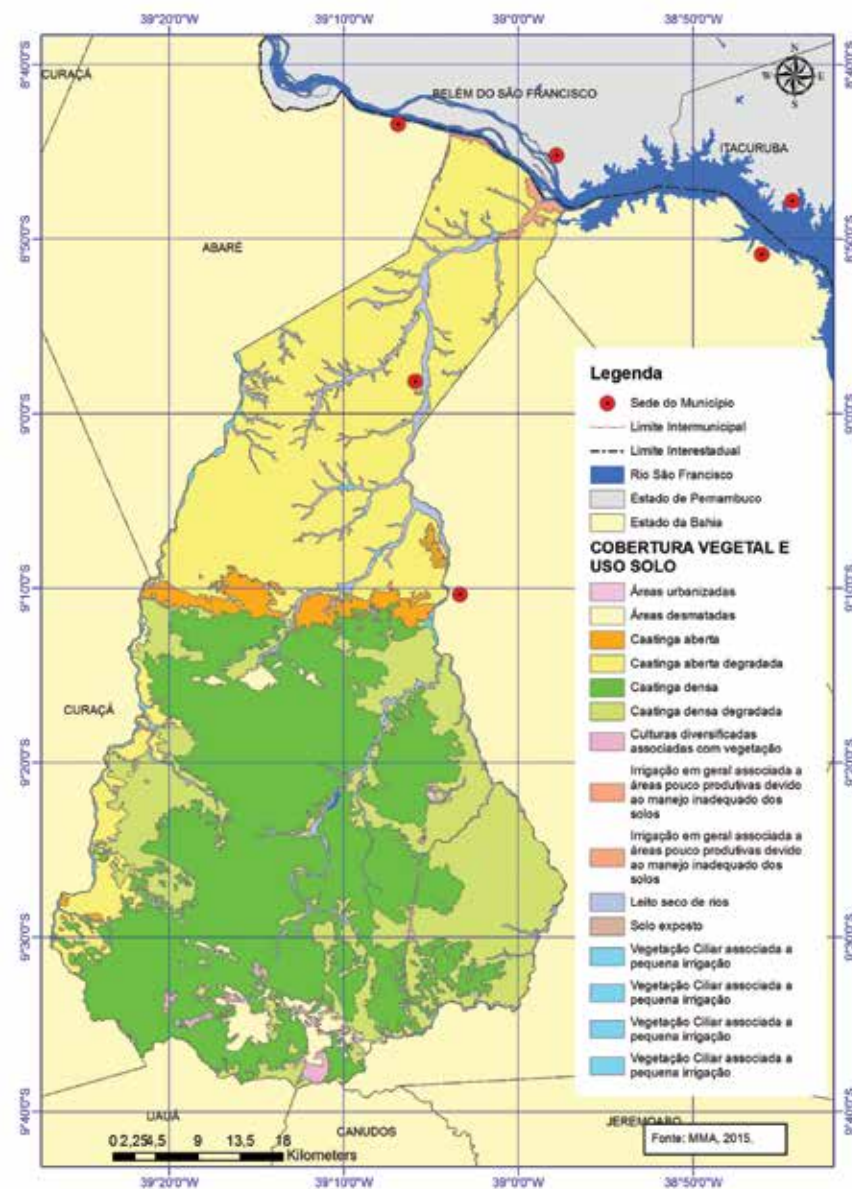
MAPA 106

DIVISÃO POLÍTICA DE CHORROCHÓ

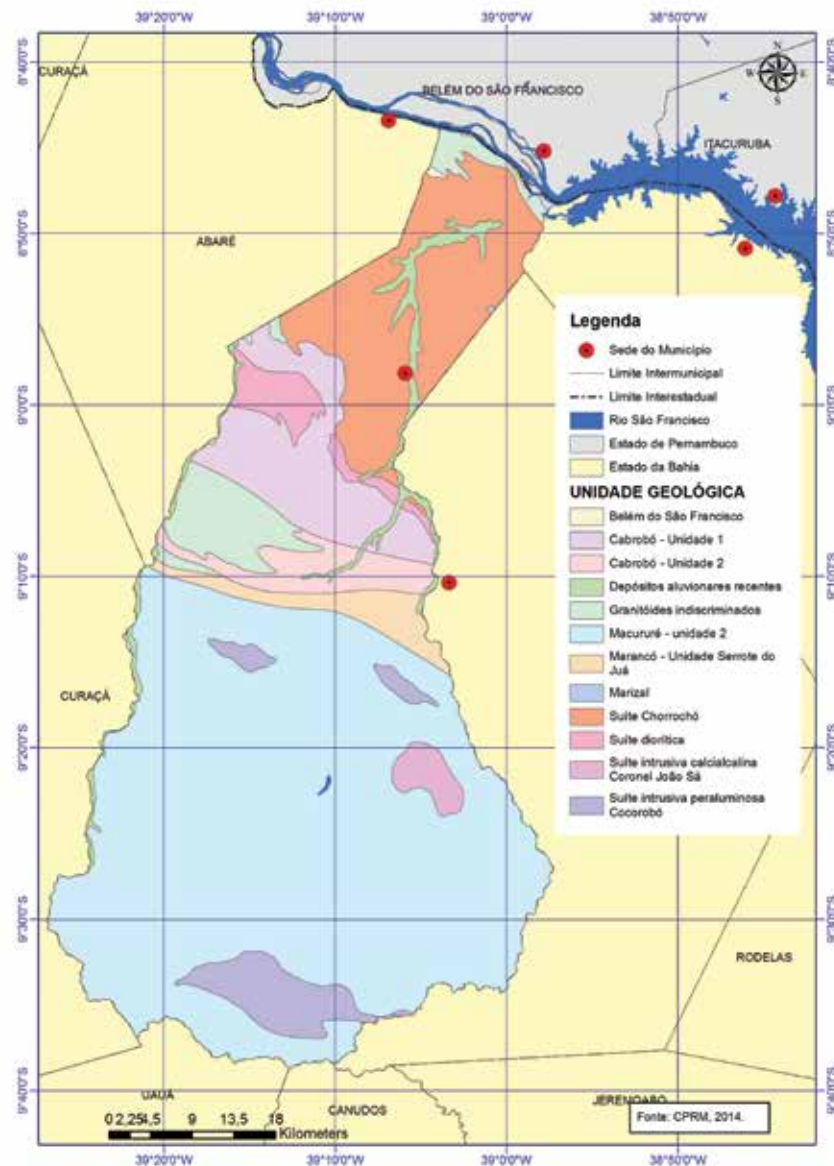


MAPA 107

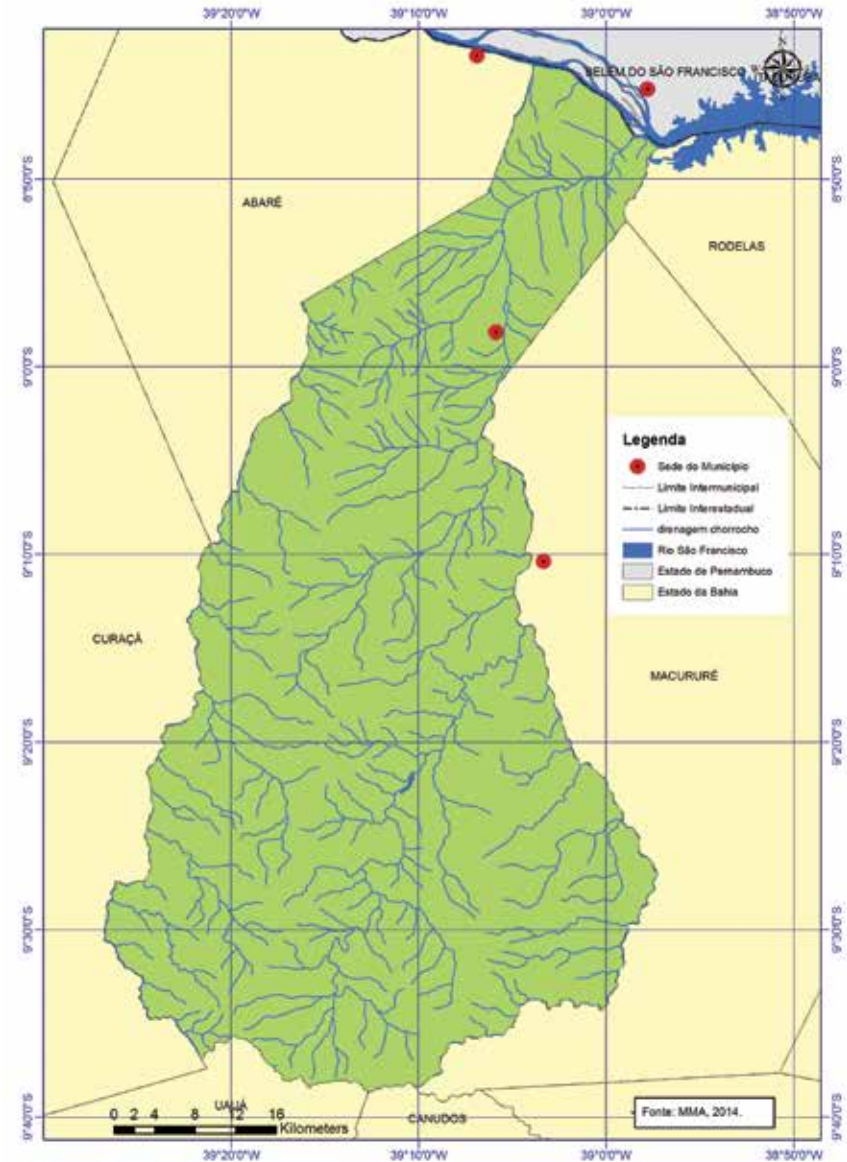
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE CHORROCHÓ



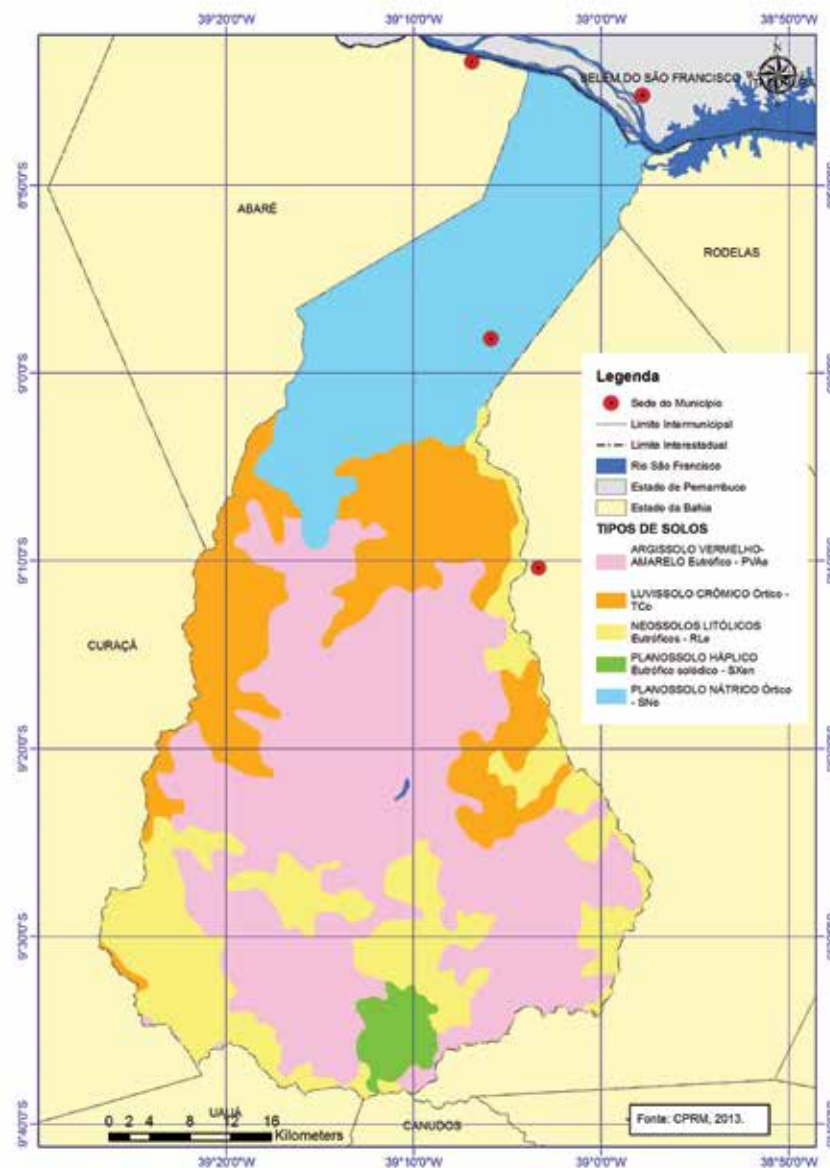
MAPA 108
GEOLOGIA DE CHORROCHÓ



MAPA 109
HIDROGRAFIA DE CHORROCHÓ



MAPA 110
SOLO DE CHORROCHÓ



MAPA 111
POTENCIAL DO SOLO DE CHORROCHÓ

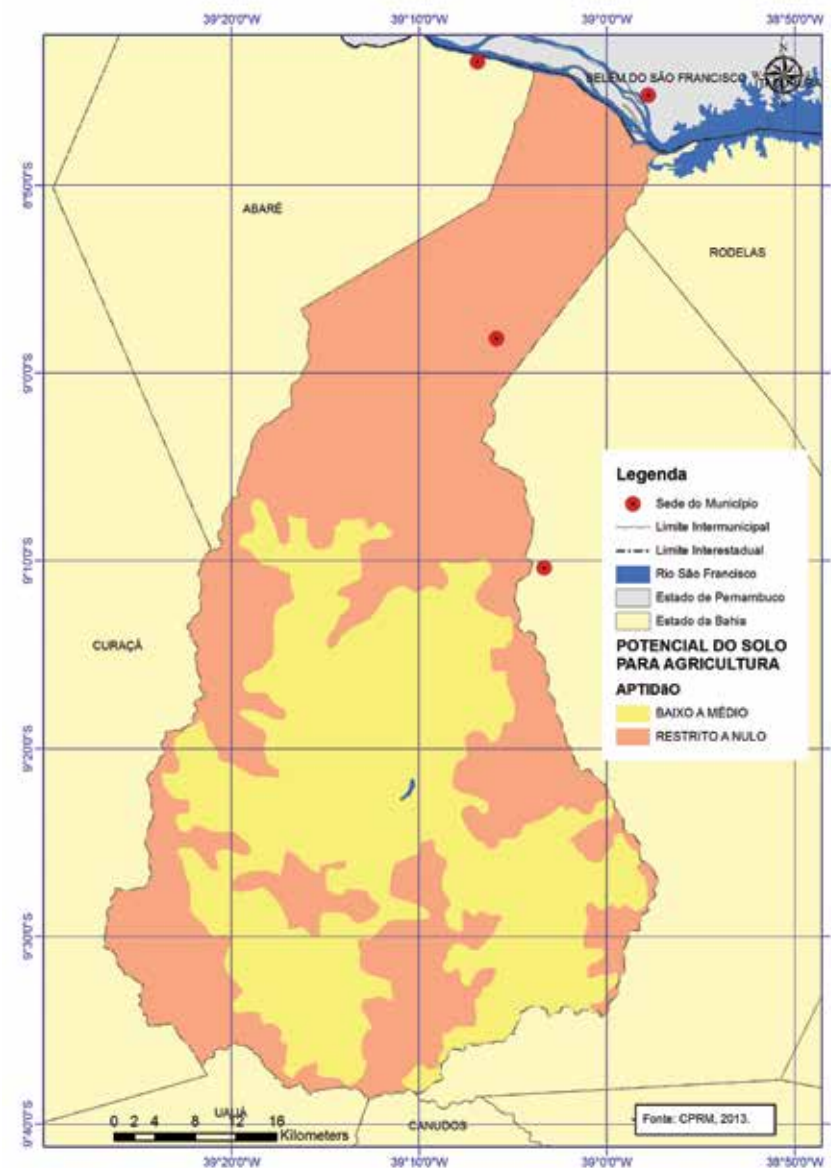


IMAGEM DE SATÉLITE DE CHORROCHÓ

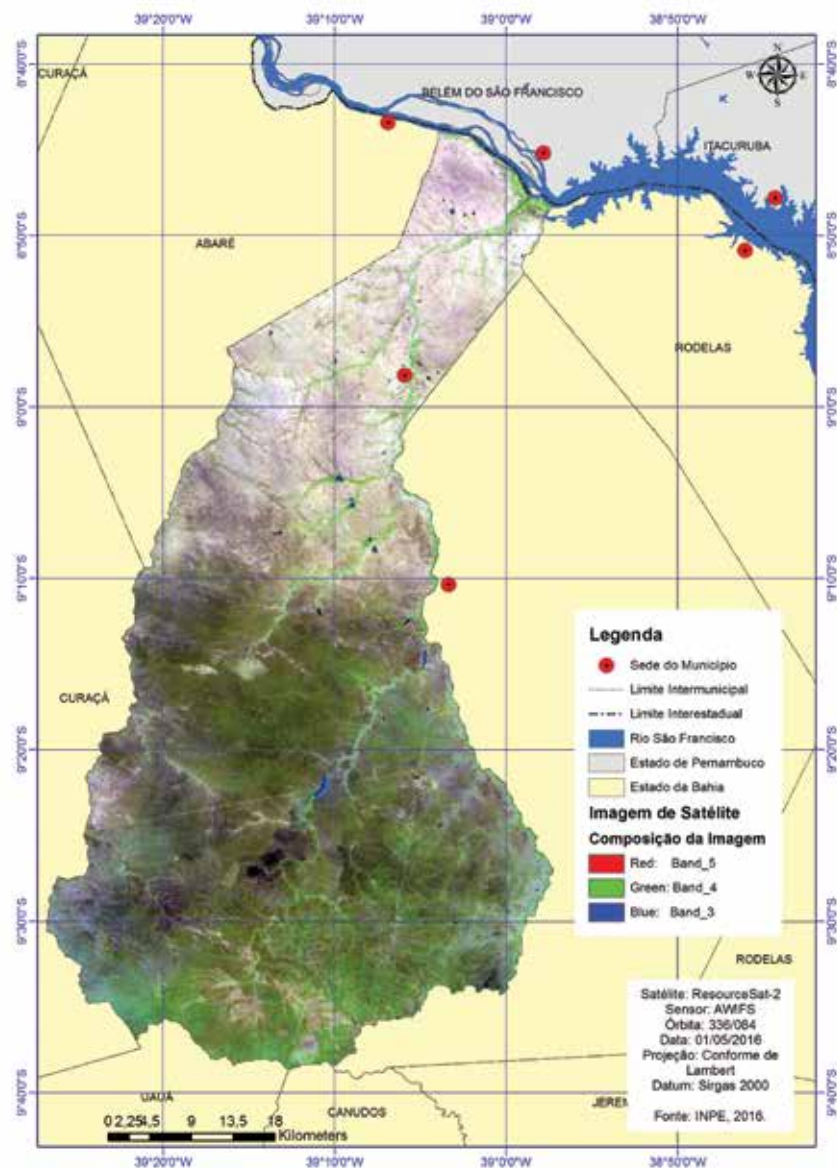




Foto 123 – Igreja Matriz Senhor do Bonfim, construída por Antônio Conselheiro



Foto 124 – Conjunto de casarios antigos



Foto 125 – Cruzeiro da praça



126



127

Foto 126 – Praça da Igreja

Foto 127 – Antigo Cemitério, construído por Antônio Conselheiro

Foto 128 – Morador da cidade fazendo visita ao antigo cemitério



128



Foto 129 – Artesanato em madeira, feito por Ailton Bahia da Silva

Foto 130 – Costume de alguns moradores da cidade

Foto 131 – Cruzeiro de Antônio Conselheiro

Foto 132 – Capela Nossa Senhora da Conceição



MUNICÍPIO DE MACURURÉ

MAPA 113
MUNICÍPIO DE MACURURÉ, ESTADO DA BAHIA

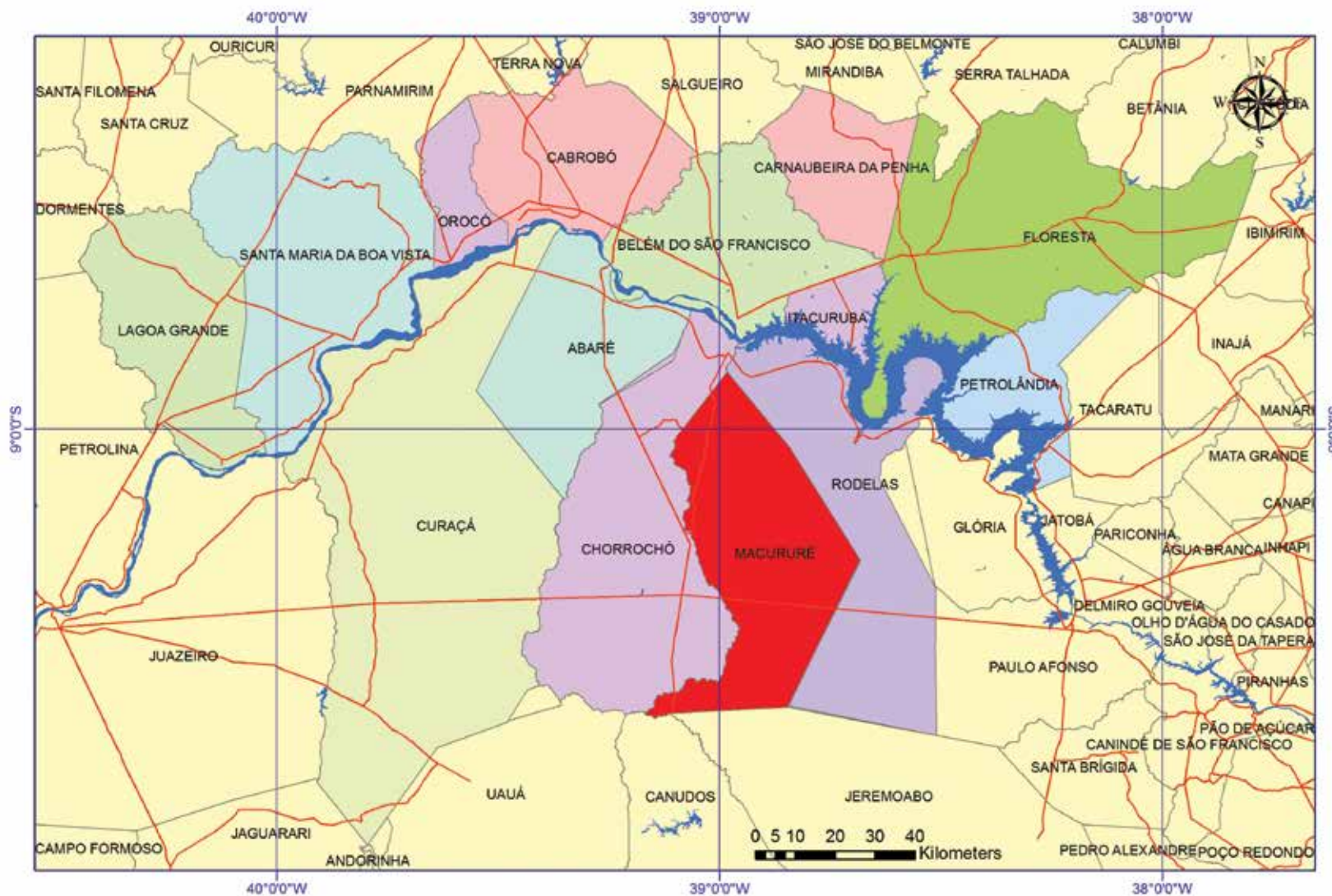


Foto 133 – Bandeira de Macururé

Estado: Bahia

Estimativa da população em 2015 (hab): 8.365

Área da unidade territorial (km²): 2.294,270

Densidade demográfica (hab/km²): 3,52

Gentílico: macururense

Desmembrado do município de Santo Antônio de Gloria

Data de criação: 27 de julho de 1962

Data de instalação: 07 de abril de 1963

Data cívica (aniversário da cidade): 27 de julho

Bioma: Caatinga

■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Bonfim figura no município de Glória (ex-Santo Antônio da Glória), assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937. Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Bonfim ganhou o nome de Macururé, de modo que, no quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o distrito de Macururé (ex-Bonfim) faz parte do município de Glória, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960.

Elevado à categoria de município, com a denominação de Macururé, pela Lei Estadual n.º 2.764, de 30 de dezembro de 1962, é desmembrado do município de Glória. Com sede no antigo distrito de Macururé, é constituído do distrito-sede instalado em 07 de abril de 1963. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído do distrito-sede, permanecendo da mesma forma em divisão territorial datada de 2007. Durante esse processo de formação, houve, assim, a alteração toponímica distrital de Bonfim para Macururé, pelo Decreto-Lei Estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938.

■ HISTÓRICO

A história de Macururé está relacionada à constituição do município de Glória, anteriormente conhecido como Santo Antônio da Glória do Curral de Bois, do qual fazia parte territorialmente e administrativamente. Os primitivos habitantes deste município foram índios Mariquitas e Pancarus, mas que eram referidos de forma geral como Rodela ou Rodeleiros. A bandeira de Garcia D'Ávila e da Casa da Torre chegou até a região por volta do século XVII, exercendo dominação sobre as populações autóctones do São Francisco com anuência da Coroa Portuguesa na pessoa do governador-geral Tomé de Sousa (GONÇALVES, 1997). Garcia D'Ávila e seu tio, padre Antônio Pereira, em 1646, fizeram uma reclamação de posse dessa região, onde teriam chegado ao longo da expansão dos currais sertão adentro (SALOMÃO, 2008).

À chegada da dominação da Casa da Torre, instalando os currais de criação de gado, segue-se uma missão religiosa, provavelmente chefiada por frades franciscanos, com o intuito de catequizar as tribos ribeirinhas e, de certo modo, “domesticá-las” para o trabalho servil por volta da década de 1710. De acordo com Batista (2005), no século XVIII, duas missões na região exerciam uma influência irradiadora de catequização: uma, na Ilha de Sorobabé, com invocação a Nossa Senhora do Ó, atuando junto à tribo Tapuia; e outra, conhecida como Missão Nova de São Francisco do Brejo, com invocação a São Francisco, atuando junto às tribos Tapuia, Proká e Pankararu.

Dentro desse contexto, os colonos portugueses que ali se estabeleceram constituíram família. Nesse processo, utilizarão a mão de obra cativa na prática da agricultura e no criatório de gado, explorando os indígenas, já alvo da desconstrução cultural e ideológica dos padres missionários, e os negros trazidos com os portugueses do litoral, já vítimas de um processo longo de desconstrução identitária exercido pelos europeus (CAMPOS, 2008).

Com o decorrer do tempo, a sociedade organizou-se em torno do curral, fazendo surgir os primeiros esboços de ruas, englobando novos habitantes e estabelecendo espaços de trocas comerciais entre viajantes (GONÇALVES, 1997). Durante esse processo, o nome de “Curral dos Bois” passa a ser utilizado constantemente pelos habitantes em decorrência do grande número de boiadas que lá eram criadas ou que chegavam de outros locais buscando pouso.

É nesse território que se insere Macururé, topônimo de origem tupi-guarani (macu = peixe; e rure = maneira de pegá-lo, isto é, armadilha) que era utilizado para designar a localidade por parte dos indígenas locais. Seu núcleo territorial correspondia às terras das tribos Marikitas e Pankararus, devassadas pelos portugueses e, após, de propriedade de Roberto Pereira Maia, situando-se às margens do Riacho Tim Tim, motivo pelo qual também eram chamadas de Roça do Tim Tim. O nome foi trocado posteriormente para fazenda Três Irmãos, quando sua dominação passou aos três filhos de Roberto, Firmino Pereira Maia, Honório Pereira Maia e Ricardo Pereira Maia, ainda no século XIX. Após receberem a fazenda, os três irmãos partiram para a construção de suas casas, conservando, entretanto, a casa grande da Roça do Tim Tim.

Em 1906, Firmino Pereira Maia responsabilizou-se pela construção da capela da propriedade, comprando em Salvador uma imagem do Senhor do Bonfim. Em função deste santo, deram à fazenda o nome de Arraial do Senhor do Bonfim.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, o distrito foi criado, com a denominação de Bonfim, pela Lei Municipal n.º 18, de 29 de abril de 1922, aprovada pela Lei Estadual n.º 1.582, de 17 de agosto de 1922, sendo subordinado ao município de Santo Antônio da Glória. Pelos Decretos-Leis Estaduais n.º 7.455, de 23 de junho de 1931, e n.º 7.479, de 08 de julho de 1931, o distrito de Santo Antônio da Glória adquiriu a denominação de Glória. Dessa forma, em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Bonfim figura no município de Glória (ex-Santo Antônio da Glória), assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937.

Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Bonfim retomou o nome de Macururé, de modo que, no quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, Macururé figura no município de Glória. Ressalta-se, ainda, que o advento da BR-4 (atual BR-116), em 1942, proporcionou a chegada de um grande número de famílias à localidade, permitindo uma expansão no número de habitantes e no desenvolvimento do povoado.

Na década de 1960, Macururé desvincula-se de Glória, sendo elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 2764, de 30 de dezembro de 1962.

■ HINO (NÃO OFICIAL)

Compositor: Autor Desconhecido

*Macururé cidade querida afetiva e hospitaleira
Onde a paz reina constantemente
No seio do seu povo varonil
A bondade desta gente simboliza
A grandeza do brasil.*

*A sua simplicidade
Nos transmite grande emoção
Sua singela beleza
Alegra o nosso terno coração
Vamos exaltar esta cidade
Nobre pedacinho da hospitalidade
Comunicação e alegria.*

■ BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **Versão Preliminar do relatório Circunstanciado da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá**. Brasília: Funai, 2005.

CAMPOS, Carla Siqueira. Rio São Francisco: o rio da injustiça ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

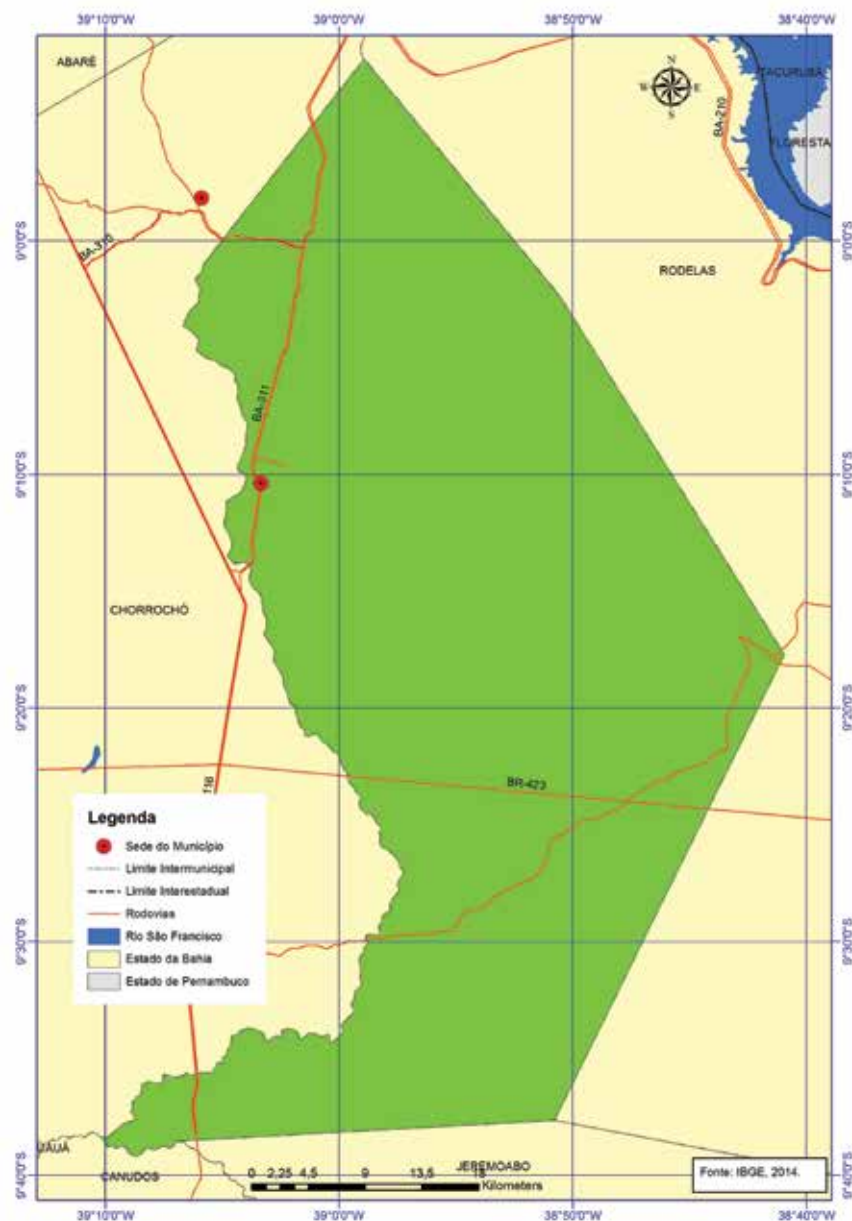
GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA**: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

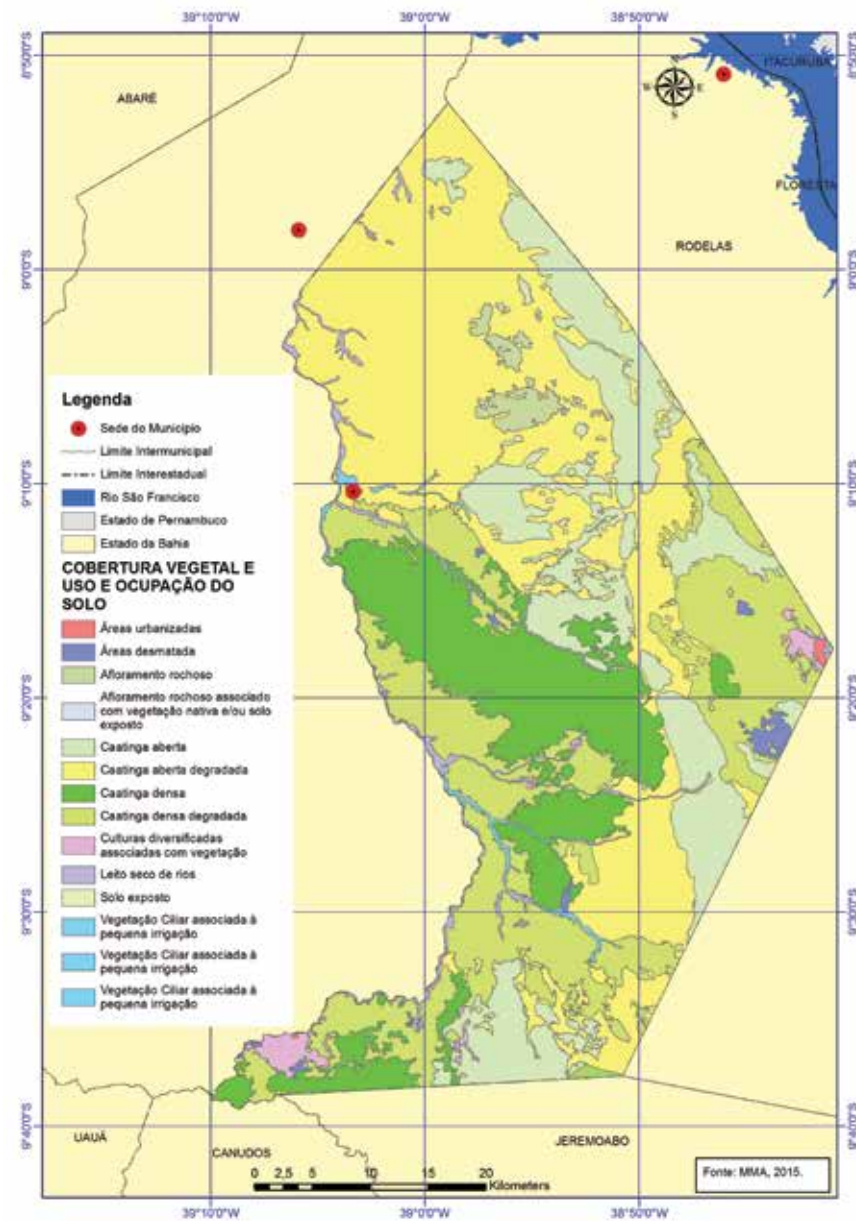
_____. **Macururé**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291990&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SALOMÃO, Ricardo D. B. De Índios Rodeleiros a Índios Tuxá do século XX: uma etnohistória das relações interétnicas no médio São Francisco. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008., Caxambú. **Anais...** Caxambú: Anpocs, 2008.

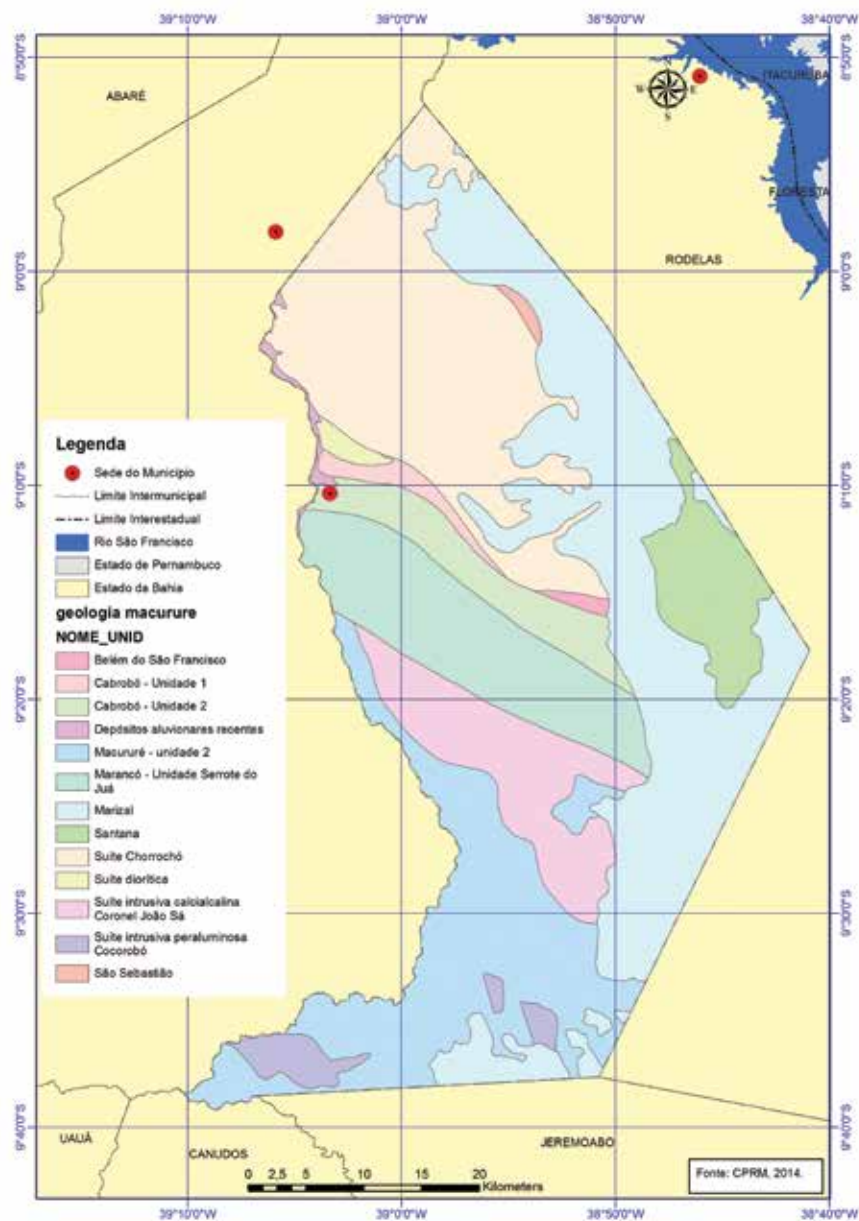
MAPA 114
DIVISÃO POLÍTICA DE MACURURÉ



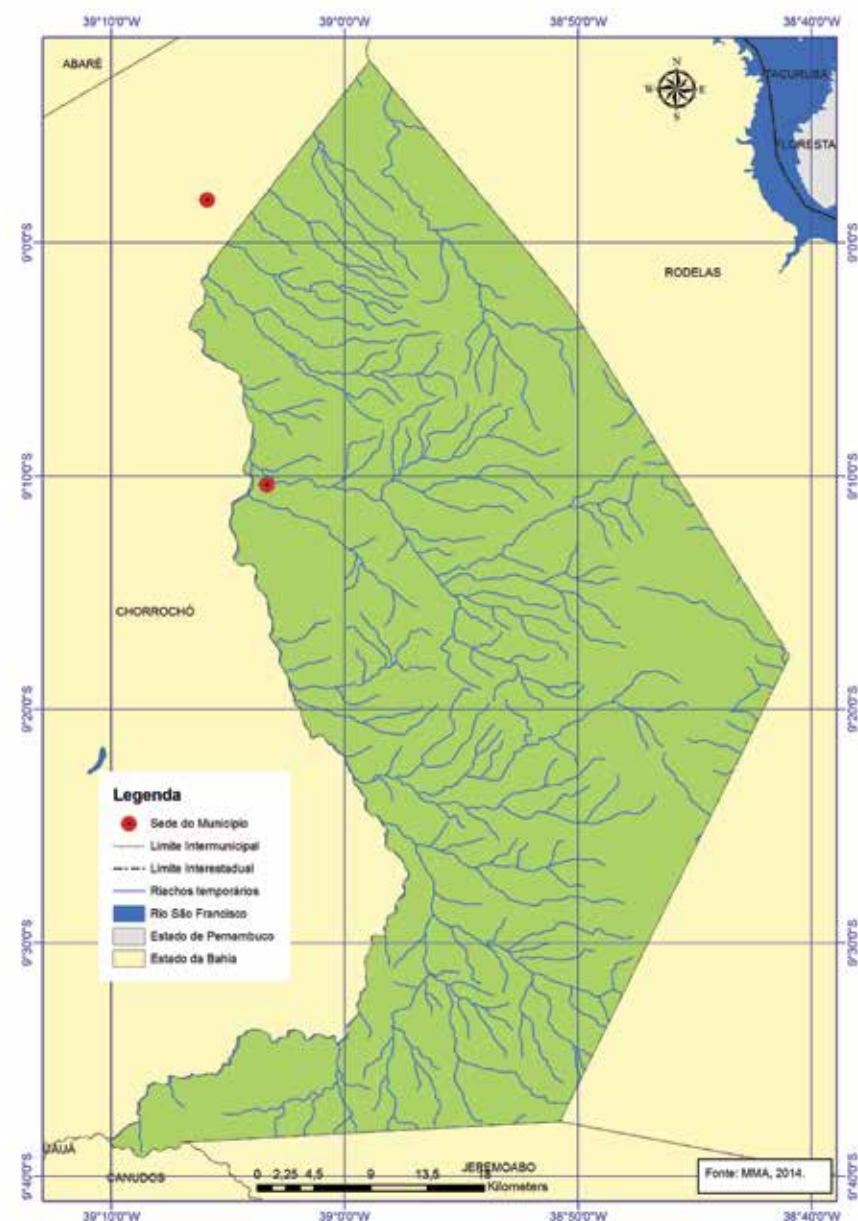
MAPA 115
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE MACURURÉ



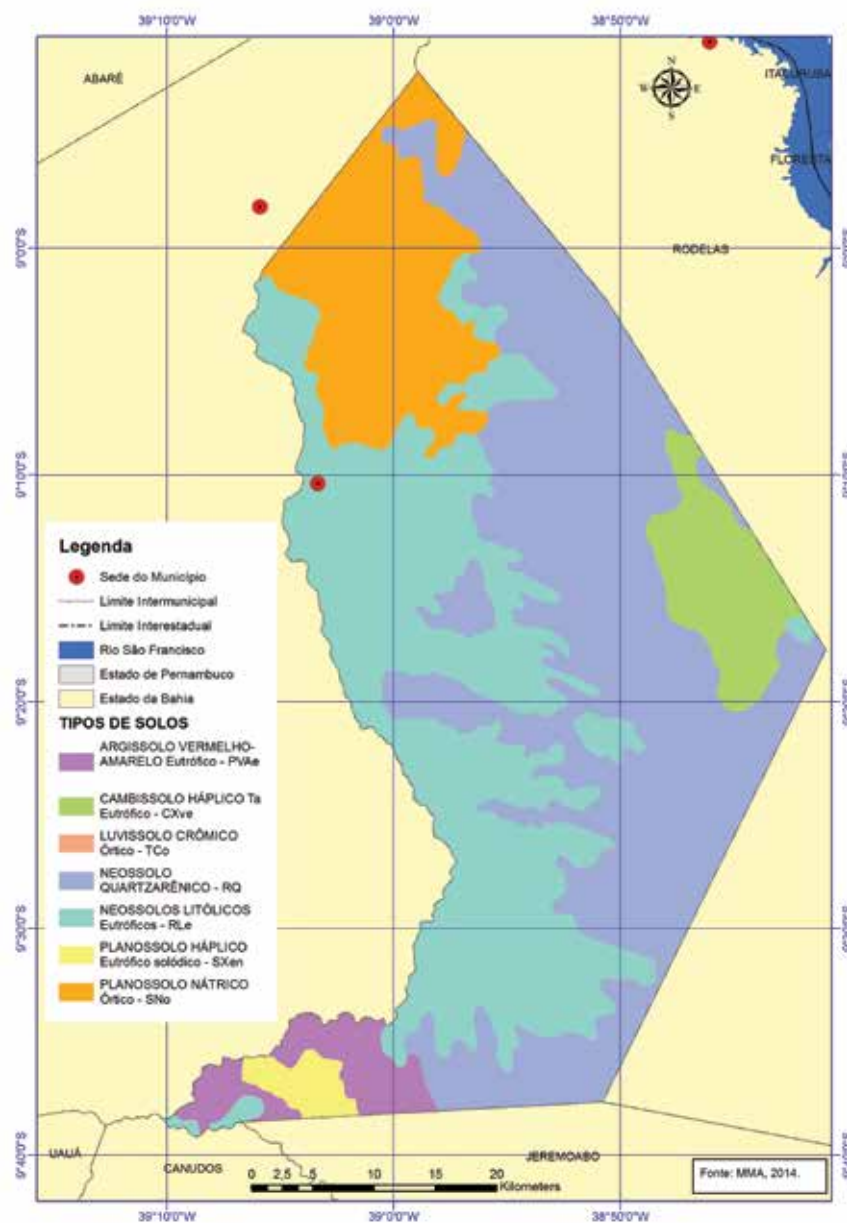
MAPA 116
GEOLOGIA DE MACURURÉ



MAPA 117
HIDROGRAFIA DE MACURURÉ



MAPA 118
SOLO DE MACURURÉ



MAPA 119
POTENCIAL DO SOLO DE MACURURÉ

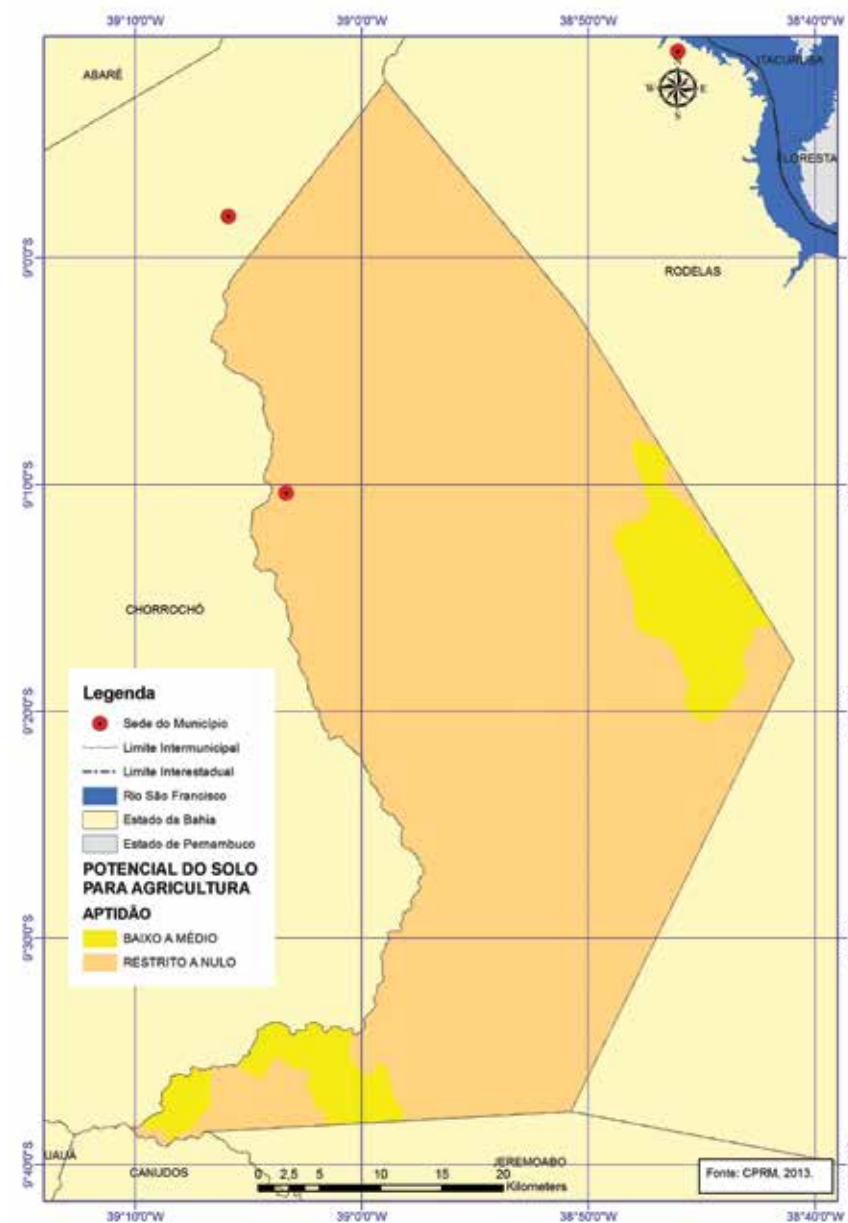


IMAGEM DE SATÉLITE DE MACURURÉ

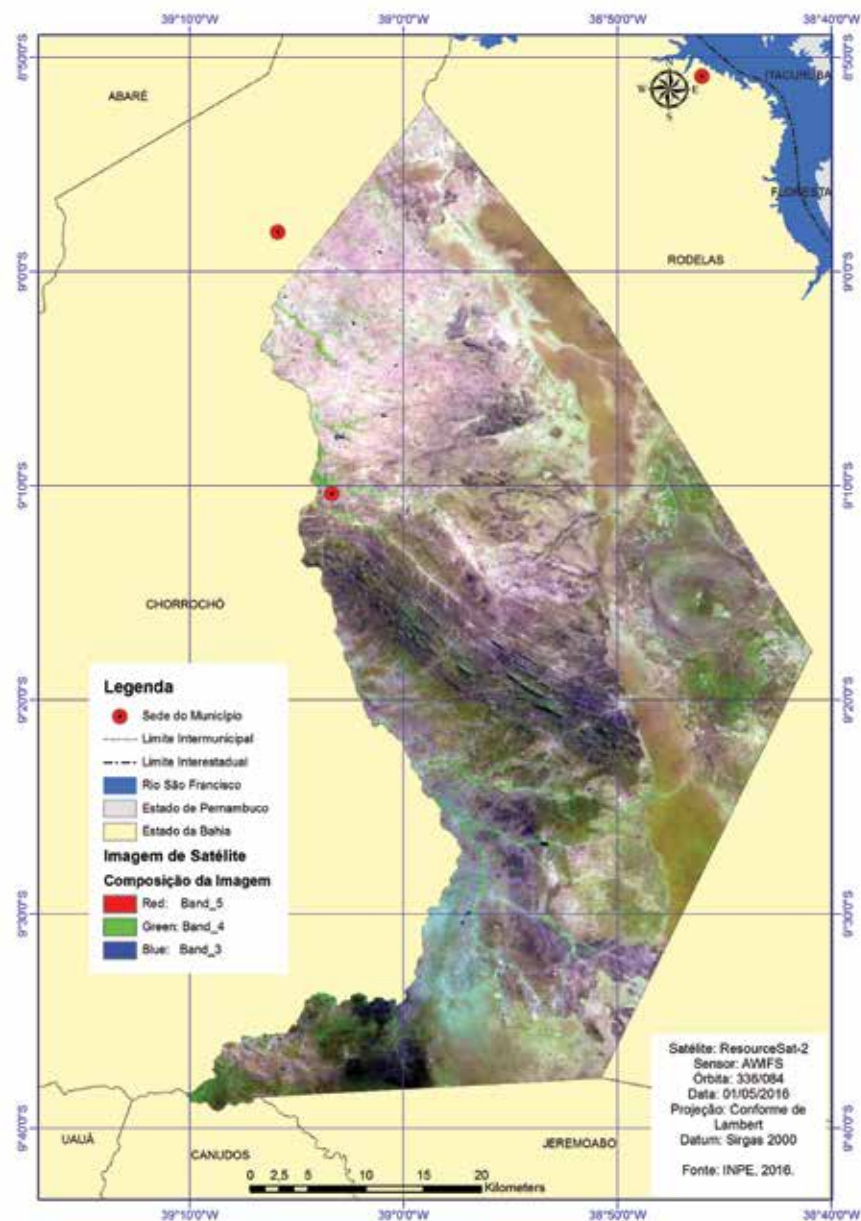




Foto 134 – Igreja do Senhor do Bonfim

Foto 135 – Praça da Igreja

Foto 136 – Centro da cidade

Foto 137 – Praça dos quiosques, na Avenida Antônio Carlos Magalhães





138



139



140

Foto 138 – Cruzeiro na Colina Sagrada

Foto 139 – Vista Panorâmica da cidade, do alto da Colina Sagrada

Foto 140 – Interior da Igreja do Senhor do Bonfim



141

© Emanuel Bruno



142

© Emanuel Bruno



143

© Emanuel Bruno

Foto 141 – Sandália de Couro feita pelo artesão local, Evaldo Gomes

Foto 142 – Muro com intervenção artística apresentando personalidades sertanejas

Foto 143 – Muro com intervenção artística apresentando personalidades sertanejas



MUNICÍPIO DE RODELAS

Foto 144 – Bandeira de Rodelas

Estado: Bahia

Estimativa da população em 2015 (hab): 8.887

Área da unidade territorial (km²): 2.723,529

Densidade demográfica (hab/km²): 2,85

Gentílico: rodelense

Desmembrado do município Santo Antônio da Glória

Data de criação: 30 de dezembro de 1962

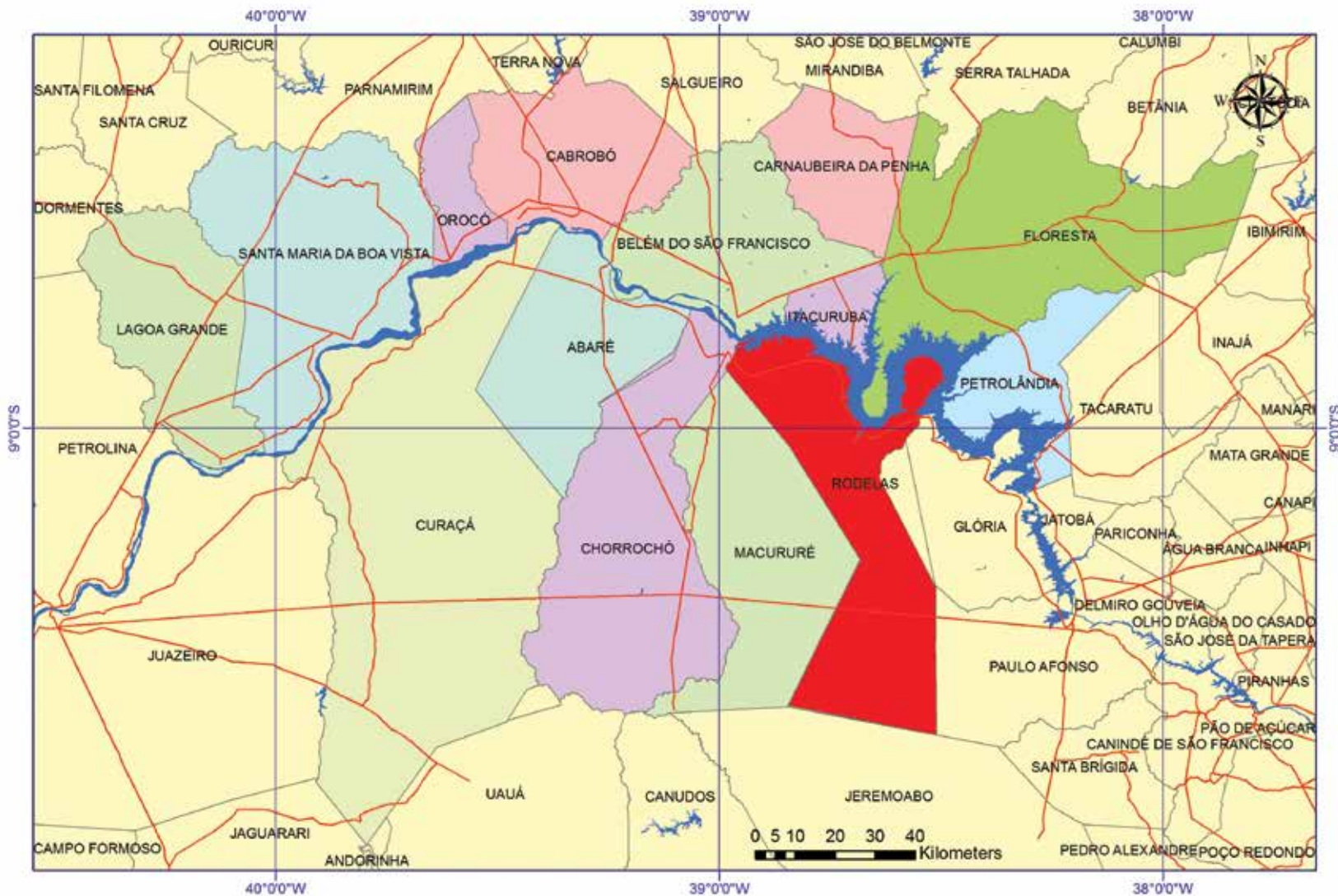
Data de instalação: 07 de abril de 1963

Data cívica (aniversário da cidade): 31 de julho

Bioma: Caatinga

MAPA 121

MUNICÍPIO DE RODELAS, ESTADO DA BAHIA



■ FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado, com a denominação de Rodelas, pela Lei Municipal n.º 18, de 29 de abril de 1922, aprovada pela Lei Estadual n.º 1582, de 17 de agosto de 1922, sendo subordinado ao município de Santo Antônio da Glória. Pelos Decretos-Leis Estaduais n.º 7.455, de 23 de junho de 1931, e n.º 7.479, de 08 de julho de 1931, o município de Santo Antônio da Glória passou a denominar-se Glória.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Rodelas figura no Município de Glória (ex-Santo Antônio da Glória), assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960. Já a Lei Estadual n.º 2.764, de 30 de dezembro de 1962, desmembra do município de Glória o distrito de Rodelas, elevado este à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído do distrito-sede, assim permanecendo nas divisões territoriais datadas de 2007 e de 2010.

■ HINO

Compositor: Osvaldo G. da Fonseca

*Nossa Rodelas teve início numa tribo
De homens guerreiros, gente forte e de valor
Que desbravaram esse sertão brasileiro
Com trabalho, sacrifício, muita crença e muito amor.*

*Foi construída nas margens do São Francisco
Sempre crescendo o progresso alcançou
Sempre querida e adorada por seus filhos
Nela encontro meu abrigo, meu torrão e meu amor.*

*Hoje, Rodelas esperança no provir
Cidade nova de caminhos a florir
Esse meu povo enfrentando desafios (BIS)
Educando e trabalhando a juventude do Brasil*

■ HISTÓRICO

Anteriormente ao processo de dominação colonial da região, índios Proká, Pankararu e Tapuia habitavam a localidade. A colonização do município data, ainda, do século XVI, com a chegada da missão dos frades capuchinhos no Rio São Francisco. A presença da tribo Tuxá já pode ser identificada nesse momento, quando vivia na região em tribos regulares. De um modo geral, os indígenas que habitavam essa parcela de terra eram chamados de Rodela.

Nesse contexto, já no século XVII, há a missão do Frei Francisco de Domfront, capuchinho francês, que iniciou suas atividades provavelmente em 1669 (segundo Martinho de Nantes). Pelo menos a partir de 1677, segundo Regni (1988), Domfront tinha o aldeamento Rodela como seu centro, abrangendo as ilhas vizinhas intituladas Jatinã e Araticu, bem como uma infinidade de ilhas menores, além da aldeia de Jatinã, localizada em terra firme do lado de Pernambuco (SALOMÃO, 2008). No século XIX, o engenheiro Halfeld cita em seu relatório, na légua 297, a existência do *Arraial da Missão de S. João Baptista de Rodellas*, sob a tutela dos capuchinhos, fruto da atuação da missão inicialmente realizada pelo Frei Domfront no século XVII. Desse modo, podemos observar que o núcleo missionário empreendido pelos capuchinhos englobava uma região considerável das terras e ilhas do São Francisco situadas entre a Bahia e o Pernambuco.

Paralelamente à vinda das missões religiosas, o território rodelense passou a receber, também, os brancos colonizadores e os negros cativos (trazidos como mão de obra escrava) e fugitivos, o que levou à construção de uma sociedade baseada nas relações estabelecidas entre negros, indígenas e brancos – esta, longe de ser pacífica, era extremamente conflituosa e marcada pela exploração dos povos tornados cativos pelo europeu. Da mesma forma, as relações estabelecidas entre os frades e suas respectivas missões com os povos autóctones e os colonos portugueses, em destaque a Casa da Torre dos Garcia D'Ávila e seus subordinados, proporcionou a construção de uma sociedade conflituosa, tendo em vista os mais variados interesses em torno da região do Vale do São Francisco (SOUZA JR., 2004). Nesse contexto, Garcia D'Ávila recebeu como sesmarias todas as terras entre o início e o final do Rio São Francisco, nas quais desenvolveu o processo de colonização e construiu a Casa da Torre (SOUZA JR., 2004).

A dominação da Casa da Torre sobre essa localidade era viabilizada pelos currais de gado à beira-rio, que serviam à prática da pecuária. Assim os D'Ávila mantinham determinadas fazendas, controladas diretamente por eles ou arrendadas a terceiros (famílias portuguesas que empreendiam a colonização sob a tutela da Casa da Torre). O embate entre D'Ávila e os frades estava justamente na questão da atividade indígena nestes currais – o coronel era avesso à dominação religiosa que os frades exerciam, atuando de maneira a inibir os laços eventualmente criados pelas ordens religiosas com os indígenas catequizados, de forma que, em inúmeras ocasiões, D'Ávila entrou em choque com as povoações missionárias.

É esse contexto cultural que servirá como matéria-prima para a formação da sociedade local. A dominação da Casa da Torre, simbolizando a presença do colonizador e sua atuação violenta com os povos autóctones; a atuação das missões religiosas, incumbidas de inculcar nos indígenas a ideologia europeia cristã em detrimento da cultura local; as várias tribos que já habitavam a localidade e possuíam sua estrutura organizacional e sua cultura próprias; além dos negros cativos, que traziam seus caracteres culturais, religiosos e sociais africanos, formavam o contexto local (CAMPOS, 2008).

Em fins do século XVIII, a Casa da Torre passou a sistematizar a concessão de terras a terceiros, por meio do regime de arrendamento ou da venda propriamente dita (GONÇALVES, 1997).

Segundo Salomão (2008), o nome Rodelas originou-se do índio Francisco Rodela, que foi batizado e catequizado com outros 200 homens da sua tribo que habitavam a região da grande Volta do Rio, destacando-se pela participação na batalha de Guararapes, quando lutaram contra os holandeses, sob a liderança de Antônio Felipe Camarão Potiguar. Este índio retornaria como herói para sua tribo, ganhando o título de capitão dos índios e servindo de inspiração para designar os membros de sua tribo.

Há, contudo, controvérsias a esse respeito. Salomão (2008) trabalha com as seguintes hipóteses para o motivo do nome: advir do formato de um escudo circular usado pelos tapuias como arma de guerra; ser oriundo do uso de um disco de madeira que colocavam nos lábios como ornamento; ou ser originado do costume do Francisco Rodela de fazer e usar um colar montado com as rótulas do joelho de inimigos mortos em combate.

Do ponto de vista administrativo, de acordo com o site do IBGE (2016), na seção *Cidades*, o distrito foi criado, com a denominação de Rodelas, pela Lei Municipal n.º 18, de 29 de abril de 1922, aprovada pela Lei Estadual n.º 1.582, de 17 de agosto de 1922, sendo subordinado ao município de Santo Antônio da Glória. Assim permaneceu até 1962, quando a Lei Estadual n.º 2.764, de 30 de dezembro deste ano desmembrou do município de Glória o distrito de Rodelas, elevando-o à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído do distrito-sede, assim permanecendo em divisão territorial até a atualidade.

■ BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Carla Siqueira. Rio São Francisco: o rio da injustiça ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA:** Formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: Franciscana, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Rodelas.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292710&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

REGNI, Pietro Vittorino. **Os capuchinhos na Bahia:** uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Palotti, 1988.

SALOMÃO, Ricardo D. B. De Índios Rodeleiros a Índios Tuxá do século XX: uma etnohistória das relações interétnicas no médio São Francisco. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008., Caxambú. **Anais...** Caxambú: Anpocs, 2008.

SOUZA JR., Claudionor Rodrigues de. Convívio social e organização administrativa das missões franciscanas no sertão nordestino nos séculos XVII e XVIII. ENCONTRO NORDESTINO E ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5., Recife, 2004. **Anais...** Recife: UFPE, 2004.

■ ALDEIAS INDÍGENAS

Tuxá

População: 2.142

Localização: Área Indígena Tuxá de Ibotirama, Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas. Considerada aldeia urbana.

Extensão: 4.392 ha

O povo Tuxá vive principalmente na cidade de Rodelas, em uma aldeia urbana de mais de 60 casas. Além da aldeia na cidade, os Tuxá ocupavam diversas ilhas e em especial a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, que constituía seu exíguo território agrícola. A Ilha da Viúva foi submersa pela construção da hidrelétrica de Itaparica.

Com suas terras tradicionais inundadas, os Tuxá foram transferidos para três áreas: um grupo nos limites do município de Ibotirama (Área Indígena Tuxá de Ibotirama); outro grupo no município de Rodelas (Áreas Indígenas Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas), ambos no estado da Bahia; e outro grupo à margem direita do rio Moxotó, junto aos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil.

De acordo com a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ), “É desconhecida a filiação lingüística dos Tuxá, supondo-se que a sua língua original fosse uma língua isolada” (1981, p.1).

Identificando-se como “tribo Tuxá, nação Proká, caboclos arco e flecha e maracá”, os atuais Tuxá parecem constituir uma das últimas das diversas etnias reunidas a partir do século XVII nas várias missões que se estabeleceram ao longo do curso do Baixo-médio São Francisco. A memória Tuxá registra particularmente episódios ligados à ocupação holandesa, destacando a figura de Francisco Rodelas, considerado o seu primeiro cacique, e que teria lutado ao lado de Felípe Camarão (ANAÍ, 1981, p. 1, grifo do autor).

Ainda conforme Anaí (1981, p.1), “O ‘toré’ e o ‘particular’ são as formas rituais encontradas entre os Tuxá e que se constituem em mecanismos diferenciadores frente à sociedade nacional. A primeira é uma manifestação pública e coletiva, aberta à participação de todos os índios, sem distinção de idade e sexo”. Durante a sua realização, os cânticos e a dança são acompanhados da ingestão de jurema e do uso de cachimbos rituais, feitos de madeira ou barro, e de um apito especial, feito de madeira, para atrair as forças protetoras da aldeia. Já o particular consiste em uma cerimônia mais fechada, realizada fora dos limites da cidade e restrita aos adultos Tuxá casados (sejam homens ou mulheres). A utilização de jurema e fumo é bem mais intensa nessas duas ocasiões, que ocorrem regularmente a cada duas semanas (ANAÍ, 1981).

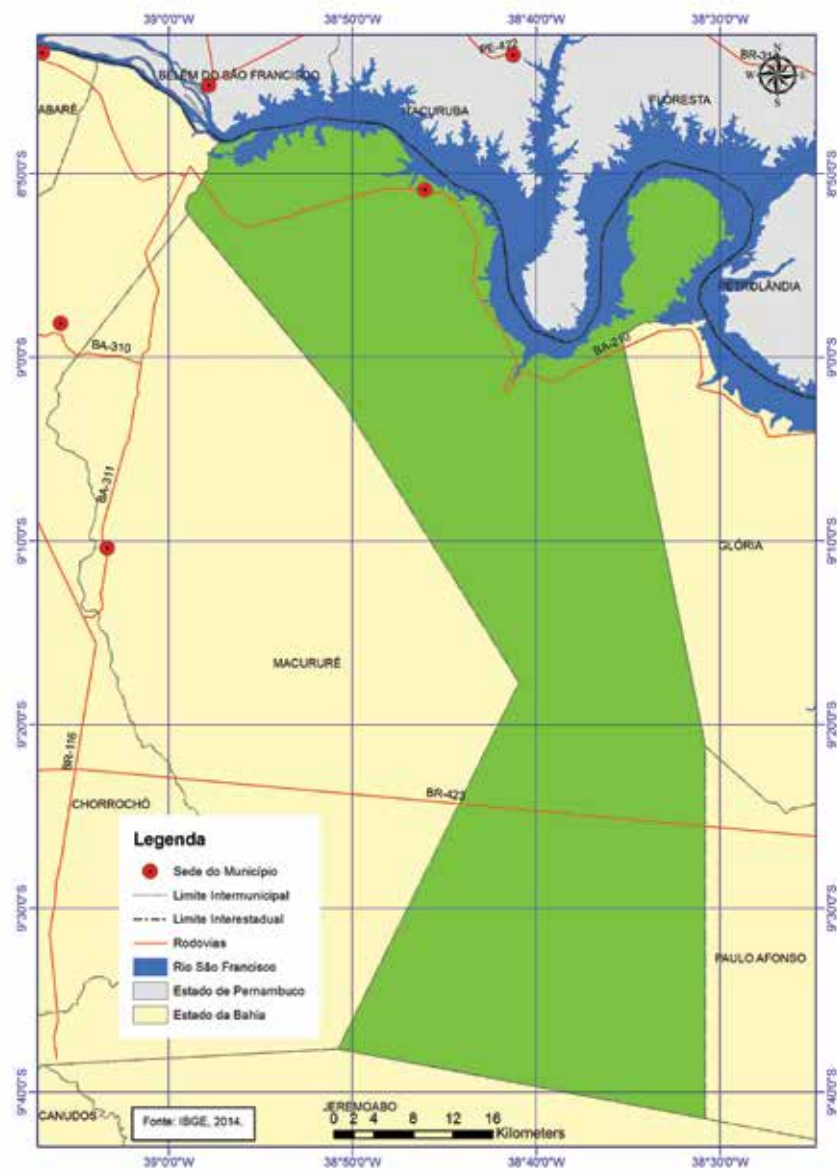
Além disso, ressalta-se que os Tuxá também participam em eventos de caráter regional, como é o caso da festa de São João Batista, padroeiro de Rodelas, ocasião em que promovem a “primeira noite” de novenas (ANAÍ, 1981).

■ BIBLIOGRAFIA

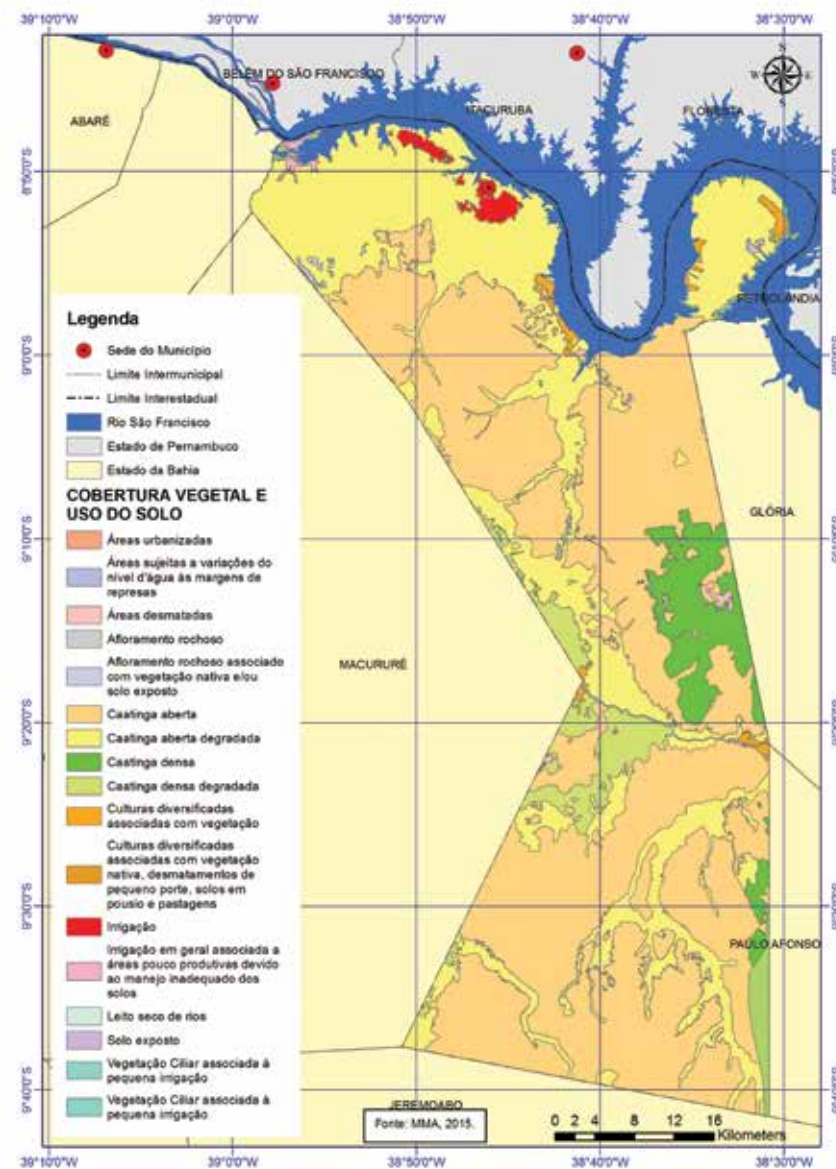
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO (ANAÍ). **Os povos indígenas na Bahia**. Seção da Bahia: Anaí, 1981.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

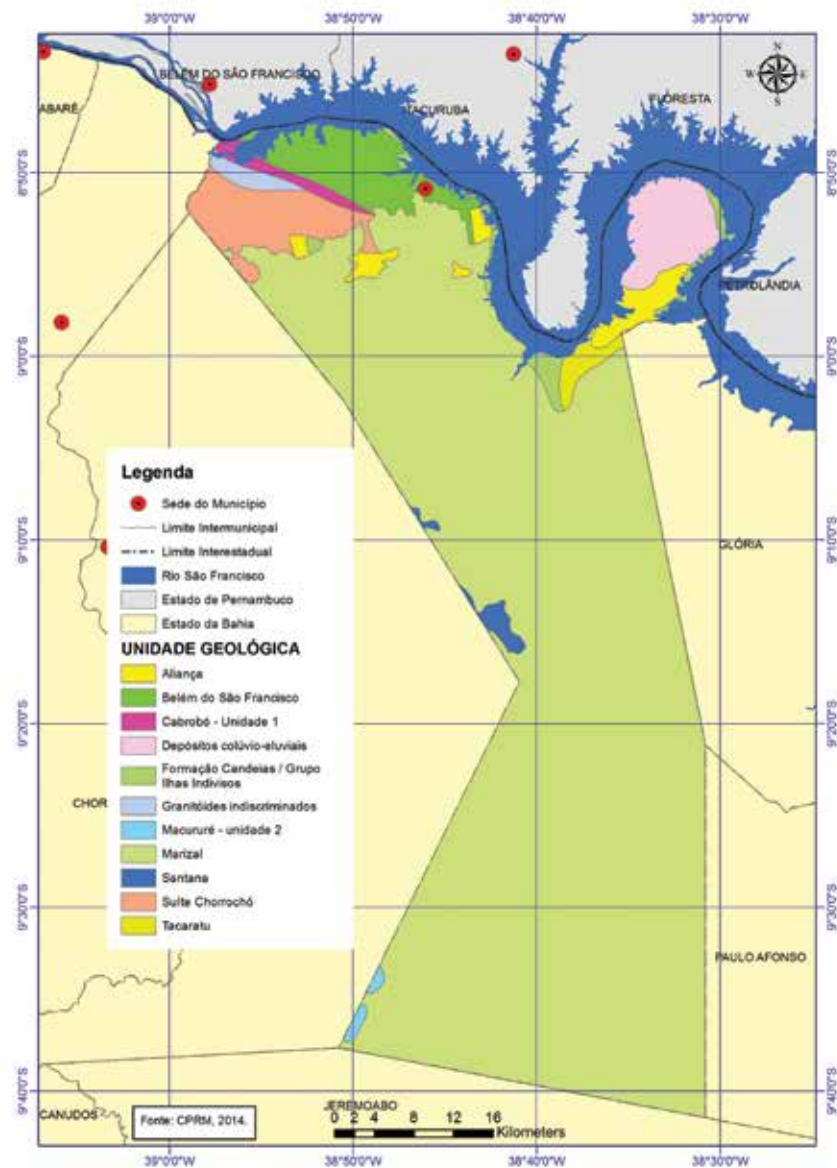
MAPA 122
DIVISÃO POLÍTICA DE RODELAS



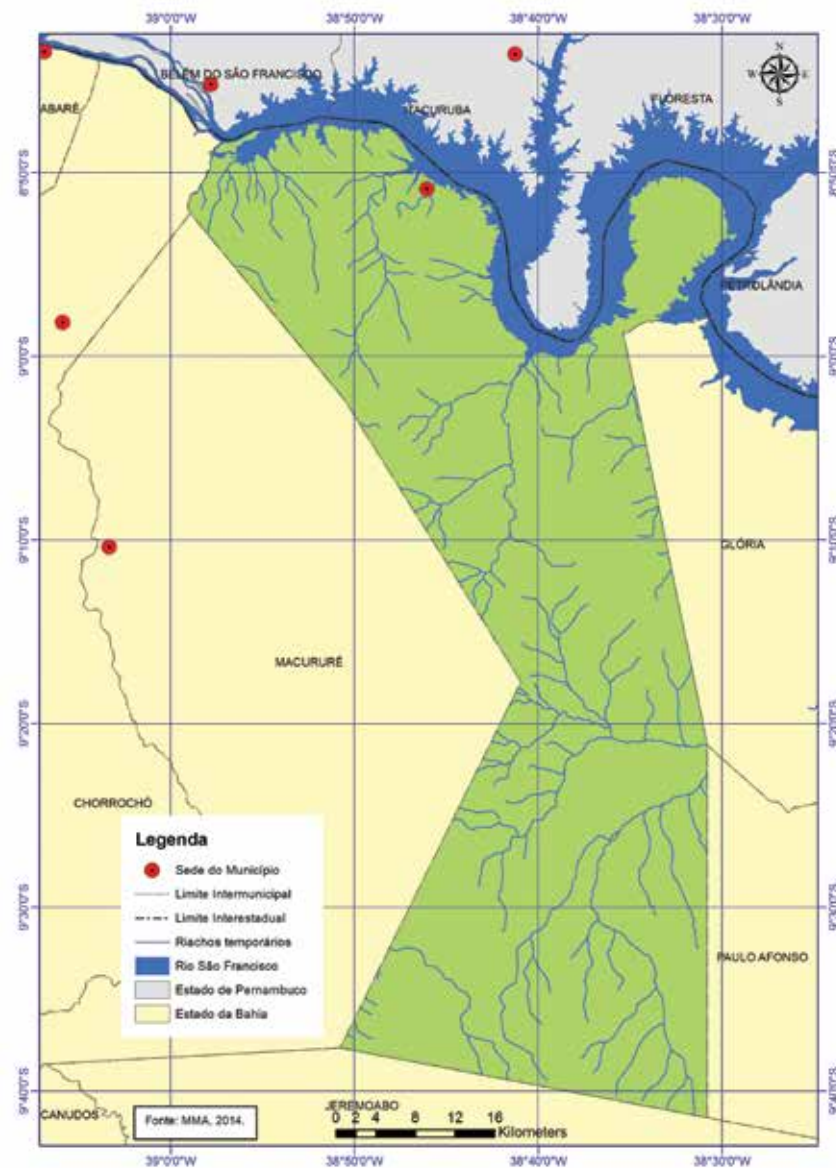
MAPA 123
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO DE RODELAS



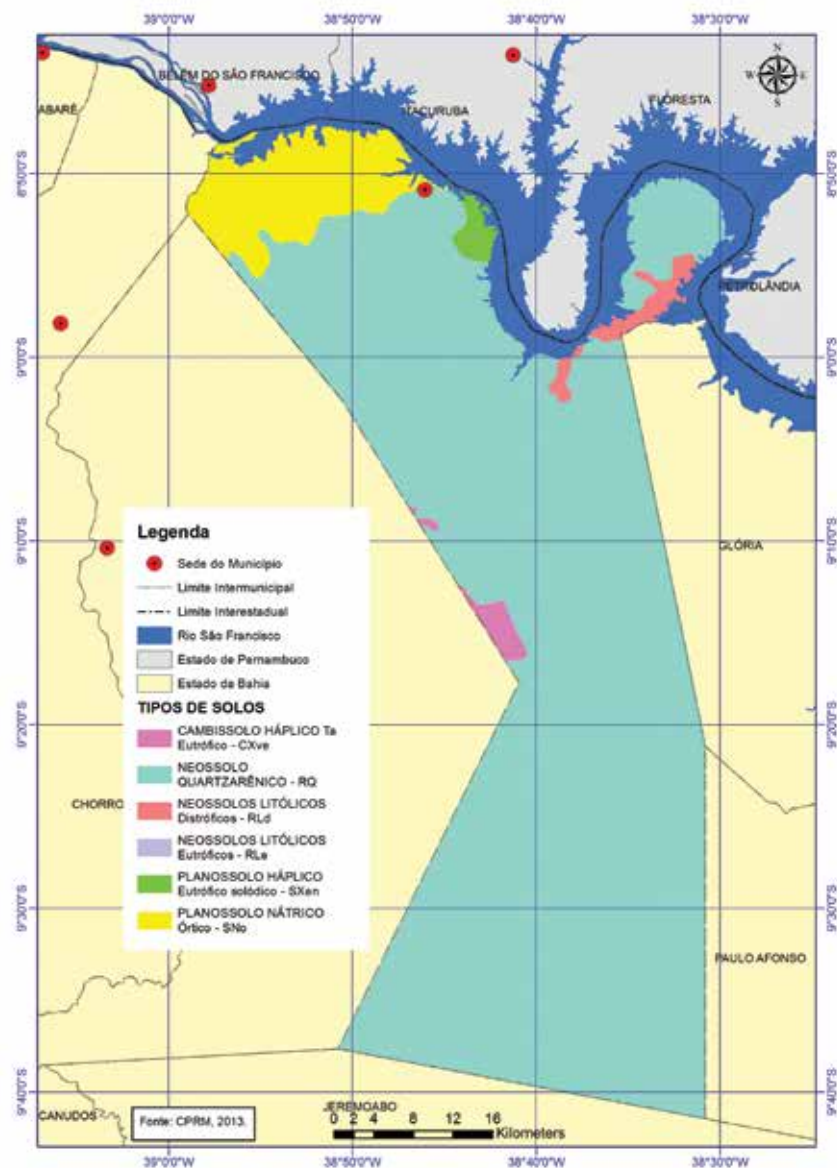
MAPA 124
GEOLOGIA DE RODELAS



MAPA 125
HIDROGRAFIA DE RODELAS



MAPA 126
SOLO DE RODELAS



MAPA 127
POTENCIAL DO SOLO DE RODELAS

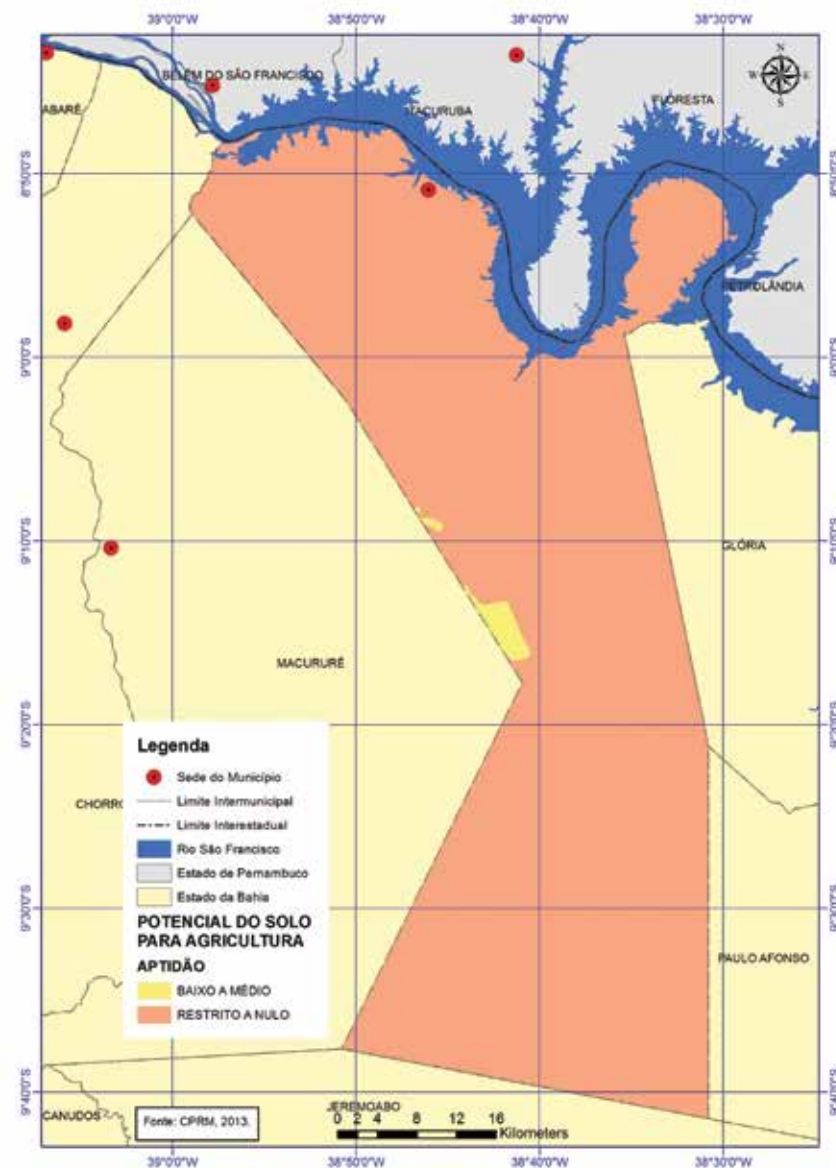


IMAGEM DE SATÉLITE DE RODELAS

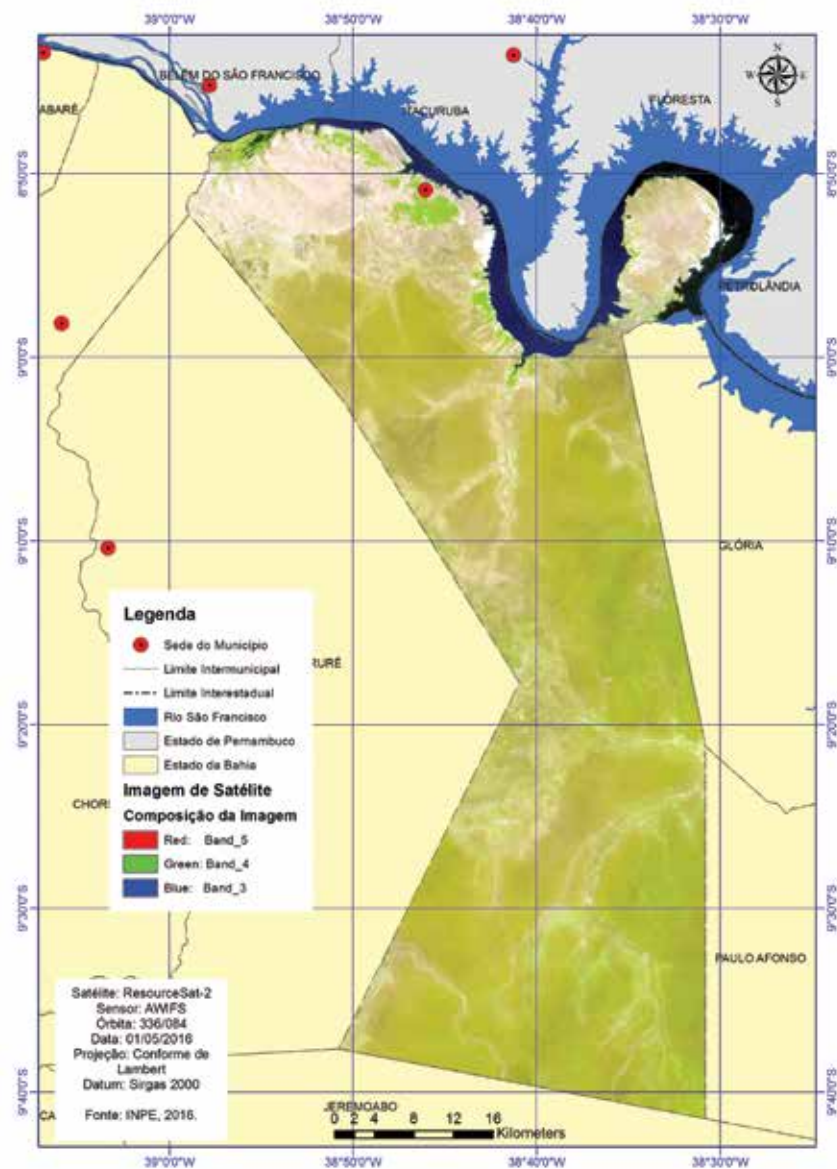




Foto 145 – Igreja de São João Batista

Foto 146 – Praça Aldy Almeida Justiniano Soares

Foto 147 – Praça Dr José Alventino Lima



Foto 148 – Carrinho da Verdura



Foto 149 – Portal dos Festejos Juninos

Foto 150 – Trabalhadores na construção do arraial junino

Foto 151 – Artesanato feito por Ozana Tuxá





152



153



154

Foto 152 – Artesanato feito por Ozana Tuxá

Foto 153 – Ozana Tuxá

Foto 154 – Rodelas, cidade do Coco na Bahia

LISTA DE VERTEBRADOS

GRUPO: PEIXES

Espécie	Nome comum	Belém S. Francisco	Cabrobó	Orocó	Santa M. B. Vista	Floresta	Carnaubeira da Penha
<i>Astronotus ocellatus</i>	Apaiari	X	X	X		X	X
<i>Moenkhausia costae</i> (Steindachner, 1907)	Piaba Branquinha	X	X	X	X	X	X
<i>Tetragonopterus chalcus</i>	Piaba Olho de Boi	X	X	X		X	X
<i>Astyanax bimaculatus</i>	Piaba Comum	X	X	X		X	X
<i>Astyanax fasciatus</i> (Cuvier, 1819)	Piaba Rabo Vermelho	X	X	X	X	X	X
<i>Trachycorystes galeatus</i>	Cangati	X	X	X		X	X
<i>Prochilodus affinis</i>	Curimatã Comum	X	X	X		X	X
<i>Prochilodus marggravii</i>	Curimatã Pacú	X	X	X		X	X
<i>Plagioscion squamosissimos</i> (Heckel, 1840)	Pescada do Piauí/corvina	X	X	X	X	X	X
<i>Leporinus friderice</i>	Piau Comum	X	X	X		X	X
<i>Schizodon Knerii</i> (Steindachner, 1875)	Piau Verdadeiro/piau branco	X	X	X	X	X	X
<i>Triportheus angulatus</i>	Sardinha	X	X	X		X	X
<i>Oreochromis rendalli</i>	Tilápia do Congo	X	X	X		X	X
<i>Oreochromis niloticus</i>	Tilápia do Nilo	X	X	X	X	X	X
<i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1749)	Traíra	X	X	X	X	X	X
<i>Cicla ocellaris</i>	Tucunaré Comum	X	X	X		X	X
<i>Colossoma macropomum</i> Cuvier, 1818	Tambaqui	X	X	X		X	X
<i>Leporinus elongatus</i> Valenciennes, 1850	Piau Verdadeiro	X	X	X	X	X	X
<i>Cichla temensis</i> Humdoldt, 1833	Tucunaré Pinima	X	X	X		X	X
<i>Serrasalmus rombeus</i>	Pirambeba	X	X	X		X	X
<i>Serrasalmus piraya</i>	Piranha	X	X	X		X	X
<i>Serrasalmus natteryi</i>	Piranha	X	X	X		X	X
<i>Acestrorhynchus britskii</i> Menezes, 1969	Peixe-cachorro				X		
<i>Acestrorhynchus lacustris</i> (Lütken, 1875)	Peixe-cachorro				X		
<i>Leporinus piau</i> Fowler, 1941	Piau-gordura				X		
<i>Leporinus reinhardti</i> Lütken, 1875	Piau-três-pintas				X		
<i>Leporinus taeniatus</i> Lütken, 1875	Piau-Jejo				X		
<i>Curimatella lepidura</i> (Eigenmann & Eigenmann, 1889)	Aragu/manjuba/turu				X		
<i>Cyphocharax gilbert</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Aragu				X		
<i>Steindachnerina elegans</i> (Steindachner, 1875)	Aragu/saguirú				X		
<i>Astyanax lacustris</i> (Reinhardt, 1874)	Piaba-do-rabo-vermelho				X		
<i>Bryconops cf. affinis</i> (Günther, 1864)	Piaba-verde				X		
<i>Hemigrammus gracilis</i> (Lütken, 1875)	Piaba				X		
<i>Hyphessobrycon santae</i> (Eigenmann, 1907)	Piaba				X		
<i>Psellogrammus kennedyi</i> (Eigenmann, 1903)	Piaba			X	X		

Espécie	Nome comum	Belém S. Francisco	Cabrobó	Orocó	Santa M. B. Vista	Floresta	Carnaubeira da Penha
<i>Salminus franciscanus</i> Lima & Britski, 2007	Dourado				X		
<i>Serrapinnus heterodon</i> (Eigenmann, 1915)	Piaba				X		
<i>Serrapinnus piaba</i> (Lütken, 1875)	Piaba				X		
<i>Triportheus guentheri</i> (Garman, 1890)	Piaba-facão				X		
<i>Orthospinus franciscoensis</i> (Eigenmann, 1914)	Piabinha				X		
<i>Phenacogaster franciscoensis</i> (Eigenmann, 1911)	Piaba				X		
<i>Pygocentrus piraya</i> (Cuvier, 1819)	Piranha				X		
<i>Serrasalmus brandtii</i> (Lütken, 1875)	Pirambéba				X		
<i>Metynnis</i> spp. Cope, 1878	Pacuzinho				X		
<i>Roeboides xenodon</i> (Reinhardt, 1851)	Piaba				X		
<i>Tetraodon chalcus</i> Spix & Agassiz, 1829	Maria-do-oião				X		
<i>Prochilodus argenteus</i> Agassiz, 1829	Curimatã-pacu				X		
<i>Prochilodus costatus</i> Valenciennes, 1850	Curimatã-pioia				X		
<i>Anchoviella vaillanti</i> (Steindachner, 1908)					X		
<i>Poecilia</i> spp. Bloch & Schneider, 1801					X		
<i>Gymnotus carapo</i> Linnaeus, 1758	Sarapó				X		
<i>Eigenmannia virescens</i> (Valenciennes, 1842)	Sarapó				X		
<i>Sternopygus macrurus</i> (Bloch & Schneider, 1801)	Sarapó				X		
<i>Cichla</i> spp. Bloch & Schneider, 1801	Tucunaré				X		
<i>Cichlasoma sanctifranciscense</i> Kullander, 1983	Cará				X		
<i>Crenicichla lepidota</i> Heckel, 1840	Cará				X		
<i>Geophagus brasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Cará				X		
<i>Parauchenipterus galeatus</i> (Linnaeus, 1766)	Cangati				X		
<i>Hoplosternum littorale</i> (Hancock, 1828)	Bufão/tamoatá				X		
<i>Hypostomus</i> spp. La Cépède, 1803	Cari/cascudo				X		
<i>Pterygoplichthys etentaculatus</i> (Spix & Agassiz, 1829)	Cari				X		
<i>Pimelodus</i> spp.	Bagre				X		

*Os municípios que não foram citados em alguns grupos neste Atlas se deve a escassez de estudos científicos na região. Não se deve a ausência dessas espécies na região, bem como, nos municípios.

GRUPO: ANFÍBIOS

Espécie	Nome comum	Orocó	Floresta	Petrolândia
<i>Rhinella jimi</i> (Stevaux, 2002)	Cururu, sapo	X	X	X
<i>Rhinella granulosa</i> (Spix, 1824)	Sapo de areia	X	X	X
<i>Ceratophrys joazeirensis</i> Mercadal de Barrio, 1986	Sapo		X	
<i>Proceratophrys cristiceps</i> (Muller, 1824)	Sapo	X	X	
<i>Corythomantis greeningi</i> Boulenger, 1896	Perereca	X	X	
<i>Dendropsophus minutus</i> Peters, 1872	Perereca	X	X	
<i>Dendropsophus soaresi</i> (Caramachi e Jim, 1983)		X		
<i>Dendropsophus oliverai</i> (Bokermann, 1963)		X		X
<i>Dendropsophus nanus</i> (Boulenger, 1889)		X		X

Espécie	Nome comum	Orocó	Floresta	Petrolândia
<i>Hypsiboas raniceps</i> Cope, 1862	Perereca, caçote	X	X	X
<i>Hypsiboas crepitans</i> Wied, 1824	Perereca		X	
<i>Phyllomedusa nordestina</i> Caramaschi, 2006	Perereca	X	X	X
<i>Scinax pachycrus</i> (Miranda-Ribeiro, 1937)	Perereca	X	X	
<i>Scinax fuscovarius</i> (Lutz, 1925)		X		X
<i>Scinax</i> gr. <i>ruber</i>		X		X
<i>Scinax alter</i> (Lutz, 1973)		X		X
<i>Scinax x-signatus</i> (Spix, 1824)	Perereca	X	X	X
<i>Trachycephalus atlas</i> Bokermann, 1966	Perereca	X	X	
<i>Physalaemus albifrons</i> (Spix, 1824)	Rã	X	X	X
<i>Physalaemus centralis</i> Bokermann, 1962	Rã	X	X	X
<i>Physalaemus cicada</i> Bokermann, 1966	Rã	X	X	X
<i>Physalaemus cuvieri</i> Fitzinger, 1826	Rã	X	X	X
<i>Physalaemus kroyeri</i> (Reinhardt & Lütken, 1862)	Rã	X	X	X
<i>Pleurodema diplolister</i> (Peters, 1870)	Rã	X	X	X
<i>Leptodactylus fuscus</i> (Schneider, 1799)	Rã	X	X	X
<i>Leptodactylus vastus</i> A. Lutz, 1930	Jia-pimenta	X	X	X
<i>Leptodactylus ocellatus</i> (Linnaeus, 1758)	Rã-manteiga	X	X	X
<i>Leptodactylus syphax</i> Bokermann, 1969	Rã		X	
<i>Leptodactylus troglodytes</i> A. Lutz, 1926	Rã cachorro	X	X	X
<i>Leptodactylus caatingae</i> Heyer & Juncá, 2003		X		X
<i>Leptodactylus podicipinus</i> (Cope, 1862)		X		
<i>Dermatonotus muelleri</i> (Boettger, 1885)	Sapo	X	X	X
<i>Pipa carvalhoi</i> (Miranda-Ribeiro, 1937)	Rã		X	
<i>Siphonops annulatus</i> (Mikan, 1820)	Cecília, cobra-cega		X	
<i>Ischnocnema</i> gr. <i>Ramagii</i>		X		
<i>Pseudopaulodicola</i> sp,		X		X

*Os municípios que não foram citados em alguns grupos neste Atlas se deve a escassez de estudos científicos na região. Não se deve a ausência dessas espécies na região, bem como, nos municípios.

GRUPO: RÉPTEIS

Espécie	Nome comum	Belém S. Francisco	Cabrobó	Santa M. B. Vista	Itacuruba	Floresta	Petrolândia	Abaré	Chorrochó	Rodelas	Macururé
<i>Amphisbaena alba</i> Linnaeus, 1758	Cobra de duas cabeças					X					
<i>Amphisbaena carvalhoi</i> Gans, 1965	Cobra de duas cabeças					X					
<i>Amphisbaena arenaria</i>	Cobra de duas cabeças	X			X	X	X	X	X	X	X
<i>Diploglossus fasciatus</i> (Gray, 1831)	Lagarto					X					
<i>Diploglossus lessonae</i> Peracca, 1890	Lagarto					X					
<i>Ameiva ameiva</i> (Linnaeus, 1758)	Lagarto-bico-doce					X					
<i>Cnemidophorus ocellifer</i> (Spix, 1824)	Lagarto, calanguiño					X					
<i>Tupinambis merianae</i> (Duméril & Bibron, 1839)	Teiú, teju					X					

Espécie	Nome comum	Belém S. Francisco	Cabrobó	Santa M. B. Vista	Itacuruba	Floresta	Petrolândia	Abaré	Chorrochó	Rodelas	Macururé
<i>Anotosaura</i> sp.	Lagarto					X					
<i>Calyptommatus leiolepis</i> Rodrigues, 1991	Lagarto					X					
<i>Calyptomatus nicterus</i> Rodrigues, 1991	Lagarto					X					
<i>Calyptommatus sinebrachiatus</i> Rodrigues, 1991	Lagarto					X					
<i>Colobosaura mentalis</i> Amaral, 1933	Lagarto					X					
<i>Micrablepharus maximiliani</i> (Reinhardt & Lükten, 1862)	Lagarto-do-rabo-azul					X					
<i>Vanzosaura rubricauda</i> (Boulenger, 1902)	Lagarto					X					
<i>Mabuya bistrata</i> (Spix, 1825)	Lagarto					X					
<i>Mabuya heathi</i> Schmidt & Inger, 1951	Lagarto					X					
<i>Mabuya agmosticha</i> Rodrigues, 2000	Lagarto					X					
<i>Bogertia lutzae</i> Loveridge, 1941	Lagarto					X					
<i>Briba brasiliana</i> Amaral, 1935	Lagarto					X					
<i>Gymnodactylus geckoides</i> Spix, 1825	Lagarto					X					
<i>Hemidactylus agrius</i> Vanzolini, 1978	Lagarto					X					
<i>Hemidactylus mabouia</i> (Moreau & Jonnès, 1818)	Lagarto					X					
<i>Phyllopezus periosus</i> Rodrigues, 1986	Lagarto					X					
<i>Phyllopezus pollicaris</i> Spix, 1825	Lagarto					X					
<i>Lygodactylus klugei</i> (Smith, Martim & Swain, 1977)	Lagarto					X					
<i>Iguana iguana</i> (Linnaeus, 1758)	Lagarto, camaleão					X					
<i>Polychrus acutirostris</i> Spix, 1825	Lagarto, papavento					X					
<i>Enyalius bibronii</i> Boulenger, 1885	Lagarto, camaleão					X					
<i>Tropidurus cocorobensis</i> Rodrigues, 1987	Lagartixa	X			X	X	X	X	X	X	X
<i>Tropidurus helenae</i> (Manzani & Abe, 1990)	Lagartixa					X					
<i>Tropidurus hispidus</i> (Spix, 1825)	Lagartixa					X					
<i>Tropidurus semitaeniatus</i> (Spix, 1825)	Lagartixa					X					
<i>Boiruna sertaneja</i> Zaher, 1996	Cobra					X					
<i>Chironius carinatus</i> Linnaeus, 1758	Cobra					X					
<i>Leptodeira annulata</i> (Linnaeus, 1758)	Cobra					X					
<i>Leptophis ahaetulla</i> (Linnaeus, 1758)	Cobra					X					
<i>Oxybelis aeneus</i> (Wagler, 1824)	Bicuda, cobra-cipó					X					
<i>Oxyrhopus trigeminus</i> Duméril, Bibron & Duméril, 1854	Coral falsa					X					
<i>Philodryas nattereri</i> Steindachner, 1870	Corre-campo					X					
<i>Philodryas olfersii</i> (Lichtenstein, 1826)	Cobra verde					X					
<i>Pseudoboa nigra</i> Duméril, Bibron & Duméril, 1854	Cobra preta, mussurana					X					
<i>Spilotes pullatus</i> (Linnaeus, 1758)	Caninana					X					
<i>Waglerophis merremi</i> (Wagler, 1854)	Boipeva, goipeba					X					
<i>Boa constrictor</i> Linnaeus, 1758	Jibóia					X					
<i>Epicrates assisi</i> Machado, 1945	Salamanta		X	X			X				
<i>Epicrates cenchria</i> (Linnaeus, 1758)	Salamanta					X					
<i>Micrurus ibiboboca</i> (Merrem, 1820)	Coral verdadeira					X					
<i>Leptotyphlops borapeliotes</i> Vanzolini, 1996	Cobra					X					
<i>Bothrops erythromelas</i> Amaral, 1923	Jararaca					X					
<i>Bothrops leucurus</i> Wagler, 1824	Jararaca					X					

Espécie	Nome comum	Belém S. Francisco	Cabrobó	Santa M. B. Vista	Itacuruba	Floresta	Petrolândia	Abaré	Chorrochó	Rodelas	Macururé
<i>Bothrops neuwiedi</i> Wagler, 1824	Jararaca					X					
<i>Crotalus durissus</i> Linnaeus, 1758	Cascavel					X					
<i>Kinosternon scorpioides</i> (Linnaeus, 1758)	Cágado		X	X		X					
<i>Chelonoidis carbonaria</i> (Spix, 1824)	Jabuti					X					
<i>Phrynops geoffroanus</i> (Schweigger, 1812)	Cágado					X					
<i>Mesoclemmys tuberculata</i> (Luederwaldt, 1926)	Cágado					X					
<i>Thamnodynastes almae</i> sp. nov.	Serpente									X	
<i>Psilophtalmus paeminus</i>	Lagarto						X				

*Os municípios que não foram citados em alguns grupos neste Atlas se deve a escassez de estudos científicos na região. Não se deve a ausência dessas espécies na região, bem como, nos municípios.

GRUPO: AVES

Espécie	Nome comum	Orocó	Santa M. B. Vista	Lagoa Grande	Floresta	Petrolândia	Curaçá	Macururé
<i>Accipiter bicolor</i>	Gavião-bombacha				X			
<i>Agelaioides fringillarius</i>				X				
<i>Amazilia fimbriata</i>	Beija-flor; bizunga				X			
<i>Amazilia versicolor</i>	Beija-flor-de-garganta-verde				X			
<i>Amazona aestiva</i>	Louro; papagaio-verdadeiro				X			
<i>Aramides mangle</i>	Saracura-do-mangue				X			
<i>Aratinga acuticaudata</i>	Ararinha-de-testa-azul				X			
<i>Aratinga cactorum</i>	Jandaia; gangarra			X	X			
<i>Arremon taciturnus</i>	Tico-da-mata				X			
<i>Basileuterus flaveolus</i>	Canário-da-mata				X			
<i>Campylorhamphus trochilrostris</i>	Arapaçu-de-bico-torto				X			
<i>Caprimulgus rufus</i>	João-corta-pau				X			
<i>Carduelis yarrellii</i>	Pintassilva				X	X		
<i>Cariama cristata</i>	Seriema				X			
<i>Casiornis fusca</i>	Caneleiro				X			
<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha				X			
<i>Cathartes burrovianus</i>	Urubu-de-cabeça-amarela				X			
<i>Certhiaxis cinnamomea</i>	Casaca-de-couro				X			
<i>Chaetura meridionalis</i>	Andorinhão				X			
<i>Chlorostilbon lucidus</i>	Bezourinho-de-bico-vermelho				X			
<i>Chondrohierax uncinatus</i>	Gavião-caracoleiro				X			
<i>Chrysolampis mosquitus</i>	Beija-flor-vermelho				X			
<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	Guaracavuçu				X			
<i>Coereba flaveola</i>	Sebito				X			
<i>Coccyzus americanus</i>	Papa-lagarta-de-asa-vermelha			X				
<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-caldo-de-feijão				X			
<i>Columbina picui</i>	Rolinha branca			X	X			

Espécie	Nome comum	Orocó	Santa M. B. Vista	Lagoa Grande	Floresta	Petrolândia	Curaçá	Macururé
<i>Columbina minuta</i>	Rolinha			X	X			
<i>Columbina squammata</i>	Fogo-pagô			X	X			
<i>Compsotheraupis loricata</i>	Carretão				X			
<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-de-cabeça-preta				X			
<i>Coryphospingus pileatus</i>	Maria-fita; cravina; abre-e-fecha			X	X			
<i>Cranioleuca semicinerea</i>	Arredio-de-cabeça-cinza				X			
<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto				X			
<i>Crotophaga major</i>	Anu-pororoca; anu-coró; anu-de-enxurrada				X			
<i>Crypturellus tataupa</i>	Lambu-pé-roxo				X			
<i>Crypturellus parvirostris</i>	Lambu-pé-encarnado				X			
<i>Cyanocorax cyanopogon</i>	Can-cão			X	X			
<i>Cynopsita spixi</i>		X	X				X	
<i>Cyclarhis gujanensis</i>	Pitiguari				X			
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	Arapaçu				X			
<i>Elaenia mesoleuca</i>	Tuque; gordinho				X			
<i>Elaenia spectabilis</i>	Guaracava-grande				X			
<i>Elanus leucurus</i>	Gavião-peneira				X			
<i>Empidonomus varius</i>	Peitica				X			
<i>Eupetomena macroura</i>	Beija-flor-tesoura				X			
<i>Euphonia chlorotica</i>	Vem-vem; vi-vi				X			
<i>Euphonia violacea</i>	Guriatã				X			
<i>Euscarthmus meloryphus</i>	Barulhento				X			
<i>Fluvicola nengeta</i>	Lavandeira				X			
<i>Formicivora melanogaster</i>	Choquinha-de-barriga-preta				X			
<i>Forpus xanthopterygius</i>	Tuim; pacu			X	X			
<i>Galbula ruficauda</i>	Fura-barreira; bico-de-agulha				X			
<i>Glaucidium brasilianum</i>	Caburé				X			
<i>Gyalophylax hellmayri</i>	João-chique-chique				X	X		X
<i>Heliomaster squamosus</i>	Bizunginha				X			
<i>Hemitriccus margaritaceiventer</i>	Olho-de-ouro				X			
<i>Herpetotheres cachinnans</i>	Acauã				X			
<i>Herpsilochmus atricapillus</i>	Chorrozinho-chapéu-preto				X			
<i>Herpsilochmus sellowi</i>	Chorrozinho-da-caatinga				X			
<i>Hirundinea ferruginea</i>	Andorinha-vermelha				X			
<i>Hydropsalis brasiliiana</i>	Bacurau-rabo-de-tesoura				X			
<i>Hylopezus ochroleucus</i>	Pinto-do-mato				X			
<i>Hylophilus amaurocephalus</i>	Verdinho-coroado				X			
<i>Icterus cayanensis</i>	Encontro-de-ouro			X	X			
<i>Icterus jamacaii</i>	Concriz; sofreu			X	X			
<i>Lepidocolaptes angustirostris</i>	Picapau-da-caatinga				X			
<i>Leptotila verreauxi</i>	Juriti				X			
<i>Megarynchus pitangua</i>	Bentevis-bico-chato				X			
<i>Megaxenops paraguayae</i>	Bico-virado-da-caatinga				X	X		

Espécie	Nome comum	Orocó	Santa M. B. Vista	Lagoa Grande	Floresta	Petrolândia	Curaçá	Macururé
<i>Megascops choliba</i>	Corujinha-de-frio				X			
<i>Micrastur ruficollis</i>	Gavião-caburé				X			
<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro				X			
<i>Mimus saturninus</i>	Sabiá-do-campo				X			
<i>Molothrus bonariensis</i>	Pássaro-preto				X			
<i>Myiarchus tyrannulus</i>	Mané-besta				X			
<i>Myiodynastes maculatus</i>	Bentevi-rajado				X			
<i>Myiophobus fasciatus</i>	Felipe				X			
<i>Myiozetetes similis</i>	Bentivizinho			X	X			
<i>Myrmorchia lusstrigilatus</i>	Tem-farinha-aí?; piu-piu				X			
<i>Nemosia pileata</i>	Sai-de-chapéu-preto				X			
<i>Neocrex erythrops</i>	Galinha-d'água-mirim					X		
<i>Nyctidromus albicollis</i>	Comi-angu; bacurau				X			
<i>Nystalus maculatus</i>	Dorminhoco				X			
<i>Pachyramphus polychopterus</i>	Caneleiro-preto				X			
<i>Parabuteo unicinctus</i>	Gavião-asa-de telha		X	X	X			
<i>Paroaria dominicana</i>	Galo-de-campina			X	X			
<i>Parula pitayumi</i>	Mariquita				X			
<i>Passerina brissonii</i>	Azulão				X			
<i>Penelope jacucaca</i>	Jacu				X	X		
<i>Phacellodomus rufifrons</i>	Ferreiro				X			
<i>Phaeomyias murina</i>	Bagageiro				X			
<i>Phaethornis ruber</i>	Besourinho				X			
<i>Phyllomyias fasciatus</i>	Piolhinho				X			
<i>Philohydor lictor</i>	Bem-te-vi-do-brejo				X			
<i>Piaya cayana</i>	Alma-de-gato				X			
<i>Piculus chrysochloros</i>	Pica-pau-dourado-escuro				X	X		
<i>Picumnus fulvescens</i>	Pica-pau-anão-de-Pernambuco				X			
<i>Colaptes melanochloros</i>	Pica-pau-verde-barrado				X			
<i>Poecilurus scutatus</i>	Estrelinha-preta				X			
<i>Polioptila plumbea</i>	Rabo-mole; gatinha			X	X			
<i>Primolius maracana</i>	Maracanã; arara				X			
<i>Progne chalybea</i>	Andorinha-doméstica				X			
<i>Procacicus solitarius</i>	Xexéu-bauá			X				
<i>Pseudoseisura cristata</i>				X				
<i>Pyrrhura griseipectus</i>	Cara-suja				X			
<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião-carijó				X			
<i>Sakesphorus cristatus</i>	Choca-do-nordeste				X			
<i>Sarcoramphus papa</i>	Urubu-rei				X			
<i>Saltator similis</i>	Sombrancelha; trinca-ferro-verdadeiro				X			
<i>Sicalis flaveola</i>	Canário-amarelo				X			
<i>Sittasomus griseicapillus</i>	Arapáçu-verde				X			
<i>Sporophila albogularis</i>	Goladinha				X			

Espécie	Nome comum	Orocó	Santa M. B. Vista	Lagoa Grande	Floresta	Petrolândia	Curaçá	Macururé
<i>Sporophila nigricollis</i>	Papa-capim				X			
<i>Synallaxis frontalis</i>	Tio-tonho				X			
<i>Synallaxis albescens</i>	Uí-pi			X		X		
<i>Syrigma sibilatrix</i>	Maria-faceira			X				
<i>Stigmatura napensis</i>	Trinta-e-cinco			X	X			
<i>Stigmatura budytoides</i>	Papa-moscas-lavadeira		X	X		X		
<i>Tachyphonus rufus</i>	Encontro-de-prata; pai-pedro				X			
<i>Tangara cayana</i>	Frei-vicente				X			
<i>Tapera naevia</i>	Peitica				X			
<i>Taraba major</i>	Chorró-boi				X			
<i>Thamnophilus doliatus</i>	Choca-barrada				X			
<i>Thamnophilus pelzelni</i>	Choca				X			
<i>Thamnophilus torquatus</i>	Choca-de-asa-vermelha				X			
<i>Thlypopsis sordida</i>	Canário-de-folha				X			
<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaçu-de-bananeira				X			
<i>Thryothorus longirostris</i>	Pia-vovó				X			
<i>Todirostrum cinereum</i>	Reloginho			X	X			
<i>Tolmomyias flaviventris</i>	Bico-chato-amarelo				X			
<i>Troglodytes musculus</i>	Rouxinol; cambacica			X	X			
<i>Trogon curucui</i>	Pavãozinho				X			
<i>Turdus amaurochalinus</i>	Sabiá-bico-de-osso				X			
<i>Turdus rufiventris</i>	Sabiá-gonga				X			
<i>Tyrannus albigularis</i>	Suiriri-de-garganta-branca			X				
<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri				X			
<i>Tyto alba</i>	Rasga-mortalha; coruja branca				X			
<i>Veniliornis passerinus</i>	Pica-pau-pequeno				X			
<i>Vireo olivaceus</i>	Juruviara				X			
<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu; biziú				X			
<i>Xenopsaris albinucha</i>	Tijerila			X	X			
<i>Xiphorhynchus picus</i>	Arapaçu-bico-branco				X			
<i>Xolmis irupero</i>	Noivinha-branca				X			
<i>Zenaida auriculata</i>	Arribaça; avoante			X	X			
<i>Zonotrichia capensis</i>	Salta-caminho				X			

*Os municípios que não foram citados em alguns grupos neste Atlas se deve a escassez de estudos científicos na região. Não se deve a ausência dessas espécies na região, bem como, nos municípios.

GRUPO: MAMÍFEROS

Espécie	Nome comum	Orocó	Santa M. B. Vista	Itacuruba	Floresta	Petrolândia	Curaçá
<i>Didelphis albiventris</i>	Cassaco; gambá; saruê				X		X
<i>Gracilinanus sp</i>							X
<i>Gracilinanus agilis</i> (Burmeister, 1854)	Cuíca						X
<i>Monodelphis domestica</i> (Wagner, 1842)	Catito				X		X
<i>Galea spixii</i> (Wagler, 1831)	Preá						X
<i>Thrichomys apereoides</i> (Lund, 1839)							X
<i>Wiedomys pyrrhorhinos</i> (Wied-Neuwied, 1821)	Rato-do-nariz-vermelho						X
<i>Cabassous sp.</i>	Tatu-de-rabo-mole		X		X	X	X
<i>Dasypus novemcinctus</i> Linnaeus, 1758	Tatu verdadeiro; tatu galinha		X		X	X	X
<i>Euphractus sexcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	Tatu peba		X		X	X	X
<i>Dasypus septemcinctus</i> Linnaeus, 1758			X		X		X
<i>Tolypeutes tricinctus</i> (Linnaeus, 1758)	Tatu-bola			X	X		X
<i>Micoureus cinereus</i>	Cuíca				X		
<i>Callithrix jacchus</i>	Sagui-do-nordeste				X		
<i>Cebus apella</i>	Macaco-prego				X		
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamandua				X		
<i>Oryzomys subflavus</i>	Rato vermelho				X		
<i>Oryzomys eliurus</i>	Rato				X		
<i>Rhipidomys cearanus</i>	Rato				X		
<i>Cavia aperea</i>	Preá do mato; moco				X		
<i>Kerodon rupestres</i>					X		
<i>Trichomys apereoides</i>	Punaré				X		
<i>Dasyprocta aguti</i>	Cutia				X		
<i>Cercopithecus thous</i>	Raposa; cachorro-do-mato				X		
<i>Conepatus semistratus</i>	Ticaca				X		
<i>Galictis vittata</i>	Furão				X		
<i>Puma concolor</i>	Onça parda; gato mourisco				X		
<i>Felis yagouaroundi</i>					X		
<i>Tayassu tajacu</i>	Porco do mato				X		
<i>Mazama gouazoubira</i>	Veado catingueiro				X		
<i>Molossus molossus</i> (Pallas, 1766)	Morcego	X			X		
<i>Peropteryx macrotis</i> (Wagner, 1843)	Morcego	X				X	
<i>Rhynchonycteris naso</i> (Wied-Neuwied, 1820)	Morcego	X					
<i>Desmodus rotundus</i> (E. Geoffroy, 1810)	Morcego	X					
<i>Glossophaga soricina</i> (Pallas, 1766)	Morcego	X			X	X	
<i>Lonchophylla mordax</i> Thomas, 1903	Morcego	X					
<i>Xeronycteris vieirai</i> Gregorin & Ditchfield, 2005	Morcego	X					
<i>Micronycteris megalotis</i> (Gray, 1842)	Morcego				X	X	
<i>Micronycteris minuta</i> (Gervais, 1856)	Morcego	X			X		
<i>Anoura geoffroyi</i> Gray, 1838	Morcego				X		
<i>Phyllostomus discolor</i> Wagner, 1843	Morcego				X		

Espécie	Nome comum	Orocó	Santa M. B. Vista	Itacuruba	Floresta	Petrolândia	Curaçá
<i>Trachops cirrhosus</i> (Spix, 1823)	Morcego	X					
<i>Artibeus jamaicensis</i> Leach, 1821	Morcego	X					
<i>Noctilio albiventris</i> Desmarest, 1818	Morcego				X		
<i>Noctilio leporinus</i> (Linnaeus, 1758)	Morcego				X		
<i>Eumops glaucinus</i> (Wagner, 1843)	Morcego					X	
<i>Molossops matogrossensis</i> Vieira, 1942	Morcego	X				X	
<i>Molossus rufus</i> E. Geoffroy, 1805	Morcego					X	
<i>Nyctinomops laticaudatus</i> (E. Geoffroy, 1805)	Morcego					X	
<i>Lasiurus ega</i> (Gervais, 1856)	Morcego	X					
<i>Lasiurus egregius</i> (Peters, 1870)	Morcego				X		
<i>Rhogeessa tumida</i> H. Allen, 1866	Morcego	X			X		
<i>Myotis nigricans</i> (Schin, 1821)	Morcego	X					
<i>Myotis ruber</i> (E. Geoffroy, 1806)	Morcego				X		

*Os municípios que não foram citados em alguns grupos neste Atlas se deve a escassez de estudos científicos na região. Não se deve a ausência dessas espécies na região, bem como, nos municípios.

Sobre o livro

Formato 30 x 21 cm

Tipologia ITC Franklin (títulos e texto)

Papel Couché Fosco 90g/m² (miolo)
Supremo 250g/m² (capa)

Projeto Gráfico Canal 6 Editora
www.canal6.com.br

Diagramação Erika Woelke



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



NUPEEA
canal6 editora

